UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA

# Caracterização e Dinâmica das Transformações Ocorridas na Base Tecno-Econômica do Agro Baiano na Década 1970-80.

Mestrando - Antônio João da Silva
Orientador - Vitor de Athayde Couto

Fac. Ciências Eco. / UFBa
Biblioteca
Seção Mestrado

# ÍNDICE

Pág.

INTRODUÇÃO i

TEORIA E MÉTODO iii

CAPÍTULO I "A PRODUÇÃO DE BENS NO AGRO BAIANO NA DÉCADA 1970-80". 1

1 - A Participação da Agricultura no PIB Baiano na Década 1970-80. 1

2 - Valor da Produção Animal-Vegetal, segundo os Censos Agropecuários para os anos de 1970, 1975 e 1980. 2

3 - A Participação dos Principais Produtos nos três grandes Grupos e no Total da Produção Animal-Vegetal. 4

4 - Valor em mil cruzeiros de 1975 e taxas de crescimento dos produtos dos principais grupos de produção. 6

5 - Crescimento Intercensitário da produção física dos principais sistemas das lavouras temporárias e permanentes e do plantel animal, e crescimento do valor real monetário. 7

6 - Comportamento do valor real. 8

7 - Resumo do Capítulo 10

CAPÍTULO II "A PRODUÇÃO DE BENS NO AGRO BAIANO NA DÉCADA 1970-80, POR ESTRATOS DE ÁREA TOTAL". 13

1 - A Participação dos Estratos no Valor Real Monetário Global da Produção Animal-Vegetal na Década. 13

2 - Distribuição do valor monetário dos grupos de produção entre os estratos de área total. 16

3 - Taxas de crescimento do valor monetário dos grupos de produção, nos estratos de área total. 18

4 - A composição do valor monetário de cada estrato, segundo os grupos de produção. 21
5 - Valor monetário real dos principais produtos das lavouras nos estratos de área total. 23
6 - A produção física dos principais produtos pelos estratos de área total. 26
7 - A Produção Animal. 31
8 - Resumo do Capítulo. 36
CAPÍTULO III "A FORÇA DE TRABALHO" 39
1 - O Pessoal Ocupado (PO) e a População Rural. 40
2 - A composição da Força de Trabalho no Agro Baiano. 40
3 - A Força de Trabalho, segundo as Condições do Produtor Rural. 50
4 - Resumo do Capítulo 52
CAPÍTULO IV "A DISTRIBUIÇÃO DOS MEIOS DE PRODUÇÃO" 54
1 - Estrutura Fundiária. 59
2 - O Financiamento da Produção. 69
3 - A Industrialização do Agro Baiano. 76
3.1 - As Máquinas no Processo de Industrialização. 78
3.2 - Os Insumos Agrícolas no Processo de industrialização. 83
3.3 - O Uso de Energéticos no Processo de Industrialização. 87
4 - Ponderações. 93
5 - Resumo do Capítulo.
CAPÍTULO V "CONDIÇÕES DE ACUMULAÇÃO NO AGRO BAIANO". 97
1 - Os Preços Recebidos pelos Produtores. 101
2 - O Crédito Rural. 106
3 - A Tecnologia na Agricultura Baiana. 116
4 - O Destino da Produção. 125
5 - Organizações Institucionais. 133

6 - Receitas e Despesas dos Estabelecimentos 142

CONCLUSÃO 145

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

A - GERAIS 149

B - ESPECÍFICAS 150

C - FONTES ESTATÍSTICAS 151

ANEXO I 152

ANEXO II

Tabela A 152

Tabela B 154

Tabela C 155

Tabela D 156

Tabela E 157

ANEXO III

Tabela A 158

Tabela B 159

Tabela C 160

ANEXO IV

Tabela A 161

ANEXO V

Tabela A 162

Tabela B 163

Tabela C 164

ANEXO VI

Tabela A 165

Tabela B 166

Tabela C 167

Tabela D 168

Tabela E 169

INDICE DE TABELAS


| | |
|---|---|
| Tabela 01 | 3 |
| Tabela 03 | 5 |
| Tabela 04 | 6 |
| Tabela 05 | 8 |
| Tabela 06 | 9 |
| Tabela 07 | 14 |
| Tabela 08 | 17 |
| Tabela 09 | 20 |
| Tabela 10 | 22 |
| Tabela 11 | 25 |
| Tabela 12 | 28 |
| Tabela 13 | 29 |
| Tabela 14 | 32 |
| Tabela 15 | 33 |
| Tabela 16 | 34 |
| Tabela 17 | 41 |
| Tabela 18 | 46 |
| Tabela 19 | 48 |
| Tabela 20 | 51 |
| Tabela 21 | 56 |
| Tabela 22 | 60 |
| Tabela 23 | 62 |
| Tabela 24 | 64 |
| Tabela 25 | 66 |
| Tabela 26 | 70 |
| Tabela 27 | 72 |
| Tabela 28 | 74 |
| Tabela 29 | 75 |
| Tabela 30 | 79 |
| Tabela 31 | 81 |
| Tabela 32 | 82 |
| Tabela 33 | 84 |
| Tabela 34 | 85 |

AGRADECIMENTOS

Sempre é de praxe observar e pedir desculpas pelos esquecidos. Também o faço.

Quero registrar meu agradecimento a ...

Marlene, pelo seu cuidadoso trabalho de manuseio das tabelas pelo seu desprendimento e apoio;

Ao Lício, economista do Banco Central pelo solícito apoio e disposição, na pesquisa e levantamento de dados;

Ao Arthur Ferreira, do IBGE, pela liberação antecipada dos dados do censo de 1980;

Ao Acácio, pelas ricas e importantes informações - Presid. Astaba;

Às jornalistas: Maria Angélica, pela persistência na penosa revisão dos originais; e a Maria José, na revisão final;

Ao Job Brasileiro, pela leitura e comentários da versão preliminar - meu colega de curso;

Quero reconhecer minha gratidão a ...

Solange e Simone - bibliotecarias;

Adailton, Dirval, Dineuzita, Edélcio, Geraldo, Janete, Jesualdo, Lia, Lúcio, Magno, Rossine, Vera e Virgílio - meus colegas de curso;

Ao João Damásio, pela influência teórica; também ao Jean Luc e ao Zé Sérgio, com este, em uma monografia para seu curso teve início a presente dissertação - meus professores;

Ao Eduardo Rappel, cuja visão ampla na busca de formação de competência crítica de técnicos e cientistas propiciou o apoio financeiro, sem o qual este trabalho não seria possível;

Agradecimentos especiais faço ao professor Rômulo Almeida que em meio a tão atribulada vida política em que passa nosso País, cuja presença como profissional e homem público é solicitada por todo o território nacional, encontrou tempo, não só para a leitura da versão preliminar, como dedicou parte de seu tão requisitado tempo na discussão e conselhos, e ainda mais pelo estímulo em hora tão oportuna;

Por fim um agradecimento todo especial ao professor e orientador Vitor de Athayde Couto, que não só aturou minhas imprevidências, como foi um balizador seguro e atento, não só no presente trabalho, mas também durante o curso de mestrado onde fui seu aluno.

Ao João Lucas,
meu filho,
que agora ao completar
seu segundo aninho de
vida, um passamos longe.

# INTRODUÇÃO

A presente dissertação visa fazer um estudo das transformações ocorridas na base tecno-econômica do Agro baiano, na década 1970-80, respaldando-se em hipótese similar a de Geraldo Muller[1] defendida para a agricultura brasileira. Como Muller, a tese discorre sobre a influência do processo de industrialização no Agro, considerando a agricultura em industrialização como a força motriz do processo agrário que impinge aos demais fenômenos a direção das transformações. Ainda também, procura caracterizar a estrutura produtiva, o alicerce sobre o qual se ergue a agricultura baiana, no sentido de entender o que se produz, quem produz, como produz e para quem produz. A presente dissertação ainda se propõe, a partir de uma concepção teórica norteadora, apresentar as informações estatísticas de uma dada fonte (os censos agropecuários da FIBGE) de uma forma orgânica, de maneira tal que não deturpem o conteúdo de seus conceitos originais. Para isso as tabelas montadas mantiveram os conceitos estatísticos. Apenas nos quadros sofreram mudanças para a operacionalização dos conceitos teóricos. Ao mesmo tempo se intenta uma análise da tendência do comportamento dos principais fenômenos que estão postos em marcha e transformando a base tecno-econômica.

Durante a década de 1970-80, o processo de adoção de progresso técnico foi significativo em comparação com as taxas do valor da produção, para todos os estratos de área total dos produtores. Mas por outro lado, os equipamentos propiciadores de maior desenvolvimento tecnológico se concentraram nos grandes estratos.

Durante essa década ocorreu um processo de substituição de produção dentro dos pequenos estabelecimentos, que reduziram sua participação, regra geral, nas lavouras temporárias, do milho, ar

---

1 - MULLER, Geraldo. Agricultura e Industrialização do Campo, in. Revista de Economia Política, Vol. 2/1 nº 6 abril-junho/1982, São Paulo, Brasiliense, pp. 47 a 77.

roz e feijão, com menores taxas de crescimento que os grandes estabelecimentos. Os pequenos estratos tiveram ainda taxas de crescimento negativas na produção de cana-de-açúcar, algodão e fumo, mas por outro lado aumentaram a participação relativa na produção de cacau e no valor da produção de origem bovina.

Outro processo de mudança ocorreu na composição das forças de trabalho: nos grandes estabelecimentos ao final da década, o trabalho assalariado superou as demais formas de trabalho; a taxa de aumento do trabalho assalariado foi superior, para todos os diferentes estratos, às demais taxas de outras formas de trabalho.

Diferentemente de outras regiões mais desenvolvidas, as mudanças ocorridas não foram suficientes para alterar completamente as bases das diferentes formas de produção. Os pequenos estabelecimentos continuaram sendo o núcleo central formador da pequena produção,[2] enquanto os grandes estabelecimentos a base da produção capitalista.

A análise contida na presente tese estrutura-se em cinco capítulos e na conclusão. O Capítulo I - A Produção de Bens no Agro Baiano na Década 1970-80 - aborda os sistemas produtivos (atividades econômicas) nos seus volumes físicos e em valores monetários, procurando explicitar não só o que o Agro baiano produziu, mas também dimensionando a evolução de cada atividade na década. O Capítulo II - A Produção de Bens no Agro Baiano na década 1970-80, Segundo os Estratos de Área Total - acrescenta às mesmas informações do primeiro capítulo, só que estratificadas, caracterizações conforme o tamanho dos estabelecimentos, avaliando também a evolução, estrato por estrato, e, em parte, identificando quem produz no Agro baiano. O Capítulo III - A Força de Trabalho - informa por estrato de área total, segundo as categorias de trabalho levantadas pelos censos agropecuários, a distribuição, a dimensão, a evolução do pessoal ocupado. Isso permitiu compreender as diferentes relações sociais de produção. Esclarece quem são os trabalhadores direto e indireto, completando a informa

---

2 - Ver conceitos, definições e adjetivações em "Teória e Método" ao final desta introdução.

ção sobre "quem produz", como reponde também parte da caracterização "como se produz". O Capítulo IV - A Distribuição dos Meios de Produção - descreve a distribuição dos insumos agrícolas, energéticos, máquinas e equipamentos, por estrato de área total e esclarece a outra parte da questão "como se produz". O Capítulo V - Condições de Acumulação no Agro Baiano - vem, por fim, responder "para quem se produz", colocando em discussão preços, crédito rural, destino da produção, tecnologia empregada por sistema e as organizações institucionais dos produtores rurais. Encerra-se o estudo com a Conclusão na qual se procura sintetizar as principais transformações ocorridas na base tecno-econômica do Agro baiano, resumindo as formas de produção segundo suas principais caraterísticas e sistemas.

## TEORIA E MÉTODO

A estrutura de toda a dissertação baseou-se em uma orientação teórica, presente em vários estudos sobre as formas de produção no Agro brasileiro. As interpretações sobre as formas de produção, constituem um amplo e complexo debate, que ainda está em pleno vigor.[3] Conquanto algumas formulações se repetem com mais assiduidade, foi na sequência dessas repetições que se tomou e formulou alguns conceitos, principalmente o de "pequena produção".

A interpretação de "pequena produção" pautou-se basicamente no conceito de "produção camponesa", formulado por uma equipe de trabalho do Departamento de Economia Rural da Faculdade de Ciências Agronômicas da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), coordenada por José Francisco Graziano da

3 - Não é propósito da presente dissertação entrar nos méritos do debate, mas para uma breve incursão dos principais contendores ver "Modos de Produção e Realidade Brasileira". Petropólis, Vozes, 1980. Para uma historiografia do debate José Roberto do Amaral Lapa, neste livro citado, na sua introdução - Introdução ao Redimensionamento do Debate - traça um perfil das idéias e dos autores. Ver também Maria de Nazaré B. Wanderley "O Camponês: um trabalhador para o capital", versão preliminar, UNICAMP, Campinas, 1979 (mimeo). E também Ana Célia de Castro e Outros, in "Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira: Síntese das Transformações", BINAGRI, Brasília, 1979. E também "Contribuição Para o Estudo da Pequena Produção Agrícola na Bahia", SEPLANTEC, Salvador, 1980.

Silva[4], e em outros trabalhos.[5]

Não se trata de nenhum conceito novo, justamente o contrário, ele perpassa pelos autores clássicos.[6] Necessário se faz ressaltar que "pequena produção" enquanto conceito não significa produzir em pequena escala, ou que seja uma produção oriunda de uma pequena unidade produtora por seu tamanho territorial. Lênin[7] em um es

---

4 - GRAZIANO DA SILVA, José F. Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira. São Paulo, HUCITEC, 1978.

5 - Outros autores usam denominações diferente da aqui escolhida - pequena produção - mas que a entende como está definida: BAHIA/SEPLANTEC; "Contribuição para o Estado da Pequena Produção Agrícola da Bahia", Salvador, 1980. REZENDE, Gervásio Castro; "Produção, Emprego e Estrutura Agrária na Região Cacaueira da Bahia"; in PPE/IPEA, Vol. 8, abril/1978. WANDERLEY, Maria de Nazaré B.; Op. Cit. CASTRO, Ana Célia, e Outros; Op. Cit. Também da mesma autora: Modernização e Diferenciação Social da Produção Familiar Agrícola no Brasil Rural, ANPEC, Olinda, 1981. SORJ, Bernard e Outros. Camponeses e Agroindústria - Transformação Social e Representação Política na Avicultura Brasileira. Rio de Janeiro, ZAHAR, 1982. LOPES, J.R.B. Do Latifúndio à Empresa - Unidade e Diversidade do Capitalismo no Campo. São Paulo, Caderno CEBRAP 26, 2a. ed., Brasiliense, 1978. MARTINS, José de Souza, Os Camponeses e a Política no Brasil, Petropólis, VOZES, 1981. Do mesmo autor- Os trabalhadores do Campo em Busca de uma Alternativa; in. A Igreja e a Propriedade da Terra no Brasil, São Paulo, Edições Loyola, 1980. Ainda do mesmo autor: Terra de Negócio e Terra de Trabalho: Contribuição para o Estudo da Questão Agrária Brasileira, Caderno CEAS, Edições Bahia, maio/junho, 1980.

6 - ENGELS, Friedrich e Outros. O Problema Camponês na França e na Alemanha; in. "A Questão Agrária". Brasiliense, São Paulo, 1981. KAUTSKY, Karl; A Questão Agrária, São Paulo, Resposta Editorial, 1980. E também em LÊNIN, V. Ilitch. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia; Coleção os Economistas, Abril cultural, São Paulo, 1982. Ainda do mesmo autor: A Questão Agrícola e o Livro de Kautsky e o Artigo do Sr. Bulgakov; in. A Questão Agrária, São Paulo, Brasiliense, 1980. Também em Lênin: Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América: Novos dados sobre as Leis do Desenvolvimento na Agricultura; Editora Brasil Debates, São Paulo, 1980.

7 - LÊNIN, Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América: Novos Dados sobre as Leis do Desenvolvimento da Agricultura; Editora Brasil Debates, São Paulo, 1980.

tudo sobre a agricultura nos Estados Unidos, vem deixar claro esta questão, residindo, em última instância, sua explicação, nas relações sociais de Produção. Foi seu empenho mostrar que pequenas propriedades agrícolas, empregando trabalhadores assalariados, num processo de acumulação, constituia-se em produção capitalista - grande produção.

Assim, sucintamente, pequena produção - produção não capitalista - será aqui entendida como aquela forma de produção no Agro em que:

a - o trabalho familiar constitui a principal força de trabalho da unidade produtiva;

b - os produtos da unidade produtiva são, também, mercadorias;

c - a unidade produtiva familiar detém a posse dos instrumentos de trabalho, ou parte deles;

d - a dinâmica de sua produção e participação lhe é externa, é condicionada aos interesses da produção capitalista;

e - não lhe é fundamental a propriedade da terra, e sim a posse, ou acesso ao uso. Assim parceiros, meeiros, arrendatários, etc., ou seja, formas, cuja vinculação (de acesso) à terra implique em pagamento de uma espécie de renda, seja na cessão de quota-parte da produção, seja no pagamento monetário; por outro lado, o proprietário, o posseiro, o ocupante, etc., caracterizados pela vinculação direta em acesso ao uso da terra sem passar pela intermediação de qualquer pagamento de renda; tanto os primeiros ( que pagam rendas), quanto os segundos (que não pagam rendas), em última instância, possuem uma identidade comum e que os caracterizam na pequena produção, é a alienação, ou seja a não retenção de todo (ou da parte suficiente) o trabalho excedente, o que vale dizer, a extração do trabalho excedente de tal forma que lhes ficam vetadas as condições de acumulação.

O segundo conceito de forma de produção advém daquele que é a negação do primeiro - da pequena produção. É a grande produção, a produção capitalista. Suas características essenciais:

a - a necessidade de uso do trabalho assalariado, para extração de trabalho excedente - a mais-valia - como condição necessária para

o processo de acumulação capitalista;

b - a dinâmica interna centrada na acumulação, isto é, na não alienação da mais-valia, ou parte dela, com o controle e gerenciamento da mesma.

Quanto ao terceiro, e último conceito, a "produção em transição" decorre principalmente de uma necessidade de ordem prática, no tratamento das informações censitárias e estatísticas de forma geral. É constituído pelos produtores rurais que não são passíveis de qualificação como produtores capitalistas ou produtores não-capitalistas (pequena produção) com as seguintes características centrais:

a - o predomínio do trabalho familiar, de um lado, mas não o suficiente para atender aos requisitos do processo produtivo dessas unidades;

b - o uso de outras formas de trabalho, que não a familiar, em quantidades relativas não desprezíveis de sua força de trabalho.

O assento teórico e metodológico do presente trabalho se faz precipuamente em dois diferentes estudos, já citados, um coordenado por Graziano[8] e o outro, a tese de doutorado, apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da USP, de autoria de Geraldo Muller.[9] Esses dois estudos têm preocupações diferentes. Graziano, usando dados do INCRA, faz uma caracterização tipo "cross section", isto é, uma análise em um dado ponto do tempo, relacionando as variaveis entre si e enfatizando as magnitudes da participação da pequena produção, da produção não-capitalista, na produção total. Constata a elevada participação relativa da pequena produção, principalmente na produção de alimentos, e assim procura realçar as necessidades de conhecimento da pequena produção na inserção na formação social brasileira. Por sua vez Muller parte para localizar a direção das atuais transformações, fazendo uso de dados dos censos agropecuários (FIBGE)

---

8 - GRAZIANO DA SILVA, José. Op. Cit.

9 - MULLER, Geraldo. Op. Cit.

e estudando a dinâmica de transformação no período 1970-75. Detecta na industrialização do campo o devenir da agricultura brasileira. O avanço do capitalismo no campo decorre, no seu entendimento das unidades produtivas que se industrializam, e que marcam uma "revolução agrária em curso no país"[10].

Foi acompanhando essas duas orientações que se assentou a presente dissertação, procurando identificar as magnitudes de cada uma das formas de produção, suas participações relativas e, ao mesmo tempo verificando as direções das transformações.

A apresentação dos censos agropecuários, feita por estratos de área total em hectares, foi concentrada em seis grupos, sendo o primeiro limitado até 10 (dez) hectares, isto é, englobando dentro dele aquelas observações que dizem respeito aos estabelecimentos menores de 10 hectares; o segundo, de 10, inclusive, a 20 hectares, exclusive; o terceiro, de 20 hectares, inclusive, a 50, exclusive; o quarto estrato de 50, inclusive, a 100 hectares, exclusive; o quinto de 100 hectares, inclusive, a 1000, exclusive; o sexto e último, constituído pelos estabelecimentos com mais de 1000 hectares, inclusive. A classificação foi feita com base na participão do pessoal ocupado em trabalhos permanentes, entendidos, aqui, como trabalhadores assalariados[11], com o fim de reduzir o número de estratos de modo a se aproximar de uma forma sintética, os dados estatísticos dos conceitos teóricos. Nessa subdivisão notou-se que os estratos com menos de 20 hectares detinham menos de 10 por cento de informantes com trabalhadores permanentes em relação ao total de estabelecimentos destes estratos. Percebeu-se também que quase 40 por cento dos estabelecimentos, nos estratos acima de 100 hectares, utilizavam pessoal ocupado em trabalho permanente[12]. Para efeito de

10 - MULLER, Geraldo, Op. Cit. Pág. 49.

11 - Ver nesta dissertação o capítulo III, sobre força de trabalho.

12 - REZENDE, Gervásio Castro. Op. Cit. pág. 85, aí Rezende considera que uma unidade produtiva é capitalista se 40 por cento de sua força de trabalho for constituída de trabalho assalariado.

simplificação, passou-se a chamar, ao longo do texto, de pequenos estabelecimentos aqueles localizados nos estratos com menos de 20 hectares; de estabelecimentos médios, ou de médio porte, os acima de 20 até 100 hectares e de grandes estabelecimentos, ou grandes estratos, os maiores de 100 hectares.

Na presente dissertação ao tratar-se com uma gama considerável de números (taxas de crescimentos, participações relativas, números índices, etc) foi adotada uma metodologia de exposição que consistem apresentar ao final de cada capítulo um item resumo, repetindo sucintamente as informações de maior peso para entendimento dos capítulos posteriores. Também na parte discursiva do texto são repassadas novamente numa tentativa de aproximar cruzamentos.

Para estabelecer parâmetros de comparação principalmente para as taxas de crescimento, foram classificadas como altas, ou altíssimas, aquelas taxas, de uma variável qualquer em estudo, maiores do que as taxas de crescimento do valor da produção; e de baixas, pequenas ou menores, quando tais magnitudes forem menores do que a taxa de crescimento do valor da produção (valor monetário real da produção).

Por fim, resta esclarecer o conceito de estabelecimento, conceito do censo agropecuário: "Considerou-se como estabelecimento todo o terreno, de área contínua, independente do tamanho ou situação (urbana ou rural), formado de uma ou mais parcelas confinantes, sujeito a uma única administração, onde se processasse uma exploração agropecuária, ou seja: o cultivo do solo com culturas permanentes ou temporárias, inclusive hortaliças e flores; a criação, recriação ou engorda de animais de grande e médio porte; a criação de pequenos animais; a silvicultura ou o reflorestamento; e a extração de produtos vegetais. Excluíram-se da investigação os quintais de residências e as hortas domésticas.

As áreas confinantes pertencentes a um só proprietário, mas entregues a administrações diversas, foram consideradas como estabelecimentos distintos. Consideraram-se também como estabe

lecimentos distintos, as áreas exploradas em regime de parceria, quando os responsáveis por sua administração eram os próprios parceiros.

As parcelas não confinantes exploradas em conjunto por um mesmo Produtor, foram consideradas como um único estabelecimento desde que estivessem situadas no mesmo Setor e utilizassem os mesmos recursos técnicos (máquinas, implementos e instrumentos agrários, animais de trabalho, etc.) e os mesmos recursos humanos (o mesmo pessoal), estando subordinadas a uma única administração (do Produtor ou de um Administrador).

As fazendas, hortos, escolas agrícolas, postos zootécnicos, estações experimentais ou áreas semelhantes, pertencentes a entidades públicas e instituições pias ou religiosas, foram investigadas apenas em relação à parte diretamente ligada à atividade agropecuária.

A conceituação de estabelecimento do Censo de 1975 diferiu da utilizada no Censo de 1970, apenas pelo critério de considerar como um único estabelecimento parcelas descontínuas localizadas em um mesmo Setor enumerado".[13]

13 - FIBGE, Censo Agropecuário 1975 - Bahia, Rio de Janeiro, 1979, pág. xxii.

1

# CAPÍTULO I

## A PRODUÇÃO DE BENS NO AGRO BAIANO NA DÉCADA DE 1970-80

Procura-se caracterizar no presente capítulo a magnitude da produção animal-vegetal no Agro baiano, em termos de quantidades físicas e de valor monetário real, iniciando a abordagem pelo aspecto do valor global da produção - valor bruto da produção agropecuária -, passando a uma gradativa subdivisão. Primeiro em grupos de produtos: animal de grande porte; médio porte; pequeno porte; lavouras temporárias; lavouras permanentes; extração vegetal; etc., e, por último, abrindo por linha de produtos, ou sistemas - cacau; mamona; café; sisal; etc. - os principais, classificados segundo a importância em participação no valor monetário global da produção. Essa caracterização nos presentes termos tem o fim apenas de confrontar os produtos entre si - quando investiga-se o desempenho de cada produto, a evolução, a dinâmica de comportamento de cada produto, grupo de produtos, etc., na década 1970-80. No entanto, neste primeiro capítulo, não se estabelecem conclusões e/ou paralelos com a base teórica que dá respaldo à hipótese desenvolvida na dissertação.

### 1 - A Participação da Agricultura no PIB Baiano na Década 1970-80.

Segundo a Contabilidade Social[1], ao final da década de 1970, a Bahia teve aumentada a sua participação relativa no Produto Interno Bruto brasileiro, passando, no primeiro ano da dé-

---

1 - Produto Interno Bruto - PIB 1970-80; in. Informe Conjuntural nº 22 de junho de 1983. A Economia Baiana na ultima década: Os Resultados do BIB; in. Informe Conjuntural nº 23 de julho de 1983. CEI - Centro de Estatística e Informações, Secretatia do Planejamento, Ciência e Tecnologia, Bahia.

cada, de 4 para 5 por cento. Este aumento relativo se deve a suas taxas médias de crescimento anual que foram da ordem de 11,5 por cento entre 1970 e 1980, em índice superior à média nacional de igual período. No primeiro quinquênio da década, o setor industrial apresentou uma taxa média de crescimento de 12 por cento, principalmente em decorrência da implantação do Centro Industrial de Aratu. A agropecuária obteve uma taxa média de crescimento anual, no mesmo período, de 10,6 por cento. No segundo quinquênio, a indústria alcança taxas médias anuais de crescimento ainda maiores, da ordem de 15 por cento. Os êxitos de expansão do setor são atribuídos à entrada em operação do Polo Petroquímico de Camaçari. Nesse segundo quinquênio, as taxas médias anuais de crescimento da agropecuária foram negativas, chegando em 1980 a um valor real inferior em 5,1 por cento em relação a 1975. Esse diferencial de comportamento das taxas médias anuais de crescimento alterou a participação do setor no PIB baiano, de 25 porcento, em 1970, para 17 em 1980.

2 - Valor da produção animal-vegetal, segundo os Censos Agropecuários para os anos de 1970, 1975 e 1980.

Pelos dados dos censos agropecuários, o comportamento das taxas de crescimento do valor da produção agrícola, para a década 1970-80, não foi equivalente àquele verificado pelas Contas Sociais. Embora empreguem metodologias diferentes - os Censos Agropecuários e as Contas Sociais - pelo menos não poderiam demonstrar uma larga margem de disparidade com relação às taxas médias de crescimento. Conquanto, é importante ressaltar que não é propósito do presente trabalho enveredar na explicação das diferenças entre as fontes, mas cabe apontar um fato que as unifica: o comportamento das tendências diferentes nos dois quinquênios, maior dinamismo nas taxas do primeiro e maior inibição das taxas do segundo. Enquanto as Contas Sociais apresentam queda de 5 por cento entre 1975 e 1980, os Censos Agropecuários revelam um crescimento de

18 por cento (ver tabela 01).

TABELA 01 : Distribuição do Valor Monetário Real, em percentuais, pelos grupos de produtos da Produção Animal-Vegetal para os anos de 1970, 1975 e 1980. Bahia.

| ESPECIFICAÇÃO DOS GRUPOS DE PRODUÇÃO | 1970 | 1975 | 1980 | Taxas de crescimento 75/70 | 80/75 | 80/70 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| ANIMAL Grande Porte | 19,6 | 26,8 | 26,5 | 126 | 17 | 164 |
| Médio porte | 2,8 | 3,6 | 3,1 | 115 | 1 | 117 |
| Peq.Porte/aves | 2,3 | 2,8 | 2,6 | 100 | 10 | 121 |
| VEGETAL Lav/permanentes | 31,6 | 38,4 | 40,0 | 101 | 23 | 147 |
| Lav/temporárias | 38,1 | 24,4 | 24,7 | 6 | 19 | 27 |
| Silvicultura | 0,0 | 0,1 | 0,0 | 2463 | -46 | 1289 |
| Extração Vegetal | 5,6 | 3,5 | 2,5 | 3 | -16 | -14 |
| Hortic/Floricult. | - | 0,5 | 0,5 | - | 31 | - |
| Total Relativo | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 66 | 18 | 95 |
| Total absoluto em mil cruzeiros de 1975 | 4.226.051 | 7.003.007 | 8.249.782 | | | |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980; e Conjuntura Econômica
Obs.: Os valores absolutos sofreram correção de acordo com o índice de dezembro dos respectivos anos.
O sinal (-) indica ausência de informação e (0,0) percentual inferior a 0,1 porcento. Lav. = Lavouras; Hortic/Floricult. = Horticultura e Floricultura; Pe. = pequeno.

Na composição do valor total, três grupos - Animal de grande porte; Lavouras Temporárias; e Lavouras Permanentes - são responsáveis por cerca de 90 por cento do valor monetário da produção agropecuária efetivados durante a década em questão. Ao longo do período, principalmente no primeiro quinquênio, delineou-se uma tendência de redução quanto à participação relativa, no valor, por parte das culturas temporárias, que propiciou o aumento da participação relativa da produção animal de grande porte e das lavouras permanentes e reduziu o da extração vegetal.

As taxas de crescimento, evidenciam como os grupos de produção se comportaram, quinquênio por quinquênio, e na década. De 1970 à 1975 a taxa média global de crescimento do valor da produção foi de 66 por cento, embora o va

lor da produção animal de grande porte e das lavouras temporárias tenham crescido a taxas superiores a cem (100) por cento, devido ao fraco desempenho das lavouras temporárias, que cresceram apenas 6 por cento e fizeram com que a média baixasse. O fato singular na tabela 01 é o comportamento das lavouras temporárias, único grupo a ter uma taxa de crescimento maior no segundo quinquênio em relação ao primeiro.

3 - A Participação dos Principais Produtos nos três grandes Grupos e no Total da Produção Animal-Vegetal.

Se analisados separadamente os principais produtos dos grupos animais de grande porte, lavouras permanentes e lavouras temporárias, tem-se uma noção da importância relativa do valor do produto dentro do seu respectivo grupo e dentro da produção total:

A tabela 03 classifica os principais produtos a exemplo de mandioca, milho, cacau, bovinos, suínos, etc., entendidos como um sistema de produção à parte, dado que o processo produtivo de cada um é um todo complexo, ~~empregando-se~~ mais de uma técnica e tendo processos de acumulação diferenciados conforme as condições envolvidas. Por essa classificação dois sistemas, cacau e bovinos, destacam-se por uma grande participação no valor global da produção animal-vegetal em qualquer dos anos arrolados. Compõem juntos mais de 40 por cento do valor da produção no início da década e chegam a mais de 50 por cento ao final da década. Por outro lado, dois outros sistemas (produtos), também de resultados expressivos, mandioca e feijão, reduziram a sua participação no período, sendo que, no segundo quinquênio, o feijão apresentou uma ligeira recuperação, enquanto que a mandioca seguiu perdendo posição (ver tabela 03).

Com relação ao comportamento dos sistemas nas lavouras temporárias, foi regra geral a perda de posição relativa, à exceção da cebola que conseguiu aumento de 0,1 em 1970 para 0,5 por cento em 1980, dentro do valor global. Por outro lado, dentre a produção no grupo animal, observou-se o crescimento da participação re

TABELA 03 :PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS (SISTEMAS) NO VALOR MONETARIO DO GRUPO E NO TOTAL GERAL. Bahia.

| GRUPOS E SISTEMAS DE PRODUTOS | PARTICIPAÇÃO NO GRUPO | | | PARTICIPAÇÃO NO TOTAL | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 |
| PRODUÇÃO ANIMAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 24,7 | 33,2 | 32,2 |
| Bovinos | 78,5 | 79,8 | 81,0 | 19,4 | 26,5 | 26,1 |
| (leite) | (18,7) | (16,4) | (20,0) | (4,6) | (5,4) | (6,4) |
| Suinos | 7,9 | 7,2 | 4,9 | 1,9 | 2,4 | 1,6 |
| Aves | 9,4 | 8,5 | 8,0 | 2,3 | 2,8 | 2,6 |
| (ovos) | (5,3) | (3,5) | (2,5) | (1,3) | (1,2) | (0,8) |
| Caprinos | 1,5 | 1,6 | 1,8 | 0,4 | 0,5 | 0,6 |
| Ovinos | 1,9 | 1,9 | 2,4 | 0,5 | 0,6 | 0,8 |
| Equinos | 0,4 | 0,5 | 0,7 | 0,1 | 0,2 | 0,2 |
| LAVOURAS TEMPORARIAS | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 38,1 | 24,4 | 24,7 |
| Mandioca | 30,8 | 37,8 | 28,0 | 11,7 | 9,2 | 6,9 |
| Feijão | 31,3 | 25,3 | 32,9 | 11,9 | 6,2 | 8,1 |
| Milho | 12,6 | 12,6 | 12,0 | 4,8 | 3,1 | 3,0 |
| Arroz | 1,7 | 2,1 | 3,0 | 0,6 | 0,5 | 0,7 |
| Fumo | 4,5 | 4,7 | 2,8 | 1,7 | 1,1 | 0,7 |
| Cana-de-açúcar | 4,8 | 4,5 | 3,9 | 1,8 | 1,1 | 1,0 |
| Mamona | 4,2 | 2,8 | 5,5 | 1,6 | 0,7 | 1,2 |
| Algodão | 2,9 | 2,6 | 3,1 | 1,1 | 0,6 | 0,8 |
| Cebola | 0,4 | 1,1 | 2,0 | 0,1 | 0,3 | 0,5 |
| Tomate | 1,1 | 1,1 | 1,4 | 0,4 | 0,3 | 0,3 |
| Melância | 1,5 | 1,0 | 1,2 | 0,6 | 0,2 | 0,3 |
| Abóbora | 1,2 | 0,9 | 1,4 | 0,4 | 0,2 | 0,3 |
| LAVOURAS PERMANENTES | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 31,6 | 38,4 | 40,0 |
| Cacau | 70,1 | 71,4 | 72,3 | 22,1 | 27,4 | 28,9 |
| Sisal | - | 11,0 | 7,1 | - | 4,2 | 2,8 |
| Banana | 4,0 | 4,2 | 3,4 | 1,3 | 1,6 | 1,4 |
| Coco-da-baia | 6,8 | 3,5 | 2,7 | 2,1 | 1,3 | 1,1 |
| Café | 5,4 | 2,4 | 6,4 | 1,7 | 0,9 | 2,6 |
| Dendê | 2,0 | 2,1 | 0,9 | 0,6 | 0,8 | 0,4 |
| Laranja | 3,4 | 2,1 | 1,3 | 1,1 | 0,8 | 0,5 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980.
Obs.: ( ) = Valor já computado
(-) = indica ausência de informações
A diferença entre a soma dos produtos (sistemas) para os respectivos totais, significa a ausência des demais produtos.

lativa de todos os sistemas, exceto o de origem suína que apresentou queda no total, entre início e fim da década. Para o grupo das lavouras permanantes não houve um desempenho homogêneo, como nos dois grupos anteriores, conquanto o valor da produção de coco-da-baía e da laranja decaiu durante o período considerado. Já o café, banana e dendê apresentaram oscilações, subindo ou caindo em termos deste valor de produção, no primeiro quinquênio, e aproximando-se nova

mente, no último quinquênio, do valor registrado no início da década.

4 - Valor em mil cruzeiros de 1975 e taxas de crescimento dos produtos dos principais grupos de produção.

Registrada a participação relativa na tabela anterior (03), na tabela seguinte expõem-se os valores monetários absolutos do

TABELA 04: VALOR MONETARIO REAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS E TAXAS DE CRESCIMENTO. Bahia.

| Grupos e produtos | 1970 | 1975 | 1980 | 75/70 | 80/75 | 80/70 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| PRODUÇÃO ANIMAL | | | | | | |
| Bovinos | 624.297 | 1.472.468 | 1.622.339 | 136 | 10 | 160 |
| Leite | 195.419 | 381.266 | 531.344 | 95 | 39 | 172 |
| Suinos | 82.123 | 166.764 | 130.115 | 103 | -22 | 58 |
| Aves | 41.766 | 102.813 | 147.382 | 146 | 43 | 253 |
| Ovos | 54.512 | 81.105 | 66.841 | 49 | -18 | 23 |
| LAVOURAS TEMPORARIAS | | | | | | |
| Algodão | 45.724 | 43.725 | 63.397 | -4 | 45 | 39 |
| Arroz | 27.566 | 36.075 | 61.563 | 31 | 71 | 123 |
| Cana-de-açúcar | 75.699 | 77,700 | 79.965 | 3 | 3 | 6 |
| Cebola | - | 18.305 | 41.452 | - | 126 | - |
| Feijão | 496.333 | 432.734 | 671.073 | -28 | 55 | 35 |
| Fumo | - | 81.052 | 58.333 | - | -28 | - |
| Mandioca | 487.587 | 646.969 | 572.287 | 33 | -15 | 17 |
| Mamona | - | 48.612 | 111.711 | - | 130 | - |
| Milho | 200.055 | 213.914 | 244.039 | 7 | 14 | 22 |
| LAVOURAS PERMANENTES | | | | | | |
| Sisal | - | 245.870 | 223.480 | - | -9 | - |
| Banana | 53.330 | 112.931 | 117.480 | 112 | 4 | 120 |
| Cacau | 936.770 | 1.918.613 | 2.384.564 | 105 | 24 | 154 |
| Café | 71.763 | 64.288 | 211.834 | -10 | 229 | 195 |
| Coco-da-baia | - | 92.984 | 90.803 | - | -2 | - |
| Dendê | - | 57.692 | 29.463 | - | -49 | - |
| Laranja | 45.018 | 57.225 | 43.671 | 27 | -24 | -3 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980.
Obs.: (-) indica ausência de informações

total da produção dos principais sistemas, em mil cruzeiros de 1975, como também (vide lado direito da tabela) a taxa de crescimento desse valor real.

A tabela acima expressa uma concentração dos principais produtos,[2] especificando a sua taxa de crescimento em valor (lado

2 - Principais em termos de participação no valor global da produção animal-vegetal.

direito da tabela). Na verdade, constitui apenas um detalhamento maior do que o já apresentado na tabela 03. As lavouras temporárias tiveram taxas negativas de crescimento, exceto para arroz, cebola e mamona. Para as lavouras permanentes, também os produtos (sistemas) coco-da-baía, dendê, laranja e sisal, registram taxas pequenas ou negativas de crescimento; enquanto na produção animal, apenas ovos e suínos apresentam taxas negativas no segundo quinquênio e, por conseguinte, menores taxas de crescimento na década. A regra geral, como assinalado nos itens 3 e 4, é que as maiores taxas de crescimento verificam-se no primeiro quinquênio, ficando o segundo com taxas menores ou negativas de crescimento; mas nas lavouras tamporárias o comportamento observado foi inverso, exceptuando-se aí apenas a mandioca, enquanto na produção animal todos os produtos tiveram maior taxa de crescimento no primeiro quinquênio do que no segundo. Já nas lavouras permanentes houve uma exceção, com o valor da produção do café.

## 5 - Crescimento Intercensitário da produção física dos principais sistemas das lavouras temporárias e permanentes e do plantel animal, e crescimento do valor real monetário.

Na tabela 05 confrontam-se diretamente as taxas de crescimento físico com de valor monetário real dos principais produtos do Agro baiano.

Percebe-se facilmente na tabela 05 um resumo de tudo o que foi dito até agora sobre as taxas de crescimento, de valor real e de produção física, decompostos em seus principais sistemas. Conhecida a ponderação feita sobre alguns produtos na tabela 03, identifica-se a direção do crescimento global da produção, seja em termos físicos, seja em termos de valor. O grande peso que exercem os sistemas cacau e bovinos, no valor global da produção pode ser sentido pelo comportamento de crescimento. O valor monetário real da produção bovina correspondeu a uma taxa de crescimento superior em três vezes à taxa de crescimento físico; já a do cacau foi,

TABELA 05: TAXAS DE CRESCIMENTO FISICO E DE VALOR DOS PRINCIPAIS PRODUTOS.

| PRODUTOS POR GRUPO | 1975/70 Quant. | 1975/70 Valor | 1980/75 Quant. | 1980/75 Valor | 1980/70 Quant. | 1980/70 Valor |
|---|---|---|---|---|---|---|
| ANIMAL[a] | (40) | (122) | (08) | (14) | (52) | (155) |
| Bovinos | 44 | 136 | 10 | 10 | 58 | 160 |
| Equinos | 4 | - | 12 | - | 16 | - |
| Ovinos | 20 | - | 12 | - | 34 | - |
| Suinos | 15 | 103 | -21 | -22 | -8 | 58 |
| Caprinos | 43 | - | 2 | - | 50 | - |
| Aves[b] | 36 | 146 | 13 | 43 | 55 | 253 |
| LAVOURAS TEMPORARIAS | (-19) | (06) | (09) | (19) | (-15) | (27) |
| Algodão | -14 | -4 | 17 | 45 | 0 | 39 |
| Arroz | -23 | 31 | 176 | 71 | 112 | 123 |
| Cana-de-açúcar | -32 | 3 | 8 | 3 | -27 | 6 |
| Cebola | - | - | 281 | 126 | - | - |
| Feijão | -28 | -28 | 20 | 55 | -14 | 35 |
| Fumo | - | - | -34 | -28 | - | - |
| Mandioca | -12 | 33 | -19 | -15 | -28 | 17 |
| Mamona | - | - | 50 | 130 | - | - |
| Milho | -17 | 7 | 25 | 14 | 3 | 22 |
| LAVOURAS PERMANENTES | (46) | (101) | (27) | (23) | (76) | (147) |
| Sisal | - | - | 48 | -9 | - | - |
| Banana | 48 | 112 | 48 | 4 | 113 | 120 |
| Cacau | 49 | 105 | 13 | 24 | 68 | 154 |
| Café | -24 | -10 | 392 | 229 | 276 | 195 |
| Coco-da-baia | - | - | 1 | 2 | - | - |
| Dendê | - | - | -20 | -49 | - | - |
| Laranja | 14 | 27 | 32 | -24 | 50 | -3 |
| TOTAL | (27) | (66) | (16) | (18) | (45) | (95) |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980; Ver também anexo I e II
a - As taxas de crescimento de quantidade dos animais se referem ao plantel.
b - Em aves estam informados apenas: os galos, galinhas, frangos e frangas.

da mesma forma, superior em duas vezes no primeiro quinquênio, constatando-se modificações no segundo quinquênio. Estes dois produtos influenciaram as taxas globais para cima no primeiro quinquênio, enquanto os produtos das lavouras temporárias, principalmente o feijão e mandioca as influenciaram para baixo.

## 6 - Comportamento do valor real.

A tabela 06 dispõe sobre o comportamento dos principais produtos da lavoura permanente e temporária quanto ao seu valor real monetário por unidades para início, meio e fim da década. É importante observar que não se trata de preços, informações veiculadas no capítulo V. Os índices apresentados na tabela a seguir resultam

da divisão do valor monetário total do produto, pela quantidade produzida, sendo o ano base (de comparação) o de 1975 (=100).

TABELA 06: INDICES DE VALOR REAL, base 1975. Bahia

| PRODUTOS POR GRUPO | 1970 | 1975 | 1980 |
|---|---|---|---|
| LAVOURAS PERMANENTES | | | |
| Sisal (t) | - | 100 | 61 |
| Banana (MC) | 70 | 100 | 72 |
| Cacau (t) | 73 | 100 | 110 |
| Café (t) | 85 | 100 | 67 |
| Coco-da-baia (MF) | - | 100 | 97 |
| Dendê (t) | - | 100 | 64 |
| Laranja (MF) | 89 | 100 | 58 |
| LAVOURAS TEMPORARIAS | | | |
| Algodão (t) | 90 | 100 | 124 |
| Arroz (t) | 59 | 100 | 62 |
| Cana (t) | 66 | 100 | 95 |
| Cebola (t) | - | 100 | 59 |
| Feijão (t) | 83 | 100 | 129 |
| Fumo (t) | - | 100 | 108 |
| Mandioca (t) | 66 | 100 | 109 |
| Mamona (t) | - | 100 | 153 |
| Milho (t) | 77 | 100 | 91 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980; Ver anexos I e II.
Obs.: (t) = tonelada; (MC) = mil cachos; (MF) = mil frutos; (-) ausência de informações.

Os índices apontados na tabela expressam como regra geral que os valores dos produtos das lavouras permanentes foram ao final da década menores que os dos anos 1975 e até mesmo inferiores aos do início da década, à exceção apenas do cacau. Nas lavouras temporárias, o procedimento foi praticamente contrário: Primeiro todos os índices com registro na tabela foram maiores no ano de 1980 em relação à 1970; Segundo, cinco dos nove produtos tiveram também valores superiores aos de 1975, enquanto quatro obtiveram valores inferiores entre os pólos do último quinquênio. No anexo I, onde estão registradas as quantidades físicas do total de cada produto, verifica-se que os quatro produtos a reduzirem seus valores na tabela 06, pelas lavouras temporárias, foram justamente aqueles que alcançaram aumentos físicos significativos entre 1975 e 1980. Os produtos que tiveram suas quantidades físicas diminuídas, senão em relação a 1975, o foram em relação a 1970. O algodão, entretanto, aumentou em quanti

dades físicas tanto em relação a 1975, quanto a 1970, apesar de uma pequena queda em 1975 em relação a 1970. Já a redução do valor dos produtos das lavouras permanentes reflete da mesma forma o anterior já dito, ou seja, o aumento da produção levou a retração no valor, exceto para o cacau, que não só aumentou em produção, como também em valor unitário real. Vale ressaltar que de todos os produtos agrícolas baianos o cacau é o que tem a maior penetração no comércio com o exterior. Nos capítulos seguintes, especialmente no V, discutir-se-ão os sistemas, inclusive o cacau como um produto cujo processo produtivo, em grande parte é dominado por relações de produção capitalista, tendo em torno de si a mais estruturada das organizações institucionais, dentre os produtos do Agro baiano.

## 7 - Resumo do Capítulo.

a) O valor monetário real da produção animal-vegetal baiana cresceu 95% na década 1970-80, segundo os Censos Agropecuários. Pela Contabilidade Social este valor foi de 57%(Obs.: as metodologias são diferentes);

b) O primeiro quinquênio teve uma maior taxa de crescimento do valor que o segundo, pelo censo ambas positivas; pelas contas sociais, o segundo quinquênio foi de crescimento negativo;

c) Três grupos: Animal de grande porte, Lavouras permanentes e Lavouras temporárias constituem juntos em torno de 90% do valor da produção global;

d) Apenas dois produtos: de origem bovina e o cacau, explicam 50% do valor da produção no ano de 1980, enquanto em 1970 explicavam 40%;

e) As taxas de crescimento físico foram inferiores às taxas de crescimento em valor monetário real;

f) Os produtos tiveram seus valores reais uinitários elevados, na década quando houve redução na quantidade produzida; queda no valor real unitário, quando da quantidade aumentada. Esta foi a regra geral, exceto para o cacau que teve sua produção e valor real unitário aumentados; o algodão aumentou o seu valor real unitário enquanto manteve a produção ao mesmo nível - constituindo uma exceção com

menor peso;

g) O principal produto do Agro baiano, em termos de participação no valor da produção, é o cacau. Em 1970 participava com 22%, em 1975 com 27%, e, em 1980 com 29%;

- O valor da produção de origem bovina ocupa a segunda posição participando com 19% em 1970, 26% em 1975, e 26%, também, em 1980;
- O terceiro, foi o feijão, com 8% em 1980, 12% em 1970, e, 6% em 1975 (aqui neste ano ficou em quarto lugar);
- O quarto foi a mandioca com 7% do valor da produção em 1980;12% em 1970, e , em 1975, com 9% (quando ocupou o terceiro lugar);
- O quinto produto em participação no valor em 1980 foi o milho, com 3%. Em 1970 com 5%, e, em 1975, 3%;
- O sisal ficou em sexto lugar em 1980 com 3%; em 1975 na mesma posição, com 4%; em 1970, o censo agropecuário não traz informação;
- Em sétimo lugar, para 1980, vêm juntos os valores da produção do café e de aves, com 2,6%, cada um. Em 1970, o café participou com 1,7 e aves com 2,3%, em 1975 o café, com 0,9%, e aves com 2,8%;
- Em oitavo lugar em 1980, os suínos com 1,6%. Em 1970 participaram com 1,9% e em 1975, com 2,4%;
- Em nono lugar, para 1980, o valor da produção de banana, com 1,4%;
- Em décimo lugar, para 1980, a mamona, com 1,2%;
- Em décimo-primeiro lugar, para 1980, o coco-da-baía, com 1,1%;
- A cana-de-açúcar vem em décimo-segundo lugar, com 1,0% em 1980;
- Os demais valores de produção têm participação inferior à 1,0% em 1980;

h) Quanto às taxas de crescimento segundo o valor monetário real na década, obtiveram classificação por ordem decrescente os seguintes produtos: aves, café, leite, bovinos (exceto o leite), cacau, arroz, e banana, todos com taxas de crescimento superiores a 100%; os demais tiveram taxas inferiores a este valor;

i) Quanto às taxas de crescimento físico, foram classificados, por ordem decrescente: café ( em primeiro lugar com 276%), banana(113%), arroz (112), cacau (68%), bovinos (crescimento do plantel em 58%), aves (crescimento do número de cabeças de galos, galinhas, frangos e frangas, em 55%), caprinos (50% de crescimento do plantel), la-

ranja (também 50%), ovinos (34% de crescimento do plantel), equinos (16% de crescimento do plantel), milho (3%) e algodão (0% - zero por cento - de crescimento). Os demais, suínos, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, tiveram queda no ano de 1980 quando comparado ao ano de 1970.

Adverte-se, todavia, para a inconveniência de se comparar o comportamento de atividades sensíveis aos fatores naturais entre pontos de observação apenas. O ideal seria a utilização de médias trienais nas extremidades em confronto o que, infelizmente, ainda não é possível nas atuais condições brasileiras de informação estatística, por falta de informações inter-censitárias mais seguras.

# CAPÍTULO II

## A PRODUÇÃO DE BENS NO AGRO BAIANO NA DÉCADA 1970-80, POR ESTRATOS DE ÁREA TOTAL.

Na sequência, este capítulo trata do valor global da produção animal-vegetal, segundo estratos de área total em hectares. Em cada um desses estratos, estão os estabelecimentos agrícolas. Por conseguinte as informações estão dispostas segundo os tamanhos dos estabelecimentos. Como no primeiro, este capítulo, começa apresentando o valor global da produção por estrato de área total. Sem seguida aborda, também por estratos, a divisão por grupos de produção, para logo depois, entrar na discussão individual dos produtos. Os resultados de uma análise por estratos pra qualquer uma das variáveis - valor global, taxa de crescimento, etc. -, possibilitam um melhor entendimento dos fenômenos do que a média global. Os números constantes nos estratos atestam tal afirmação. Investiga-se o estabelecimento, segundo o seu tamanho, sua produção e intensidade das transformações durante a década 1970-80. Uma vez mais relembra-se a concepção de "pequenos estabelecimentos" ou "pequenos estatros", como sendo aqueles menores de 20 hectares, exclusive; os "médios estabelecimentos" ou "estratos médios" são os estabelecimentos compreendidos nos estratos acima de 20 hectares, inclusive e abaixo de 100 hectares, exclusive; e os "grandes estabelecimentos" ou "grandes estratos" são os estabelecimentos compreendidos nos estratos acima de 100 hectares, inclusive. Estas categorias ainda não correspondem, pelo menos de imediato, às categorias teóricas de "pequena produção", "produção em transição" e "grande produção - produção capitalista".

### 1 - A Participação dos Estratos no Valor Real Monetário Global da Produção Animal-Vegetal na Década.

A tabela 07 arrola para os três anos objetos dos censos agropecuários, duas informações diversas, se bem que complementa

res. A primeira versa sobre como cada estrato de área total - medido em hectares - participou no montante global do valor da produção animal-vegetal; a segunda, incluída no lado direito da tabela, dispõe sobre a performance dos estratos nos quinquênios 1970 a 1975 e 1975 a 1980 e para a década como um todo (1970-80).

TABELA 07: PARTICIPAÇÃO DOS ESTRATOS NO VALOR REAL MONETÁRIO GLOBAL DA PRODUÇÃO ANIMAL-VEGETAL, EM PERCENTUAIS. BAHIA.

| Grupo de área em hectares | 1970 | 1975 | 1980 | 1975/70 | 1980/75 | 1980/70 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Menos de 10 | 21,0 | 17,3 | 17,4 | 37 | 18 | 62 |
| 10 ⊢ 20 | 10,0 | 8,5 | 9,1 | 41 | 25 | 77 |
| 20 ⊢ 50 | 19,2 | 16,8 | 17,3 | 45 | 21 | 76 |
| 50 ⊢ 100 | 14,3 | 14,2 | 14,3 | 64 | 19 | 94 |
| 100 ⊢ 1000 | 29,0 | 34,1 | 33,6 | 94 | 16 | 126 |
| 1000 ⊢ | 6,4 | 9,1 | 8,3 | 136 | 7 | 152 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,00 | 66 | 18 | 95 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980.

Na participação relativa ao longo da década, detecta-se um processo de concentração. Os grandes estabelecimentos (acima de 100 hectares) que no início da década participavam com 35 por cento do valor global da produção, atingem ao seu final uma participação de 42 por cento. Os pequenos estabelecimentos (menores de 20 hectares), caem de uma participação de 31 por cento, em 1970, para 26 por cento em 1980. Com os médios (maiores de 20 e menores que 100 hectares), nota-se uma relativa estabilidade, de 33 por cento, em 1970, e , em 1980, 32 por cento. A estabilidade maior se verificou no estrato médio de 50 a 100 hectares, que pouco modificou a sua participação ao longo da década.

O lado direito da tabela 07 detalha as alterações na participação relativa dos estratos como também mostram um fato elucidativo de comportamento, considerando os diferentes ritmos de crescimento entre o primeiro e segundo quinquênio. No primeiro quinquênio quando o ritmo de crescimento foi maior, as taxas maiores de crescimento se verificaram nos estratos maiores apresentando uma rela -

ção entre o tamanho do estabelecimento, em média, e as maiores taxas de crescimento do valor. No segundo quinquênio, praticamente registra-se o contrário do primeiro. No período de 1975 a 1980 verifica-se que quanto maior o estrato menor a sua taxa de crescimento, enquanto as taxas para os pequenos e médios estabelecimentos praticamente são estáveis apesar de constituírem no segundo quinquênio a metade em relação ao primeiro. Para os grandes estabelecimentos estas taxas são menores, em 6 vezes para o estrato entre 100 a 1000 hectares e 19 vezes inferiores para os estabelecimentos, em média, localizados nos estratos acima de 1000 hectares. Mas mesmo esse diferencial de ritmo operado no segundo quinquênio não foi bastante para operar uma mudança na concentração. Ao final da década as taxas de concentração são ligeiramente superiores às do primeiro quinquênio, observando-se maiores taxas de crescimento em correlação direta com o tamanho, em hectares, do estrato de área.

Para adiantar algumas considerações contidas nos capítulos, III e IV, transcreve-se uma citação de Graziano,[3] que por hora tem uma finalidade meramente especulativa quanto ao comportamento dos pequenos, médios e grandes estabelecimentos na dinâmica geral de acumulação: " a dinâmica de recriação/destruição da pequena propriedade na década dos sessenta/setenta no Brasil, portanto, é mais ou menos a seguinte: na fase de subida do ciclo econômico, as pequenas propriedades são engolidas naquelas regiões de maior desenvolvimento capitalista no campo e empurradas para a fronteira, na maioria das vezes na forma de pequenos posseiros. Na fase de descenso do ciclo, as pequenas propriedades se expandem, é verdade, mesmo em certas regiões de maior desenvolvimento capitalista e/ou de estrutura agrária consolidada. Mas essa expansão é sempre limitada em termos absolutos e quase nunca significa também um crescimento relativo, pois em termos mais gerais, do país ou mesmo das regiões, a grande propriedade no Brasil vem crescendo sempre a taxas superiores às das pequenas. ... Em resumo, nas épocas favoráveis de expansão da ativi-

---

3 - GRAZIANO DA SILVA, José. O que é Questão Agrária. São Paulo, 2a. Edição, Editora Brasiliense, 110 pp.

dade econômica, o grande prospera e engole os pequenos à sua volta. Na "crise", ao contrário, o grande se retrai. Ou seja, nas épocas desfavoráveis, a grande propriedade procura reduzir os seus "custos variáveis" e os seus "riscos", repassando a responsabilidade pela exploração de parte de suas terras para pequenos parceiros e arrendatários.[4] As afirmações de Graziano, aqui, são tomadas como questionamentos que podem ser feitos a nível da Bahia. Com o desenvolvimento dos capítulos subsequentes retorna-se-á ao autor e à citação, conferindo-se a oportunidade das colocações, como a tabela 07 faz suspeitar, embora a Bahia possua suas especificidades.

2 - Distribuição do valor monetário dos grupos de produção entre os estratos de área total.

A tabela 08, na página seguinte, procura mostrar a distribuição do valor monetário de cada grande grupo de produção. Algumas características se fazem presentes a exemplo de alguns grupos concentrarem sua produção mais em alguns estratos e outros em estratos contrários. O valor da produção animal de grande porte como também o das culturas permanentes têm distribuição similar. A maior parte aloca-se nos grandes estabelecimentos, como também ocorre com o valor da produção da Silvicultura, embora essa seja de pequena participação no total, de acordo com a tabela 01. Os valores da produção de origem animal de pequeno porte, médio porte, horticultura/floricultura, todos têm uma concentração nos pequenos estabelecimentos, retendo sempre mais de 50 por cento do valor de suas produções.

A produção das lavouras temporárias, apesar da maior parte do seu valor se concentrar, nos pequenos e médios estabelecimentos, em 1980, ultrapassou os 23 por cento, nos grandes estabelecimentos, quando em 1970 era ligeiramente inferior a 20 por

---

4 - Graziano da Silva, José. Idem, idem, pág. 32 e 33.

Tabela 08...:Distribuição do valor real monetário dos grupos de produtos por estratos de área total.

| Grupo de área Total | ANIMAL | | | | | | | | | LAVOURAS | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Grande porte | | | médio porte | | | pe. porte | | | Permanentes | | | Temporárias | | | Horti/floric. | | | Silvicultura | | | Extração vegetal | | |
| | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 |
| menos de 10 | 7,4 | 5,7 | 7,7 | 32,2 | 34,5 | 41,0 | 47,7 | 44,2 | 47,9 | 11,0 | 7,5 | 9,4 | 33,6 | 37,5 | 33,4 | - | 56,3 | 52,0 | 19,4 | 21,3 | 13,6 | 22,0 | 27,5 | 21,9 |
| 10 ⊢ 20 | 5,8 | 4,8 | 6,4 | 13,4 | 13,3 | 14,3 | 12,9 | 17,9 | 13,4 | 7,8 | 6,6 | 7,5 | 13,5 | 13,5 | 13,3 | - | 9,5 | 8,4 | 1,5 | 0,4 | 7,5 | 11,1 | 10,4 | 10,4 |
| 20 ⊢ 50 | 12,2 | 10,7 | 12,9 | 22.1 | 20,6 | 18,9 | 18,1 | 14,5 | 13,8 | 20,1 | 18,9 | 19,1 | 21,6 | 19,8 | 19,2 | - | 21,3 | 17,2 | 13,4 | 0,7 | 13,1 | 20,8 | 17,0 | 17,6 |
| 50 ⊢ 100 | 11,6 | 10,4 | 11,5 | 13,4 | 12,6 | 10,3 | 10,2 | 11,8 | 7,6 | 19,1 | 19,4 | 19,2 | 11,9 | 11,3 | 10,9 | - | 5,2 | 10,5 | 22,4 | 1,2 | 10,8 | 15,6 | 10,5 | 11,1 |
| 100 ⊢ 1000 | 43,7 | 46,6 | 42,9 | 17,3 | 17,0 | 13,6 | 9,5 | 9,1 | 13,6 | 37,1 | 41,8 | 40,0 | 17,5 | 15,4 | 19,5 | - | 7,4 | 11,1 | 43,3 | 47,8 | 52,2 | 25,0 | 25,7 | 25,4 |
| 1000 ⊢ | 19,1 | 21,9 | 18,6 | 1,7 | 1,9 | 1,6 | 1,6 | 2,4 | 3,6 | 4,9 | 5,7 | 4,8 | 1,9 | 2,4 | 3,7 | - | 0,2 | 0,7 | 0,0 | 28,5 | 2,7 | 5,5 | 8,9 | 13,5 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | - | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980.
(-) indica ausência de informações.

cento. Os grandes estabelecimentos vieram ao longo da década aumentando sua participação no valor das lavouras temporárias. Em 1970 detiveram 19,4 por cento, em 1975, participaram com 17,8, e, em 1980 com 23,2 por cento. Os produtos que aumentaram em participação serão investigados nesse mesmo capítulo. A extração vegetal constitui-se, em verdade, na única atividade que tem uma distribuição homogênea do seu valor de produção entre os estratos, se considerada a divisão entre pequenos, médios e grandes estabelecimentos.

### 3 - Taxas de crescimento do valor monetário dos grupos de produção, nos estratos de área total.

A tabela 09 vem completar as informações da tabela 08, ou melhor explicita a direção e a dimensão das transformações ocorridas na década, considerando os valores monetários reais por grupos de produtos.

De forma genérica todos os grandes grupos de produtos, em todos os estratos, tiveram altas taxas de crescimento do valor da produção, altas em comparação ao valor total e às taxas de crescimento do valor global (ver primeira coluna, à esquerda da tabela 09). Por outro lado, constituindo as exceções, mas que contribuíram para abaixar a média geral das taxas de crescimento, encontram-se o grupo lavouras temporárias, com pequenas taxas de crescimento (exceto no estrato acima de 1000 hectares), e o grupo extração vegetal detendo taxas negativas de crescimento (exceto novamente para os estabelecimentos com mais de 1000 hectares).

Na análise grupo por grupo, estão refletidas as performances dos dois comportamentos sofridos entre o primeiro e o segundo quinquênio. Os grupos silvicultura e horticultura/floricultura são tidos como atípicos. O primeiro por partir de valores absolutos muito pequenos se comparados aos demais, e, o segundo, por não se dispor de informações para o ano de 1970, o que veio em prejuízo de uma comparação, não só para a década, como também para o primeiro quinquênio. Os grupos animais de grande porte e lavouras permanentes comportam-se de forma similar em vários aspectos, sobretudo quanto

às taxas globais de crescimento semelhantes nos quinquênios como na década e ainda vão mais longe, também participando igualmente no interior dos estratos. No primeiro quinquênio ambos mantêm uma correlação direta entre crescimento do tamanho do estrato e crescimento dos valores das taxas. Semelhantes também o são no segundo quinquênio quando o crescimento é menor. No período, os pequenos estratos alcançam maior taxa de crescimento que os grandes estratos de área total. No grupo de animais de pequeno porte, o valor da produção não acompanha a tendência como as apontadas anteriormente, alternando taxas maiores com taxas menores de crescimento do valor dentro dos estratos. Contudo, somados os dois pólos da década, os grandes estratos apresentam uma grande taxa de crescimento desse valor, se bem que detêm uma menor participação relativa na composição global do valor desse grupo. Para o valor da produção dos animais de médio porte, o primeiro quinquênio apresenta uma relativa homogeneidade das taxas de crescimento de todos os estratos, mas já para o segundo quinquênio apenas os pequenos estabelecimentos possuem taxas positivas de crescimento, os médios e grandes estabelecimentos, taxas negativas. Para o grupo da extração vegetal, a regra geral foi a queda de valor durante toda a década e em todos os anos investigados, com pequenas exceções. O grupo das lavouras temporárias (tabela 01) constitui quase um terço do valor total da produção, com um comportamento singular em relação aos demais grupos, pois teve taxa maior de crescimento do valor de sua produção no segundo quinquênio, enquanto os demais registraram-na no primeiro. Apesar deste grupo alocar a maior parte do valor nos médios e pequenos estratos, foram nos grandes estratos que se concentraram as maiores taxas de crescimento. Com base nas tabelas 08 e 09 recorre-se muito a propósito a outra citação de Graziano[5]: " pode-se afirmar que as pequenas propriedades têm uma importância muito grande no abastecimento alimentar e no for

---

5 - GRAZIANO DA SILVA, José, Coord. e outros; A Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira, São Paulo, Hucitec, 1978.

Tabela: 09 Taxa de Crescimento do valor da produção por estrato de área total

| Grupo de área total | Valor TOTAL | | | Animal Grande Porte | | | Animal Médio Porte | | | Aves e Pequenos animais | | | Lavouras permanentes | | | Lavouras temporárias | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1975/70 | 80/75 | 80/70 | 1975/70 | 80/75 | 80/70 | 1975/70 | 80/75 | 80/70 | 1975/70 | 80/75 | 80/70 | 1975/70 | 80/75 | 80/70 | 75/70 | 80/75 | 80/70 |
| Menos de 10 | 37 | 18 | 62 | 74 | 56 | 172 | 131 | 20 | 177 | 86 | 20 | 122 | 38 | 54 | 112 | 18 | 6 | 26 |
| 10 ⊢ 20 | 41 | 25 | 77 | 86 | 56 | 191 | 113 | 9 | 132 | 179 | -17 | 131 | 72 | 38 | 138 | 7 | 17 | 25 |
| 20 ⊢ 50 | 45 | 21 | 76 | 97 | 41 | 179 | 101 | -7 | 86 | 61 | 5 | 68 | 90 | 24 | 135 | -3 | 16 | 13 |
| 50 ⊢ 100 | 64 | 19 | 94 | 102 | 29 | 160 | 102 | -17 | 67 | 132 | -29 | 65 | 104 | 21 | 148 | 1 | 15 | 16 |
| 100 ⊢ 1000 | 94 | 16 | 126 | 141 | 7 | 159 | 112 | -19 | 70 | 92 | 64 | 216 | 126 | 17 | 166 | -6 | 51 | 42 |
| 1000 ⊢ | 136 | 7 | 152 | 159 | -1 | 156 | 144 | -11 | 117 | 200 | 65 | 395 | 137 | 2 | 143 | 35 | 82 | 146 |
| Média Global | 66 | 18 | 95 | 126 | 17 | 164 | 115 | 1 | 117 | 100 | 10 | 121 | 101 | 23 | 147 | 6 | 19 | 27 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980.

(Continuação da tabela acima...)

| Grupo de área total | Horticultura e floricultura | | | Silvicultura | | | Extração Vegetal | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1975/70 | 80/75 | 80/70 | 1975/70 | 80/75 | 80/70 | 75/70 | 80/75 | 80/70 |
| Menos de 10 | 21 | | | 2725 | -65 | 875 | 28 | -33 | -14 |
| 10 ⊢ 20 | 15 | | | 633 | 786 | 6400 | -3 | -16 | -19 |
| 20 ⊢ 50 | 6 | | | 40 | 868 | 1256 | -16 | -13 | -27 |
| 50 ⊢ 100 | 165 | | | 40 | 374 | 650 | -31 | -11 | -39 |
| 100 ⊢ 1000 | 95 | | | 2711 | -41 | 1565 | 5 | -17 | -12 |
| 1000 ⊢ | 360 | | | - | -95 | - | 66 | 28 | 113 |
| Média Global | 31 | | | 2463 | 442 | 1289 | 3 | -16 | -14 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980.

Obs.: Em 1970 o item "Horticultura e Floricultura" não foi informado em separado.

(-) = indica ausência de informação

necimento de matérias-primas"[6]. Se para o Brasil como um todo a assertiva for correta, para a Bahia já aparecem algumas especificidades. Ainda continuando com Graziano, ele conclui com termos teóricos: "em resumo, a pequena produção é ainda responsável pela maior parte do abastecimento alimentar das cidades e do próprio meio rural, atendo-se a produção capitalista a outras atividades que podem ser consiradas mais rentáveis. Entre estas destacam-se algumas culturas de transformação industrial e a pecuária"[7]. Como poder-se-á ver mais adiante, o movimento observado para a agricultura baiana foi o da substituição de sistemas: os pequenos estabelecimentos aumentando sua participação em"culturas de transformação industrial" - o cacau, e a pecuária bovina, e, por outro lado os grandes estabelecimentos aumentando a participação nas lavouras temporárias.

4 - A composição do valor monetário de cada estrato, segundo os grupos de produção.

Antes de se estudar os grupos de produção por produtos, é necessário ver como se compõe e evolui ao longo da década o valor monetário em termos reais que detêm cada estrato. A tabela 10, neste sentido, mostra-se particularmente interessante, pois o que se pode observar como regra geral ao longo do período, especialmente a partir do segundo quinquênio, são fluxos de tendências opostas, como seriam tentadas conclusões a partir das citações de Graziano da Silva[8]. A tabela 10 aponta os pequenos estabelecimentos com aumento relativo dos valores de sua produção, tanto nas lavouras permanentes e de animais de grande porte principalmente, como também nos grupos or

---

6 - Graziano da Silva, José. Coord. e Outros. Idem, idem, pág. 163

7 - Idem, idem, pág. 163. Observa-se que os conceitos teóricos formulados na presente dissertação são os mesmos de Graziano.

8 - Atente-se para o fato de que Graziano não diz da direção das transformações nos presentes termos.

Tabela 10.3: Composição do valor real monetário de cada estrato segundo os grupos de produtos

| Grupos de área total | Anos | ANIMAL | | | VEGETAL | | | | | TOTAL relativo |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | LAVOURAS | | | | | |
| | | Gde.Porte | Me.Porte | Pe.Porte | Permanentes | Temporárias | Horticult. Floricult. | Silvicult. | Extração Vegetal | |
| Menos de 10 | 1970 | 6,9 | 4,3 | 5,2 | 16,6 | 61,1 | - | 0,0 | 5,9 | 100,0 |
| | 1975 | 8,8 | 7,2 | 7,1 | 16,7 | 52,9 | 1,5 | 0,1 | 5,5 | 100,0 |
| | 1980 | 11,7 | 7,3 | 7,2 | 21,7 | 47,4 | 1,6 | 0,0 | 3,1 | 100,0 |
| 10 - 20 | 1970 | 11,3 | 3,7 | 3,0 | 24,5 | 51,3 | - | 0,0 | 6,2 | 100,0 |
| | 1975 | 15,0 | 5,6 | 5,9 | 29,9 | 38,8 | 0,5 | 0,0 | 4,2 | 100,0 |
| | 1980 | 18,7 | 4,9 | 3,9 | 33,0 | 36,2 | 0,5 | 0,0 | 2,8 | 100,0 |
| 20 - 50 | 1970 | 12,5 | 3,2 | 2,2 | 33,1 | 42,9 | - | 0,0 | 6,1 | 100,0 |
| | 1975 | 17,0 | 4,4 | 2,4 | 43,3 | 28,8 | 0,6 | 0,0 | 3,5 | 100,0 |
| | 1980 | 19,8 | 3,4 | 2,1 | 44,2 | 27,5 | 0,5 | 0,0 | 2,5 | 100,0 |
| 50 - 100 | 1970 | 15,9 | 2,6 | 1,6 | 42,1 | 31,7 | - | 0,0 | 6,1 | 100,0 |
| | 1975 | 19,6 | 3,2 | 2,3 | 52,5 | 19,6 | 0,2 | 0,0 | 2,6 | 100,0 |
| | 1980 | 21,3 | 2,2 | 1,4 | 53,7 | 19,0 | 0,4 | 0,0 | 1,9 | 100,0 |
| 100 - 1000 | 1970 | 29,5 | 1,7 | 0,8 | 40,4 | 22,9 | - | 0,0 | 4,8 | 100,0 |
| | 1975 | 36,6 | 1,8 | 0,7 | 47,0 | 11,0 | 0,1 | 0,1 | 3,4 | 100,0 |
| | 1980 | 33,8 | 1,2 | 1,0 | 47,5 | 14,3 | 0,2 | 0,0 | 1,9 | 100,0 |
| 1000 - | 1970 | 58,6 | 0,7 | 0,6 | 24,1 | 11,3 | - | 0,0 | 4,8 | 100,0 |
| | 1975 | 64,3 | 0,7 | 0,7 | 24,1 | 6,4 | 0,0 | 0,2 | 3,5 | 100,0 |
| | 1980 | 59,9 | 0,6 | 1,1 | 23,2 | 11,0 | 0,0 | 0,0 | 4,1 | 100,0 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980.
(-) indica ausência de informação.

animais de médio e pequeno porte. Os pequenos estabelecimentos entretanto sofreram reduções acentuadas na sua participação no valor da produção das lavouras temporárias. Por outro lado, apesar de aumentarem sua participação na produção das lavouras temporárias, os grandes estabelecimentos têm o maior [illegible] participação no valor da produção de origem animal de grande porte e nas lavouras permanentes. Os pequenos estabelecimentos têm nas lavouras temporárias sua principal fonte de recursos, secundados pelas lavouras permanentes e a seguir pela produção de origem animal de grande porte. Os animais de médio e pequeno porte, aves e a extração vegetal têm contribuições similares e de menor peso que as anteriores citadas na formação do valor bruto da produção dos pequenos estabelecimentos. Entre os médios estabelecimentos se dá uma divisão mais ou menos equitativa dos produtos de origem animal de grande porte, lavouras permanentes e lavouras temporárias. Para os grandes estabelecimentos, o valor de sua produção origina-se em maiores magnitudes das lavouras permanentes e da produção de origem animal de grande porte. Também torna-se cada vez mais significativa a parcela advinda das lavouras temporárias, ocupando o terceiro lugar na formação de seu valor bruto.

A silvicultura não é expressiva para a composição do valor bruto da produção no total e nem para [illegible] os estratos. A extração vegetal tem participação reduzida, apesar de ser mais relevante que a silvicultura, distribuindo-se mais homogeneamente nos estratos. A atividade teve reduzido o seu valor de participação durante [illegible] a década. A horticultura/floricultura contribuiu, longo da década com pequena parcela no valor global da produção, mas mostrando uma relativa estabilidade de participação.

5 - Valor monetário real dos principais produtos das lavouras nos estratos de área total.

Na dissertação de Filgueiras[9] sobre a comercializa-

---

9 - FILGUEIRAS, Luiz A.M. Diferenciais de Preços e Subordinação: Um Estudo da Comercialização do Café na Chapada Diamantina. Mimeo. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Economia/UFBa. Salvador/Bahia. 1983.

ção do café na Chapada Diamantina, o grande diferencial de preços é ressaltado, ainda que dentro de um mesmo segmento de produtores, e entre segmentos diversos. O autor estabelece intervalos de preços. Diz ele " ... podemos perceber claramente, tal como foi proposto na hipótese de trabalho dessa pesquisa, que esses preços tendem a variar em função do tamanho do produtor. Quando tratamos o conjunto dos produtores podemos constatar que a maior parte das vendas (50%) se situam entre Cr$ 5.000, a Cr$ 7.000,. Contudo a análise mais pormenorizada por estrato nos indica que essa realidade se aproxima mais dos "pequenos" e "médios" produtòres, pois são eles que vendem a saca de café a preços que variam principalmente entre Cr$ 5.000, a Cr$7.000, ; embora existam alguns produtores "médios" situados em faixas mais altas. No caso dos "pequenos", a proporção dos produtores situados nessa faixa chega a 66,7% do seu total, enquanto que entre os médios temos 59,1% de cafeicultores nessa situação. Os grandes produtores, por sua vez (quase 60% do seu total), se situam na faixa de preços que vai de Cr$6.000, a Cr$ 8.000, e os "especiais" acima de Cr$ 7.000,, chegando a alcançar em um caso Cr$ 13.000,. Existem obviamente alguns produtores "grandes" que também vendem a nível de preços dos "pequenos" e "médios", sendo contudo em bem menor proporção" [10]. Essa referência a Filgueiras tem o propósito de evidenciar o poder de barganha entre os pequenos e grandes produtores, na formação de preço de mercado para um mesmo produto, como também poder diferenciar para os dados da tabela 11 que não são preços dos produtos ali referidos, mas sim uma imputação de valor do próprio produtor ao responder o inquérito censal. Aí eles estão valorando tanto a parcela da produção que vendeu, quanto a que consumiu, enquanto que os preços de mercado e as condições de barganha são estabelecidos no processo de comercialização.

10 - Filgueiras, Luiz A.M. Idem, idem, pág. 181. Voltar-se-á a essas observações no capítulo V, ao discutir preços.

Tabela 11 : Indices de valor real por unidade dos principais produtos - Bahia

| Grupo de área total | SISAL 1970 | SISAL 1975 | SISAL 1980 | BANANA 1970 | BANANA 1975 | BANANA 1980 | CACAU 1970 | CACAU 1975 | CACAU 1980 | CAFE 1970 | CAFE 1975 | CAFE 1980 | COCO 1970 | COCO 1975 | COCO 1980 | LARANJA 1970 | LARANJA 1975 | LARANJA 1980 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Menos de 10 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| 10 - 20 | - | 97 | 100 | 93 | 86 | 75 | 103 | 101 | 100 | 99 | 80 | 93 | - | 93 | 95 | 91 | 96 | 92 |
| 20 - 50 | - | 94 | 99 | 86 | 76 | 70 | 106 | 102 | 101 | 97 | 83 | 90 | - | 97 | 90 | 91 | 99 | 95 |
| 50 - 100 | - | 94 | 99 | 89 | 70 | 64 | 107 | 102 | 102 | 93 | 88 | 100 | - | 89 | 90 | 97 | 99 | 98 |
| 100 - 1000 | - | 96 | 97 | 92 | 66 | 63 | 108 | 103 | 103 | 99 | 95 | 96 | - | 91 | 92 | 102 | 91 | 85 |
| 1000 - | - | 105 | 104 | 76 | 55 | 62 | 104 | 103 | 104 | 110 | 133 | 78 | - | 81 | 75 | 93 | 129 | 255 |

| Grupo de área total | ALGODÃO 1970 | ALGODÃO 1975 | ALGODÃO 1980 | ARROZ 1970 | ARROZ 1975 | ARROZ 1980 | CANA-DE-AÇUCAR 1970 | CANA-DE-AÇUCAR 1975 | CANA-DE-AÇUCAR 1980 | CEBOLA 1970 | CEBOLA 1975 | CEBOLA 1980 | FEIJÃO 1970 | FEIJÃO 1975 | FEIJÃO 1980 | MAMONA 1970 | MAMONA 1975 | MAMONA 1980 | MANDIOCA 1970 | MANDIOCA 1975 | MANDIOCA 1980 | MILHO 1970 | MILHO 1975 | MILHO 1980 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Menos de 10 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| 10 - 20 | 98 | 91 | 84 | 103 | 100 | 100 | 98 | 98 | 92 | - | 109 | 108 | 98 | 94 | 90 | - | 99 | 102 | 88 | 93 | 87 | 95 | 95 | 96 |
| 20 - 50 | 97 | 89 | 84 | 103 | 98 | 93 | 99 | 110 | 92 | - | 105 | 101 | 97 | 89 | 87 | - | 100 | 102 | 85 | 90 | 84 | 94 | 92 | 93 |
| 50 - 100 | 97 | 90 | 84 | 104 | 98 | 99 | 102 | 111 | 100 | - | 92 | 116 | 97 | 87 | 82 | - | 104 | 102 | 87 | 87 | 79 | 93 | 92 | 93 |
| 100 - 1000 | 96 | 92 | 94 | 106 | 105 | 100 | 91 | 64 | 83 | - | 116 | 108 | 96 | 98 | 80 | - | 106 | 104 | 79 | 81 | 76 | 93 | 92 | 93 |
| 1000 - | 101 | 117 | 102 | 98 | 93 | 102 | 77 | 75 | 67 | - | 164 | 126 | 98 | 90 | 97 | - | 94 | 101 | 85 | 87 | 76 | 94 | 97 | 99 |

Fonte: Censo agropecuário de 1970, 1975 e 1980.
(-) indica ausência de informação.

As unidades de medidas empregada nesta tabela foram: para banana (mil cachos); Coco (mil frutos); Laranja (mil frutos); para os demais sisal, cacau, café, algodão arroz, cana-de-açúcar, feijão, mamona, mandioca e milho foi tomado a tonelada. E o valor monetário tomado foi o total em mil cruzeiros,

Os números índices da tabela 11 foram obtidos mediante a divisão do valor da produção (do produto) pela quantidade produzida (do mesmo) para cada estrato. O primeiro e menor estrato ( de 0 a 10 hectares) foi tomado como base de comparação e o seu valor absoluto foi feito igual a cem (=100).

O que aparece como comportamento geral é que o menor e o maior estratos possuem maiores índices que os demais. Para o valor contido nos maiores estratos, é plausível que resida no seu poder de barganha uma vez que se considera sua produção destinada ao mercado. E quanto aos pequenos? Uma possível explicação talvez seja a elevada escassez desses produtos dentro do menor estrato e/ou o estado de pobreza em que vivem tais produtores. Esta última condição leva-os a tentar ao máximo repassar sua produção diretamente nas feiras e/ou, pela insuficiência de tais produtos, a sobrevalorá-la[11]. As exceções de produtos que não tiveram tal comportamento se verificam com o cacau e a cebola[12].

6 - A produção física dos principais produtos pelos estratos de área total.

A tabela 12 versa sobre a distribuição relativa da produção física pelos estratos e a tabela 13 sobre o comportamento da dinâmica dos produtos na década. Os produtos das principais lavouras podem ser divididos em dois blocos: produtos originados nos grandes estabelecimentos e produtos de origem em sua maior parte nos pequenos e médios estabelecimentos. Assim café, cacau, sisal, cana-de-açúcar e algodão têm a maior parte de sua produção dependente

---

11 - Pode-se observar diretamente nos Censos Agropecuários que quanto menor o estrato de área total, maior é o valor médio do produto, isto é, maior magnitude terá a divisão do valor da produção do estrato pela quantidade produzida.

12 - Sisal, coco-da-baía, cebola e mamona não tiveram informações no Censo Agropecuário de 1970.

dos grandes estabelecimentos. O algodão apresentou um enorme processo de concentração de sua produção nos grandes estabelecimentos, e principalmente nos estabelecimentos com mais de 1000 hectares no período. Esses grandes estabelecimentos detêm, em 1980, 63 por cento da produção quando, em 1970, detinham apenas 28 por cento. Na tabela 13 observa-se que todos os estratos médios e pequenos tiveram taxas negativas de crescimento para o algodão, enquanto os grandes estabelecimentos obtiveram taxas positivas, notadamente os com mais de 1000 hectares, que inclusive apresentaram uma taxa de crescimento de sua produção de 1.700 por cento, na década.

A produção das lavouras de café, no período, foi similar, com altas taxas de crescimento nos grandes estratos. Nos pequenos estabelecimentos as taxas de crescimento são pequenas, mas os médios já apresentam altas taxas, não tão altas quanto as dos grandes estratos.

Na produção de cana-de-açúcar o processo de concentração foi viabilizado de forma peculiar nos grandes estabelecimentos. A tabela 13 indica taxas de crescimento negativas ou pequenas para todos os estratos, só que a redução da produção nos pequenos estabelecimentos, como também dos médios foi bastante significativa. Mesmo tendo taxas negativas no estrato com mais de 1000 hectares, os grandes estabelecimentos aumentam a concentração da produção com a pequena taxa de cresdimento positivo do estrato de 100 a 1000 hectares.

O cacau, que é um dos produtos de maior concentração na agricultura baiana, não comportou-se como os abordados anteriormente. Em todos os estratos foram constatadas taxas de crescimento positivas, sendo que as menores giraram em torno de 60 por cento e ficaram com os grandes estabelecimentos. Já as taxas de crescimento dos médios e sobretudo dos pequenos estabelecimentos foram bastante superiores, resultando num pequeno aumento de suas participações relativas na produção total de cacau, mas que pouco modificou o quadro distributivo geral. Em um estudo específico sobre o cacau na Bahia, Gervásio Castro de Resende[13] mostra a presença de unidades produtivas capitalistas nos estratos menores

13. REZENDE, Gervásio Castro. Produção, Emprego e Estrutura Agrária na Região Cacaueira da Bahia. PPE Nº 1 Vol.8. IPEA, RJ, 1978. p.98.

Tabela 12 - Participação dos estratos na produção física total, em percentual. Bahia

| Grupo de área total | Algodão 1970 | Algodão 1975 | Algodão 1980 | Arroz 1970 | Arroz 1975 | Arroz 1980 | Cana 1970 | Cana 1975 | Cana 1980 | Cebola 1970 | Cebola 1975 | Cebola 1980 | Feijão 1970 | Feijão 1975 | Feijão 1980 | Fumo 1975 | Fumo 1980 | Mamona 1975 | Mamona 1980 | Mandioca 1970 | Mandioca 1975 | Mandioca 1980 | Milho 1970 | Milho 1975 | Milho 1980 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| — 10 | 14 | 11 | 7 | 30 | 32 | 22 | 16 | 12 | 8 | - | 51 | 31 | 31 | 39 | 28 | 56 | 61 | 25 | 24 | 32 | 36 | 40 | 30 | 33 | 26 |
| 10 ⊢ 20 | 13 | 10 | 6 | 13 | 12 | 12 | 6 | 6 | 4 | - | 12 | 24 | 14 | 15 | 14 | 15 | 13 | 12 | 13 | 13 | 14 | 14 | 15 | 15 | 14 |
| 20 ⊢ 50 | 27 | 20 | 13 | 19 | 18 | 23 | 9 | 8 | 9 | - | 13 | 17 | 24 | 20 | 21 | 16 | 15 | 22 | 24 | 23 | 22 | 20 | 24 | 22 | 24 |
| 50 ⊢ 100 | 18 | 18 | 10 | 14 | 13 | 13 | 6 | 6 | 6 | - | 20 | 11 | 13 | 11 | 13 | 6 | 6 | 14 | 14 | 13 | 12 | 10 | 13 | 12 | 13 |
| 100 ⊢1000 | 26 | 28 | 30 | 22 | 22 | 25 | 46 | 49 | 67 | - | 4 | 10 | 17 | 14 | 22 | 6 | 4 | 25 | 21 | 16 | 14 | 13 | 17 | 16 | 20 |
| 1000 ⊢— | 2 | 13 | 33 | 2 | 2 | 6 | 16 | 19 | 5 | - | 0 | 7 | 1 | 1 | 2 | 0 | 0 | 2 | 3 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 | 3 |
| T O T A L | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | - | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |

| rupo de rea total | Sisal 1970 | Sisal 1975 | Sisal 1980 | Bananaa 1970 | Bananaa 1975 | Bananaa 1980 | cacau 1970 | cacau 1975 | cacau 1980 | café 1970 | café 1975 | café 1980 | coco 1970 | coco 1975 | coco 1980 | Laranja 1970 | Laranja 1975 | Laranja 1980 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| — 10 | - | 6 | 9 | 30 | 20 | 23 | 4 | 3 | 6 | 24 | 21 | 7 | - | 34 | 41 | 27 | 30 | 35 |
| ) ⊢ 20 | - | 7 | 9 | 13 | 12 | 11 | 6 | 5 | 7 | 16 | 12 | 5 | - | 11 | 11 | 13 | 14 | 14 |
| ) ⊢ 50 | - | 21 | 21 | 22 | 24 | 20 | 20 | 19 | 20 | 26 | 22 | 17 | - | 15 | 15 | 23 | 21 | 19 |
| ) ⊢ 100 | - | 18 | 17 | 14 | 16 | 13 | 22 | 22 | 21 | 13 | 14 | 18 | - | 10 | 8 | 12 | 10 | 9 |
| )0 ⊢1000 | - | 40 | 36 | 19 | 25 | 31 | 44 | 47 | 43 | 19 | 24 | 42 | - | 21 | 21 | 22 | 23 | 20 |
| )00 ⊢ | - | 7 | 8 | 1 | 2 | 2 | 4 | 5 | 3 | 2 | 5 | 3 | - | 9 | 3 | 2 | 1 | 3 |
| O T A L | - | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | - | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |

)nte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980

(-) indica a ausência de informação. Cebola, fumo, mamona, sisal e coco não tiveram informações no censo agropecuário de 1970.

Tabela 13 - Taxas de crescimentos físico, por estrato de área das lavouras. Bahia

| Grupo de área total | Algodão | | | Arroz | | | Cana-de-açúcar | | | Feijão | | | mandioca | | | Milho | | | Cebola | Fumo | Mamona |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 75/70 | 80/75 | 80/70 | 75/70 | 80/75 | 80/70 | 75/70 | 80/75 | 80/70 | 75/70 | 80/75 | 80/70 | 75/70 | 80/75 | 80/70 | 75/70 | 80/75 | 80/70 | 80/75 | 80/75 | 80/75 |
| - 10 | -34 | -19 | -46 | -17 | 89 | 56 | -47 | -28 | -61 | - 9 | -14 | -22 | - 1 | - 9 | -10 | - 9 | - 1 | -10 | 129 | -28 | 43 |
| 10 - 20 | -34 | -35 | -57 | -28 | 167 | 92 | -32 | -17 | -44 | -25 | 10 | -18 | -11 | -13 | -23 | -17 | 20 | - 1 | 688 | -41 | 65 |
| 20 - 50 | -35 | -25 | -51 | -26 | 235 | 150 | -40 | 18 | -29 | -38 | 24 | -23 | -15 | -27 | -38 | -23 | 32 | 1 | 410 | -37 | 64 |
| 50 - 100 | -15 | -33 | -43 | -28 | 173 | 98 | -39 | 20 | -27 | -36 | 39 | -12 | -17 | -31 | -43 | -19 | 30 | 6 | 105 | -33 | 48 |
| 100 -1000 | - 8 | 27 | 17 | -23 | 204 | 134 | -28 | 48 | 5 | -43 | 90 | 9 | -23 | -24 | -42 | -23 | 54 | 19 | 910 | -54 | 26 |
| 1000 - | 488 | 206 | 1700 | 32 | 850 | 892 | -22 | -71 | -77 | -44 | 252 | 96 | -30 | -21 | -45 | - 6 | 197 | 179 | 63200 | -74 | 237 |
| Média do TOTAL | -14 | 17 | 0 | -23 | 275 | 112 | -32 | 8 | -27 | -28 | 120 | -14 | -12 | -19 | -28 | -17 | 25 | 3 | 281 | -34 | 50 |

| Grupo de área total | Banana | | | Cacau | | | Café | | | Laranja | | | Sisal | Coco | Dendê |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 75/70 | 80/75 | 80/70 | 75/70 | 80/75 | 80/70 | 75/70 | 80/75 | 80/70 | 75/70 | 80/75 | 80/70 | 80/75 | 80/75 | 80/75 |
| - 10 | - 1 | 67 | 64 | 15 | 136 | 172 | -32 | 65 | 13 | 28 | 54 | 97 | 103 | 22 | - 4 |
| 10 - 20 | 30 | 31 | 70 | 28 | 52 | 95 | -41 | 101 | 19 | 21 | 32 | 60 | 81 | 3 | -30 |
| 20 - 50 | 62 | 20 | 95 | 37 | 21 | 65 | -35 | 273 | 143 | 3 | 17 | 20 | 52 | 5 | -21 |
| 50 - 100 | 75 | 12 | 96 | 43 | 43 | 58 | -23 | 572 | 419 | - 3 | 16 | 13 | 43 | -24 | -42 |
| 100 -1000 | 89 | 80 | 242 | 59 | 4 | 65 | - 4 | 763 | 731 | 19 | 12 | 33 | 31 | 5 | -15 |
| 1000 - | 245 | 0 | 243 | 88 | -17 | 53 | 153 | 660 | 1822 | -55 | 459 | 151 | 49 | -65 | -14 |
| Média do TOTAL | 48 | 44 | 113 | 49 | 13 | 68 | -24 | 393 | 276 | 14 | 32 | 50 | 48 | 1 | -20 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980

Obs.: os produtos: Cebola, mamona, feijão, sisal, coco e dendê não tiveram suas quantidades físicas produzidas informadas por estrato de área total no censo agropecuário de 1970

de 100 e 20 hectares, e ainda um maior número de unidades produtivas não capitalistas.

A tabela 12 classifica alguns produtos oriundos, em sua maior parte, dos pequenos estabelecimentos, como é o caso do fumo, da mandioca, do coco-da-baía e da cebola. Esses produtos, se analisadas as suas dinâmicas durante a década, apresentam taxas negativas ou pequenas de crescimento à exceção da cebola, que teve altas taxas de crescimento, em todos os estratos, no quinquênio 1975-80[14].

As demais lavouras presentes nas tabelas 12 e 13, como o arroz, o feijão, a mamona, o milho, a banana, a laranja e coco-da-baía, não têm um segmentação tão dicotomizada da origem de suas produções, como as das lavouras anteriores. Encontram-se suas produções, ora mais, ora menos, distribuídas homogeneamente por todos os estrato

As lavouras de arroz, feijão e milho, ao longo da década, tiveram comportamentos similares. Todas apresentaram queda, para todos os estratos, no primeiro quinquênio, e uma recuperação, no segundo, com taxas positivas para todos os estratos, com um detalhe: os grandes estabelecimentos foram os que apresentaram maior taxa de crescimento e, por conseguinte, aumentaram durante a década a sua participação relativa. Comportamento semelhante a este foi o da produção de laranja, cuja diferença reside no fato de não ter obtido taxas negativas para todos os estratos no primeiro quinquênio. A produção de coco-da-baía teve desempenho um pouco melhor do que a produção de laranja. Para a mamona a taxa de crescimento foi positiva nos estratos para o quinquênio 1975-80[15], mas não chegou a ser destaque quando se consideram as taxas de crescimento em relação àquelas lavouras de expressivo crescimento.

---

14 - Cebola e coco-da-baía, não tiveram informações para o ano de 1970.

15 - A produção de laranja, e outras como fumo, mamona, sisal e dendê, também não tiveram informações no censo agropecuário de 1970.

7 - A Produção Animal.

Com a produção animal, a estrutura distributiva pelos estratos não traz novidades em comparação com os produtos de origem vegetal. Alguns produtos de origem animal concentram-se nos pequenos estratos, outros, mos grandes, existindo também aqueles de distribuição homogênea por todos os grupos de área. Cerca de 60 por cento do valor da produção de origem bovina estão concentrados nos grandes estabelecimentos, conquanto nota-se na análise para a década um ligeiro aumento da participação dos médios e pequenos estabelecimentos (ver tabela 14). A tabela 15 mostra a distribuição dos rebanhos, enquanto a tabela 14, a distribuição em valor da produção de origem animal*. A distribuição relativa do valor guarda uma relação direta com a distribuição relativa do rebanho. Portanto, em se tratando de distribuição relativa entre os estratos, tanto faz analisar a tabela 14 ou a 15. Mas apenas com está última pode-se chegar a informações mais ricas e precisas, pois também traz o número de informantes.

As tabelas 15 (distribuição dos rebanhos pelos estratos) e 16 (taxas de crescimento dos rebanhos nos estratos), conjugadas e aliadas às informações da tabela 03 (onde estão as participações de todos os produtos dentro do valor global da produção animal e vegetal), fecham um círculo da distribuição e dinâmica dos principais produtos do Agro baiano. A participação da produção de origem bovina (tabela 03) é de 78 por cento no ano de 1970, e em 1980, de 81 por cento no total da produção animal. Pela tabela 15 (ou 14) percebe-se a distribuição do plantel (ou do valor da produção) concentrado nos grandes estabelecimentos. E mais: a taxa de crescimento do plantel de bovinos como a mais alta dentre todos os diferentes animais, no aspecto global foi de 58 por cento; superior até ao crescimento do número de cabeças de aves ( 55 por cento).

---

* Obs.: O que se considera como valor da produção de origem animal são os itens "vendas" e/ou "consumo" dos Censos Agropecuários.

Tabela 14 Distribuição do valor da produção animal em percentual por estrato de área total - Bahia.

| Grupo de área total | Bovinos | | | Equinos | | | Ovinos | | | Suinos | | | Caprinos | | | Aves | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 |
| - 10 | 7,3 | 5,5 | 7,4 | 20,5 | - | 20,2 | 29,4 | - | 37,8 | 31,6 | 33,3 | 40,2 | 38,2 | - | 46,3 | 47,8 | 44,2 | 48,4 |
| 10 ⊢ 20 | 5,8 | 4,7 | 6,3 | 9,9 | - | 11,0 | 13,8 | - | 15,0 | 13,5 | 13,4 | 13,9 | 12,5 | - | 14,5 | 12,9 | 17,9 | 13,5 |
| 20 ⊢ 50 | 12,2 | 10,5 | 12,8 | 19,0 | - | 21,8 | 22,0 | - | 19,2 | 22,5 | 21,7 | 20,2 | 19,8 | - | 15,9 | 18,0 | 14,4 | 13,7 |
| 50 ⊢ 100 | 11,6 | 10,4 | 11,5 | 13,0 | - | 11,1 | 13,6 | - | 10,6 | 13,8 | 13,0 | 11,1 | 11,2 | - | 8,2 | 10,2 | 11,8 | 7,6 |
| 100 ⊢ 1000 | 43,8 | 46,8 | 43,1 | 29,7 | - | 29,0 | 18,7 | - | 15,1 | 17,0 | 16,5 | 13,2 | 16,8 | - | 12,7 | 9,5 | 9,0 | 13,6 |
| 1000 ⊢ | 19,2 | 22,0 | 18,7 | 7,7 | - | 6,9 | 2,5 | - | 2,3 | 1,5 | 2,0 | 1,0 | 1,4 | - | 2,3 | 1,6 | 2,4 | 3,6 |
| T O T A L | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | - | 100,0 | 100,0 | - | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | - | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980

(-) indica ausência de informação censal

abela 15 : Distribuição dos rebanhos segundo os estratos e os correspondentes informantes em percentual. Bahia

| rupo de rea total | BOVINOS 1970 info. | BOVINOS 1970 reb. | BOVINOS 1975 info. | BOVINOS 1975 reb. | BOVINOS 1980 info. | BOVINOS 1980 reb. | EQUINOS 1970 info. | EQUINOS 1970 reb. | EQUINOS 1975 info. | EQUINOS 1975 reb. | EQUINOS 1980 info. | EQUINOS 1980 reb. | OVINO 1970 info. | OVINO 1970 reb. | OVINO 1975 info. | OVINO 1975 reb. | OVINO 1980 info. | OVINO 1980 reb. | Bovinos só para trabalho 1970 reb. | Bovinos só para trabalho 1975 reb. | Bovinos só para trabalho 1980 reb. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| - 10 | 35 | 9,8 | 33 | 7,5 | 34 | 8,1 | 37 | 23,6 | 31 | 18,7 | 30 | 16,3 | 47 | 33,0 | 48 | 34,3 | 48 | 35,9 | 23,7 | 29,8 | 21,4 |
| ) ⊢ 20 | 16 | 6,3 | 16 | 5,6 | 17 | 6,3 | 15 | 11,0 | 15 | 10,0 | 16 | 9,9 | 15 | 13,6 | 15 | 13,8 | 16 | 14,9 | 13,6 | 13,5 | 14,8 |
| ) ⊢ 50 | 22 | 13,4 | 22 | 12,0 | 22 | 12,9 | 22 | 19,1 | 22 | 17,7 | 23 | 17,4 | 19 | 21,3 | 18 | 19,4 | 18 | 19,0 | 20,9 | 21,1 | 23,3 |
| ) ⊢ 100 | 12 | 11,6 | 12 | 11,2 | 11 | 11,3 | 11 | 12,6 | 13 | 13,1 | 13 | 12,7 | 9 | 12,2 | 9 | 11,7 | 8 | 11,0 | 13,2 | 13,7 | 14,4 |
| )0 ⊢1000 | 14 | 42,4 | 15 | 43,9 | 13 | 41,6 | 14 | 27,0 | 17 | 31,3 | 17 | 33,1 | 10 | 17,6 | 10 | 18,2 | 9 | 16,5 | 23,8 | 25,7 | 21,9 |
| )00 ⊢ | 1 | 16,4 | 1 | 19,8 | 1 | 19,8 | 1 | 6,7 | 1 | 9,1 | 1 | 10,6 | 1 | 2,2 | 1 | 2,5 | 1 | 2,5 | 4,8 | 6,2 | 4,2 |
| O T A L | 100 | 100,0 | 100 | 100,0 | 100 | 100,0 | 100 | 100,0 | 100 | 100,0 | 100 | 100,0 | 100 | 100,0 | 100 | 100,0 | 100 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

| upo de ea total | SUINOS 1970 info. | SUINOS 1970 reb. | SUINOS 1975 info. | SUINOS 1975 reb. | SUINOS 1980 info. | SUINOS 1980 reb. | CAPRINOS 1970 info. | CAPRINOS 1970 reb. | CAPRINOS 1975 info. | CAPRINOS 1975 reb. | CAPRINOS 1980 info. | CAPRINOS 1980 reb. | AVES 1970 info. | AVES 1970 reb. | AVES 1975 info. | AVES 1975 reb. | AVES 1980 info. | AVES 1980 reb. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| - 10 | 50 | 38,3 | 52 | 39,6 | 53 | 41,4 | 52 | 40,8 | 53 | 43,4 | 53 | 42,6 | 53 | 46,1 | 54 | 42,9 | 55 | 45,0 |
| ⊢ 20 | 14 | 13,9 | 14 | 13,7 | 15 | 14,9 | 13 | 12,4 | 13 | 12,3 | 14 | 14,7 | 14 | 13,3 | 14 | 16,0 | 15 | 13,7 |
| ⊢ 50 | 19 | 21,6 | 18 | 20,4 | 18 | 20,4 | 18 | 19,2 | 16 | 16,5 | 17 | 16,2 | 18 | 19,2 | 17 | 19,3 | 17 | 18,9 |
| ⊢ 100 | 8 | 11,8 | 8 | 11,5 | 8 | 10,5 | 8 | 10,6 | 8 | 9,8 | 7 | 9,0 | 8 | 10,0 | 7 | 9,8 | 7 | 8,6 |
| ) ⊢1000 | 7 | 13,5 | 7 | 13,5 | 6 | 11,7 | 9 | 15,4 | 9 | 16,5 | 8 | 14,7 | 7, | 10,5 | 7 | 11,0 | 6 | 12,7 |
| )0 ⊢ | 0 | 0,9 | 0 | 1,0 | 0 | 1,1 | 1 | 0,7 | 1 | 1,5 | 1 | 2,7 | 0 | 0,9 | 0 | 0,9 | 0 | 1,0 |
| ) T A L | 100 | 100,0 | 100 | 100,0 | 100 | 100,0 | 100 | 100,0 | 100 | 100,0 | 100 | 100,0 | 100 | 100,0 | 100 | 100,0 | 100 | 100,0 |

nte: Censo Agropecuário 1970, 1975 e 1980.
.: info. = informantes
reb. = rebanho

Tabela 16. : Taxas de crescimentos dos rebanhos por estratos e dos respectivos informantes, Bahia

| Grupo de área total | reb. bovinos | | | info. bovinos | | | reb. equinos | | | info. equinos | | | reb. caprinos | | | info. caprinos | | | bovinos só de trabalho |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 75/70 | 80/75 | 80/70 | 75/70 | 80/75 | 80/70 | 75/70 | 80/75 | 80/70 | 75/70 | 80/75 | 80/70 | 75/70 | 80/75 | 80/70 | 75/70 | 80/75 | 80/70 | 75/70 |
| - 10 | 10 | 18 | 31 | 7 | 23 | 31 | -17 | - 3 | -20 | -19 | 0 | -19 | 52 | 0 | 51 | 9 | - 5 | 4 | -13 |
| 10 ⊢ 20 | 27 | 24 | 58 | 13 | 27 | 44 | - 6 | 11 | 4 | - 5 | 12 | 6 | 41 | 22 | 72 | 5 | 6 | 12 | 4 |
| 20 ⊢ 50 | 29 | 18 | 52 | 10 | 20 | 32 | - 3 | 9 | 6 | 2 | 9 | 7 | 22 | 0 | 22 | - 2 | - 1 | - 3 | 5 |
| 50 ⊢ 100 | 38 | 11 | 54 | 0 | 29 | 29 | 8 | 8 | 17 | 7 | 6 | 14 | 32 | - 7 | 23 | 8 | - 9 | - 2 | 8 |
| 100 ⊢ 1000 | 49 | 4 | 55 | 16 | 8 | 25 | 21 | 18 | 43 | 15 | 5 | 22 | 52 | - 9 | 38 | 8 | -11 | - 3 | 12 |
| 1000 ⊢ | 74 | 10 | 91 | 28 | 14 | 47 | 42 | 30 | 85 | 31 | 16 | 52 | 40 | 88 | 164 | 13 | 13 | 29 | 33 |
| TOTAL MEDIO | 44 | 10 | 58 | 11 | 19 | 33 | 4 | 12 | 16 | - 5 | 6 | 0 | 43 | 2 | 50 | 7 | - 4 | 3 | 4 |

| Grupo de área total | reb. ovinos | | | info. ovinos | | | reb. suinos | | | info. suinos | | | aves | | | info. aves | | | bovinos só de trabalho |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 75/70 | 80/75 | 80/70 | 75/70 | 80/75 | 80/70 | 75/70 | 80/75 | 80/70 | 75/70 | 80/75 | 80/70 | 75/70 | 80/75 | 80/70 | 75/70 | 80/75 | 80/70 | 80/75 |
| - 10 | 25 | 17 | 46 | 17 | 8 | 26 | 19 | -17 | - 1 | 10 | 0 | 10 | 27 | 19 | 51 | 11 | 8 | 20 | 7 |
| 10 ⊢ 20 | 22 | 20 | 47 | 12 | 14 | 27 | 14 | -14 | - 2 | 5 | 3 | 8 | 63 | - 2 | 59 | 11 | 11 | 21 | 8 |
| 20 ⊢ 50 | 10 | 9 | 20 | 7 | 12 | 19 | 9 | -21 | -13 | 0 | - 3 | - 2 | 38 | 11 | 52 | 6 | 5 | 11 | 9 |
| 50 ⊢ 100 | 15 | 4 | 20 | 12 | 3 | 16 | 13 | -28 | -19 | 1 | - 7 | - 5 | 34 | - 1 | 33 | 8 | 0 | 8 | 4 |
| 100 ⊢ 1000 | 25 | 1 | 26 | 15 | - 2 | 12 | 17 | -33 | -21 | 3 | -14 | -11 | 43 | 31 | 88 | 10 | - 5 | 4 | -15 |
| 1000 ⊢ | 38 | 23 | 70 | 22 | 13 | 38 | 35 | -19 | 10 | 6 | - 8 | - 2 | 40 | 20 | 68 | 22 | 2 | 26 | -33 |
| TOTAL MEDIO | 20 | 12 | 34 | 14 | 8 | 23 | 15 | -21 | - 8 | 6 | - 1 | 5 | 36 | 13 | 55 | 10 | 6 | 17 | - 1 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980.
Obs.: reb. = rebanho
info. = informantes

O ritmo de expansão dos rebanhos foi similar aos já verificados para as lavouras permanentes, predominando um maior dinamismo no primeiro quinquênio e menor expansão no segundo. As taxas de crescimento do rebanho bovino também mantiveram uma correlação direta com o tamanho dos estabelecimentos. No primeiro quinquênio, aos maiores estabelecimentos corresponderam maiores taxas de crescimento. No entanto, quanto aos informantes de bovinos, a distribuição relativa é inversa à distribuição do rebanho, onde o maior estrato chega a ter apenas 1 (um) por cento dos informantes, mas [illegible] 16 por cento do rebanho, em 1970 e 20 por cento em 1980. O menor estrato, em 1970, detém 35 por cento dos informantes com apenas 10 por cento do rebanho, e, em 1980, respectivamente 34 e 8 por cento.

O processo de expansão do número de informantes de bovinos foi inverso ao dos rebanhos, nos dois quinquênios. Houve uma menor expansão dos informantes no primeiro quinquênio, quando a expansão do rebanho foi maior, e, no segundo, uma maior, quando a expansão foi bem menor, sendo, portanto, um indicador em favor da tese de Graziano transcrita nas páginas 15 (final) e 16 (início).

Para o plantel equino, a evolução ao longo da década foi sensivelmente menor que a dos bovinos. O plantel evoluiu em maior ritmo no segundo quinquênio e não no primeiro, como seria de se esperar. Suas maiores taxas de crescimento se verificaram nos grandes estabelecimentos nos dois quinquênios. Já a distribuição relativa concentrou-se nos pequenos e médios estabelecimentos, tanto a nível de informantes como de plantel.

Os informantes e o plantel de caprinos também se concentraram nos pequenos e médios estabelecimentos. A taxa de crescimento do rebanho foi maior no primeiro quinquênio e bastante reduzida no segundo. E para o primeiro quinquênio, quando a taxa de crescimento do rebanho foi maior, esta taxa se revelou bastante homogênea entre todos os estratos. As taxas de expansão de informantes foram pequenas durante a década e não tiveram um comportamento definido de crescimento ou queda segundo o tamanho do estrato. No global os informantes do rebanho de caprino cresceram apenas 3 por cento no período.

em 1975, perdendo 1 ponto percentual, passando para 42% em 198

b) As taxas de crescimento da produção animal-vegetal mostram o mesmo fenômeno por outro ângulo. Os pequenos estabelecimentos cresceram, em valor da produção, a uma taxa média no primeiro quinquênio de 40 por cento, e a uma taxa média de 20% no segundo, totalizando na década uma taxa média de 70 por cento. Os estabelecimentos de tamanho médio aumentaram o valor de sua produção de 50% no primeiro quinquênio, 20% no segundo, e 80% na década. Já os estabelecimentos de grande porte tiveram uma taxa de crescimento médio do valor de sua produção acima de 100% no primeiro quinquênio e uma taxa média inferior à 15%, no segundo, perfazendo na década 130 por cento;

c) Em 1970 a produção de origem bovina explicava sozinha 19% do valo monetário global; 26% em 1980. O valor da produção de cacau explicava 22% do valor monetário global da produção animal-vegetal em 1970 e, 29% em 1980. Portanto, juntos, responsabilizam-se, em 1980 por 55 por cento do valor monetário global da produção animal-vegetal. Ao longo da década tiveram taxa de expansão de suas produções de formas similares. Um melhor desempenho no primeiro quinquênio que no segundo. Outra similitude é que, no período de maior expansão, as maiores taxas de crescimento se verificaram nos grandes estabelecimentos, e no período de menor expansão, os pequenos estabelecimentos apresentaram as maiores;

d) O algodão e a cana-de-açúcar também tiveram um processo similar, entre si, de evolução, ao longo da década. De forma genérica reduziram-se ao longo do período. Ao mesmo tempo, a produção se concentrou nos grandes estabelecimentos. Mas este processo se deu pela violenta redução da produção nos estabelecimentos de pequeno e médio porte, embora o algodão tenha crescido a uma altíssima taxa (1.700 por cento) nos estabelecimentos com mais de 1000 hectares;

e) Os produtos arroz, feijão e milho comportaram-se de forma parecida. Sofreram queda em todos os estratos durante o primeiro quin

Os ovinos tiveram uma maior dinâmica na expansão, tanto a nível de plantel quanto de informantes. A maior expansão, em rebanho e em informantes se deu no primeiro quinquênio, mostrando-se concentrada nos pequenos e médios estabelecimentos.

Os suínos, por sua vez, também concentrara-se, tanto em plantel quanto em informantes, nos pequenos e médios estabelecimentos. Tiveram uma pequena expansão no primeiro quinquênio, mas a retração, no segundo, foi maior em todos os estratos, fazendo com que a taxa de crescimento, também no total, para a década, fosse negativa.

As aves, da mesma forma, mostraram-se concentradas em número de cabeças e em informantes, nos pequenos e médios estabelecimentos. Obtiveram a segunda performance depois dos bovinos na evolução do número de cabeças, com uma maior expansão no primeiro quinquênio. O número de cabeças expandiu-se em maior ritmo nos grandes estabelecimentos, mesmo no segundo quinquênio quando a dinâmica geral foi menor.

Quanto aos bovinos de trabalho, a informação do censo só diz respeito ao número de cabeças. Esses animais se distribuem mais ou menos homogeneamente pelos estratos. A sua expansão na década foi muito pequena; no primeiro quinquênio, 4 por cento, enquanto no segundo apresentou queda de 1 (um) por cento, mesmo tendo crescido 3 por cento ao final da década.

## 8 - Resumo do Capítulo

a) O valor global da produção animal-vegetal apresentou um processo de concentração nos grandes estabelecimentos ao longo da década. Este processo mostrou ser um pouco mais intenso no primeiro quinquênio quando o crescimento foi maior. Os pequenos estabelecimentos detinham 31 por cento do valor global em 1970; caíram para 26% em 1975, e mantiveram o mesmo percentual, 26% , em 1980. Os estabelecimentos de tamanho médio caíram de 33 para 31 por cento de 1970 para 1975, mas elevaram esse patamar para 35% em 1980. Os estabelecimentos de grande porte saíram de 35% em 1970, para 43%

# CAPÍTULO III

## A FORÇA DE TRABALHO

Depois das análises sobre o que é produzido pelo Agro baiano, e discutida a distribuição da produção pelos estratos de áreas total, esse conjunto de informações suscita uma interrogação sobre as relações de trabalho que envolvem aquela produção. Mas a nível das informações estatísticas não se tem uma distribuição que possibilite de maneira direta quantificar ou levantar magnitudes das relações de trabalho que envolvem cada sistema produtivo. As informações sobre a força de trabalho serão tratadas de forma autônoma, não apresentando cruzamentos (com os sistemas produtivos). Portanto o presente capítulo tenderá de forma genérica a abordar a distribuição dessa força de trabalho dentro das categorias conceituais que aparecem nos Censos Agropecuários: Responsáveis e Membros Não Remuneradas da Família (RMNRF)[16]; Empregados Em Trabalho Permanente (EETP)[17]; Empregados Em Trabalho Temporário (EETT)[18]; Parceiros[19]; e Outra Condição[20]. A distribuição dessas informações pelos

---

16 - "Consideraram-se Membros não remunerados da família do responsável os componentes do grupo familiar que o ajudavam efetivamente nos trabalhos agropecuários, sem receber qualquer espécie de pagamento" Censo Agropecuário/FIBGE, Rio de Janeiro, Vol.1,tomo 13, parte 1a., pág. xxv - 1979.

17 e 18 - "Na categoria Empregados consideram-se as pessaos (inclusive os membros da família do responsável) que trabalham mediante remuneração em dinheiro, em quantidade fixa de produtos, ou mediante as duas formas. Os empregados são apresentados discriminadamente em: empregados em trabalho permanente os que exerciam atividade de caráter efetivo ou de longa duração e empregados em trabalho temporário - os contratados para atividades eventuais ou de curta duração" Censo Agropecuário/FIBGE, idem, idem.

19 - "Definem-se como Parceiros as pessoas subordinadas à administração do estabelecimento que percebiam, como remuneração, parte da produção obtida com seu trabalho (meia, terça, quarta,etc.). Observe-se que os parceiros autônomos, com responsabilidade da administração de estabelecimentos, foram contados no grupo responsável e membros não remunerados da família". FIBGE, idem,idem.

20 - "Na categoria Pessoal de outra condição, consideraram-se as pes

quênio, mas apresentaram uma recuperação no segundo. Porém, com um detalhe um pouco surpreendente. no processo de recuperação, que se deu no segundo quinquênio, as maiores taxas de crescimento desses produtos ocorreram nos grandes estabelecimentos.

f) No processo de concentração da produção temos em resumo o seguinte quadro:

f.1 - Os produtos algodão, cana-de-açúcar, sisal, café, cacau e bovinos têm a maior parte de sua produção nos grandes estabelecimentos;

f.2 - Os produtos arroz, feijão, mamona, milho, banana, laranja e rebanho equino, distribuem-se mais ou menos homogeneamente entre os pequenos, médios e grandes estabelecimentos;

f.3 - Já os produtos cebola, fumo, mandioca, coco-da-baía, rebanho ovino, rebanho caprino, suíno e as aves concentram-se nos pequenos estabelecimentos;

g) É necessário salientar que os estabelecimentos médios - menores de 100 e maiores de 20 hectares - têm uma participação generalizada em todos os produtos, seja de origem animal, seja de origem vegetal, e detêm, sempre, quase um terço de cada uma dessas produções.

estratos de área total possibilitará algumas inferências ao nível teórico e tentar-se-á complementá-las com os cruzamentos às diferentes categorias de produtores - proprietário; arrendatário; parceiro e ocupante - que apareceram no censo de 1970, não sendo informadas nos censos de 1975 e 1980.

1 - O Pessoal Ocupado (PO) e a População Rural.

Em 1970 a população rural da Bahia representava 58,3 por cento da população total. Em 1975 essa participação caiu para 56,1, e, em 1980, chegou a 50,7 por cento. Nessa década a população rural cresceu 9,8 por cento, enquanto a população total do Estado, 26,6.

A taxa de crescimento, na década, do Pessoal Ocupado (PO) foi de 25,01 por cento, quase na mesma magnitude que a do Estado, o que fez alterar a razão Pessoal Ocupado/População Rural. Essa razão que em 1970 era de 48,1 por cento, passou para 54,8 em 1980. Poder-se-ia querer inferir a partir daí uma intensificação do uso dos trabalhadores rurais pela entrada mais cedo de jovens na força de trabalho, e/ou por retardamento da saída dos mais velhos, mas isso não é possível por não ser conhecida a quantidade de trabalhadores que se deslocam dos centros urbanos para o trabalho no meio rural.

2 - A Composição da Força de Trabalho no Agro Baiano.

A tabela 17 na página seguinte mostra a distribuição do Pessoal Ocupado (PO) pelos estratos de área total. A segunda coluna dessa tabela, lado esquerda, mostra a distribuição do total de PO entre os estratos para os três anos recenseados. A distribuição do

(continuação...)
soas, cujo regime de trabalho diferia do pessoal dos grupos anteriores tais como: agregados, moradores, etc. Consideraram-se como empregados ou como parceiros, conforme o caso, os membros não remunerados de suas famílias que os ajudavam efetivamente nos trabalhos agropecuários". Censo Agropecuário/FIBGE, idem, idem.

Tabela: 17 Distribuição do Pessoal Ocupado, por categoria pelos estratos de área total.

| Grupo de área total. | TOTAL | | | R.M.N.R.F. | | | E.E.T.P. | | | E.E.T.T. | | | PARCEIROS | | | OUTRA CONDIÇÃO | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 |
| ⊢ 10 | 45,1 | 43,8 | 41,1 | 42,9 | 41,7 | 38,7 | 0,3 | 0,2 | 0,4 | 1,4 | 1,5 | 1,8 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,3 | 0,2 | 0,1 |
| 10 ⊢ 20 | 13,5 | 13,2 | 13,6 | 12,0 | 11,8 | 11,8 | 0,3 | 0,3 | 0,4 | 1,0 | 1,0 | 1,3 | 0,1 | 0,0 | 0,0 | 0,2 | 0,1 | 0,1 |
| 20 ⊢ 50 | 18,9 | 18,5 | 18,7 | 15,6 | 15,1 | 14,4 | 0,7 | 0,9 | 1,3 | 1,8 | 2,0 | 2,7 | 0,2 | 0,0 | 0,1 | 0,5 | 0,3 | 0,2 |
| 50 ⊢ 100 | 9,6 | 9,8 | 9,9 | 6,9 | 6,9 | 6,2 | 0,7 | 0,9 | 1,4 | 1,4 | 1,5 | 2,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,4 | 0,3 | 0,1 |
| 100 ⊢ 1000 | 11,6 | 13,0 | 14,3 | 6,4 | 6,5 | 5,6 | 1,9 | 2,8 | 3,8 | 2,5 | 3,0 | 4,6 | 0,2 | 0,1 | 0,1 | 0,6 | 0,5 | 0,2 |
| 1000 ⊢ | 1,3 | 1,7 | 2,3 | 0,3 | 0,3 | 0,3 | 0,4 | 0,7 | 0,9 | 0,4 | 0,7 | 1,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 0,1 | 0,0 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 84,1 | 82,4 | 77,2 | 4,6 | 5,8 | 8,3 | 8,6 | 9,6 | 13,6 | 0,9 | 0,5 | 0,4 | 2,1 | 1,7 | 0,7 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980.

Obs.: RMNRF = Responsável e Membro Não Remunerado da Família.

EETP = Empregado Em Trabalho Permanente.

EETT = Empregado Em Trabalho Temporário.

Obs$_2$.: A leitura da distribuição do pessoal ocupado pelas cinco (5) categorias apresentadas, deve ser feita em conjunto para cada ano. Isto é, a somatória de todos os coeficientes das cinco categorias para cada ano, é que comporá o total geral de pessoal Ocupado.

Números Absolutos

| Anos | TOTAL | R.M.N.R.F. | E.E.T.P. | E.E.T.T. | PARCEIROS | Outra Cond. |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1970 | 2.125.809 | 1.787.513 | 92.818 | 182.459 | 19.325 | 43.694 |
| 1975 | 2.518.925 | 2.075.612 | 147.285 | 241.655 | 12.425 | 41.948 |
| 1980 | 2.662.835 | 2.056.464 | 220.250 | 363.100 | 11.469 | 19.606 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980.

Pessoal Ocupado se concentra em quase 60 por cento nos pequenos estabelecimentos (estratos menores de 20 hectares). Um número em torno de 25 por cento se distribui nos estabelecimentos de tamanho médio (estratos maiores de 20 e menores de 100 hectares). Uma percentagem em torno de 15 por cento se localiza nos estabelecimentos de grande porte (os maiores de 100 hectares).

Uma tendência pode ser observada os grandes estabelecimentos aumentaram sua participação no uso do Pessoal Ocupado durante a década 1970-80, enquanto os pequenos estabelecimentos tiveram sua participação relativa reduzida.

A distribuição feita pelas categorias de Pessoal Ocupado, na tabela 17, mostra a participação total de cada categoria no total geral de cada ano, bem como a participação de cada estrato, para cada categoria e também essa participação no total geral. Para se obter o percentual do total ( = 100%) para cada ano, basta somar os percentuais das cinco categorias para o mesmo ano. Assim, por exemplo, se somar os 77,2% de RMNRF em 1980, com 8,3% dos EETP no mesmo ano; os 13,6% de EETT, mais os 0,4% de Parceiros e 0,7% da categoria Outra Condição, obtem-se o total de 100,0% do Pessoal Ocupado em 1980. Com essa disposição, pode ser claramente notado que as categorias Empregados em Trabalho Permanente (EETP) e Empregados em Trabalho Temporário (EETT), que doravante serão entendidas como categorias de trabalho assalariado, tiveram um aumento relativo, na década para todos os estratos de área total, sem distinção e sem exceção. Anteriormente observou-se que o Pessoal Ocupado se concentrou nos pequenos estabelecimentos e quando decomposto nas cinco categorias já referidas, um outro plano aparece. A afirmação só é válida para o total de Pessoal Ocupado e para a categoria de trabalhadores familiares, ou seja os RMNRF. Já para as categorias de trabalhadores assalariados (EETP e EETT) a maior participação desses trabalhadores se verifica nos grandes estabelecimentos. Nas categorias Outra Condição e Parceiros, dá-se uma distribuição mais ou menos homogeneizada entre os diversos estratos.

Uma outra observação que ainda pode ser feita com base na tabela 17 é que a redução dos trabalhadores familiares (RMNRF)

foi genérica, ao longo da década, para todos os estratos de área total, à exceção do maior estrato, aquele com mais de 1000 hectares. E por último, cabe salientar com respeito a essa tabela, a categoria Outra Condição, constituída pelos "moradores", "agregados", etc., que teve ao longo da década, para todos os estratos, sem exceção, redução na sua participação relativa.

Infere-se da tabela 17 que houve um aprofundamento das relações capitalistas de trabalho, não só pelo aumento do trabalho assalariado, como também pela redução das relações não-capitalistas que ocorre na categoria Outra Condição, e pela ligeira queda relativa do trabalho familiar, com ênfase, assim, no contrato de trabalho pago, assalariado. A categoria EETP aponta em direção a uma forma operária de trabalho no campo, enquanto o trabalho sazonal dos EETT sugere uma forma de complemento de renda, talvez prestada por produtores rurais que não auferem renda suficiente no seu empreendimento próprio. Os dados estatísticos dos censos agropecuários não trazem uma informação precisa, através da qual se possa captar a prestação de serviços fora do estabelecimento, e necessária, de certos produtores. No trabalho já referido de Gervásio Resende[21], sobre a região cacaueira da Bahia, confirma-se que as menores "unidades de produção" sob a forma não-capitalista de produção têm uma alta taxa de prestação de serviços fora de seus domínios[22], principalmente para as menores de 10 hectares com taxa de trabalho fora de 21,2 por cento, envolvendo 52,6 por cento do total de trabalhadores dessas unidades[23].

---

21 - REZENDE, Gervásio Castro, Op. Cit.

22 - Idem, idem, pág. 111

23 - Idem, idem, pág. 111. Ali Rezende define como taxa de trabalho fora, como sendo a razão entre o trabalho familiar fora, dividido pelo trabalho prestado fora, mais, o trabalho realizado no estabelecimento.

Uma importante observação a ser feita diz respeito à evolução das relações sociais de produção, ou seja a mudança qualitativa da força de trabalho empregada - ver quadro 01.

QUADRO 01: DINÂMICA DAS TRANSFORMAÇÕES NA DÉCADA 1970-80, OCORRIDA NA FORÇA DE TRABALHO - BAHIA.

| ESTABELECIMENTOS | Trabalhadores(A) familiares(RMNRF) | | | Trabalhadores as salariados (B) | | | Outros trabalhadores (C) | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 |
| Pequenos | 54,9 | 53,5 | 50,5 | 3,0 | 3,0 | 3,9 | 0,7 | 0,4 | 0,3 |
| Médios | 22,5 | 22,0 | 20,6 | 4,6 | 5,3 | 7,5 | 1,2 | 0,7 | 0,5 |
| Grandes | 6,7 | 6,8 | 5,9 | 5,2 | 7,2 | 10,3 | 0,9 | 0,7 | 0,3 |
| TOTAL | 84,1 | 82,4 | 77,2 | 13,2 | 15,4 | 21,9 | 3,0 | 2,3 | 1,1 |

Fonte: tabela 17, pág. 35, original: Censo Agropecuário 1970, 1975 e 1980.

Obs.: Trabalhadores familiares é igual à categoria RMNRF (Responsáveis e Membros não remunerados da Familia);

B) Trabalhadores assalariados é igual a soma de EETP e EETT (Empregados Em trabalho Permanente, e, Empregados Em Trabalho Temporário);

C) Outros trabalhadores é igual à soma de Parceiros e outra condição (moradores. agregados, etc

Nesse quadro 01 há uma gradativa e contínua transformação qualitativa do tipo de trabalho empregado, importante, para todos os tamanhos de estabelecimentos. Computando-se os Parceiros e Outra Condição (categorias que entram como "outros trabalhadores", no quadro 01) com os RMNRF - Responsáveis e Membros Não Remunerados da Família -, como trabalhadores envolvidos em uma relação de produção não-capitalista, e os trabalhadores EETP e EETT como pertencentes a uma relação de produção capitalista, conclui-se: primeiro, a queda constante das formas de trabalho não-capitalistas, em todos os estratos; segundo, nos pequenos estabelecimentos há também um aumento do trabalho assalariado; terceiro, os médios estabelecimentos chegam ao ano de 1980 com quase um terço de sua força de trabalho na forma de assalariamento; quarto e último, é na década de 1970-80 que os grandes estabelecimentos mudam a estrutura de sua força de trabalho predominantemente não-capitalista, no início da década, para ao final, trabalho assalariado. Assim a força de trabalho de maior peso (cerca de dois terços) nos grandes estabelecimentos, ao final da dé-

cada de 1970 é o trabalho envolvido em relações de produção capitalista - o trabalho assalariado.

Na tabela 18, todas as afirmações feitas anteriormente aparecem de outra forma. Primeiro, constata-se uma redução generalizada, para todos os estratos, das categorias Parceiros e Outra Condição, enquanto por outro lado as pequenas taxas de crescimento do trabalho familiar atestam que o aumento da força de trabalho no Agrobaiano foi puxada pelo trabalho assalariado, uma vez que as categorias Parceiros e Outra Condição tiveram taxas negativas de crescimento. O trabalho familiar cresceu menos que a taxa média de Pessoal Ocupado para todos os estratos. É necessário deixar claro que o trabalho assalariado seja na forma de EETP, seja na forma EETT, ainda participa, no total geral, com uma parcela relativa menor. Mas o que se quer aduzir, de forma inequívoca, é o crescente e constante aumento que apresentou a categoria trabalho assalariado.

Se processadas algumas confrontações: da tabela 01, sobre o crescimento do valor monetário real da produção, de 95 por cento com o crescimento do total do Pessoal Ocupado 25 por cento; do capítulo II sobre a taxa de crescimento do valor monetário real de cada estrato com a taxa de crescimento do Pessoal Ocupado por estrato, vê-se que as taxas de crescimento do valor monetário real são, no total e para todos os estratos, superiores às taxas de crescimento do Pessoal Ocupado. Indicador que faz suspeitar de um aumento da produtividade do trabalho. Fato esse que é corroborado pelas altíssimas taxas de crescimento, no total e nos estratos, do uso de insumos e máquinas, arrolados no capítulo IV (os meios de produção).

Pode-se ainda observar outros comportamentos nas categorias de trabalho pela tabela 18. O crescimento do total de Pessoal Ocupado foi similar ao crescimento da produção - maior dinamismo no primeiro quinquênio e menor no segundo. O mesmo aconteceu com as categorias RMNRF e EETP, mas o mesmo não ocorre com a categoria EETT.

Tabela: 18 Taxa de Crescimento do Pessoal Ocupado, em percentual.

| Grupo de área total | TOTAL | | | R.M.N.R.F | | | E.E.T.P | | | E.E.T.T | | | Parceiros | | | Outra Condição | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1975/70 | 80/75 | 80/70 | 75/70 | 80/75 | 80/70 | 75/70 | 80/75 | 80/70 | 75/70 | 80/75 | 80/70 | 75/70 | 80/75 | 80/70 | 75/70 | 80/75 | 80/70 |
| ⊢ 10 | 15 | - 1 | 14 | 15 | - 2 | 13 | 13 | 103 | 76 | 26 | 26 | 58 | - 30 | - 19 | - 44 | - 14 | - 37 | - 46 |
| 10 ⊢ 20 | 16 | 8 | 26 | 17 | 5 | 23 | 17 | 74 | 104 | 18 | 38 | 64 | - 48 | - 16 | - 56 | - 20 | - 50 | - 60 |
| 20 ⊢ 50 | 16 | 7 | 24 | 15 | 0 | 16 | 42 | 59 | 126 | 29 | 46 | 87 | - 45 | - 1 | - 46 | - 18 | - 48 | - 57 |
| 50 ⊢ 100 | 21 | 7 | 30 | 18 | 5 | 12 | 55 | 52 | 135 | 30 | 49 | 93 | - 39 | - 29 | - 44 | - 9 | - 53 | - 57 |
| 100 ⊢ 1000 | 33 | 16 | 55 | 21 | - 9 | 10 | 77 | 41 | 149 | 42 | 64 | 133 | - 26 | - 4 | - 29 | 11 | - 62 | - 58 |
| 1000 ⊢ | 61 | 43 | 129 | 26 | 8 | 36 | 90 | 42 | 171 | 58 | 84 | 190 | 12 | 0 | 12 | 54 | - 60 | - 39 |
| TOTAL | 18 | 6 | 25 | 16 | - 1 | 15 | 59 | 49 | 137 | 32 | 50 | 99 | - 36 | - 8 | - 41 | - 4 | - 53 | - 55 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980

R.M.N.R.F. = Responsável e Membro Não Remunerado da Família

E.E.T.P. = Empregado Em Trabalho Permanente

E.E.T.P. = Empregado Em Trabalho Temporário

Dado que o trabalho assalariado e o seu grau de aprofundamento numa formação social é o principal indicador das relações sociais de produção capitalista, o quadro 19 foi montado para definir o alcance do uso de EETP e EETT (considerados como trabalhos assalariados) nos estratos de área total, para a Bahia, e, visto que não se pode aproximar tais variáveis por sistemas (produtos), se faz por estratos. As duas primeiras colunas da tabela 19 dividem, para cada estrato de área total, o número de informantes de trabalho assalariado (primeiro EETP e depois EETT) pelo total de estabelecimentos (do estrato). As colunas 4 e 5, da tabela 19, apresentam, por estrato, uma divisão do número de pessoas das categorias EETP e EETT pelo número de informantes de tais categorias. Estes dados indicam, em média, a quantidade empregada de trabalhadores. Como já fora dito anteriormente, o número de EETP e EETT aumentou para todos os estratos. Mas pela tabela 19, o que se tem é aumento de estabelecimentos (usuários - número de informantes) que fazem uso dessas categorias de trabalho em todos os estratos durante a década. A tabela mostra que o número de informantes a fazer uso de trabalho assalariado dentro dos pequenos estabelecimentos é relativamente pequeno, se comparado ao total de estabelecimentos (que compõem o total de estabelecimento desse estrato). Os grandes estabelecimentos detêm um uso bem mais disseminado. Nas duas colunas do lado direito da tabela 19, pode-se notar que o número médio de trabalhadores assalariados sobe de acordo com o tamanho médio em hectares do estabelecimento informante.

O quadro 02 foi elaborado a partir da tabela 19, tomando por hipótese de limite superior a dedução de que os estabelecimentos que contratassem EETP não contratassem EETT e vice-versa. Aí - no limite - o total de estabelecimentos, por estrato, a fazer uso de trabalho assalariado, seria dado pela soma das duas categorias. Para o cálculo do limite inferior, o raciocínio foi tomado ao contrário. Supõe-se que os estabelecimentos que fazem uso de uma das categorias são os mesmos a fazer o uso da outra; então - no limite - o menor número é o maior das duas categorias. Exemplificando: o estrato com menos de 10 hectares, em 1970, tinha 1,3% de seus estabelecimentos (tabela 19) que fariam uso de EETP, e uso de 4,3% (tabela 19) de EETT.

Tabela: 19 Cotejamento entre o número de informantes (info.) de E.E.T.P. mais E.E.T.T. com o número total de estabelecimentos por estrato. Bahia

| Estrato de área total | E. E. T. P. Info./Estabelec. | | | E. E. T.T. Info./Estabelec. | | | E.E.T.P. + E.E.T.t Info./Estabelec. | | | EETT/Info. | | | EETP/Info. | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 |
| ← 10 | 1,3 | 1,2 | 1,7 | 4,3 | 5,5 | 5,9 | 5,6 | 6,7 | 7,6 | 2,4 | 2,4 | 2,4 | 1,6 | 1,7 | 1,9 |
| 10 ← 20 | 4,4 | 4,4 | 5,3 | 10,1 | 11,3 | 12,3 | 14,5 | 15,7 | 17,6 | 2,8 | 2,9 | 3,1 | 1,7 | 2,0 | 2,4 |
| 20 ← 50 | 8,3 | 9,2 | 10,6 | 13,8 | 15,7 | 17,4 | 22,1 | 24,9 | 28,0 | 3,1 | 3,5 | 3,9 | 2,1 | 2,6 | 3,1 |
| 50 ← 100 | 15,0 | 17,3 | 19,6 | 19,5 | 21,0 | 25,2 | 34,5 | 37,3 | 44,8 | 3,8 | 4,4 | 5,0 | 2,6 | 3,3 | 4,1 |
| 100 ← 1000 | 30,3 | 35,2 | 39,4 | 25,6 | 27,8 | 36,5 | 55,9 | 63,0 | 75,9 | 5,2 | 6,3 | 7,3 | 3,3 | 4,7 | 5,5 |
| 1000 ← | 66,6 | 70,8 | 72,8 | 35,4 | 33,3 | 50,9 | 102,0 | 104,1 | 123,7 | 11,6 | 15,5 | 15,6 | 6,3 | 9,1 | 10,5 |
| T O T A L | 6,2 | 7,2 | 8,1 | 9,4 | 11,0 | 12,5 | 15,6 | 17,2 | 20,6 | 3,6 | 4,0 | 4,5 | 2,7 | 3,7 | 4,3 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980.

Obs.: Info. = Informantes

E.E.T.P. = Empregados Em Trabalho Permanente.

E.E.T.T. = Empregados Em Trabalho Temporário.

Se os estabelecimentos que fazem uso de EETT são os mesmos que empregam EETP, o limite mínimo de estabelecimentos nesse estrato a utilizar o trabalho assalariado é 4,3%. Nesse exemplo o número limite superior seria dado pela soma de 1,3% mais 4,3% perfazendo 5,6%. Mas como, regra geral, nenhum dos dois limites deve ocorrer, a média aritmética entre os dois limites (quando a soma não excede de 100,0%, se exceder toma a média entre o limite inferior e 100,0) talvez constitua um melhor indicador do grau de utilização (dentro dos estratos de área total) do uso de trabalho assalariado- ver quadro 02.

QUADRO 02 : LIMITES INFERIOR E SUPERIOR, EM PERCENTAGENS, DE ESTABELECIMENTOS, DENTRO DE CADA ESTRATO DE AREA TOTAL, A FAZER USO DE ALGUMA FORMA DE TRABALHO ASSALARIADO (EETP ou EETT) E MEDIA ARITMETICA DOS LIMITES.

| GRUPO DE AREA TOTAL | 1970 | | | | 1980 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | inferior | | superior | média | inferior | | superior | média |
| Menos de 10 | 4,3 | à | 5,6 | 4,9 | 5,9 | à | 7,6 | 6,7 |
| 10 ⊢ 20 | 10,1 | à | 14,5 | 12,3 | 12,3 | à | 17,6 | 14,9 |
| 20 ⊢ 50 | 13,8 | à | 22,1 | 17,9 | 17,4 | à | 28,0 | 22,7 |
| 50 ⊢ 100 | 19,5 | à | 34,5 | 27,0 | 25,2 | à | 44,8 | 35,0 |
| 100 - 1000 | 30,3 | à | 55,9 | 43,1 | 39,4 | à | 75,9 | 57,6 |
| 1000 - | 66,6 | à | 100,0 | 83,3 | 72,8 | à | 100,0 | 86,4 |
| Média Global | 9,4 | à | 15,6 | 12,5 | 12,5 | à | 20,6 | 16,5 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970 e 1980.

As médias do quadro 02 do primeiro e último ano da década esboçam uma evolução do uso de trabalho assalariado em todos os estratos. Portanto, a conclusão geralmente é de que a produção capitalista, na Bahia, localiza-se nos grandes estabelecimentos e também de raciocínio inverso de que a pequena produção e os pequenos estabelecimentos são os mesmos. Mas a essa conclusão de cunho tão genérico se acrescenta um "porém", que pode ser buscado no trabalho de Gervásio Resende[24]. O autor ao distribuir as unidades

24 - REZENDE, Gervásio Castro, Op. Cit. pág. 89. Para Rezende uma unidade produtiva (UP) é considerada capitalista, se mais de 40% de sua força de trabalho, constituir de trabalho assalariado.

produtivas capitalistas na região cacaueira da Bahia aponta que 77,0 por cento têm área inferior à 100 hectares, detendo 28,2 por cento da área, cerca de 23,7 por cento das unidades produtivas capitalistas localizavam-se nos estratos com menos de 20 hectares, e somavam 2,5 por cento da área da região cacaueira. Por outro lado, as unidades produtivas não-capitalistas, na região, com mais de 100 hectares, somavam menos de 2 por cento do total ( de UP não-capitalista).[25]

3 - A Força de Trabalho, segundo as Condições do Produtor Rural.

Para finalizar o capítulo é necessário fazer uma incursão entre o que o censo chamou Condição do Produtor - Proprietário, Arrendatário, Parceiro e Ocupante - e as categorias Pessoal Ocupado (RMNRF, EETP, EETT, Parceiros e Outra Condição). Antes porém é necessário fazer uma distinção entre os dois termos de parceria que aparecem. Parceiro, como Condição do Produtor, é aquele que possui autonomia administrativa, enquanto Parceiros, como categoria de Pessoal Ocupado são os que têm atribuição previamente determinada para o que fazer[26]. Há ainda uma certa limitação das informações da tabela 20, por se constituirem indicadores só para o ano de 1970. O levantamento não foi feito nos censos agropecuários de 1975 e 1980.

A princípio percebe-se que é o Proprietário que detém a maior taxa de absorção de Pessoal Ocupado, no total, com quase 86 por cento; em seguida vem o Ocupante com 10 por cento (do total de Pessoal Ocupado); em terceiro lugar vem o Arrendatário com 2,6, por último o Parceiro, com 1,3 por cento do Pessoal Ocupado.

A análise da utilização do Pessoal Ocupado pelo produtor, segundo sua Condição, revela a presença de trabalho assalariado. Porém, há que se ressaltar a presença do trabalho assalariado como muito pequena nas Condições Arrendatário e Parceiro ( se

25 - REZENDE, G. Castro. Op. Cit. pág. 89

26 - "Parceiro - Quando as terras do estabelecimento fossem de propriedade de terceiros e estivessem sendo exploradas em regime de Parceria, mediante contrato verbal ou escrito, do qual resultasse a obrigação de pagamento ao proprietário, de um percentual da produção obtida". Censo Agropecuário/FIBGE, pág. xxiii, 1979, RJ. Mas a rigor parece que não há diferença, como pode-se confrontar a citação acima com a do rodapé da página 39.

TABELA: 20 A DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL OCUPADO, SEGUNDO AS CONDIÇÕES DO PRODUTOR. Bahia. 1970

| CONDIÇÃO DO PRODUTOR | Distribuição P.O. entre os produtores | | | | | | A composição do P.O de cada categoria de produtor | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Total | RMNRF | EETP | EETT | Parceiros | Outra Condição | TOTAL | RMNRF | EETP | EETT | Parceiros | Outra Condição |
| Proprietários | 85,8 | 84,4 | 96,3 | 92,9 | 89,1 | 93,2 | 100,0 | 82,6 | 4,9 | 9,3 | 0,9 | 2,2 |
| Arrendatários | 2,6 | 2,9 | 1,0 | 1,5 | 1,5 | 0,6 | 100,0 | 92,2 | 1,7 | 5,0 | 0,5 | 0,5 |
| Parceiros | 1,3 | 1,4 | 0,6 | 0,8 | 4,8 | 0,8 | 100,0 | 88,4 | 2,0 | 5,4 | 3,2 | 1,2 |
| Ocupantes | 10,2 | 11,3 | 2,1 | 4,8 | 4,5 | 6,5 | 100,0 | 93,6 | 0,9 | 4,0 | 0,4 | 1,3 |
| T O T A L | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | | | | | | |

Fonte: censo Agropecuário de 1970.

Obs.: P.O = Pessoal Ocupado

RMNRF = Responsáveis e Membros Não Remunerados da Família

EETP = Empregados Em Trabalho Permanente

EETT = Empregados Em Trabalho Temporário

$Obs_2$.: O pessoal classificado em "Outra Condição" "... Consideram-se as pessoas cujo regime de trabalho diferia do pessoal dos grupos anteriores, tais como : agregados, moradores, etc." (Censo Agropecuário de 1975, pág. xxv). Essa foi a mesma classificação, tanto para os anos de 1970 e 1980.

somadas constituem apenas 4 por cento dos produtores). Onde é a força dominante é o trabalho familiar, perfazendo 92,2 por cento para a Condição Parceiro e 88,4 para a Condição Arrendatário dos seus respectivos totais de Pessoal Ocupado. Então o que se pode concluir como regra geral é que Parceiro e Arrendatário na sua maior parte, não são produtores capitalistas, como também não o é o Ocupante, com 93,6 por cento de sua força de trabalho (Pessoal Ocupado) constituida por RMNRF. Assim a presença de produtores capitalistas, regra geral, registra-se na Condição Proprietário.

## 4 - Resumo do Capítulo

a) A taxa de crescimento do total de Pessoal Ocupado, na década, de 25%, foi inferior à taxa de crescimento do valor monetário real da produção animal-vegetal, de 95%;

b) As taxas de crescimento de Pessoal Ocupado, na década, em todos os estratos de área total, foram inferiores às taxas de crescimento do valor monetário real nos respectivos estratos;

c) A dinâmica de comportamento do total de Pessoal Ocupado foi similar à da produção, maior expansão no primeiro quinquênio e menor no segundo;

d) Dentre as categorias de Pessoal Ocupado, as que obtiveram maiores taxas de crescimento foram as dos trabalhadores assalariados (Empregados Em Trabalho Permanente - EETP - e Empregados Em Trabalho Temporário - EETT);

e) As taxas de crescimento das categorias de Pessoal Ocupado, que envolvem formas de trablho essencialmente não-capitalistas, como os Parceiros e Outra Condição (agregados, moradores, etc.) foram para todos os estratos negativas;

f) O trabalho familiar cresceu, mas a pequenas taxas, inferiores à média do crescimento do total do Pessoal Ocupado;

g) As taxas de crescimento dos EETP, na década, foram superiores à dos EETT;

h) Os pequenos estabelecimentos também aumentaram sua utilização em trabalho assalariado;

i) Os grandes estabelecimentos chegam em 1980 com a maior parte de sua força de trabalho (em quase dois terços) formada por trabalho assalariado, enquanto em 1970 era menos da metade;

j) Arrendatário, Parceiro e Ocupante são produtores que, essencialmente, não utilizam trabalho assalariado, suas forças de trabalho são massivamente constituidas pelo trabalho familiar (RMNRF);

k) A maior parte dos produtores, quase na sua totalidade a fazer uso do trabalho assalariado pertencem à Condição Proprietário;

l) Quase um terço da força de trabalho dos médios estabelecimentos é constituída por trabalho assalariado;

m) Quase dois terços da força de trabalho empregada nos grandes estabelecimentos, constituem-se de trabalho assalariado.

# CAPÍTULO IV

## A DISTRIBUIÇÃO DOS MEIOS DE PRODUÇÃO

Numa retrospectiva do que foi abordado nos três capítulos anteriores, para que se prossiga na estrutura distributiva e evolutiva dos meios de produção na década 1970-80, enfoca-se alguns dados relevantes. Primeiro, o valor da produção por estratos está concentrado nos grandes estabelecimentos que detiveram a maior taxa de crescimento na década (tabela 07). Segundo, os produtos de maior participação no valor total da produção animal e vegetal são, no ano de 1980, cacau (28,9%), produção de origem bovina (26,1%), feijão (8,1%), mandioca (6,9%), milho (3,0%), sisal (2,8%), café (2,6%), aves (2,6%), suínos (1,6%), etc.. (tabela 03). Desses produtos, cacau, bovinos, sisal e café são responsáveis por mais de 60 por cento do valor global da produção animal-vegetal para o ano de 1980, com a maior parte de sua produção nos grandes estabelecimentos(tabelas 03 e 12). As maiores taxas de crescimento, para esses produtos, se verificaram nos grandes estabelecimentos (tabela 13). Os produtos mandioca, aves e suínos concentram sua produção nos pequenos estabelecimentos (tabela 12), e explicam 11,1 por cento do valor da produção animal-vegetal no ano de 1980. E mais, pela tabela 13, a mandioca tem sua produção total reduzida, em todos os estratos, mas com um detalhe, as maiores taxas de crescimento negativo verificaram-se nos grandes e médios estabelecimentos e os pequenos estabelecimentos detêm as menores reduções. A tabela 16, dispõe de informações sobre a evolução do plantel de suínos e aves. O rebanho suíno foi reduzido ao longo da década e o plantel de aves cresceu. Apesar de taxas similares de crescimento, os grandes estabelecimentos tiveram taxas de crescimento um pouco maior para o número de cabeças de aves. Terceiro, a evolução da força de trabalho na década, segmentada pelos estratos pode ser vista no quadro 01, página 44, que traz as seguintes informações: a principal força de trabalho dos pequenos estabelecimentos é a força de trabalho familiar; nos médios estabelecimentos, a força de

trabalho familiar é ainda a maior parcela, mas o trabalho assalariado já entra com quase um terço da força total; nos grandes estabelecimentos a principal força de trabalho, em quase dois terços, é formada pelo trabalho assalariado. Os dados estatísticos não estão dispostos de forma tal que possibilite concluir que o trabalho assalariado é a principal força de trabalho aplicado naqueles sistemas de produtos, cuja maior parcela da produção provém dos grandes estabelecimentos. Mesmo não tendo de forma direta essas informações nos Censos Agropecuários, os dados não permitem uma conclusão contrária, nem fornecem indicadores em vista de outra direção.

As observações empíricas buscam aproximar os conceitos teóricos de "pequena produção", ou produção não-capitalista, "produção em transição" e "grande produção" ou produção capitalista. Na verdade são indicadores aproximativos. Os pequenos estabelecimentos devem ser os principais explicadores da pequena produção, mas é importante ressalvar que há também indicadores, como os referidos trabalhos de Gervásio Rezende[27] e de Filgueiras[28], atestando a presença de grande produção - produção capitalista - dentro dos pequenos e dos médios estabelecimentos, enquanto parece ser mínima a participação de grandes estabelecimentos dentro da pequena produção.

Para iniciar propriamente a discussão da distribuição dos meios de produção, faz-se necessário uma junção de informações. No caso, a tabela 21 cumprimirá esse papel - resumindo em quatro grupos os produtos segundo o comportamento do número de estabelecimentos e suas respectivas áreas durante a década.

---

27 - REZENDE, Gervásio de Castro, Op. Cit. pág. 89.

28 - FILGUEIRAS, Luiz A. M. Op. Cit. Págs. 96 e 112 à 119. A divisão feita por Filgueiras, na verdade, observa outros parâmetros, como número de covas plantadas, valor da produção, etc. Mas cruzando duas de suas informações: a do tamanho dos produtores segundo a área utilizada (pág. 96), com o uso de trabalho permanente (pág. 112), pelo tamanho dos produtores, com trabalhadores temporários (pág. 116) e a utilização do trabalho familiar (pág. 118), chega-se a conclusão que os "pequenos" e "médios" produtores de café - na classificação de Filgueiras - , utilizam áreas inferiores à 50 e 100 hectares, e que esses produtores, também fazem uso de trabalho permanente e temporário.

Tabela: 21 DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS PELAS PRINCIPAIS ATIVIDADES E GÊNEROS ECONÔMICOS, E TAXAS DE CRESCIMENTO - BAHIA

| CLASSE E GÊNERO DA ATIVIDADE ECONÔMICA | DISTRIBUIÇÃO EM % | | | | | | Taxas de Crescimento | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | ESTABELECIMENTOS | | | ÁREA | | | Estabelecimentos | | | áreas | | |
| | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 | 75/70 | 80/75 | 80/70 | 75/70 | 80/75 | 80/70 |
| AGRICULTURA E AGROPECUARIA | 80,9 | 77,8 | 68,4 | 50,2 | 43,8 | 41,0 | - -3 | 2 | -0,5 | -0,1 | 11 | 10 |
| Sisal | - | 2,2 | 2,2 | - | 2,6 | 2,3 | - | -42 | - | - | -10 | - |
| Banana | 1,0 | 1,2 | 2,3 | 0,4 | 0,5 | 0,9 | 19 | 129 | 173 | 22 | 129 | 180 |
| Cacau | 4,6 | 4,9 | 6,7 | 7,4 | 6,5 | 6,4 | 8 | 58 | 71 | 0 | 16 | 16 |
| Café | 1,9 | 1,8 | 1,6 | 1,4 | 1,2 | 1,6 | - 7 | 7 | - 1 | - 6 | 61 | 51 |
| Coco | - | 1,4 | 1,7 | - | 1,0 | 0,8 | - | 42 | - | - | - 7 | - |
| Laranja | 0,5 | 0,7 | 0,7 | 0,3 | 0,3 | 0,2 | 44 | 18 | 70 | 34 | -22 | 4 |
| pimenta-do-reino | - | 0,0 | 0,1 | - | 0,0 | 0,0 | - | 684 | - | - | 623 | - |
| Uva | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | - 6 | -74 | -18 | 231 | -71 | -33 |
| Abacaxi | - | 0,1 | 0,1 | - | 0,1 | 0,0 | - | 13 | - | - | 1 | - |
| Algodão | 2,5 | 1,6 | 0,6 | 3,1 | 1,6 | 0,8 | -37 | -44 | -64 | -60 | -38 | -63 |
| Amendoim | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 57 | 6 | 66 | -35 | 88 | 23 |
| Arroz | 1,3 | 1,4 | 1,5 | 1,2 | 2,1 | 2,4 | 7 | 21 | 29 | 100 | 39 | 179 |
| Batata-inglesa | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | -59 | -15 | -65 | -42 | -71 | -83 |
| Cana-de-açúcar | 2,2 | 1,5 | 0,7 | 1,4 | 0,9 | 0,6 | -34 | -41 | -61 | -28 | -20 | -42 |
| Cebola | - | 0,2 | 0,2 | - | 0,1 | 0,2 | - | 57 | - | - | 269 | - |
| Feijão | 20,3 | 20,5 | 18,0 | 9,2 | 7,5 | 9,2 | 3 | 2 | 5 | - 8 | 46 | 35 |
| Forragens | - | 0,0 | 0,1 | - | 0,0 | 0,0 | - | 362 | - | - | 187 | - |
| Fumo | - | 3,2 | 1,8 | - | 0,7 | 0,3 | - | -33 | - | - | -47 | - |
| Mamona | - | 2,1 | 2,6 | - | 1,8 | 1,9 | - | 41 | - | - | 27 | - |
| Mandioca | 27,3 | 22,8 | 15,8 | 13,3 | 9,5 | 5,9 | -16 | -19 | -32 | -19 | -27 | -40 |
| Milho | 7,7 | 7,9 | 4,4 | 4,6 | 4,8 | 2,9 | 4 | 4 | 3 | 19 | -36 | -29 |
| Tomate | - | 0,1 | 0,2 | - | 0,2 | 0,2 | - | 21 | - | - | 37 | - |
| Outros produtos | 11,5 | 4,1 | 7,0 | 7,8 | 2,3 | 4,3 | - | - | - | - | - | - |
| PECUARIA | 18,3 | 21,4 | 29,4 | 47,6 | 54,4 | 55,7 | 19 | 59 | 104 | 30 | 22 | 67 |
| Bovinos[a] | 15,3 | 17,2 | 21,4 | 45,7 | 52,2 | 51,9 | 14 | 44 | 65 | 29 | 18 | 53 |
| Suinos | 1,0 | 1,9 | 3,2 | 0,5 | 0,9 | 1,2 | 91 | 101 | 285 | 85 | 56 | 190 |
| Ovinos | 0,7 | 0,7 | 2,0 | 0,4 | 0,3 | 0,8 | - 1 | 238 | 234 | 2 | 189 | 196 |
| Outros | 1,3 | 1,6 | 2,8 | 1,0 | 1,0 | 1,7 | 27 | 99 | 153 | 17 | 109 | 145 |
| HORT/FLORICULT. | 0,1 | 0,2 | 0,3 | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 39 | 115 | 199 | 124 | 107 | 160 |
| SILVICULTURA | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,2 | 0,8 | 414 | 330 | 2114 | 640 | 393 | 3556 |
| AVICULTURA | 0,0 | 0,0 | 0,3 | 0,0 | 0,0 | 0,3 | 59 | 710 | 1189 | - 5 | 1573 | 1484 |
| CUNI/API/SERIC. | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 67 | 640 | 1133 | 256 | 15 | 309 |
| EXTRACÃO VEGET. | 0,6 | 0,6 | 1,5 | 0,2 | 1,6 | 2,1 | -14 | 218 | 175 | -10 | 61 | 45 |
| T O T A L | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 1 | 16 | 18 | 13 | 19 | 35 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980.
(-) indica ausência de informação censal.
(a) "Invernadas e campos de engorda" item que aparecia no censo de 1970, para essa tabela foi somado ao item "bovinos".

No primeiro, apresentam-se as taxas positivas de crescimentodurante a década, ou no quinquênio (quando houver apenas tal informação), para o número de estabelecimentos e áreas, simultaneamente, de acordo com a classificação do estabelecimento dentro da atividade principal que exercita: cacau, banana, laranja, arroz, cebola, mamona, bovinos, suínos, ovinos (estes produtos tiveram sua produção aumentada durante a década), amendoim, abacaxi, forragens, seri/api/cunicultura, horticultura, extração vegetal (esta última teve sua produção reduzida) e feijão(apesar de reduzida sua produção total, obteve aumentos significativos nos grandes estratos). Todos os produtos acima citados tiveram aumentados tanto o número de estabelecimentos (que os classificam como atividade principal), como também aumentaram em área (em hectares), durante a década.

O segundo grupo é formado por produtos, classificados como principal atividade, cujo número total de estabelecimentos aumentou, mas tiveram suas respectivas áreas reduzidas: coco-da-baía (cujo volume de produção manteve-se estacionário ao longo da década) e milho (cuja produção aumentou no período, com os grandes estabelecimentos obtendo as maiores taxas de crescimento).

O terceiro grupo constitui-se de uma única atividade- o café - que teve o número de estabelecimentos reduzidos, mas aumentou em área (não é demais lembrar que foi o produto que apresentou a maior taxa de crescimento da produção no período).

O quarto grupo agrega atividades que tiveram reduzidas tanto o número de estabelecimentos como sua área.É constituído pelos produtos sisal(que teve sua produção aumentada no quinquênio 1970-75), algodão(cuja produção ao final da década estava ao mesmo nível à do início - apresentando os pequenos estabelecimentos altas taxas de crescimento negativo e os grandes estabelecimentos altas taxas de crescimento positivo), cana-de-açúcar (que teve sua produção reduzida, só que os pequenos estabelecimentos apresentaram as maiores reduções, chegando os grandes estratos a terem taxas positivas de crescimento), fumo (este apresentou queda da produção em todos os estratos) e mandioca (que também teve taxas negativas de crescimento em todos os estratos, só que as maiores taxas negativas se verificaram nos grandes estabelecimentos).

Uma outra classificação, ainda com base na tabela 03, resulta no quadro 03, determinando a distribuição, segundo a atividade principal de cada estabelecimento: a participação dos estabelecimentos no total (conforme sua atividade econômica principal), a percentagem da área que detêm e a participação no valor global da produção. Todas as informações são para o ano de 1980.

QUADRO 03 : PARTICIPAÇÃO NO TOTAL GERAL NO NUMERO DE ESTABELECIMENTOS, NA AREA TOTAL e NO VALOR DA PRODUÇÃO TOTAL, DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO ANO DE 1980. Bahia. MAGNITUDES EM PERCENTUAIS.

| PRODUTOS | Participação no total de estabelecimentos | Participação no total da área. | Participação no total global da produção |
|---|---|---|---|
| Bovinos | 21,4 | 51,9 | 26,1 |
| Feijão | 18,0 | 9,2 | 8,1 |
| Mandioca | 15,8 | 5,9 | 6,9 |
| Cacau | 6,7 | 6,4 | 28,9 |
| Milho | 4,4 | 2,9 | 3,0 |
| Suinos | 3,2 | 1,2 | 1,6 |
| Mamona | 2,6 | 1,9 | 1,2 |
| Banana | 2,3 | 0,9 | 1,4 |
| Sisal | 2,2 | 2,3 | 2,8 |
| Ovinos | 2,0 | 0,8 | 0,8 |
| Fumo | 1,8 | 0,3 | 0,7 |
| Coco-da-baia | 1,7 | 0,8 | 1,1 |
| Café | 1,6 | 1,6 | 2,6 |
| arroz | 1,5 | 2,4 | 0,7 |
| Cana-de-açúcar | 0,7 | 0,6 | 1,0 |
| Algodão | 0,6 | 0,8 | 0,8 |
| Outros | 13,5 | 10,1 | 12,3 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| TOTAL ABSOLUTO | 637.225[a] | 30.032.597[b] | 87.810.744[c] |

Fonte: Tabela 21, pág. 47 e tabela 03, pág 5, Fonte original: Censo agropecuário de 1970, 1975 e 1980.

a - Este é o total absoluto de estabelecimento em 1980;
b - Total da área em hectares para 1980;
c - Total em mil cruzeiros de 1980 do valor da produção animal-vegetal p/1980.

O quadro 03 é apenas um norteador para a discussão que se sucederá, em torno da distribuição dos meios de produção, segundo os estratos de área total. Não será analisada a distribuição das áreas específicas para cada sistema de produtos, mas sim a destinação do total de terras para as diversas finalidades: lavouras; pastagens; matas e florestas; terras produtivas não utilizadas; e terras inaproveitáveis.

1 - Estrutura Fundiária.

A estrutura fundiária, a distribuição do fator produtivo terra como meio de produção, é bastante concentrada. Cerca de 8 por cento dos estabelecimentos, com área superior a 100 (cem) hectares, detêm mais de 70 por cento da área em estabelecimentos, no ano de 1980. Houve aumento de participação desses estabelecimentos ao longo da década de 1970. Os pequenos estabelecimentos, no ano de 1980, representavam 69 por cento do total dos estabelecimentos, detendo apenas 8 por cento do total da área em estabelecimento. Ao longo da década se mantiveram com a mesma participação relativa, tanto em área, como em número. Os médios estabelecimentos continuaram com o mesmo número relativo de participação no total de estabelecimento, em torno de 24 por cento, e tiveram suas áreas reduzidas ao longo da década, caindo de 25 por cento em participação na área, em 1970, para 21 por cento, em 1980 - ver tabela 22.

O lado direito da tabela 22, 5a e 6a colunas, informa as taxas de crescimento, estrato por estrato, por estabelecimento e área, durante a década de 1970. A média global do número de estabelecimentos cresceu apenas 1 (um) por cento no primeiro quinquênio; no segundo atingiu uma taxa maior de expansão, 16 por cento - na década cresceu 18 por cento. Quanto ao crescimento da área dos estabelecimentos, o segundo quinquênio também mostrou uma maior taxa de crescimento, de 19 por cento, contra 13 por cento no primeiro, somando 35 por cento no total da década.

A tabela 07 revela as performances de crescimento do valor da produção global, por estratos de área, nos dois quinquênios e para a década. Retomada a citação de Graziano da Silva "Em resumo,

Tabela: 22 Distribuiçao dos estabelecimentos e áreas totais pelos estratos de área. Bahia.

| Grupos de áreas totais | 1970 | | 1975 | | 1980 | | Taxas de crescimento dos Estabelecimentos | | | Taxas de crescimentos das áreas | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Estab. | Área | Estab. | Área | Estab. | Área | 1975/70 | 1980/75 | 1980/70 | 1975/70 | 1980/75 | 1980/70 |
| Menos de 10 | 54,9 | 4,7 | 53,7 | 4,2 | 54,5 | 4,1 | - 1 | 18 | 17 | 1 | 18 | 19 |
| 10 ⊢ 20 | 13,5 | 4,5 | 13,6 | 4,0 | 14,1 | 4,0 | 2 | 20 | 23 | 2 | 19 | 21 |
| 20 ⊢ 50 | 16,6 | 12,4 | 16,7 | 11,1 | 16,6 | 10,6 | 1 | 15 | 17 | 2 | 14 | 16 |
| 50 ⊢ 100 | 7,3 | 12,2 | 7,6 | 11,2 | 7,1 | 10,2 | 5 | 8 | 14 | 4 | 8 | 12 |
| 100 ⊢ 1000 | 7,3 | 43,0 | 7,9 | 41,6 | 7,2 | 38,0 | 9 | 6 | 16 | 10 | 8 | 19 |
| 1000 ⊢ | 0,4 | 23,2 | 0,5 | 27,9 | 0,5 | 33,1 | 25 | 20 | 50 | 36 | 41 | 92 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 1 | 16 | 18 | 13 | 19 | 35 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980

Estab. = Estabelecimento

Tabela: Totais absolutos do número de estabelecimentos e áreas em hectares correspondentes. Bahia.

| Gênero | 1970 | 1975 | 1980 |
|---|---|---|---|
| Número de Estabelecimentos | 541.566 | 548.123 | 637.225 |
| Área, em hectares | 22.260.827 | 25.263.546 | 30.032.597 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980.

nas épocas favoráveis de expansão da atividade econômica, o grande prospera e engole os pequenos à sua volta. Na "crise", ao contrário, o grande se retrai. Ou seja, nas épocas desfavoráveis, a grande propriedade procura reduzir os seus "custos variáveis" e os seus "riscos", repassando a responsabilidade pela exploração de parte de suas terras para pequenos parceiros e arrendatários"[29]. Em tese não se pode afirmar taxativamente que a observação de Graziano seja correta, pois a Bahia teve, durante a década, redução de estabelecimentos e áreas para as categorias de produtores Arrendatário e Parceiro[30]. Até aqui a observação de Graziano parece consistente à dos dados da tabela 22. Mas se for adicionada a informação de que não houve uma queda, ou um processo que se possa caracterizar de "crise", como fáz suspeitar o segundo quinquênio. Identificando apenas uma desaceleração das taxas de crescimento da produção agrícola, mesmo o maior ritmo de expansão tendo sido dos pequenos estabelecimentos, no segundo quinquênio (pela tabela D do anexo II, Arrendatário e Parceiro tiveram taxas de crescimento negativas) - embora as áreas em estabelecimentos para os pequenos estratos continuassem aumentando - verifica se um aumento nos grandes estabelecimentos, em número e em área ainda maior que dos médios e pequenos no período, porém menor no segundo quinquênio. Conclui-se que a citação de Graziano se verifica em parte, não pela redução, mas para a direção da evolução.

A tabela 23 na página seguinte mostra a distribuição da terra, segundo sua forma de utilização entre os estratos de área total, e a tabela 24, as taxas de crescimento dessa alocação, por estrato, ao longo da década.

Na tabela 23 faz-se uma distribuição de cada estrato para cada alocação em relação ao total global da área em estabelecimento. O total de terras destinadas para lavouras girou em torno de 11 por cento do total das terras em estabelecimentos na década, en

---

29 - GRAZIANO DA SILVA, José. Op. Cit. pág. 33

30 - Ver anexo II, Tabela D.

Tabela: 23 Participação relativa de cada estrato de área total na forma de utilização das terras. Bahia.

1970

| Grupos de área total. | Lavouras perm. | Lavouras temp. | Pastagens nat. | Pastagens plant. | Matas e Florestas nat. | Matas e Florestas plant. | Produtivas não Utiliz. | Inaproveitaveis | total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Menos de 10 | 0,3 | 1,8 | 0,7 | 0,5 | 0,3 | 0,0 | 0,8 | 0,2 | 4,7 |
| 10 ⊢ 20 | 0,3 | 0,9 | 0,9 | 0,6 | 0,6 | 0,0 | 0,9 | 0,3 | 4,5 |
| 20 ⊢ 50 | 0,8 | 1,5 | 2,5 | 1,8 | 2,3 | 0,0 | 2,6 | 0,8 | 12,3 |
| 50 ⊢ 100 | 0,7 | 0,9 | 2,6 | 2,0 | 2,7 | 0,0 | 2,4 | 0,8 | 12,2 |
| 100 ⊢ 1000 | 1,6 | 1,3 | 10,5 | 8,7 | 10,9 | 0,1 | 7,3 | 2,6 | 43,0 |
| 1000 ⊢ | 0,3 | 0,2 | 5,9 | 3,9 | 8,3 | 0,0 | 3,1 | 1,4 | 23,2 |
| Total | 4,0 | 6,6 | 23,2 | 17,5 | 25,2 | 0,2 | 17,2 | 6,1 | 100,0 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970

OBS.: No censo de 1970, as terras de lavouras em descanso foram informadas conjuntamente com as "terras produtivas não utilizadas".

Perm. = Permanentes
temp. = Temporárias
nat. = Naturais
plant. = Plantadas
utiliz. Utilizadas

1975

| Grupos de área total. | Lavouras Perm. | Lavouras Temp. | Lavouras Desc. | Pastagens Nat. | Pastagens Plant. | Matas e florestas Nat. | Matas e florestas Plant. | Prod. não Utiliz. | Inaproveitaveis | total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Menos de 10 | 0,3 | 1,6 | 0,1 | 0,7 | 0,4 | 0,3 | 0,0 | 0,5 | 0,3 | 4,2 |
| 10 ⊢ 20 | 0,3 | 0,8 | 0,1 | 0,9 | 0,6 | 0,5 | 0,0 | 0,7 | 0,1 | 4,0 |
| 20 ⊢ 50 | 0,7 | 1,3 | 0,2 | 2,7 | 1,5 | 1,9 | 0,0 | 2,1 | 0,7 | 11,1 |
| 50 ⊢ 100 | 0,7 | 0,9 | 0,1 | 2,8 | 1,7 | 2,2 | 0,0 | 2,2 | 0,6 | 11,2 |
| 100 ⊢ 1000 | 1,6 | 1,7 | 0,2 | 12,4 | 7,5 | 9,7 | 0,0 | 7,0 | 1,5 | 41,6 |
| 1000 ⊢ | 0,3 | 0,5 | 0,0 | 9,0 | 8,9 | 9,0 | 0,0 | 3,8 | 1,3 | 27,8 |
| Total | 3,8 | 6,7 | 0,8 | 28,7 | 15,7 | 23,6 | 0,1 | 16,2 | 4,4 | 100,0 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1975.

1980

| Grupos de área total. | Terras em Lavouras Perm. | Terras em Lavouras Temp. | Terras em Lavouras Desc. | Terras em Pastagens Nat. | Terras em Pastagens Plant. | em matas e florestas Nat. | em matas e florestas Plant. | Terras Produtiva Não Utilizada | Terras Inaproveitaveis | Total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Menos de 10 | 0,4 | 1,5 | 0,2 | 0,5 | 0,6 | 0,3 | 0,0 | 0,3 | 0,3 | 4,1 |
| 10 ⊢ 20 | 0,3 | 0,8 | 0,2 | 0,7 | 0,8 | 0,5 | 0,0 | 0,4 | 0,2 | 4,0 |
| 20 ⊢ 50 | 0,8 | 1,4 | 0,6 | 2,1 | 2,0 | 1,9 | 0,0 | 1,3 | 0,5 | 10,6 |
| 50 ⊢ 100 | 0,8 | 0,8 | 0,5 | 2,2 | 2,1 | 2,0 | 0,0 | 1,3 | 0,5 | 10,2 |
| 100 ⊢ 1000 | 1,8 | 1,6 | 1,3 | 10,7 | 8,4 | 8,5 | 0,0 | 4,1 | 1,6 | 38,0 |
| 1000 ⊢ | 0,5 | 0,5 | 0,7 | 11,2 | 5,4 | 9,3 | 0,3 | 3,5 | 1,7 | 33,1 |
| Total | 4,6 | 6,6 | 3,6 | 27,3 | 19,2 | 22,5 | 0,4 | 11,0 | 4,8 | 100,0 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1980.

quanto os pequenos estabelecimentos praticamente mantiveram sua participação relativa, em torno de 3 por cento do total geral de terras. Os médios oscilaram em torno de uma participação relativa de 3,7 por cento, enquanto os grandes estabelecimentos aumentaram sua participação de 3,4 por cento do total em 1970, passando para 4,1 por cento em 1975 e em 1980 a 4,4 por cento da área total alocada em lavouras. Os pequenos e médios estabelecimentos têm, em 1980, uma quantidade um pouco maior de terras destinadas às lavouras temporárias. Os grandes estabelecimentos alocam uma maior parte de suas terras de lavouras em lavouras permanentes. As taxas de crescimento dos pequenos e médios estabelecimentos para lavouras permanentes foram superiores às das lavouras temporárias. Para os grandes estabelecimentos o processo foi inverso, em toda a década. A taxa de crescimento das áreas destinadas às lavouras temporárias foram maiores que as taxas de crescimento das áreas destinadas às lavouras permanentes. Contudo, para ambas permanentes e temporárias, as maiores taxas de crescimento se deram nos maiores estratos - ver tabela 24.

Para as terras destinadas às pastagens - tabela 23 - a distribuição é um tanto distinta daquela das lavouras, onde houve uma distribuição equitativa na participação dos diversos tamanhos de estabelecimentos, em torno de um terço para cada um deles. Na distribuição das terras em pastagens, o processo é inteiramente diferente. As terras em pastagens, detidas pelos pequenos estabelecimentos, são inferiores em tamanho às destinadas às suas lavouras. Os grandes estabelecimentos detêm sob essa forma mais de um terço do total geral da área, sendo que aumentaram de 29 por cento do total, em 1970, para 36 por cento do total geral de terras em pastagens no ano de 1980. Os médios estabelecimentos mantiveram uma participação relativa em torno de 8,5 por cento, caindo de 8,9, em 1970, para 8,3 por cento em 1980. No total para 1980, as pastagens somaram pouco mais de 46 por cento do total da área e alcançaram taxas diferenciadas de crescimento (tabela 24). No geral, as pastagens naturais cresceram em taxas maiores, nos grandes estabelecimentos do que nos médios e pequenos. Embora as pastagens plantadas sejam de menor tamanho o seu comportamento foi diferente: cresceram a maiores taxas no segun

Tabela: 24 Taxas de crescimento das formas de utilização das terras pelos estratos de área

| Grupos de área total. | Tx. crescimento das terras em lavouras | | | | | | | | | Taxas de crescimento das terras produtivas não utilizadas | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | permanente | | | temporária | | | descanso | | | | | |
| | 1975/70 | 80/75 | 80/70 | 1975/70 | 1980/75 | 1980/70 | 1975/70 | 80/75 | 80/70 | 1975/70 | 1980/75 | 1980/70 |
| Menos de 10 | 3 | 63 | 68 | - 2 | 12 | 10 | - | 132 | - | - | - 24 | - |
| 10 ⊢ 20 | 7 | 46 | 56 | 2 | 24 | 26 | - | 171 | - | - | - 22 | - |
| 20 ⊢ 50 | 7 | 36 | 46 | 3 | 23 | 26 | - | 242 | - | - | - 26 | - |
| 50 ⊢ 100 | 6 | 31 | 39 | 14 | 14 | 31 | - | 301 | - | - | - 28 | - |
| 100 ⊢ 1000 | 12 | 36 | 52 | 40 | 11 | 56 | - | 582 | - | - | - 31 | - |
| 1000 ⊢ | 10 | 100 | 119 | 150 | 27 | 217 | - | 2779 | - | - | 11 | - |
| TOTAL MEDIO | 9 | 43 | 55 | 15 | 17 | 34 | - | 859 | - | - | - 19 | - |

(Continuação da tabela acima)

| Grupos de área total. | Taxa de crescimento das terras em pastagens | | | | | | Tx. Crescim. das terras em Matas e Florestas | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | naturais | | | plantadas | | | naturais | | | plantadas | | |
| | 1975/70 | 80/75 | 80/70 | 1975/70 | 1980/75 | 1980/70 | 1975/70 | 80/75 | 80/70 | 1975/70 | 1980/75 | 1980/70 |
| Menos de 10 | 24 | - 13 | 8 | - 1 | 66 | 65 | - 4 | 35 | 30 | - 97 | 120 | - 93 |
| 10 ⊢ 20 | 21 | - 9 | 11 | 4 | 61 | 67 | - 8 | 22 | 13 | -100 | 2233 | - 94 |
| 20 ⊢ 50 | 21 | - 8 | 12 | - 2 | 53 | 50 | - 7 | 17 | 9 | - 99 | 297 | - 95 |
| 50 ⊢ 100 | 21 | - 6 | 13 | - 1 | 41 | 39 | - 7 | 5 | - 2 | - 98 | 406 | - 93 |
| 100 ⊢ 1000 | 34 | 3 | 37 | - 2 | 33 | 30 | 1 | 4 | 5 | - 86 | 459 | - 24 |
| 1000 ⊢ | 73 | 47 | 154 | 14 | 64 | 87 | 23 | 23 | 52 | 84 | 696 | 1362 |
| TOTAL MEDIO | 40 | 13 | 58 | 2 | 45 | 48 | 6 | 13 | 21 | - 66 | 654 | 158 |

do quinquênio, quando as pastagens naturais cresceram mais no primeiro; os pequenos estabelecimentos tiveram taxas de crescimento, para as pastagens plantadas, iguais e até um pouco superiores a dos grandes estabelecimentos.

Para as terras com matas e florestas, a tendência foi geral: redução para todos os estabelecimentos, em termos relativos. Os pequenos detiveram uma ínfima parcela, os grandes ascenderam em mais de 20 por cento, e os médios em torno de 4 por cento da área total. Na tabela 24, sobre crescimento, nota-se um maior dinamismo no segundo quinquênio, e para a década, um crescimento oscilante. Nas matas e florestas plantadas houve um crescimento global proporcionado apenas pelos grandes estabelecimentos, e especialmente aqueles localizados nos estratos acima de 1000 hectares. Todos os demais estratos tiveram suas taxas de crescimento negativas.

Para as terras produtivas não utilizadas, houve durante a década um processo de sua ativação, com uma queda de 19 por cento no total, mas mesmo assim chegando a 1980 com 11 por cento do total de terras, quando em 1970 atingia 17 por cento.

As terras inaproveitáveis baixaram de uma participação relativa de 6,1 por cento, em 1970, para 4,8 por cento, em 1980. Tanto pequenos, quanto médios e grandes estabelecimentos têm parcelas de terras inaproveitáveis, como todos também têm de terras produtivas não utilizadas, sendo que estas são em número maior, em todos os estratos, chegando a ser (também em todos os estratos) maior que as terras destinadas às lavouras permanentes.

A tabela 25, retrata as principais formas de utilização da terra em cada estrato de área. Os estabelecimentos menores que 10 hectares ocupam, em 1980, a maior parte de suas terras em lavouras. As lavouras permanentes e temporárias somam mais de 45 por cento do total da área para esse estrato, sendo que 36 por cento estão com as temporárias. Outra grande percentagem da sua área é alocada em pastagens 26,8 por cento, em 1980, com distribuição igual entre pastagens naturais e plantadas. O restante distribui-se em parcelas iguais de mais ou menos 7 por cento para matas e florestas, terras produtivas não utilizadas e terras inaproveitáveis, com o es

Tabela: 25 Distribuição das terras segundo a forma de utilização nos estratos de área total. Bahia

| Grupo de área total | ANO | LAVOURAS | | | PASTAGENS | | MATAS E FLORESTAS | | TERRAS PRODUTIVAS NÃO UTILIZADAS | TERRAS INAPROVEITÁVEIS | TOTAL | TOTAL ABSOLUTO EM HECTARES | PARTICIPAÇÃO DO ESTRATO NO TOTAL DA ÁREA |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | perm. | temp. | desc. | nat. | plant. | nat. | plant. | | | | | |
| Menos de 10 | 1970 | 6,7 | 39,1 | - | 14,2 | 10,0 | 7,1 | 0,1 | 17,7[a] | 5,1 | 100,0 | 1.042.466 | 4,7 |
| | 1975 | 6,8 | 38,0 | 2,5 | 17,4 | 9,8 | 6,8 | 0,0 | 11,6 | 7,1 | 100,0 | 1.054.966 | 4,2 |
| | 1980 | 9,4 | 36,0 | 4,9 | 12,9 | 13,9 | 7,7 | 0,0 | 7,4 | 7,8 | 100,0 | 1.243.192 | 4,1 |
| 10 ⊢ 20 | 1970 | 6,3 | 19,1 | - | 19,5 | 13,8 | 14,0 | 0,2 | 21,1[a] | 6,0 | 100,0 | 1.001.900 | 4,5 |
| | 1975 | 6,6 | 19,1 | 2,4 | 23,2 | 14,1 | 12,7 | 0,0 | 16,3 | 5,6 | 100,0 | 1.018.400 | 4,0 |
| | 1980 | 8,1 | 19,9 | 5,5 | 17,8 | 19,0 | 13,0 | 0,0 | 10,7 | 6,0 | 100,0 | 1.215.052 | 4,0 |
| 20 ⊢ 50 | 1970 | 6,2 | 11,8 | - | 20,5 | 14,5 | 18,6 | 0,3 | 21,4[a] | 6,7 | 100,0 | 2.750.437 | 12,3 |
| | 1975 | 6,5 | 11,9 | 1,8 | 24,5 | 14,0 | 17,1 | 0,0 | 19,2 | 5,0 | 100,0 | 2.798.613 | 11,1 |
| | 1980 | 7,7 | 12,9 | 5,6 | 19,9 | 18,9 | 17,5 | 0,0 | 12,4 | 5,1 | 100,0 | 3.185.437 | 10,6 |
| 50 ⊢ 100 | 1970 | 6,0 | 7,2 | - | 21,6 | 16,4 | 22,2 | 0,3 | 19,6[a] | 6,7 | 100,0 | 2.722.649 | 12,2 |
| | 1975 | 6,2 | 7,9 | 1,3 | 25,3 | 15,6 | 20,0 | 0,0 | 19,3 | 4,4 | 100,0 | 2.830.964 | 11,2 |
| | 1980 | 7,5 | 8,4 | 4,9 | 21,9 | 20,4 | 19,3 | 0,0 | 12,8 | 4,8 | 100,0 | 3.055.200 | 10,2 |
| 100 ⊢1000 | 1970 | 3,7 | 3,1 | - | 24,5 | 20,2 | 25,3 | 0,2 | 17,0[a] | 6,0 | 100,0 | 9.570.984 | 43,0 |
| | 1975 | 3,8 | 4,0 | 0,5 | 29,8 | 18,0 | 23,2 | 0,0 | 16,9 | 5,8 | 100,0 | 10.522.262 | 41,6 |
| | 1980 | 4,7 | 4,1 | 3,4 | 28,2 | 22,0 | 22,4 | 0,1 | 10,8 | 4,3 | 100,0 | 11.403.772 | 38,0 |
| 1000 ⊢ | 1970 | 1,4 | 0,9 | - | 25,6 | 16,9 | 35,6 | 0,1 | 13,4[a] | 6,1 | 100,0 | 5.172.391 | 23,2 |
| | 1975 | 1,1 | 1,6 | 0,1 | 32,5 | 14,2 | 32,2 | 0,2 | 13,6 | 4,5 | 100,0 | 7.038.339 | 27,8 |
| | 1980 | 1,6 | 1,5 | 2,2 | 33,9 | 16,5 | 28,2 | 0,9 | 10,7 | 4,5 | 100,0 | 9.929.940 | 33,1 |
| PARTICIPAÇÃO NO TOTAL | 1970 | 4,0 | 6,6 | - | 23,2 | 17,5 | 25,2 | 0,2 | 17,2[a] | 6,1 | 100,0 | 22.260.827 | 100,0 |
| | 1975 | 3,8 | 6,7 | 0,8 | 28,7 | 15,7 | 23,6 | 0,1 | 16,2 | 4,4 | 100,0 | 25.263.546 | 100,0 |
| | 1980 | 4,6 | 6,6 | 3,6 | 27,3 | 19,2 | 22,5 | 0,4 | 11,0 | 4,8 | 100,0 | 30.032.597 | 100,0 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980.
(-) indica ausência de informação censal.

a - Em 1970 "Terras em descanso" e "terras produtivas não utilizadas" foram informadas conjuntamente em um mesmo item.

trato detendo 4,1 por cento do total geral das terras. O segundo estrato dos pequenos estabelecimentos sofre uma alteração na forma de alocar suas terras e maior parcela vai para pastagens. Em 1980, destinam-se quase 37 por cento do total de sua área para essa atividade, e quase meio a meio a distribuição entre pastagens naturais e plantadas. As lavouras ficam com 28 por cento da área, em sua maior parte, 20 por cento, utilizada pelas temporárias. As matas e florestas vêm em terceiro lugar, com 13 por cento. A percentagem em terras produtivas não utilizadas aumenta e chega a quase 11 por cento. No total geral das terras ocupam 4,2 por cento em 1980.

Nos estabelecimentos de médio porte, seus dois estratos são mais homogêneos. Alocam a maior parte de suas áreas, quase 40 por cento, em pastagens. Matas e florestas estão em segundo lugar na destinação de suas terras com cerca de 18 por cento. Em terceiro lugar vêm as terras destinadas às lavouras com uma percentagem média superior à 15 por cento. As terras produtivas não utilizadas alcançam um patamar de 12 por cento.

Nos grandes estabelecimentos a maior parcela das terras, aproximadamente 50 por cento, é destinada às pastagens. Em seguida vêm as matas e florestas com uma média de 25 por cento. Em terceiro lugar as terras produtivas não utilizadas, com um percentual médio de 11 por cento. Em quarto, inferiores somente às terras inaproveitaveis (assim mesmo, para os estabelecimentos acima de 1000 hectares, até essas últimas são maiores), vêm as terras destinadas às lavouras com uma média de 8 por cento do seu total. Os grandes estabelecimentos detiveram 71 por cento do total geral de terras em estabelecimentos, em 1980.

Para encerrar o item estrutura fundiária, relembra-se as observações contidas nos capítulos anteriores, confrontando-as. Na tabela 24 consta o crescimento conjunto das áreas em lavouras, na década. As lavouras temporárias sofreram uma queda de produção, na maioria de suas lavouras, mas as quantidades de terras a elas destinadas não se reduziram. Pela tabela 01, essas lavouras tiveram um aumento de 27 por cento em valor, para a década, enquanto o aumento de suas terras (pela tabela 24) foi de 34 por cento, tomando tal comparação

como indicador de rendimento físico por unidade de área, chega-se a um baixo aproveitamento. Para as lavouras permanentes o resultado é inteiramente diferente. A tabela 01 aponta um crescimento do valor de sua produção de 147 por cento para a década, enquanto a tabela 24, 55 por cento de crescimento da área destinada a essas lavouras, levando à conclusão de aumento de rendimento por unidade de área aplicada a tais lavouras. Para uma comparação das pastagens e animais, os resultados são semelhantes aos das lavouras permanentes. Pela tabela 01, o valor da produção ultrapassa a casa dos 100 (cem) por cento, enquanto o crescimento da área de pastagens (plantadas e naturais) aproxima-se de 54 por cento. Agora, conjugando-se conjuntamente as seguintes constatações: para a década de 1970-80:

1 - o valor total da produção na década cresceu 95% (tabela 01);

2 - o total da área em estabelecimentos cresceu 35% (tabela 25);

3 - o pessoal ocupado total, cresceu 25% (tabela 18).

Tem-se, com base nos três indicadores levantados, uma conclusão preliminar, de que houve aumento da produtividade do trabalho.

Sumariando algumas informações anteriores, tem-se:

a') Os pequenos estabelecimentos detêm pequenas quantidades relativas do total de terras em estabelecimentos - 8 por cento, em 1980;

b') Os grandes estabelecimentos detêm mais de 71 por cento do total da área em 1980;

c') A maior parte da força de trabalho está alocada nos pequenos estabelecimentos sob a forma de trabalho familiar, mas também emprega trabalho assalariado - se bem que em fração mínima;

d') Os médios estabelecimentos têm no trabalho familiar, sua principal força de trabalho, mas quase um terço já se constitui em trabalho assalariado;

e') A maior parte da força de trabalho dos grandes estabelecimentos, quase dois terços, é constituída de trabalho assalariado;

f') Os principais produtos em valor da produção, cacau e bovinos, têm a maior parte de sua produção oriunda dos grandes estabelecimentos;

g') Outros produtos, como café, algodão, cana-de-açúcar e sisal, têm também a maior parte de sua produção advinda dos grandes estabelecimentos;

h') Produtos como, mandioca, fumo cebola, coco-da-baía, suínos e aves, têm a maior parte de sua produção originada nos pequenos estabelecimentos;

i') Produtos como arroz, feijão, mamona, milho, laranja e banana distribuem-se mais ou menos equitativamente entre os estabalecimentos;

j') Os médios estabelecimentos participam com uma percentagem que gira em torno de um terço, regra geral, para todos os produtos, exceto para cana-de-açúcar e bovinos, que são bastante concentrados nos grandes estabelecimentos;

k') Regra geral, a taxa de cresdimento dos produtos foi maior nos grandes estabelecimentos, exceto para aqueles produtos que em sua maior parte são atividades principais dos pequenos estabelecimentos;

l') Constata-se uma taxa conservadora de estabilidade, embora ligeiramente declinante, para os produtos que têm a maior parte de sua produção originada dos pequenos estabelecimentos;

m') As taxas de crescimento do trabalho assalariado, para todos os estratos, foram acima da taxa de crescimento do valor da produção monetária real, e particularmente maiores nos grandes estabelecimentos;

n') Os trabalhos na forma de parceria, arrendatário, moradores, agregados, etc., tiveram redução de seu uso na década;

o') O trabalho familiar cresceu em todos os estratos a taxas inferiores ao total médio de pessoal ocupado.

## 2 - O Financiamento da Produção.

Antes de se abordar as questões relativas às máquinas, equipamentos e insumos que concorrem para o aumento do rendimento físico e da produtividade do trabalho, necessária se faz uma incursão nas condições de acesso a estes aparelhamentos técnicos. Esta pré-condição é o "crédito rural", que aparece no censo agropecuário sob a denominação de financiamento.

A tabela 26 demonstra que, do montante recebido na forma de financiamento pelos agricultores, a maior parcela foi conce

Tabela: 26.a) Distribuição relativa dos financiamento pelos estabelecimentos, segundo o estrato de área total, e respectivas taxas de crescimento. Bahia.

| Grupos de área total | Financiamentos | | | Taxas de crescimento | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1970 | 1975 | 1980 | 1975/70 | 1980/75 | 1980/70 |
| Menos de 10 | 2,6 | 1,1 | 4,2 | 54 | 289 | 499 |
| 10 ⊢ 20 | 3,1 | 1,7 | 4,6 | 104 | 168 | 446 |
| 20 ⊢ 50 | 11,4 | 7,7 | 13,4 | 147 | 78 | 441 |
| 50 ⊢ 100 | 14,4 | 11,5 | 13,9 | 191 | 24 | 262 |
| 100 ⊢ 1000 | 53,3 | 52,4 | 39,5 | 258 | - 22 | 178 |
| 1000 ⊢ | 15,2 | 25,5 | 24,4 | 511 | - 1 | 503 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 264 | 3 | 275 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980

Tabela: 26.b) Origens dos financiamentos

| Origem | Financiamentos | | | Taxa de crescimento | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1970 | 1975 | 1980 | 1975/70 | 1980/75 | 1980/70 |
| Governo | 82,3 | 89,5 | 86,1 | 296 | - 1 | 292 |
| Outros | 17,7 | 10,5 | 13,9 | 116 | 36 | 194 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 264 | 3 | 275 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980

"Outros" - Esse item é composto por: Entidades privadas, Cooperativas, etc.

Tabela: 26.c) Valor total dos financiamentos em mil cruzeiros. Bahia

| Ano Base | 1970 | 1975 | 1980 |
|---|---|---|---|
| A preços de 1975 | 427.482 | 1.555.622 | 1.601.317 |
| A preços Correntes | 153.710 | 1.555.622 | 17.044.428 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980

OBS.: Deflacionados pelos índices de dezembro dos respectivos anos, com base nos dados da revista Conjuntura Econômica/FGV.

dida pelos orgãos governamentais, 82 por cento em 1970, 89 por cento em 1975, e 86 por cento em 1980 (tabela 26.b).

A distribuição dos financiamentos entre os estratos de área total consta da tabela 26, enquanto a distribuição dos informantes que receberam financiamento, da tabela 27. O valor dos financiamentos mostra-se bastante concentrado nos grandes estabelecimentos. Em 1970 os financiamentos aí alocados foram de 68 por cento, 78 em 1975 e 64 por cento em 1980 do total. Os médios estabelecimentos ficaram com menos de um terço do total de financiamentos para cada um dos três anos, enquanto os pequenos estabelecimentos aumentaram sua participação no final da década em relação ao início, não conseguindo atingir 10 por cento, em nenhum dos anos, embora representem em torno de um terço do número de informantes que declararam receber financiamentos. Os informantes de estabelecimentos de tamanho médio que receram financiamentos foram significativos em número, para qualquer um dos anos recenseados - da ordem de 40 por cento, enquanto os grandes estabelecimentos, com a maior parcela dos financiamentos, tiveram o menor número de informantes.

Nos intervalos intercensitários, os financiamentos cresceram mais no primeiro quinquênio, período em que a produção também teve maior crescimento. O segundo quinquênio apresentou uma pequena taxa de crescimento global de 3 por cento. No período de maior crescimento, o primeiro, a taxa global de financiamento cresceu 264 por cento, tendo sido superior, portanto, à taxa de crescimento do valor monetário real da produção - de 66 por cento. As maiores taxas se verificaram nos grandes estabelecimentos. Houve uma correlação direta entre as maiores taxas de crescimento com os maiores estratos. Mas, para o segundo quinquênio, a correlação foi inversa e as maiores taxas de crescimento dos financiamento ocorreram nos pequenos estabelecimentos. Os grandes estabelecimentos tiveram taxas de crescimento negativas. As taxas de crescimento para o número de informantes de financiamentos foram bastante diversas: no primeiro quinquênio, menores, quando o montante de financiamento cresceu a maiores taxas; no segundo quinquênio, maiores, quando a taxa de crescimento do montante de financiamento foi menor (tabela 27).

Tabela: 27 Distribuição dos informantes de financiamentos, pelos estratos de área total, e, informantes que obtiveram financiamento pelo total de estabelecimentos Bahia.

| Grupos de área total. | Informantes | | | Tx. Crescimento informantes | | | Info. financ./estabelecimentos totais do estrato | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1970 | 1975 | 1980 | 1975/70 | 1980/75 | 1980/70 | 1970 | 1975 | 1980 |
| menos de 10 | 19,5 | 11,3 | 18,8 | - 25 | 292 | 192 | 1,3 | 1,0 | 3,2 |
| 10 ⊢ 20 | 11,8 | 9,4 | 14,6 | 3 | 264 | 274 | 3,2 | 3,2 | 9,6 |
| 20 ⊢ 50 | 23,6 | 23,4 | 27,7 | 28 | 178 | 257 | 5,1 | 6,5 | 15,6 |
| 50 ⊢ 100 | 17,7 | 19,6 | 16,6 | 43 | 98 | 183 | 8,7 | 11,9 | 21,7 |
| 100 ⊢ 1000 | 25,5 | 33,2 | 20,7 | 68 | 47 | 147 | 12,6 | 19,3 | 26,7 |
| 1000 ⊢ | 1,7 | 3,1 | 1,5 | 130 | 18 | 171 | 15,2 | 28,0 | 27,6 |
| TOTAL | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 29 | 135 | 204 | 3,6 | 4,6 | 9,3 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980
Info. financ. = Informantes que obtiveram financiamentos

No global, para toda a década e em todos os estratos, as taxas de crescimento do montante de financiamentos foram superiores às taxas de crescimento do valor monetário real da produção.

A última coluna da tabela 27 mostra a divisão do número de informantes que receberam financiamentos pelo total de estabelecimentos do estrato, resultando em termos relativos que, os maiores estabelecimentos tiveram maior assistência que os médios e pequenos. Cada valor médio de contrato concedido aos maiores estabelecimentos é bastante superior aos dos pequenos e médios, conforme atesta a concentração dos financiamentos com menor número de informantes e de contratos nos grandes estabelecimentos. O fato expõe, então, uma formação técnica de recursos monetários favorável aos grandes estabelecimentos. No capítulo V voltar-se-á a discutir essa mesma questão, só que serão utilizadas as informações do Banco Central do Brasil, quanto ao montante de recursos, ano a ano, destinado em crédito rural à agricultura baiana. Far-se-á também um confronto dos montantes ou sejam dos totais informados pelos censos, com base nas declarações dos produtores, com as informações de montantes destinados de acordo com estatísticas do Banco Central.

Mas ainda considerando os dados dos censos agropecuários, a tabela 28 faz uma alocação das diferentes aplicações dos financiamentos, para os três anos de registro. Nos anos de 1970 e 1975, as maiores parcelas foram destinadas aos "investimentos"; já em 1980, a maior parcela está alocada em "custeio". Os financiamento para "comercialização" foram sempre nesses três anos investigados, em menor volume de recursos. O item "outros" destina-se àqueles financiamentos que tiveram diferentes aplicações, ou mais de uma forma de aplicação (podendo qualquer uma das citadas formas estar inclusa), o que deixa, portanto, uma margem de dúvida na precisa alocação dos recursos dos montantes anteriormente especificados (comercialização, custeio e investimento), pois não se conhece a parcela do item "outros" lhes destinada.

Para a distribuição dos financiamentos, de acordo com o fim que lhes foi destinado pelos diferentes estratos de área total, as informações para 1975 e 1980 - em 1970 não se tem indicações a ní

Tabela: 28 Distribuição, segundo a finalidade, dos financiamentos pelos estratos de área total. Bahia

| Grupos de área total. | 1970 | | | | 1975 | | | | 1980 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Invest. | Custeio | Comerc. | Outros | Invest. | Custeio | Comerc. | Outros | Invest. | Custeio | Comerc. | Outros |
| Menos de 10 | - | - | - | - | 0,4 | 0,5 | 0,1 | 0,1 | 1,2 | 2,2 | 0,2 | 0,6 |
| 10 ⊢ 20 | - | - | - | - | 0,9 | 0,6 | 0,1 | 0,1 | 1,3 | 2,3 | 0,1 | 0,8 |
| 20 ⊢ 50 | - | - | - | - | 4,0 | 2,4 | 0,3 | 1,0 | 4,3 | 5,6 | 0,4 | 3,1 |
| 50 ⊢ 100 | - | - | - | - | 6,1 | 2,8 | 0,5 | 2,1 | 4,8 | 5,3 | 0,3 | 3,5 |
| 100 ⊢ 1000 | - | - | - | - | 30,3 | 7,9 | 2,0 | 12,2 | 13,2 | 13,4 | 1,0 | 12,0 |
| 1000 ⊢ | - | - | - | - | 15,0 | 3,3 | 0,3 | 6,9 | 5,0 | 6,0 | 0,5 | 12,9 |
| TOTAL | 45,6 | 24,0 | 8,2 | 22,2 | 56,7 | 17,6 | 3,3 | 22,4 | 29,8 | 34,8 | 2,5 | 32,9 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980.

(-) indica ausência de informação.

Invest. = Investimentos
Comerc. = Comercialização
Outros = Nesse item "outros", para 1970 e 1975 está composto pelo que, os censos desses anos registraram com "sem declaraçao"., e, para 1980 nesse item está informando o que o censo Agropecuário registrou com "duas ou mais finalidades".

vel de estratos de área total - mostram a distribuição concentrada nos grandes estabelecimentos. Essa distribuição foi menos concentrada quando menor era o volume de recursos envolvidos, como no caso dos destinados à "comercialização".

Um exercício interessante a ser feito é o da divisão do montante dos financiamentos, por estratos de área total e pelo valor total da produção para cada estrato. Como já se havia dito anteriormente, um maior volume de recursos era destinado aos grandes estabelecimentos, mas faltou precisar em que dimensão. Um parâmetro para tal pode ser encontrado no valor monetário da produção. Na tabela 29 encontra-se tal divisão, a dos montantes de financiamentos pelos valores monetários da produção de cada estrato de área total.

TABELA 29 : RAZÃO ENTRE FINANCIAMENTOS OBTIDOS E VALOR DA PRODUÇÃO TOTAL POR ESTRATO DE AREA TOTAL. Bahia.

| Grupos de área total | Percentagem do valor da produção financiada | | |
|---|---|---|---|
| | 1970 | 1975 | 1980 |
| Menos de 10 | 1,2 | 1,4 | 4,6 |
| 10 ⊢ 20 | 3,2 | 4,6 | 9,8 |
| 20 ⊢ 50 | 6,0 | 10,2 | 15,0 |
| 50 ⊢ 100 | 10,2 | 18,1 | 19,0 |
| 100 ⊢ 1000 | 18,6 | 34,1 | 22,8 |
| 1000 ⊢ | 24,0 | 62,1 | 57,4 |
| Média do total | 10,1 | 22,2 | 19,4 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980.

Na tabela acima a cada maior estrato de área corresponde uma parcela maior de financiamentos recebida. Todos os estratos ao longo da década tiveram um maior volume de crescimento do financiamento em relação ao valor de sua produção, exceto os grandes estabelecimentos, que entre 1975 e 1980, diminuíram a sua participação relativa.

Na tabela 26.a, os grandes estabelecimentos registraram taxas de crescimento do financiamento negativas. Se acrescentadas as informações da tabela 07, quando se trata da distribuição do

valor monetário da produção entre os estratos e da taxa de crescimento na década desse valor, constata-se que a taxa de crescimento do valor da produção, no segundo quinquênio, apesar de ser pequena para os grandes estabelecimentos continou sendo positiva, esclarecendo assim a redução da participação relativa apontada nà tabela 29. Ainda com os dados da tabela 12, verifica-se que a maior parte do valor monetário da produção provém em mais de 40 por cento dos grandes estabelecimentos. Na tabela 22, sobre a distribuição do número de estabelecimentos e das áreas correspondentes, no ano de 1980, menos de 8 por cento do total de estabelecimentos - os grandes estabelecimentos - detinham mais de 70 por cento das terras. Se considerada a força de trabalho empregada nos grandes estabelecimentos como assalariada, em quase dois terços, têm-se que as condições para acumulação, de reprodução do capital, na agricultura baiana, estão centradas nos grandes estabelecimentos - regra geral.

É dentro dessas condições que agora passa-se a uma investigação da distribuição das máquinas, insumos e energéticos consumidos no Agro baiano.

## 3 - A Industrialização do Agro Baiano.

O termo "industrialização da agricultura", aqui, é tomado conforme tratado por Geraldo Muller. Diz ele: "industrialização da agricultura não se identifica com a agricultura como uma produção industrial, no sentido da agricultura independer inteiramente das condições naturais e da destreza do trabalhador.... Por conseguinte, ao se falar sobre a industrialização da agricultura brasileira não se busca identificá-la com a produção industrial em sentido estrito, mas com um processo de industrialização, que já alterou por completo a base técnica de produção nos países mais adiantados e que está alterando em outros como o Brasil.... O emprego do termo industrialização do campo diz respeito às condições históricas em que se efetua a extensão da lógica industrial de produzir para o mundo rural. A magnitude e o ritmo desta extensão dependem da correlação de forças sociais em presença neste movimento. Tudo leva a crer que, na medida em que o movimento sócio-político converte a produção rural em pro-

blema social, a base tecno-econômica tende a se converter em industrial. O grau de industrialização dependerá, então da disponibilidade de tecnologias no âmbito vegetal-biológico e animal-biológico, no âmbito da química e da mecânica, assim como no âmbito organizacional. Mas convém insistir, não só destas disponibilidades; principalmente da possibilidade de valorização dos capitais*.... Por conseguinte, ao empregarmos o termo industrialização do campo, o fazemos para designar a extensão do modo industrial de produzir na agricultura, cujas magnitudes e ritmos dependem das condições de reprodução dos interesses dos grupos sociais que atuam no CAI (Complexo Agroindustrial) e, evidentemente, na sociedade nacional inclusiva, na qual sobressai o Estado. Neste sentido, o termo expressa certa independência da produção agrícola em relação às limitações naturais (reprodução da fertilidade da terra, diminuição do tempo de produção graças ao emprego de conhecimentos de engenharia genética, por exemplo) e à destreza do trabalho humano (emprego de máquinas, implementos, herbicidas, por exemplo). O relevante no processo de industrialização do campo é a subordinação efetiva dos tempos de trabalho necessário e excedente à dinâmica do capital, em mercados com características crescentes de concorrência oligopólica".[31] Muller afirma que esse processo de "industrialização do agro mostra-se concentrado em termos regionais e em linhas de produção" para o Brasil[32]. Concentrado em termos regionais, em alguns estados do centro-sul[33]. O autor chega à seguinte conclusão "... à agricultura industrializada cabe creditar o maior volume de produção, assim como o maior valor da produção. Ademais, se a industrialização do campo manteve seu caráter concentrado, também é verdade que se expandiu, e o fez em todas as prin

---

* - Os grifos são inseridos nesta presente dissertação, não constam no original.

31 - MULLER, Geraldo. Agricultura e Industrialização do Campo. in. Revista de Economia Política vol. 2/1 nº 6 abril-junho/1982. Brasiliense, pág. 47 a 78. Citação das páginas 51 e 52.

32 - A concentração processa-se nos seguintes estados: Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

33 - Idem, idem pág. 59

cipais culturas do país, incluindo aí os produtos alimentícios. Por outro lado, com base na concentração e na difusão concentrada com que se dá o progresso técnico na agricultura, pode-se sustentar a idéia de que a grande maioria dos estabelecimentos teve o seu ingresso no clube dos produtores modernos bloqueado. O que, antes de representar atraso, representa precisamente a nova forma da agricultura brasileira. Por fim, não parece descabido apelar para a analogia que a industrialização do agro mantém com a estrutura industrial do país: uma pequena parcela de produtores é responsável por enormes quantidades de produtos e de valor." [34]

E o Agro baiano, como se comportou nessa década? Nos capítulos anteriores pôde ser notado que o processo na Bahia é concentrado "em linhas de produção", em sistemas (produtos), onde apenas dois, a produção de origem bovina e a cacauicultura, representam no ano de 1980 mais de 55 por cento do valor global da produção animal-vegetal. E ainda que cabia aos grandes estabelecimentos a maior parte dessa produção (da produção global em valor monetário), por se concentrar nesses estabelecimentos a maior parte dos financiamentos (lembrando, uma vez mais que, nos grandes estratos, durante a década de 1970 se operou uma transformação qualitativa das forças produtivas, passando a ser essencialmente assalariadas).

### 3.1 - As Máquinas no Processo de Industrialização.

Na tabela 30 tem-se a distribuição dos tratores e dos arados de tração animal e mecânica, pelos estratos de área total.

Os tratores e os arados de tração mecânica mostram-se bastante concentrados nos grandes estabelecimentos. Do total de tratores em 1980 quase 70 por cento se encontram nos grandes estabelecimentos, pouco mais de 20 por cento nos de porte médio e apenas 10 por cento nos pequenos estabelecimentos. Os arados de tração mecânica têm taxas de participação similares às dos tratores, enquanto que

---

34 - MULLER, Geraldo. Op. Cit. pág. 67.

Tabela: 30 Distribuiçao dos tratores, e informantes, como também distribuição do número de arados de tração mecânica e animal, por estratos de área total.Bahia:

| Grupo de área total | Informantes de tratores percentual 1970 | 1975 | 1980 | Tx.crescimento 75/70 | 80/75 | 80/70 | número de tratores percentual 1970 | 1975 | 1980 | Tx.crescimento 75/70 | 80/75 | 80/70 | percentual de arados de traçao: mecânica 1970 | 1975 | 1980 | animal 1970 | 1975 | 1980 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Menos de 10 | 6,4 | 4,7 | 6,6 | 63 | 316 | 581 | 5,8 | 3,7 | 5,1 | 51 | 326 | 542 | 8,4 | 3,3 | 6,9 | 37,0 | 32,7 | 31,1 |
| 10 ⊢ 20 | 5,8 | 3,1 | 6,0 | 19 | 465 | 572 | 5,5 | 2,4 | 5,0 | 4 | 542 | 567 | 5,4 | 3,0 | 6,5 | 16,4 | 17,7 | 18,3 |
| 20 ⊢ 50 | 19,1 | 9,5 | 12,9 | 11 | 301 | 344 | 17,8 | 7,5 | 10,3 | 0 | 321 | 321 | 16,2 | 9,7 | 12,9 | 21,3 | 22,6 | 23,9 |
| 50 ⊢ 100 | 13,6 | 12,2 | 14,2 | 99 | 243 | 585 | 11,8 | 10,1 | 12,0 | 101 | 267 | 639 | 11,7 | 12,0 | 14,3 | 10,7 | 12,3 | 12,9 |
| 100 ⊢ 1000 | 42,0 | 54,2 | 47,9 | 188 | 160 | 648 | 41,1 | 50,3 | 46,5 | 189 | 184 | 720 | 44,7 | 54,3 | 46,6 | 13,5 | 13,8 | 13,0 |
| 1000 ⊢ | 13,1 | 16,1 | 12,3 | 173 | 125 | 516 | 18,1 | 26,0 | 21,0 | 239 | 149 | 745 | 13,6 | 17,7 | 12,6 | 1,0 | 0,9 | 0,8 |
| TOTAL | 100 | 100 | 100 | 122 | 195 | 555 | 100 | 100 | 100 | 132 | 207 | 615 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980

Taxas de crescimentos dos arados:

| | Traçao animal 75/70 | 80/75 | 80/70 | Traçao mecânica 75/70 | 80/75 | 80/70 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| ⊢ 10 | 25 | 18 | 48 | -14 | 383 | 315 |
| ⊢ 20 | 53 | 29 | 97 | 22 | 438 | 555 |
| ⊢ 50 | 50 | 32 | 98 | 31 | 248 | 357 |
| ⊢ 100 | 63 | 31 | 113 | 124 | 244 | 672 |
| ⊢ 1000 | 46 | 17 | 71 | 165 | 157 | 582 |
| ⊢ | 19 | 11 | 32 | 184 | 171 | 405 |
| Total | 42 | 25 | 77 | 119 | 194 | 544 |

Tabela: 30.b Números absolutos de informantes de tratores e arados bem como os números absolutos de tratores e arados de tração animal e mecânica.Bahia

| Gëneros | 1970 | 1975 | 1980 | Tx. de Crescimento 75/70 | 80/75 | 80/70 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Informantes de tratores | 1.461 | 3.246 | 9.575 | 122 | 195 | 555 |
| Número de tratores | 1.868 | 4.342 | 13.349 | 132 | 207 | 615 |
| Informantes de Arados | | | | | | |
| tração mecânica | 1.096 | 2.276 | 6.759 | 108 | 197 | 517 |
| Tração animal | 32.618 | 46.039 | 58.506 | 41 | 27 | 79 |
| Número de Arados | | | | | | |
| tração mecânica | 1.453 | 3.178 | 9.361 | 119 | 194 | 544 |
| tração animal | 38.724 | 54.953 | 68.489 | 42 | 25 | 77 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980

os arados de tração animal já demonstram uma distribuição contrária, com a maior parcela localizando-se nos menores estabelecimentos.

Para a investigação das taxas de crescimento dos três tipos de máquinas acima relacionadas, por estrato e no total, veja tabela 30. Para os tratores são altíssimas as taxas de crescimento em todos os estratos, indistintamente, e no global. Entende-se por "altíssimas" taxas de crescimento aquelas muito superiores ao valor da produção, seja na média global ou por estratos. A taxa média global de crescimento dos tratores, na década, foi de 615 por cento, enquanto o valor monetário real cresceu 95 por cento. O total de pessoal ocupado cresceu 25 por cento no período (tabela 18). As taxas de crescimento das terras em lavouras permanentes, das terras para lavouras temporárias e das pastagens elevaram-se respectivamente em 55; 34 e 48 por cento (tabela 24). Os arados de tração mecânica cresceram a altíssimas taxas, enquanto os arados de tração animal a taxas inferiores ao crescimento do valor da produção durante a década de 1970. Pode-se afirmar, sem sombra de dúvidas, que tanto os tratores como os arados de tração mecânica concorreram para a elevação da produtividade do trabalho. Essas taxas de crescimento levaram ao seguinte aparelhamento técnico dentro dos estratos - tabelas 31 e 32 - : Primeiro, fazendo uma razão do número de tratores pelo total de estabelecimentos (tabela 31, última coluna da direita), os estratos com mais de 1000 hectares chegam, em média, a um trator por estabelecimento, enquanto no estrato de 100 à 1000 hectares, em média, há um trator para 7 (sete) estabelecimentos[35]; segundo, para cada menor estrato - nos médios e pequenos - aumenta em média o número de estabelecimentos por trator, chegando para os estabelecimentos do estrato menor de 10 hectares, a uma média de 510 estabelecimentos para um trator - no ano de 1980. O aparelhamento técnico em tratores nos grandes estabelecimentos chega a ser maior que em arados de tra-

---

35 - O anexo III, tabela A, faz uma divisão do número de tratores pelo número de informantes dos mesmos. Essa razão chega ao número 2 para os grandes estabelecimentos, enquanto é pouco maior que um nos médios e pequenos estabelecimentos. O que confirma o presumível - há grandes estabelecimentos com vários tratores.

Tabela: 31 Nêmeros de Estabelecimentos e áreas (em hectares) por trator, segundo os estratos de área total. Bahia.

| Grupos de área total. | 1 9 7 0 | | 1 9 7 5 | | 1 9 8 0 | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | Estab./trator | Ha./trator | Estab/trator | Ha./trator | Estab/trator | Ha./trator |
| Menos de 10 | 2.802 | 9.834 | 1.841 | 6.593 | 510 | 1.825 |
| 10 - 20 | 721 | 9.919 | 709 | 9.699 | 133 | 1.803 |
| 20 - 50 | 275 | 8.411 | 279 | 8.558 | 77 | 2.313 |
| 50 - 100 | 183 | 12.547 | 95 | 6.478 | 28 | 1.906 |
| 100 - 1000 | 52 | 12.880 | 20 | 4.813 | 7 | 1.838 |
| 1000 - | 7 | 15.579 | 2 | 6.245 | 1. | 3.538 |
| MÉDIA DO TOTAL | 295 | 12.111 | 126 | 5.818 | 48 | 2.250 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980.

Estab. = Estabelecimento

Ha. = Hectares

Tabela: 32 Estabelecimentos e áreas (em hectares) por tipo de arado utilizado (tração mecânica ou animal), segundo o estrato de área total. Bahia.

| Grupos de área total. | Estab. por arado de tração mecânica | | | Áreas por arado de tração mecânica | | | Estab. por arado de tração animal | | | Áreas por arado de tração animal | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 |
| menos de 10 | 2.435 | 2.805 | 685 | 8.545 | 10.047 | 2.452 | 22 | 16 | 16 | 78 | 59 | 58 |
| 10 ⊢ 20 | 934 | 784 | 175 | 12.845 | 10.720 | 2.378 | 11 | 8 | 7 | 157 | 105 | 97 |
| 20 ⊢ 50 | 383 | 297 | 98 | 11.704 | 9.086 | 2.969 | 11 | 7 | 6 | 333 | 225 | 195 |
| 50 ⊢ 100 | 233 | 109 | 34 | 16.015 | 7.430 | 2.329 | 10 | 6 | 5 | 656 | 420 | 346 |
| 100 ⊢ 1000 | 61 | 25 | 10 | 14.724 | 6.096 | 2.573 | 8 | 6 | 5 | 1.831 | 1.383 | 1.276 |
| 1000 ⊢ | 11 | 5 | 2 | 26.124 | 12.501 | 6.507 | 5 | 6 | 6 | 12.963 | 14.849 | 18.842 |
| Total médio | 373 | 172 | 68 | 15.320 | 7.949 | 3.208 | 14 | 10 | 9 | 574 | 460 | 438 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980

estab. = estabelecimentos

áreas em hectares

ção animal. Como também os grandes estabelecimentos, no conjunto, em termos relativos, têm um melhor aparelhamento técnico - um maior número de arados de tração animal que os pequenos e médios estabelecimentos. Esse aparelhamento é superior em termos de unidades administrativas de detenção dos meios de produção, porque por outro lado, ao se dividir a quantidade de hectares de terras dos estratos pelas máquinas - tratores, arados de tração animal e mecânica - os pequenos e médios estabelecimentos têm um número menor que os grandes de hectares por máquina utilizada (tabela 31 e 32).

Pelas tabelas B e C do anexo III, tem-se que a maior concentração de tratores se dá nos de potência entre 10 a 100 HP, verificando-se aí as maiores demandas de tratores, onde os grandes estabelecimentos apresentaram taxa de crescimento superior a 1000 por cento na década 1970-80 (tabela C do anexo III).

A razão quantidade de terra por tipo de máquina nas tabelas 31 e 32, para os arados de tração animal indica um menor número nos pequenos estabelecimentos e um maior nos estabelecimentos com mais de 100 hectares. Para a tração mecânica a quantidade de terra em hectares para cada arado é igualmente grande em todos os estratos; enquanto a razão área por trator, ligeiramente menor para os pequenos estabelecimentos não chega a constituir uma vantagem técnica dos pequenos sobre os médios e principalmente sobre os grandes, devido ao já citado argumento de que há um número bastante maior de pequenos estabelecimentos não proprietários de tratores. De qualquer forma pode-se concluir pela insuficiência do equipamento técnico para a área disponível, até mesmo para o arado de tração animal.

### 3.2 - Os Insumos Agrícolas no Processo de Industrialização.

Insumos agrícolas nesta abordagem significam a utilização de adubos químicos, adubos orgânicos, calcário, irrigação e defensivos, não em suas quantidades físicas usadas, mas pelo número de estabelecimentos que delas fazem uso, devido às publicações censais assim as informarem - limitando assim um valioso indicador do proces

Tabela: 33 Distribuição dos estabelecimentos que usam fertilizantes, calcário, Irrigação e defensivos. Bahia

| Grupos de área total | Adubos químicos | | | Adubos orgânicos | | | Calcário | | | Irrigação | | | Defensivos | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 | 1970[a] | 1975 | 1980 | 1975 | 1980 |
| Menos de 10 | 25,4 | 41,5 | 40,4 | 74,2 | 67,7 | 66,0 | 17,2 | 6,0 | 17,1 | 61,1 | 55,0 | 50,9 | 44,0 | 46,6 |
| 10 ⊢ 20 | 13,9 | 12,5 | 15,1 | 10,4 | 11,8 | 10,9 | 8,8 | 9,3 | 12,7 | 13,8 | 13,8 | 14,7 | 14,0 | 14,5 |
| 20 ⊢ 50 | 25,7 | 20,5 | 21,1 | 9,3 | 11,4 | 11,5 | 24,7 | 27,7 | 26,9 | 12,7 | 15,0 | 15,7 | 19,1 | 18,7 |
| 50 ⊢ 100 | 15,5 | 11,9 | 10,9 | 3,0 | 4,4 | 5,2 | 16,3 | 23,1 | 18,6 | 5,5 | 6,9 | 7,8 | 10,1 | 9,2 |
| 100 ⊢ 1000 | 18,6 | 12,8 | 11,6 | 2,9 | 4,2 | 5,9 | 30,6 | 30,8 | 22,8 | 6,5 | 8,6 | 9,9 | 11,9 | 10,3 |
| 1000 ⊢ | 1,0 | 0,7 | 0,9 | 0,2 | 0,2 | 0,5 | 2,5 | 3,1 | 1,9 | 0,4 | 0,7 | 1,0 | 0,8 | 0,8 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980.

a = Os dados de 1970 para os estabelecimentos com irrigação foram os dos informantes, ficando, assim sub-dimensionados, dado que um informante pode deter mais de um estabelecimento com irrigação.

Tabela: 33.b) Número absoluto dos estabelecimentos, que usam Fertilizantes, calcário, irrigação e defensivos. Bahia

| Gênero | 1970 | 1975 | 1980 |
|---|---|---|---|
| Adubos | | | |
| .químicos | 6.940 | 26.045 | 56.059 |
| .orgânicos | 43.982 | 60.157 | 83.505 |
| Calcário | 1.421 | 2.056 | 11.136 |
| Irrigação | 10.663[a] | 15.903 | 21.335 |
| Defensivos | - | 286.466 | 367.566 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980
( - ) indica ausência de informação.

Tabela: 34 Percentual no total de cada estrato do número de estabelecimentos que fazem uso de adubos, calcário, irrigação e defensivos. Bahia.

| Grupos de área total. | Adubos químicos | | | Adubos orgânicos | | | calcário | | | irrigação | | | Defensivos[a] | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 | 1975 | 1980 |
| Menos de 10 | 0,6 | 3,7 | 6,5 | 11,0 | 13,8 | 15,9 | 0,1 | 0,0 | 0,5 | 2,6 | 3,0 | 3,1 | 42,8 | 49,3 |
| 10 ⊢ 20 | 1,3 | 4,4 | 9,4 | 6,3 | 9,6 | 10,1 | 0,2 | 0,2 | 1,6 | 2,0 | 2,9 | 3,5 | 54,0 | 59,3 |
| 20 ⊢ 50 | 2,0 | 5,8 | 11,2 | 4,5 | 7,5 | 9,1 | 0,4 | 0,6 | 2,8 | 1,5 | 2,6 | 3,2 | 59,7 | 64,9 |
| 50 ⊢ 100 | 2,7 | 7,5 | 13,6 | 3,4 | 6,4 | 9,6 | 0,6 | 1,1 | 4,6 | 1,5 | 2,6 | 3,7 | 69,4 | 74,6 |
| 100 ⊢ 1000 | 3,2 | 7,7 | 14,1 | 3,2 | 6,0 | 10,7 | 1,1 | 1,5 | 5,5 | 1,7 | 3,1 | 4,6 | 78,8 | 82,1 |
| 1000 ⊢ | 3,0 | 6,6 | 15,4 | 3,6 | 5,1 | 13,0 | 1,6 | 2,3 | 6,4 | 1,9 | 4,2 | 6,6 | 88,6 | 88,5 |
| Total médio | 1,3 | 4,7 | 8,8 | 8,1 | 11,0 | 13,1 | 0,3 | 0,4 | 1,7 | 1,9 | 2,9 | 3,3 | 52,3 | 57,7 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980.

a = Em 1970 não foi informado o número de estabelecimentos que utilizaram defensivos

Tabela: 35 Taxa de crescimento do número de estabelecimentos que usam fertilizantes, calcário, irrigação e defensivos. Bahia.

| Grupos de área total | Adubos químicos 75/70 | 80/75 | 80/70 | Adubos orgânicos 75/70 | 80/75 | 80/70 | calcário 75/70 | 80/75 | 80/70 | irrigação[a] 75/70 | 80/75 | 80/70 | defensivos 80/75 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Menos de 10 | 514 | 109 | 1187 | 25 | 25 | 69 | - 49 | 1453 | 683 | 34 | 24 | 66 | 36 |
| 10 ⊢ 20 | 237 | 159 | 775 | 55 | 27 | 98 | 54 | 634 | 1028 | 49 | 43 | 113 | 32 |
| 20 ⊢ 50 | 199 | 122 | 563 | 69 | 39 | 135 | 62 | 426 | 752 | 77 | 40 | 147 | 26 |
| 50 ⊢ 100 | 189 | 97 | 470 | 100 | 62 | 224 | 105 | 336 | 793 | 88 | 52 | 185 | 16 |
| 100 ⊢ 1000 | 160 | 93 | 403 | 103 | 91 | 288 | 46 | 301 | 485 | 98 | 55 | 207 | 11 |
| 1000 ⊢ | 173 | 177 | 658 | 77 | 206 | 443 | 83 | 231 | 506 | 176 | 89 | 421 | 19 |
| TOTAL MÉDIO | 275 | 115 | 708 | 37 | 39 | 90 | 45 | 442 | 684 | 49 | 34 | 100 | 28 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980.

a = Para 1970 está informado o número de informantes com estabelecimentos irrigados e não o número propriamente de estabelecimentos, como está para 1975 e 1980. Ficando, assim, tal magnitude sub-dimensionada, pois um informante tem, no mínimo, um estabelecimento irrigado.

so de industrialização do Agro baiano.

Pela tabela 33, tem-se a distribuição dos estabelecimentos que fazem uso dos insumos agrícolas, com exceção do calcário. Os estabelecimentos localizados nos pequenos estratos a fazerem uso destes insumos são em maior número que aqueles situados nos grandes estratos. Conquanto é necessário notar que o número absoluto dos estabelecimentos a fazerem uso desses insumos é bastante pequeno. (ver tabela 33.b). A constatação de que os pequenos estabelecimentos utilizam em maior número de estabelecimentos os insumos, logo se torna pouco importante, quando se faz um exercício diferente desse da tabela 33: os mesmos estabelecimentos que fazem uso dos diversos insumos divididos, dentro de cada estrato, pelo total de estabelecimentos no estrato, resultam em informações qualitativamente diferentes (ver tabela 34). Agora a regra geral, em termos relativos, exceto para os estabelecimentos que usam adubos orgânicos, é para os grandes, que mais fazem uso de insumos agrícolas, do que os pequenos. Por outro lado, a taxa de crescimento do número de estabelecimentos que passaram a fazer uso desses insumos pode ser considerada, também, altíssima (quando comparada às taxas de crescimento do valor monetário real da produção) na média global e nos estratos. Todos os insumos tiveram elevadas taxas de crescimento ao longo da década, e nos quinquênios, exceto para os estabelecimentos que fazem uso de defensivos (para estes últimos foi computada informação apenas nos censos de 1975 e 1980).

De forma parcial, as considerações acima acerca do número de estabelecimentos que fizeram uso de insumos agrícolas, podem levar à conclusão de que as condições de um melhor rendimento físico das terras deve ter contribuído para o aumento da produtividade do trabalho.

### 3.3 - O Uso de Energéticos no Processo de Industrialização.

Os energéticos tornam-se um outro componente interessante, como coadjuvante na análise do processo de industrialização, não só por conhecer suas aplicações, onde devem ser utilizados, mas principalmente pela qualidade da informação censal, que além da quan-

tidade física consumida, informa o valor declarado pelo produtor rural, possibilitando assim visualizar os dispêndios relativos num confronto de números comparáveis, determinando assim a importância valorativa pelos usuários (ver tabelas 36, 37 e 38).

Antes porém é necessário fazer uma importante observação em relação aos dados estatísticos dos censos agropecuários de 1970, 1975 e 1980. Para 1970 e 1975 os conceitos foram os mesmos. A investigação censitária procurou levantar todo o consumo de tais energéticos pelos estabelecimentos, seja aquele consumido no processo produtivo, seja aquele de consumo doméstico. Já o censo agropecuário de 1980 apresentou uma mudança de conceito. Passou a informar apenas a quantidade de energéticos consumida no processo produtivo. Devido a essa mudança de conceito tem-se perdas de informações, mas também há ganhos. As perdas se verificam quando na análise da tendência de energéticos tipicamente de consumo doméstico, como a lenha, perde-se uma informação valiosa da magnitude de seu gasto. O consumo apenas do processo produtivo mostra de maneira mais precisa as principais fontes, como releva (por inferência) o estádio de desenvolvimento das forças produtivas, conforme os energéticos empregados.

Uma primeira análise dos dados contidos na tabela 38 será do consumo de combustíveis nos estratos de área total, dispostos segundo a participação em valor monetário, para os três anos, 1970, 1975 e 1980. Numa comparação dos gastos totais dos estratos, em 1970, verificou-se que os pequenos estabelecimentos consumiram 51 por cento do total de combustíveis (em valor monetário), os estabelecimentos médios 29 por cento e os grandes estabelecimentos 19. Já no ano de 1975 (observa-se que ainda se trata do mesmo conceito estatístico), há uma alteração nesse quadro. De 51 por cento em 1970, os pequenos estabelecimentos caem para 42, os médios descem de 29 para 26 por cento, e os grandes estabelecimentos sobem de 19, em 1970, para 32 por cento. Nesse quinquênio ocorreu o maior dinamismo do crescimento econômico na década.

A tabela 38 faz o levantamento dos principais combustíveis que aparecem nos três anos recenseados. A gasolina e o óleo diesel foram os que mais cresceram tanto em valor como em quan-

tidade. Seus principais consumidores se encontram nos grandes estabelecimentos. Se se buscar auxílio na tabela 37.a, que informa a taxa de crescimento físico desses combustíveis, inclusive da energia elétrica não computada, chega-se à mesma conclusão. A maior taxa de crescimento se verificou para o óleo diesel, precisamente nos grandes estabelecimentos, em taxas superiores ao crescimento do valor da produção nesse estrato, fazendo com que a média global de crescimento desse combustível fosse superior ao crescimento do valor global da produção. O segundo maior desempenho,ao segunda maior taxa de crescimento do consumo, não foi para a gasolina ou eletricidade e sim para o GLP, cuja função principal é atender o consumo doméstico e não ao consumo no processo produtivo.

O carvão vegetal (tabela 37.b)reduziu sua participação em 96 por cento de 1975 a 1980. O GLP também apresentou uma redução do consumo de 77 por cento no período, a lenha, de 74 por cento e o querosene de 93. Tais energéticos têm como função principal o consumo doméstico. Foram os que detiveram as menores taxas de crescimento no primeiro quinquênio e queda entre início e fim da década.

Os energéticos que tiveram as maiores taxas de crescimento físico, na década, foram os destinados ao consumo produtivo, essencialmente o óleo diesel, eletricidade e gasolina. A gasolina tem um alto consumo doméstico como pode ser testado pelo pequeno crescimento, 7 por cento de 1975 à 1980. Na tabela 37.c, os grandes estabelecimentos reduziram o consumo de gasolina nesse segundo quinquênio (no qual alterou o conceito estatístico). Ainda nesta tabela,onde estão os principais energéticos do consumo produtivo, a eletricidade é indicada como o que mais cresceu. Acredita-se que a eletricidade tem um maior consumo doméstico do que o óleo diesel. A sua taxa de crescimento é bastante superior à do valor da produção - altíssima. Uma segunda altíssima taxa de crescimento foi a do óleo diesel. Considerando que o maior emprego de eletricidade no processo produtivo no Agro é em motores estacionários; lamenta-se que os dados estatísticos não registrem tal informação (sobre motores estacionários), ainda mais porque o óleo diesel, e até a gasolina, aí também têm emprego. Pela tabela 37.c, as maiores taxas de crescimento, em

Tabela: 36. Quantidades relativas de energéticos consumidos pelos estabelecimentos segundo o estrato de área total (medidos pelas quantidades físicas, exceto lubrificantes, que foram medidos em valor monetário). Bahia.

| Grupos de área total | Carvão Vegetal | | | G.L.P. | | | Gasolina | | | Lenha | | | Oleo Diesel | | | Querosene | | | Eletricidade | | | Oleo combustível | Lubrificantes |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 | 1980 | 1980 |
| Menos de 10 | 46 | 41 | 30 | 39 | 35 | 18 | 8 | 5 | 6 | 40 | 44 | 26 | 4 | 5 | 5 | 46 | 46 | 31 | 29 | 17 | 11 | 5 | 5 |
| 10 ⊢ 20 | 9 | 9 | 21 | 10 | 9 | 10 | 6 | 4 | 5 | 14 | 14 | 14 | 5 | 3 | 3 | 15 | 13 | 15 | 3 | 4 | 4 | 3 | 4 |
| 20 ⊢ 50 | 18 | 13 | 35 | 17 | 16 | 23 | 15 | 11 | 15 | 21 | 19 | 24 | 14 | 6 | 6 | 18 | 18 | 24 | 6 | 5 | 10 | 4 | 9 |
| 50 ⊢ 100 | 8 | 11 | 5 | 10 | 11 | 16 | 12 | 12 | 13 | 10 | 10 | 14 | 14 | 7 | 9 | 9 | 10 | 12 | 7 | 9 | 13 | 20 | 13 |
| 100 ⊢ 1000 | 16 | 25 | 7 | 21 | 23 | 26 | 45 | 47 | 43 | 13 | 12 | 20 | 37 | 41 | 42 | 10 | 11 | 15 | 33 | 37 | 43 | 40 | 38 |
| 1000 ⊢ | 2 | 0 | 0 | 4 | 5 | 7 | 14 | 20 | 18 | 1 | 1 | 1 | 24 | 38 | 35 | 1 | 1 | 2 | 21 | 28 | 20 | 28 | 33 |
| TOTAL | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980.

OBSERVAÇÃO: Em 1980 houve mudança conceitual na informação dos combustíveis, passando a ser informado apenas o que gastou no processo produtivo.

Tabela: 36,b) Quantidades físicas totais consumidas pelos estabelecimentos. Bahia

| Anos | Carvão Vegetal | G.L.P | Gasolina | lenha | Oleo Diesel | Querosene | Eletricidade | Oleo combustível | Lubrificantes |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1970 | 2.897 | 1.107 | 9.483 | 11.451 | 5.645 | 25.315 | 4.836 | — | — |
| 1975 | 2.875 | 2.816 | 19.514 | 13.858 | 16.566 | 27.200 | 11.328 | — | — |
| 1980 | 100 | 650 | 20.888 | 3.577 | 48.924 | 1.919 | 43.281 | 2.638 | 157.613 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980.

( — ) indica ausência de informação.

As quantidades de medidas dos energéticos acima, foram: Carvão Vegetal em toneladas (t) G.L.P em t; Gasolina em mil litros (ML); lenha em mil metros cubicos ($MM^3$); Oleo Diesel ML; Querosene em ML; Eletricidade em mil KWH; Oleo combustível em ML; e a exceção os Lubrificantes (óleos e graxas), por ser composto de vários produtos foi informado o valor monetário em mil cruzeiros (Cr$ 1.000,00).

Tabela: 37 Taxas de crescimento físico do consumo de energéticos, por estrato de área total, de 1970 para 1975. Bahia.

| Grupos de área total | Carvão Vegetal | G L P | Gaso Lina | Lenha | Oleo diesel | Quero sene | Energia Elétrica produzida | comprada | total |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Menos de 10 | - 13 | 136 | 41 | 31 | 75 | 7 | - 73 | 52 | 35 |
| 10 ⊢ 20 | 2 | 142 | 37 | 19 | 46 | -5 | - 1 | 220 | 176 |
| 20 ⊢ 50 | -28 | 148 | 58 | 7 | 35 | 7 | 0 | 119 | 80 |
| 50 ⊢ 100 | 39 | 188 | 116 | 11 | 77 | 16 | 0 | 388 | 207 |
| 100 ⊢ 1000 | 61 | 186 | 112 | 18 | 223 | 23 | 91 | 236 | 165 |
| 1000 ⊢ | -84 | 244 | 189 | 67 | 363 | -9 | 25 | 416 | 212 |
| Total médio | - 1 | 158 | 106 | 21 | 193 | 7 | 34 | 191 | 134 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970 e 1975

Tabela: 37.b) Taxas de crescimento físico do consumo total de energéticos. Bahia.

| Período | Carvão vegetal | G L P | Gaso lina | Lenha | Oleo diesel | Quero sene | Eletri cidade |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1975/70 | - 1 | 158 | 106 | 21 | 193 | 7 | 134 |
| 1980/75 | - 96 | -77 | 7 | -74 | 195 | -93 | 282 |
| 1980/70 | -96 | -41 | 120 | -69 | 767 | -92 | 795 |

Fonte: Censo agropecuário de 1970, 1975 e 1980.

OBSERVAÇÃO: As taxas de crescimento negativo (ou queda), está diretamente associadas à mudança de conceito das informações do ano de 1980, quando passou informar apenas a quantidades de combustíveis gasta no processo produtivo e não mais todo o consumo de combustíveis dos estabelecimento

Tabela: 37.c) Taxas de crescimento físico dos energéticos: gasolina, óleo diesel, e eletricidade, por estrato de área total. Bahia.

| Grupos de área total | Gasolina 1975/70 | 80/75 | 80/70 | Oleo Diesel 1975/70 | 1980/75 | 1980/70 | Eletricidade 1975/70 | 80/75 | 80/70 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Menos de 10 | 41 | 23 | 74 | 75 | 201 | 427 | 35 | 144 | 230 |
| 10 ⊢ 20 | 37 | 36 | 87 | 46 | 187 | 320 | 176 | 263 | 901 |
| 20 ⊢ 50 | 58 | 38 | 119 | 35 | 187 | 289 | 80 | 652 | 1257 |
| 50 ⊢ 100 | 116 | 16 | 151 | 77 | 308 | 620 | 207 | 442 | 1563 |
| 100 ⊢ 1000 | 119 | -3 | 106 | 223 | 205 | 886 | 165 | 336 | 1057 |
| 1000 ⊢ | 189 | -4 | 178 | 363 | 166 | 1131 | 212 | 174 | 757 |
| Total médio | 106 | 7 | 120 | 193 | 195 | 767 | 134 | 282 | 795 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980.

OBSERVAÇÃO: Em 1980 os energéticos informados só foram aqueles utilizados no processo produtivo, enquanto para 1970 e 1975 foi todo efetivamente gasto pelo estabelecimento.

Tabela: 38) Distribuição relativa do consumo de combustíveis, medida em valor monetário, pelos estabelecimentos em cada um dos estratos de área total. Bahia

1 9 7 0

| Grupos de área total. | Carvão Vegetal | G L P | Oleo DIESEL | Querosene | Gasolina | lenha | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Menos de 10 | 0,31 | 0,57 | 0,33 | 10,34 | 0,62 | 26,38 | 38,58 |
| 10 ⊢ 20 | 0,06 | 0,15 | 0,22 | 3,28 | 0,47 | 8,64 | 12,83 |
| 20 ⊢ 50 | 0,10 | 0,26 | 0,56 | 4,12 | 1,11 | 13,02 | 19,17 |
| 50 ⊢ 100 | 0,05 | 0,16 | 0,46 | 2,06 | 0,90 | 6,70 | 10,35 |
| 100 ⊢ 1000 | 0,08 | 0,34 | 1,52 | 2,42 | 3,46 | 8,20 | 16,02 |
| 1000 ⊢ | 0,01 | 0.06 | 0,96 | 0.22 | 1.11 | 0.68 | 3,04 |
| TOTAL | 0,61 | 1,54 | 4,07 | 22,44 | 7,67 | 63,63 | 100,00 |

1 9 7 5

| Grupos de área total. | Carvão vegetal | G L P | Oleo Diesel | Querosene | Gasolina | Lenha | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Menos de 10 | 0,21 | 0,89 | 0,42 | 8,37 | 0,91 | 20,65 | 31,75 |
| 10 ⊢ 20 | 0,06 | 0,23 | 0,22 | 2,43 | 0,68 | 6,58 | 10,36 |
| 20 ⊢ 50 | 0,09 | 0,38 | 0,56 | 3,30 | 1,86 | 9,41 | 15,98 |
| 50 ⊢ 100 | 0,07 | 0,26 | 0,59 | 1,72 | 2,13 | 5,09 | 10,20 |
| 100 ⊢ 1000 | 0,17 | 0,55 | 3,48 | 2,05 | 8,10 | 6,69 | 22,54 |
| 1000 ⊢ | 0,00 | 0,12 | 3,34 | 0.20 | 3,59 | 0,77 | 9,17 |
| TOTAL | 0.60 | 2,42 | 8,62 | 18,07 | 17,27 | 49,19 | 100,00 |

1 9 8 0

| Grupos de área total. | Carvão vegetal | G L P | Oleo Diesel | Querosene | Gasolina | Lenha | Oleo Combustivel | Lubrificantes | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Menos de 10 | 0,00 | 0,08 | 1,68 | 0,69 | 2,12 | 5,18 | 0,08 | 0,36 | 10,20 |
| 10 ⊢ 20 | 0,00 | 0,04 | 0,91 | 0,33 | 1,69 | 2,76 | 0,05 | 0,25 | 6,05 |
| 20 ⊢ 50 | 0,00 | 0,09 | 2,28 | 0,52 | 4,92 | 4,71 | 0,06 | 0,59 | 13,21 |
| 50 ⊢ 100 | 0,00 | 0,07 | 3,37 | 0,28 | 4,55 | 2,80 | 0,26 | 0,68 | 12,03 |
| 100 ⊢ 1000 | 0,00 | 0,11 | 15,21 | 0,33 | 14,49 | 3,96 | 0,79 | 2,53 | 37,43 |
| 1000 ⊢ | 0.00 | 0,03 | 11,83 | 0,04 | 6,04 | 0,33 | 0,56 | 2,22 | 21.08 |
| TOTAL | 0.01 | 0,43 | 35.29 | 2.19 | 33,83 | 13.75 | 1,80 | 6,64 | 100,00 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980.

OBSERVAÇÃO: Os dados de combustíveis de 1980 [illegible] uma mudança conceitual de levantamento estatístico pelo IBGE. Enquanto para 1970 e 1975 foram informados o total de combustíveis gastos, seja doméstico, seja no processo produtivo; já para 1980 os combustíveis informados só dizem respeito [illegible] aqueles gastos no processo produtivo.

todos os estratos, foram do mesmo modo altíssimas, sobretudo nos grandes estabelecimentos, enquanto para a eletricidade, as maiores taxas ocorreram nos médios estabelecimentos, também altíssimas em todos os estratos.

Na tabela 38, passa-se à distribuição do gasto total em valores monetários dos energéticos, após a mudança de conceito. Para 1980, tem-se uma alteração dos gastos entre os estratos. Os grandes estabelecimentos gastam 58 por cento do total dos combustíveis, os médios estabelecimentos ficam na mesma faixa dos anos anteriores, com 25 por cento, enquanto os pequenos estabelecimentos apenas 16 por cento do total, invertendo as posições quando comparado com o ano de 1970. Os maiores gastos dos pequenos estabelecimentos são em energéticos convencionais, carvão vegetal, lenha e querosene (conforme tabela 36). No ano de 1980, quando se considera apenas o consumo produtivo, os pequenos estratos são os principais consumidores desses energéticos. Os maiores estabelecimentos, por outro lado, são os grandes consumidores dos principais energéticos, destinados a tecnologias mais avançadas, no processo produtivo. Em 1980, consomem 61 por cento da gasolina, 63 por cento da eletricidade, 68 por cento do óleo combustível, 71 por cento dos lubrificantes e 77 por cento do óleo diesel.

## 4 - Ponderações

4.1 - No item máquinas, os valores absolutos são pequenos, como comprova o índice global do total de máquinas pelo total de equipamento. Então as altíssimas taxas de crescimento não têm um significado de radical transformação, mas sim de direção das transformações;

4.2 - Uma observação que vem contrabalançar a anteriormente formulada é a que revela as duas atividades no Agro baiano, de peso inegável, a bovinocultura e a cacauicultura, atividades que não demandam no requisito técnico de importância fundamental, a mecanização tratorizada, a não ser é claro na sua implantação (no preparo da terra para o cacau, e na derrubada de matas e implantação de pastagens para a bovinocultura);

tos é quase igual à área dos pequenos e médios somados - para o ano de 1980;

d) A área total cresceu 13% no primeiro quinquênio, 19 no segundo e 35% no total; a das lavouras permanentes, 9% no primeiro quinquênio, 43% no segundo e 55 por cento no total; a área das lavouras temporárias, 15% no primeiro quinquênio, 17% e 34% no total; a das pastagens plantadas 2% no primeiro quinquênio, 45% no segundo e 48% no total;

e) Estabelecimentos pequenos, médios e grandes tiveram taxas similares de crescimento na década, para as áreas de lavouras permanentes e de pastagens; os grandes estabelecimentos tiveram taxas de crescimento das lavouras temporárias bem maiores que as dos demais estabelecimentos;

f) Na distribuição de suas áreas, os pequenos estabelecimentos alocam a maior parte das terras em lavouras temporárias e, a seguir, em pastagens;

. Os médios alocam a maior parte em pastagens, depois vindo as áreas destinadas a matas e florestas que são da mesma magnitude às das lavouras;

. Os grandes estabelecimentos têm a maior parte de sua área destinada às pastagens, depois às matas e florestas, seguidas pelas terras produtivas não utilizadas e, por último, uma pequena parcela em áreas de lavouras;

g) Mais de 60 por cento dos financiamentos são destinados aos grandes estabelecimentos;

. As taxas de crescimento de financiamento foram altíssimas (se comparadas com as do valor da produção) para todos os estabelecimentos na década;

. Mais de 85 por cento dos financiamentos originam-se de entidades governamentais;

. Os grandes estabelecimentos têm quase um terço do valor de sua produção financiada, enquanto os médios têm menos de 20% e os pequenos em volta de 4% (no ano de 1980);

. No início da década a maior parcela era destinada aos investimentos; ao final, a maior parcela era destinada ao custeio ;

h) Arados de tração mecânica e tratores tiveram taxas altíssimas de crescimento para todos os estratos; os arados de tração mecânica apresentaram taxas similares à do crescimento do valor da produção;

. A maior parte dos tratores e arados de tração mecânica está alocada nos grandes estabelecimentos; os arados de tração animal têm sua maior parte alocada nos pequenos e médios estabelecimentos;

i) O aparelhamento técnico em tratores nos grandes estabelecimentos é bem superior ao aparelhamento em arados de tração animal;

j) Os grandes estabelecimentos detêm um melhor aparelhamento técnico, em termos de utilização (em número de estabelecimentos) dos insumos agrícolas, em relação aos médios e aos pequenos estabelecimentos;

. As taxas de crescimento do número de estabelecimentos que fazem uso de insumos agrícolas (adubos químicos, orgânicos, calcário, irrigação e defensivos) são também altíssimas em todos os estratos, na década, exceto para os defensivos;

k) Os energéticos típicos de consumo produtivo, óleo diesel, eletricidade, gasolina (como também óleo combustível e lubrificantes, com informações apenas para o ano de 1980), têm a maior parte de seu uso nos grandes estabelecimentos, com altíssimas taxas de crescimento na década para todos os estratos e especialmente para os grandes;

. Os energéticos de maior consumo doméstico como a lenha, querosene e GLP, têm nos pequenos estabelecimentos seus maiores consumidores, até mesmo para o ano de 1980, quando foram informados os energéticos consumidos apenas no processo produtivo.

# CAPÍTULO V

## CONDIÇÕES DE ACUMULAÇÃO NO AGRO BAIANO

Do exposto nos capítulos anteriores, relembra-se alfumas informações.

6.1 - A produção agrícola baiana está concentrada em alguns sistemas de produção, produtos, ou linhas de produção, basicamente a cacaui - cultura e a bovinocultura, em sua maior parte oriunda dos grandes estabelecimentos. Também os grandes detêm ainda a maior parcela da produção de cana-de-açúcar, sisal, café e algodão. Mesmo para aqueles sistemas que têm uma distribuição mais ou menos equitativa entre os estabelecimentos (pequenos, médios e grandes), como é o caso do arroz, milho, aves, banana e feijão, os grandes estabelecimentos tiveram as maiores taxas de crescimento, aumentando sua participação em 1980 em relação a 1970. Os produtos que têm sua base de produção nos pequenos estabelecimentos dividem-se em dois grupos distintos: um, com a mandioca, o coco-da-baía, o fumo e os suínos; outro, constituído pela cebola, caprinos, ovinos e a mamona. Os produtos do primeiro grupo tiveram como forma genérica a redução da quantidade produzida, com um detalhe: as maiores reduções ocorreram nos grandes (principalmente) e médios estabelecimentos, enquanto o segundo grupo obteve taxas de crescimento de sua produção física (ou do rebanho, quando for o caso) positivas, com a participação nos grandes estabelecimentos aumentando ao longo da década. Em resumo, no que concerne à produção, as taxas de crescimento dos grandes estabelecimentos são mais expressivas durante a década de 1970, para os sistemas que tiveram sua produção aumentada, enquanto as maiores taxas negativas de crescimento foram para os sistemas que sofreram queda de produção. Para os pequenos estabelecimentos os sistemas que apresentam queda de produção ao longo da década, sofreram as menores reduções, o que vale dizer que os pequenos estabelecimentos tiveram sua participação relativa aumentada. Quanto àqueles sistemas do segundo grupo, com a base da sua produção nos pequenos estabelecimentos, observou-se uma redução relativa de par-

ticipação, devido às menores taxas de crescimento dos pequenos frente às maiores dos grandes.

0.2 - Os grandes estabelecimentos apresentam a maior taxa de crescimento do pessoal ocupado, principalmente para o trabalho assalariado que chega a ser sua força predominante, em quase dois terços, ao final da década, quando no início era majoritariamente familiar. No total, para 1980, os grandes estabelecimentos detêm pouco menos de 16 por cento da força de trabalho global. Os pequenos estabelecimentos reduzem de 58,6 por cento do total da força de trabalho, em 1970, para 54,7 por cento, em 1980 e o trabalho familiar decresce de 55 por cento para 50 por cento, enquanto o assalariado sobe de 3 por cento para 4 por cento do início ao final da década, neste estrato. a força de trabalho - o pessoal ocupado - teve uma taxa de crescimento de 25 por cento, na década, sendo que as categorias de trabalhadores assalariados apresentaram as maiores taxas de crescimento, enquanto as categorias não-assalariadas (parceiros, moradores, agregados, etc.), taxas negativas de crescimento. O trabalho familiar cresceu, mas a pequenas taxas.

0.3 - A distribuição do uso da terra mostrou-se concentrada e em expansão na década. Ao seu final, os pequenos estabelecimentos ascendiam a 68,6 por cento do total de estabelecimento, detendo apenas 8,1 por cento da área. Os grandes estabelecimentos participavam com 7,7 por cento do total, mas retendo 71,1 por cento da área. A área total cresceu 18 por cento na década, com taxas de crescimento positivas em todos os estratos, sendo que as maiores se verificaram nos grandes estratos. As terras em lavouras permanentes cresceram 55 por cento as terras em lavouras temporárias, 34 por cento e as terras em pastagens plantadas, 48 por cento, na década.

0.4 - Os financiamentos, ao longo da década, se mostraram concentrados nos grandes estabelecimentos que em 1980 detêm 63,9 por cento do total. Os pequenos, nesse mesmo ano, atingem 8,8 por cento do total. Enquanto os financiamentos representam quase um terço do valor da produção nos grandes estabelecimentos, nos menores esse percentual gira em torno de 5 por cento.

0.5 - Os tratores e arados de tração mecânica se concentram nos grandes estabelecimentos, em 1980. Os arados de tração mecânica representam 59,2 por cento do total neste estrato e os tratores somaram 67,5 por cento. Por outro lado, os pequenos estabelecimentos detinham 13,4 por cento dos primeiros e 10,1 por cento dos últimos. As taxas de crescimento para tratores e arados de tração mecânica foram particularmente altas em todos os estratos, enquanto as dos arados de tração animal, que tem maior participação relativa nos pequenos e médios estabelcimentos, são mais conservadoras para todos os estratos. Os grandes estabelecimentos mostram um maior grau de aparelhamento técnico, seja qual for o instrumento tomado para comparação, tratores, arados de tração mecânica ou arados de tração animal enquanto os pequenos estabelecimentos mostram-se menos equipados para qualquer tipo de máquina ou instrumento considerado.

0.6 - No uso de insumos agrícolas (adubos químicos, orgânicos, calcário, estabelecimentos com irrigação, estabelecimentos com defensivos), os grandes estabelecimentos são novamente os de melhor aparelhamento técnico. Em 1980, quase 15 por cento dos grandes estabelecimentos fazem uso de adubos químicos, quase 11 por cento de adubos orgânicos, aproximadamente 6 por cento de calcário, e mais de 82 por cento de defensivos. Essas taxas para os pequenos estabelecimentos, no mesmo ano, são: menos de 7 por cento para adubos químicos, 15 por cento para adubos orgânicos, menos de 1 por cento para calcário e 50 por cento para defensivos. Estas magnitudes representam número de estabelecimentos que fizeram uso de insumos agrícolas e não as quantidades. As taxas de crescimento do número de estabelecimentos que fizeram uso dos insumos foram, regra geral, altíssimas para todos os estratos.

0.7 - O uso de energéticos, apenas em 1980 - quando foi informado somente o consumo no processo produtivo - mostrou-se bastante concentrado nos grandes estabelecimentos. O principal combustível (quando se diz combustíveis, exclui-se a eletricidade dessa comparação - ver a distribuição para o ano de 1980, tabela 38), consumido em termos de valor no processo produtivo, é o óleo diesel, com 35,3 por cento do total. Os grandes estabelecimentos consomem 77 por cen-

to desse combustível, e 61 por cento do segundo mais consumido (a gasolina). A gasolina representa 33,8 por cento do dispêndio total em combustível. Os pequenos estabelecimentos consomem 7 por cento do diesel e 11 por cento da gasolina. O maior consumo em combustíveis entre os pequenos estratos, no processo produtivo, é o da lenha, consumindo em torno de 58 por cento do total desta. A lenha participa com 13,7 por cento no total de consumo produtivo de combustíveis. Os grandes estabelecimentos consomem, em 1980, 58 por cento do total do dispêndio em combustíveis (ver tabela 38). Os pequenos consomem 16,2 por cento dos combustíveis. Os combustíveis que são massivamente consumidos nos grandes estabelecimentos tiveram altíssimas taxas de crescimento (altíssimas em relação ao valor da produção, no total e por estratos), em todos os estratos.

0.8 - O valor monetário real da produção cresceu 95 por cento, na década, sendo que nos grandes estabelecimentosa taxas superiores a 120 por cento (ver tabela 7), nos pequenos numa média de 70 por cento e nos médios em torno dos 80 por cento.

Do anteriormente exposto, conclui-se que o crescimento da produção, durante a década, se deu com uma mudança da base tecno-econômica em direção à adoção de progresso técnico de forma mais concentrada e dependente nos grandes estabelecimentos, mas que também atingiu até os pequenos estratos. Mesmo a população rural crescendo a taxas inferiores às do pessoal ocupado no Agro baiano(com ressalvas, pois se desconhece a proporção de trabalhadores rurais que habitam nos centros urbanos), pode-se afirmar que parte desse trabalho, principalmente o assalariado, foi conseguido pela locação de trabalhadores, ou de familiares pertencentes aos quadros da pequena produção, que tratam de colocar o excedente de sua força de trabalho no processo produtivo. Gervásio Rezende, em nota de rodapé, chega a afirmar que uma "análise empírica adicional poderia talvez indicar que essa baixa capacidade de absorção de mão-de-obra (está discorrendo sobre a pouca absorção relativa de trabalho na pequena produção) levasse à migração, especialmente dos membros mais produtivos da família, deixando na propriedade os menos produtivos - mulheres, velhos e crianças.

Dessa maneira, estabelecer-se-ia o círculo vicioso: escassez de meios de produção - baixa produtividade - baixa capacidade de absorção de mão-de-obra - migração (permanente ou sazonal) de força de trabalho - baixa produtividade - baixa poupança - escassez de meios de produção"[36].

Alguns outros itens adicionais são levados em consideração quando da discussão das condições de acumulação no Agro baiano, à exemplo do crédito rural, as tecnologias empregadas em cada sistema produtivo, o destino da produção, as organizações institucionais, a agroindústria, etc. E entretanto, far-se-á uma abordagem superficial de todos os temas levantados, apesar de demandarem estudos mais aprofundados, talvez em pesquisas específicas, tarefa que não se propõe aqui. Paralelamente aos itens citados, e mais adiante analisados, constituir-se-ia também em interessante pesquisa um levantamento sobre as contribuições fiscais no Agro: os confiscos, os impostos, as taxas, etc. Um trabalho de pesquisa sobre as contribuições fiscais por sistemas de produtos e por forma de produção resultaria em importantes subsídios para a discussão da acumulação, da reprodução do capital no campo, ao lado dos demais.

1 - Os Preços Recebidos pelos Produtores.

A tabela 39 traz uma série de preços médios anuais dos principais produtos, ou próximos daqueles aqui tratados. Antes porém uma ressalva se faz necessária ao se falar de preços médios, como os contidos na tabela referida (preços médios pagos ao produtor, metodologia de levantamento - Fundação Getúlio Vargas). Trata-se da mesma observação feita anteriormente por Filgueiras[37] sobre a comercialização do café na Chapada Diamantina. Ali Filgueiras detectou intervalos de preços para um mesmo grupo homogêneo de produtores, conforme se desse a inserção desses produtores no sistema café. Diferença maior se verificou nos preços recebidos pelos cafeicultores segundo

36 - REZENDE, Gervásio de Castro. Op. Cit. Pág. 114.

37 - FILGUEIRAS, Luiz A.M. Op. Cit. pág. 181.

Fac. Ciências Eco.
Biblioteca

o seu porte, pequeno, médio, grande ou especial[38].

A tabela 39 informa os preços dos produtos para suas respectivas unidades de medida por (um) cruzeiro de 1975. Já a tabela 39.b, transforma esses valores em números índices de base cem (100) em 1975, enquanto o anexo IV, apresenta a variação nominal da evolução dos preços com base cem (100) em 1975. Pelas tabelas 39 o produto de menor variação do preço real é o algodão. O anexo I (sobre quantidades totais da produção física de cada produto e o valor monetário real correpondente da produção para os três anos 1970, 1975 e 1980) é um importante auxiliar do estudo dos preços médios. O algodão manteve sua produção em 1980 no mesmo nível de 1970. Mas, em termos de valor monetário real, o valor de 1980 foi quase que 40 por cento superior ao de 1970. Para esses dois anos, a análise dos preços fica prejudicada pela ausência de informação do preço de 1970. A produção física do algodão, em 1980 foi 17 por cento superior à produção de 1975, mas em valor monetário real a produção de 1980 foi 45 por cento superior a de 1975 (anexo I). As tabelas 39 indicam que o preço médio recebido pelo produtor em 1980 foi inferior em dois (2) pontos percentuais aos preços de 1975. Poder-se-ia pensar que nas informações do anexo I (do censo agropecuário) estariam sendo captadas aquelas parcelas consumidas e sobrevalorizadas, mas como constatar-se-á, mais adiante, nesse mesmo capítulo, o algodão é comercializado em 99,8 e 99,7 por cento, respectivamente em 1975 e 1980.

O levantamento dos preços médios pagos ao produtor, levantados pela Fundação Getúlio Vargas, com metodologia diferente da do censo agropecuário, ressalta, pelo exposto, que os índices médios de preços como instrumentos de análise são apenas indicativos, com uma razoável margem de erro - conforme pode ser visto no exemplo do algodão, como também para a cana-de-açúcar, banana, etc. (tabelas 39 e anexo II). Mas no caso da laranja os números coincidiram. A sua produção cresceu em 57 por cento entre 1970 e 1980, enquanto o valor

---

38 - FILGUEIRAS, Luiz A.M. Op. Cit. Pág. 181

R-M165

Tabela: 39 Preços reais recebidos pelos agricultores. Bahia
Preços médios anuais em Cr$ 1,00 de 1975.

| Anos | Algodão em caroço | cana de açúcar | Arroz em casca | Feijão | Fumo | Mandioca | Milho | Banana | Cacau | Café em coco | Laranja | Boi gordo para Corte | Suino para Corte | Leite | Ovos | Frango para Corte |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1970 | - | 81,79 | 1,31 | 3,39 | 4,28 | 200,07 | 0,83 | 0,58 | 75,26 | - | 20,33 | 92,94 | 88,63 | 1,03 | 5,81 | 9,07 |
| 1971 | - | 72,16 | 1,63 | 3,10 | 4,12 | 316,09 | 0,98 | 0,60 | 53,24 | - | 21,57 | 96,29 | 96,38 | 1,00 | 5,92 | 10,18 |
| 1972 | 1,87 | - | 1,53 | 2,17 | 5,27 | 290,50 | 0,92 | 0,80 | 69,15 | 3,64 | 17,49 | 101,83 | 101,38 | 1,00 | 5,27 | 10,03 |
| 1973 | 2,18 | - | 1,34 | 5,52 | 5,48 | 262,97 | 1,01 | 1,20 | 129,34 | 8,10 | 23,75 | 147,10 | 123,41 | 1,06 | 5,76 | 10,88 |
| 1974 | 2,15 | - | 1,60 | 3,43 | 3,82 | 249,05 | 0,92 | 1,36 | 146,72 | 6,56 | 22,63 | 146,81 | 133,28 | 1,24 | 5,93 | 12,25 |
| 1975 | 1,98 | 80,00 | 2,08 | 3,39 | 4,43 | 343,11 | 0,85 | 1,39 | 101,76 | 6,29 | 18,24 | 120,17 | 111,84 | 1,33 | 4,98 | 10,31 |
| 1976 | 2,63 | 76,42 | 1,81 | 6,48 | 5,64 | 678,73 | 1,31 | 1,37 | 154,99 | 10,34 | 20,82 | 97,64 | 92,15 | 1,35 | 5,45 | 8,94 |
| 1977 | 2,03 | 60,10 | 1,21 | 4,76 | 8,29 | 584,63 | 1,02 | 1,15 | 311,14 | 8,74 | 15,54 | 96,05 | 102,91 | 1,49 | 5,30 | 10,06 |
| 1978 | 1,99 | 74,13 | 1,24 | 2,79 | 8,11 | 562,50 | 0,70 | 1,34 | 221,33 | 10,62 | 17,57 | 120,01 | 104,35 | 1,48 | 4,81 | 9,35 |
| 1979 | 1,92 | 75,79 | 1,25 | 2,79 | 4,00 | 294,71 | 0,72 | 1,03 | 161,69 | 6,58 | 12,59 | 145,67 | 109,35 | 1,17 | 4,39 | 9,30 |
| 1980 | 1,94 | 66,23 | 1,09 | 4,73 | 3,99 | 235,72 | 0,73 | 0,88 | 110,86 | 4,73 | 8,47 | 121,29 | 93,20 | 1,18 | 3,56 | 7,25 |

Tabela:39.b) Índice médio real de preços recebidos pelos agricultores. Bahia
Base 1975 = 100

| | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1970 | - | 102 | 63 | 100 | 97 | 58 | 97 | 42 | 74 | - | 111 | 77 | 79 | 77 | 116 | 88 |
| 1971 | - | 90 | 78 | 92 | 93 | 92 | 115 | 43 | 52 | - | 118 | 80 | 86 | 75 | 119 | 99 |
| 1972 | 94 | - | 73 | 64 | 119 | 85 | 108 | 57 | 68 | 58 | 96 | 85 | 91 | 75 | 106 | 97 |
| 1973 | 110 | - | 64 | 162 | 123 | 77 | 119 | 86 | 127 | 129 | 130 | 122 | 110 | 80 | 116 | 105 |
| 1974 | 108 | - | 77 | 101 | 86 | 73 | 108 | 98 | 144 | 104 | 124 | 122 | 119 | 93 | 119 | 112 |
| 1975 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| 1976 | 133 | 95 | 87 | 191 | 127 | 198 | 154 | 99 | 152 | 164 | 114 | 81 | 82 | 101 | 109 | 87 |
| 1977 | 102 | 75 | 58 | 140 | 187 | 170 | 120 | 83 | 306 | 139 | 85 | 80 | 92 | 112 | 106 | 97 |
| 1978 | 100 | 93 | 60 | 82 | 183 | 164 | 82 | 96 | 217 | 169 | 96 | 100 | 93 | 111 | 96 | 91 |
| 1979 | 97 | 95 | 60 | 82 | 90 | 86 | 85 | 74 | 159 | 105 | 69 | 121 | 98 | 88 | 88 | 90 |
| 1980 | 98 | 83 | 52 | 139 | 90 | 69 | 86 | 63 | 109 | 75 | 46 | 101 | 83 | 89 | 71 | 70 |

Fonte: FGV, IBrE - Preços Recebidos Pelos Agricultores, 1970 à 1980. Inflacionados e deflacionados, os índices, pelo IGP-DI de Dezembro de cada ano. ( - ) indica ausência de

OBS.: Os preços levantados foram para as seguintes unidades de medida: quilo, para o algodão, o frango, o arroz, o café, o feijão, o fumo e o milho; dúzia para a banana e ovos; tonelada para a mandioca e a cana; a arroba (15 KG) para o cacau, boi e suino; e para o leite o litro.

global da produção, em termos reais, foi reduzido em 3 por cento, isto é, o valor apurado em 1980 foi 3 por cento inferior ao apurado em 1970 (pelo anexo I). Pelas tabelas 39, os índices de preços médios ao produtor para laranja, em 1980, eram 58 por cento inferiores ao de 1970.

A tabela 39 e o anexo IV indicam menor variação nominal de preços para a laranja ( com um índice de 494 para 1980 com base 100 em 1970), o arroz, ovos e mandioca. No outro extremo, os produtos que apresentaram maior variação nominal ao final da década foram: o feijão, o recordista.com um índice de 1.485 para 1980; o cacau,com 1.160; o "boi gordo para abate", 1.076; e o algodão, 1.046. Todos partindo de base 100 (cem) no ano de 1970.

As comparações têm o fim apenas de colocar em discussão os preços médios que podem ou não se constituir em indicadores da remuneração do produtor rural, a depender da inserção do produtor no processo produtivo e do produto dentro do consumo social. No primeiro caso o produtor pode estar ligado a uma estrutura tal que ele pode obter em outras direções, obter ou manter, a reprodução do seu capital na atividade, conseguindo, por exemplo crédito subsidiado,redução nas contribuições fiscais, etc. Por outro lado, sendo o produto de consumo generalizado, de consumo de toda a sociedade, pode se montar um mecanismo de subsídio direto ao produtor, como no caso do trigo, por exemplo. Mas há produtos em que não se verificam nem o primeiro processo, nem o segundo. E estes são bancados pela pequena produção. Até data recente, a pequena produção é que se ocupava da maior parte da produção de alimentos. A constante transformação do Agro baiano, num processo de substituição de produção, veio reduzir a participação relativa da pequena produção na produção, nesses gêneros alimentícios. O processo de substituição de produção surgiu à medida em que novos sistemas garantiam a presença de uma taxa de lucro compensadora na atividade agrícola, e em torno dela o capital foi assentando interesses, como nos sistemas cacau, café, cana, soja, etc. A pequena produção passou a impulsionar também os seus fatores produ-

tivos para essa direção[39], onde conseguia obter melhores resultados econômicos, aí se dando o processo de substituição de sistemas (produtos). Esse processo resulta e resultou na redução da produção daqueles sistemas que estavam a cargo da pequena produção. No anexo I consta a redução da produção da mandioca, do fumo e do feijão. Outros que tiveram sua produção reduzida, como a cana-de-açúcar, têm um processo totalmente diferente, como poderá ser visto adiante. Os contratos de crédito rural para a cana foram os mais altos, além desse sistema contar com todo um pacote de escala econômica para sua produção, com uma organização institucional sólida, cuja principal forma de produção é a de base capitalista. O fumo tem fortes interesses industriais plantados à sua volta. Já a mandioca e o feijão eram e são produtos de alto consumo social, com uma diferença, o feijão constitui em produto de alimentação, não só básica, mas culturalmente embricado em todos os segmentos da sociedade brasileira, e em ingrediente que influi no valor da força de trabalho urbana. Esse processo de substituição da produção, levando à sua constante queda se configurava no que Muller chamou "problema social"[40], provocou a adoção de medidas necessárias à retomada de sua produção. Já que o preço não podia se tornar o principal veículo fomentador da produção, pois jogaria para cima o valor da força de trabalho, a solução foi - se tentar reduzir os custos de produção com a aplicação de pesquisas no desenvolvimento genético e ainda aumentar a produtividade do trabalho - mais créditos para insumos e máquinas. Nesse mesmo capítulo, mais adiante pode-se notar o vertiginoso aumento do crédito destinado ao feijão. E quanto à mandioca? Bem, esta não se constitui no momento "problema social" nacional, embora o esteja sendo a nível regional.

---

39 - No estudo de Gervásio Rezende, pode-se notar que a maior renda liquida conseguida por trabalhador na produção familiar é na pecuária, a segunda maior é no cacau e a terceira, com um valor inferior ao do cacau vem a renda conseguida na mandioca, ver Rezende, Op. Cit. pág. 105.

40 - MULLER, Geraldo. Op. Cit. pág. 52. O texto na íntegra é: "Tudo leva a crer que, na medida em que o movimento sócio-político converte a produção rural em problema social, a base tecno-econômica tende a se converter em industrial".

## 2 - O Crédito Rural

O principal mecanismo de instrumentação de política econômica manejado pelo Estado para fazer incursões na atividade agrícola foi o crédito rural. Esse item mostrará, a dimensão, dinâmica e direção de como esse instrumento se inseriu na produção agrícola baiana, na década de 1970-80.

A tabela 40 mostra a distribuição, não só entre agricultura e pecuária do total do crédito rural ao longo da década, como também a sua alocação: custeio; investimento; e comercialização.

Em termos gerais, pode-se afirmar (tabela 40) que a maior parte do crédito rural foi alocada na pecuária, no primeiro quinquênio, mais precisamente, até 1976, quando quase 60 por cento do crédito eram destinados à atividade. A partir desse ano, a distribuição ficou invertida em favor das lavouras, chegando a 1980, a absorver quase 80 por cento do total do crédito.

A maior parcela do crédito para a pecuária, em toda a década (tabela 40), foi direcionada para os investimentos, enquanto o crédito destinado às lavouras, em sua maior parte, durante a década, foi destinada para o custeio.

A discussão de que se tem alterado a aplicação do crédito, deixando-o de direcionar para investimento e alocando parcelas maiores para custeio, vêm recheadas de preocupações com o futuro da produção de alimentos agrícolas. A bem da verdade, tais preocupações têm e não fundamentos. Primeiro, têm, se o raciocínio for feito para todo o crédito, somando os créditos destinados à pecuária e à agricultura (lavouras). Ao investimento era direcionada a maior parcela, principalmente, para pecuária, mas ao destinar a maior parcela do crédito para as lavouras, esta era direcionada ao custeio. Por outro lado, considerando apenas a parcela aplicada nas lavouras, apesar de serem altíssimas as taxas de crescimento do crédito em custeio, constata-se que o montante aplicado em investimento, durante a década, teve taxas de crescimento positivas, ou seja, o montante de crédito destinado às lavouras para investimento continuou crescendo durante toda a década em termos reais.

Tabela: 40 Crédito Rural para Agricultura e Pecuária. Valor dos Contratos de Crédito. Distribuição percentual do valor real do crédito rural concedido aos produtores e cooperativas, segundo finalidades para agricultura e pecuária. Bahia

| ANOS | AGRICULTURA | | | | PECUARIA | | | | TOTAL |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Custeio | Investimento | Comercialização | Total | Custeio | Investimento | Comercialização | Total | TOTAL |
| 1970 | 31,3 | 7,2 | 13,8 | (52,3) | 10,8 | 35,6 | 1,6 | (47,7) | (100) |
| 1971 | 30,9 | 5,9 | 4,2 | (41,0) | 11,2 | 46,4 | 1,4 | (59,0) | (100) |
| 1972 | 22,7 | 10,8 | 4,1 | (37,6) | 14,9 | 46,0 | 1,5 | (62,4) | (100) |
| 1973 | 22,6 | 10,4 | 2,7 | (35,7) | 16,9 | 46,0 | 1,4 | (64,3) | (100) |
| 1974 | 17,5 | 15,3 | 7,4 | (40,2) | 12,9 | 45,1 | 1,8 | (59,8) | (100) |
| 1975 | 14,0 | 13,2 | 17,9 | (45,1) | 12,3 | 41,7 | 0,9 | (54,9) | (100) |
| 1976 | 16,4 | 15,2 | 10,1 | (41,7) | 9,2 | 48,2 | 0,9 | (58,3) | (100) |
| 1977 | 32,3 | 25,0 | 8,3 | (66,6) | 8,6 | 24,2 | 1,6 | (34,4) | (100) |
| 1978 | 32,1 | 25,1 | 9,1 | (63,3) | 6,6 | 25,2 | 1,9 | (33,7) | (100) |
| 1979 | 36,7 | 21,4 | 9,0 | (67,1) | 5,9 | 25,4 | 1,6 | (32,9) | (100) |
| 1980 | 52,2 | 16,4 | 10,4 | (79,0) | 4,4 | 14,6 | 2,0 | (21,0) | (100) |

Fonte. Bahia. Fundação Centro Estadual de Planejamento Agrícola. Estatística do Crédito Rural, Bahia - Nordeste e Brasil 1969-80. Salvador, 1983. Fonte original. Banco Central do Brasil. Departamento de Crédito Rural. Crédito Rural; dados Estatísticos, 1969-80.

Cálculo - CEPA

No crédito para pecuária está incluso o crédito para as atividades pesqueiras.

Na evolução do montante real (tabela 41) o crédito rural cresceu a maiores taxas durante o primeiro quinquênio, mais precisamente até o ano de 1976, quando chegou a ser quase cinco vezes superior em valores reais ao montante do início da década. Para os dois anos seguintes, 1977 e 1978, os volumes de créditos rural foram, em termos reais, inferiores aos de 1976. Mas já nos dois últimos anos da década voltou a crescer, sendo que no ano de 1980 é superior em quase seis vezes ao volume de 1970. Portanto, como está registrado na tabela, as taxas de crescimento do crédito rural foram, em muito, superiores às do valor real global da produção animal-vegetal. Em termos de índices, para uma base 100 no ano de 1970 o valor da produção apresenta um índice de 195 em 1980 e o crédito rural concedido chega a um índice 571.

Até 1976, houve crescimento do crédito destinado à pecuária, que chegou a atingir um índice de 609, e a partir daí intermitentemente reduziu-se a 252 em 1980 (índices com base 100 em 1970).

As taxas de crescimento em termos reais dos créditos destinados às lavouras foram altíssimas em comparação com o crescimento do valor real dessas.

Quanto ao crédito destinado à pecuária, a alocação que foi mais reduzida em termos relativos, ao final da década, foi justamente a do investimento. Para as lavouras, as maiores taxas de crescimento se verificaram no crédito de investimento, embora em valores absolutos os crédito de custeio foram sempre superiores. Se de uma base comum 100 em 1970, o custeio chega a um índice de 958, enquanto o investimento chega a um índice 1.310 (tabela 41), faz-se necessário chamar a atenção que o custeio das lavouras detinham 31,2 por cento do total do crédito rural em 1970, enquanto o investimento compunha, nesse mesmo ano, apenas 7,2 por cento do total. Apesar das altíssimas taxas verificadas no crédito em investimento, ao final da década, no ano de 1980, o custeio participava com 52,2 por cento do total do crédito rural, enquanto o investimento ascendeu a 16,4 por cento de total.

Tabela: 41 Crédito Rural para Agricultura e Pecuária Baiana.

Valor dos contratos de Crédito Rural - Índice do valor real, segundo a finalidade - em Cr$ 1.000,00 de 1975.

| Anos | AGRICULTURA | | | | PECUARIA[a] | | | | TOTAL | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Custeio | Investimento | Comercialização | Total | Custeio | Investimento | Comercialização | Total | Custeio | Investimento | Comercialização | TOTAL |
| 1970 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| 1971 | 116 | 96 | 36 | 92 | 121 | 153 | 128 | 144 | 118 | 143 | 43 | 116 |
| 1972 | 92 | 189 | 39 | 90 | 175 | 163 | 138 | 165 | 113 | 167 | 46 | 126 |
| 1973 | 133 | 266 | 36 | 125 | 286 | 238 | 192 | 247 | 172 | 242 | 49 | 182 |
| 1974 | 147 | 565 | 142 | 203 | 316 | 336 | 366 | 332 | 191 | 373 | 161 | 263 |
| 1975 | 202 | 832 | 585 | 388 | 515 | 528 | 317 | 519 | 283 | 577 | 558 | 449 |
| 1976 | 263 | 1.054 | 364 | 397 | 422 | 678 | 321 | 609 | 304 | 739 | 359 | 497 |
| 1977 | 364 | 1.220 | 213 | 441 | 280 | 239 | 425 | 253 | 343 | 402 | 229 | 350 |
| 1978 | 395 | 1.341 | 253 | 486 | 235 | 273 | 553 | 271 | 355 | 451 | 278 | 382 |
| 1979 | 615 | 1.559 | 343 | 671 | 284 | 374 | 636 | 360 | 531 | 571 | 366 | 522 |
| 1980 | 958 | 1.310 | 433 | 865 | 238 | 235 | 838 | 252 | 773 | 415 | 465 | 571 |
| Valor dos creditos em 1970 | 253.830 | 58,558 | 112.484 | 424,872 | 87.740 | 288.283 | 10.888 | 386.911 | 341.570 | 346.841 | 123.372 | 811.782 |

Fonte: Estatística do Crédito Rural - Bahia, Nordeste e Brasil - 1969-80. Fundação Centro Estadual de Planejamento Agrícola. Bahia. Fonte original: Banco Central do Brasil. Departamento de Crédito Rural. Crédito Rural; dados estatísticos, 1969-80.

Cálculo CEPA. Mudança de base de 1969 para 1970, nossa.

a - No crédito para a pecuária está incluido o crédito concedido para as atividades pesqueiras.

O crescimento do crédito de custeio agrícola destinado às lavouras pode ser melhor avaliado se decomposta a sua distribuição por sistemas de produção. As tabelas 42 e 43, elaboradas com esta finalidade, informam, respectivamente a distribuição do crédito rural, segundo a atividade destinada, e os índices reais de crescimento, segundo os produtos, durante a década.

A distribuição do crédito, segundo os produtos, se dá em duas fases distintas. Uma primeira, identificada mais precisamente no primeiro quinquênio, em que , regra geral, mais da metade do crédito era destinada aos cacauicultores. A segunda fase com caraceterísticas de alterações dessa distribuição do crédito de custeio, favorecendo a outras culturas, ocorrida no segundo quinquênio - mais acentuadamente nos últimos anos.

No primeiro quinquênio, metade do crédito de custeio era destinado ao cacau, enquanto a outra metade era distribuida entre mandioca, feijão, algodão, milho, etc. A participação relativa da mandioca no total de crédito em custeio era de 7,7 por cento e decaiu, em participação relativa, durante todo o primeiro quinquênio.

No segundo quinquênio entram em cena novas variáveis. O café se assenta definitivamente na Chapada Diamantina e, como em torno dele gravitam processos de acumulação historicamente imbricacados com a reprodução do capital no Brasil,[41] o sistema atrai maiores parcelas do crédito. Por sua vez, o feijão, que vinha de subsequentes reduções, com quedas acentuadas da produção, constituindo-se em um "problema nacional", passou a receber volumes cada vez maiores do crédito rural. Com menor intensidade, para a sociedade nacional como um todo, a mandioca também traz preocupações com suas vultosas quedas de 2,5 milhões de toneladas colhidas em 1970, chega em 1980 com 1,8 milhões de toneladas , sendo que já atingira números inferiores a este último durante o intervalo da década. Esses foram importantes fatores para explicar a modificação da distribuição relativa do crédito rural. Em 1980 o produto a receber a maior parcela foi o feijão, com pouco mais de 30 por cento do total do crédito de custeio, suplantando o cacau - tabela 42.- que passou à segunda posição com

41 - FILGUEIRAS, Luiz A. M. Op. Cit.

Tabela: 42 Crédito Rural para Agricultura. Custeio Agrícola, Distribuição percentual do valor real dos contratos do crédito rural concedidos aos produtores e cooperativas. Bahia. 1970-80.

| Discriminação | 1970 | 1971 | 1972 | 1973 | 1974 | 1975 | 1976 | 1977 | 1978 | 1979 | 1980 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| AOS PRODUTORES | 97,6 | 98,8 | 96,2 | 97,5 | 99,3 | 99,6 | 99,0 | 100, | 99,8 | 100, | 99,9 |
| . algodão | 1,8 | 3,6 | 8,8 | 6,1 | 6,3 | 5,0 | 6,7 | 10,8 | 6,0 | 4,5 | 3,3 |
| . arroz | 1,2 | 0,8 | 0,8 | 1,0 | 1,1 | 1,2 | 1,0 | 1,1 | 1,6 | 2,3 | 2,5 |
| . cacau | 59,5 | 61,3 | 41,0 | 41,4 | 48,6 | 52,1 | 39,1 | 39,8 | 51,0 | 32,6 | 21,4 |
| . café | 0,1 | 0,2 | 4,1 | 0,4 | 0,8 | 2,9 | 2,4 | 4,0 | 3,8 | 8,8 | 6,9 |
| . cana-de-açúcar | 2,9 | 2,1 | 3,2 | 2,5 | 4,3 | 6,6 | 5,2 | 1,7 | 1,9 | 0,5 | 0,5 |
| . feijão | 7,7 | 7,8 | 9,0 | 11,5 | 12,6 | 8,9 | 11,7 | 16,5 | 12,2 | 14,9 | 30,5 |
| . mandioca | 4,4 | 6,0 | 5,6 | 2,4 | 1,3 | 1,4 | 4,2 | 4,2 | 3,4 | 10,1 | 13,0 |
| . milho | 8,0 | 7,7 | 7,7 | 5,5 | 8,3 | 7,0 | 9,0 | 6,4 | 4,8 | 8,8 | 6,4 |
| . frutas cítricas | - | - | - | - | 0,9 | 0,7 | 0,9 | 0,8 | 0,4 | 0,3 | 0,3 |
| . fumo | - | - | - | - | 1,5 | 1,9 | 1,2 | 0,9 | 2,0 | 1,3 | 0,6 |
| . outras lavouras | 10,5 | 8,2 | 14,3 | 25,3 | 13,4 | 9,3 | 12,3 | 10,6 | 9,9 | 12,3 | 11,8 |
| . sementes e mudas melhoradas | - | - | - | - | 0,0 | 0,1 | 0,0 | 0,1 | 0,1 | 0,0 | 0,1 |
| . demais custeios | 1,4 | 1,1 | 1,7 | 1,4 | 1,1 | 2,8 | 6,4 | 3,9 | 3,1 | 0,4 | 3,0 |
| AS COOPERATIVAS | 2,4 | 1,2 | 3,8 | 2,5 | 0,7 | 0,4 | 1,0 | - | 0,2 | 0,0 | 0,1 |
| . repasses | 2,3 | 1,1 | 3,7 | 2,4 | 0,7 | 0,4 | 1,0 | - | 0,2 | 0,0 | 0,1 |
| . à própria | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | - | - | - | - | - | - | - |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |

Fonte: Bahia, CEPA. Original BACEN. DP/CR, dados estatísticos 1969-80.

Cálculo GEPA/BA

Tabela: 43 Crédito Rural para Agricultura. Custeio Agrícola. Indice do valor real dos contratos de crédito rural concedidos aos produtores e cooperativa. Bahia. Base 1970 = 100, para os produtos que não tem informação nessa data a base passou a ser 1975 = 100.

| Discriminação | 1970 | 1971 | 1972 | 1973 | 1974 | 1975 | 1976 | 1977 | 1978 | 1979 | 1980 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Aos Produtores | 100 | 117 | 90 | 132 | 150 | 206 | 267 | 373 | 405 | 631 | 980 |
| algodão | 100 | 235 | 458 | 461 | 530 | 572 | 998 | 2.238 | 1.347 | 1.579 | 1.809 |
| arroz | 100 | 74 | 60 | 104 | 131 | 200 | 208 | 312 | 511 | 1.142 | 1.910 |
| cacau | 100 | 119 | 63 | 92 | 120 | 176 | 173 | 243 | 339 | 337 | 344 |
| café | 100 | 239 | 3.878 | 544 | 1.244 | 5.972 | 6.350 | 14.967 | 15.211 | 54.778 | 68.167 |
| cana-de-açúcar | 100 | 86 | 101 | 112 | 221 | 4.722 | 218 | 261 | 261 | 113 | 153 |
| feijão | 100 | 117 | 107 | 196 | 241 | 234 | 397 | 777 | 627 | 1.185 | 3.762 |
| mandioca | 100 | 157 | 115 | 71 | 44 | 65 | 246 | 344 | 299 | 1.403 | 2.796 |
| milho | 100 | 111 | 88 | 91 | 153 | 177 | 297 | 292 | 236 | 675 | 770 |
| frutas cítricas | - | - | - | - | 96 | 100 | 173 | 215 | 107 | 148 | 230 |
| fumo | - | - | - | - | 58 | 100 | 78 | 81 | 200 | 196 | 145 |
| AS COOPERATIVAS | 100 | 55 | 144 | 134 | 42 | 36 | 113 | - | 30 | 4 | 47 |
| Total | 100 | 116 | 92 | 133 | 147 | 202 | 263 | 364 | 395 | 616 | 957 |

Fonte: Bahia. CEPA, original BACEN. Departamento de crédito rural. Crédito Rural; dados estatísticos. 1970-80

Cálculo CEPA/BA (mudança de base para 1970: nossa).

21 por cento do total do crédito de custeio, e a mandioca à terceira com 13 por cento.

A distribuição do crédito agrícola destinado aos investimentos (tabela 44) também teve dois momentos distintos. Nos dois primeiros anos da década, a maior parcela foi concedida para melhoramentos e equipamentos, para logo em seguida em menor escala voltar-se para a formação de lavouras permanentes.

A destinação maior de recursos às lavouras beneficiou prioritariamente a cultura do cacau e depois a do café.

O anexo V, em sua tabela A, faz uma comparação do valor médio de cada contrato. Tomou-se o valor médio dos contratos de feijão como base 100 comparando-o aos demais. As informações do anexo são provenientes do Banco do Brasil, que não revelou os contratos firmados em 1970 e 1971, estando a avaliação constituída para a década 1972-82. Quatro produtos tiveram valores médios inferiores aos valores médios dos contratos de crédito rural concedido ao feijão, no primeiro ano (1972): café, arroz (com índices próximos), mandioca e fumo (com índices bastante inferiores). Outros quatro produtos tiveram valores médios por contrato superiores: o algodão e o milho (com índices próximos); cacau e cana-de-açúcar, principalmente este último, com índices muito mais altos. De 1974 a 1982, apenas mandioca e fumo continuaram com índices médios de seus contratos inferiores aos índices do feijão. Todos os demais tiveram esses índices maiores. O processo se encaminhou de maneira tal que os índices médios dos contratos para algodão, arroz, milho, cacau, café e cana-de-açúcar se tornaram algumas vezes superiores ao índice de valor médio do contrato para o feijão. Os produtos com contratos médios superiores ao do feijão tiveram suas taxas de crescimento da produção em maiores magnitudes nos grandes estabelecimentos (tabela 13), onde aumentaram em participação relativa (tabela 12), exceto o cacau.

O anexo III, tabela C, onde estão informados os números de contratos concedidos para os principais produtos e valores nominais dos respectivos contratos, vai mais além fornecendo o número de informantes que declararam nos censos tais produtos, com os seus respectivos valores nominais. As informações foram somente montadas

Tabela: 44

Crédito Rural para Agricultura. Investimento Agrícola. Bahia 1970-80
Distribuição percentual do valor real dos contratos de crédito rural concedido aos produtores e cooperativas.

| Discriminação | 1970 | 1971 | 1972 | 1973 | 1974 | 1975 | 1976 | 1977 | 1978 | 1979 | 1980 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| AOS PRODUTORES | (97,1) | (97,8) | (98,6) | (97,2) | (100,0) | (100,0) | (100,0) | (100,0) | (100,0) | (100,0) | (100,0) |
| . Fundação de Lavouras | 10,2 | 21,0 | 47,0 | 38,3 | 47,2 | 45,8 | 41,8 | 55,6 | 57,2 | 42,4 | 37,3 |
| -algodão árboreo | .... | .... | .... | .... | 0,2 | 0,2 | 0,0 | 1,5 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| -cacau | .... | .... | .... | .... | 20,8 | 29,6 | 22,4 | 36,2 | 30,9 | 27,3 | 19,8 |
| -café | .... | .... | .... | .... | 7,3 | 5,2 | 13,2 | 13,6 | 18,0 | 8,5 | 11,6 |
| -frutas cítricas | .... | .... | .... | .... | 1,2 | 0,6 | 0,4 | 0,2 | 0,6 | 0,7 | 0,3 |
| -outras lavouras permanentes | .... | .... | .... | .... | 17,7 | 10,2 | 5,8 | 4,1 | 7,7 | 5,9 | 5,6 |
| . Melhoramento e Equipamento | 64,9 | 64,8 | 33,6 | 41,2 | 45,7 | 44,5 | 48,8 | 36,9 | 39,2 | 44,7 | 50,8 |
| -máq.p/adaptação e preparo do solo | .... | .... | .... | .... | 1,4 | 1,5 | 1,4 | 1,2 | 1,5 | 1,4 | 1,6 |
| -máq.p/cultivo e correção do solo | .... | .... | .... | .... | 7,2 | 0,6 | 0,6 | 0,5 | 0,4 | 0,5 | 0,4 |
| -máq.p/combate a pragas e doenças | .... | .... | .... | .... | 1,0 | 0,7 | 1,6 | 1,2 | 0,7 | 0,6 | 0,6 |
| -máq.p/colheita e transporte | .... | .... | .... | .... | 1,1 | 0,5 | 0,2 | 0,3 | 0,4 | 0,6 | 0,8 |
| -equip.p/industrializ.e beneficiam. | .... | .... | .... | .... | 3,8 | 4,2 | 3,6 | 4,4 | 5,3 | 3,9 | 3,2 |
| -tratores | .... | .... | .... | .... | 6,7 | 9,0 | 13,8 | 9,2 | 9,0 | 8,8 | 5,9 |
| -embarcações | .... | .... | .... | .... | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,2 | 0,0 |
| -veiculos automotores terrestres | .... | .... | .... | .... | 2,2 | 3,6 | 4,1 | 1,5 | 1,8 | 3,4 | 1,5 |
| -animais de serviços | .... | .... | .... | .... | 1,4 | 1,0 | 0,6 | 0,5 | 0,5 | 1,0 | 1,7 |
| -depósitos p/armazenamen.da produção | .... | .... | .... | .... | 3,9 | 4,5 | 3,9 | 3,6 | 4,9 | 4,9 | 3,9 |
| -eletrificação | .... | .... | .... | .... | 0,5 | 1,3 | 1,2 | 1,2 | 1,6 | 1,7 | 1,0 |
| -irrigação e açudagem | .... | .... | .... | .... | 1,6 | 1,2 | 2,5 | 1,9 | 1,4 | 1,5 | 3,9 |
| -proteção do solo | .... | .... | .... | .... | 0,5 | 0,3 | 0,5 | 0,2 | 0,2 | 0,5 | 0,1 |
| -melhoram. geral das explorações | .... | .... | .... | .... | 14,4 | 16,1 | 14,8 | 11,2 | 11,5 | 16,0 | 26,3 |
| . Florestamento e Reflorestamento | 0,4 | - | 0,0 | 0,0 | 0,9 | 1,9 | 0,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| . Fundiários | - | 3,3 | 9,9 | 10,5 | 2,6 | 4,0 | 3,8 | 1,7 | 0,2 | 0,5 | 0,4 |
| . Outros Investimentos na Agricultura | 21,6 | 8,7 | 8,1 | 7,2 | 3,6 | 3,8 | 5,5 | 5,8 | 3,4 | 12,4 | 11,5 |
| AS COOPERATIVAS | ( 8,8) | ( 2,9) | ( 2,2) | ( 1,4) | ( 2,8) | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| . Repasse | 2,5 | 2,7 | 1,2 | 1,2 | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| | 6,3 | 0,2 | 1,0 | 0,2 | 2,8 | --- | --- | --- | --- | --- | --- |

para os anos de 1970 e 1980. Numa divisão do número de contratos pelo número de informantes para o ano de 1970, se, no limite, cada contrato corresponder a um produtor de forma a estabelecer uma ligação entre os contratos totais concedidos e o número total de produtores (de cada produto). O exercício resulta numa razão de índices baixíssimos, exceto para o cacau, que atingiu 11 por cento. Um outro exercício, com base no mesmo ano, dividindo o valor global dos contratos pelo valor global do valor do produto, o resultado já é bastante diverso. Algodão, arroz, cana-de-açúcar, milho e cacau tiveram um razão superior a 10, ou seja, todos os produtos obtiveram financiamentos superior a 10 por cento do valor de sua produção. Feito o mesmo exercício para 1980, os números crescem de tal forma que o valor do crédito destinado ao algodão mostrou-se superior ao valor de sua produção[42]. Outras culturas como a do feijão e a do arroz atraíram parcelas de financiamentos particularmente altas, 88,9 e 78,1 por cento respectivamente.

No cômputo geral, tomando-se o valor global do crédito destinado no ano dividido pela valor global da produção animal-vegetal, obtem-se os valores do quadro 04 abaixo.

QUADRO 04: O VALOR GLOBAL DO CREDITO RURAL E O VALOR GLOBAL DA PRODUÇÃO ANIMAL E VEGETAL NOS ANOS 1970 e 1980. Bahia.

| Valores em mil cruzeiros correntes. | 1970 | 1975 | 1980 |
|---|---|---|---|
| A - Crédito Rural | 304.581 | 3.663.312 | 40.113.753 |
| B - Valor Produção | 1.519.564 | 7.003.007 | 87.810.744 |
| RAZÃO (A/B)100 | 20,0 | 52,3 | 45,7 |

Fonte: Crédito Rural/CEPA, original/BACEN; Vr.Produção Censo Agropecuário

42 - Esse valor não está tão claramente correto, pois o valor da produção aí computado é somente o do algodão herbáceo, não computando o valor da produção do algodão arbóreo. E, por outro lado a estatística do crédito não deixa claro para que tipo de algodão está destinada, subentendendo-se que é destinada aos dois tipos.

De forma inegável, o crédito rural foi um instrumento vigoroso e direcionador da produção agrícola na década de 1970.

Se se processar um confronto entre os valores dos créditos concedidos informados pelo Banco Central do Brasil e os financiamentos recebidos pelos produtores, em suas declarações aos censos agropecuários, aparecem divergências tais - que não serão investigadas no presente trabalho - que demandam esclarecimentos, devido aos montantes envolvidos. Essa confrontação é feita no quadro 05 abaixo:

QUADRO 05: CONFRONTO DO TOTAL DE CREDITO RURAL CONCEDIDO E O TOTAL DE FINANCIAMENTOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES. Bahia.

| Valores em mil cruzeiros correntes. | 1970 | 1975 | 1980 |
|---|---|---|---|
| A - Crédito rural concedido conforme Banco Central | 304.581 | 3.663.312 | 40.113.753 |
| B - Financiamentos recebidos pelos agricultores conforme Censos Agropecuários | 153.710 | 1.555.622 | 17.044.428 |
| RAZÃO (A/B)100 | 198 | 235 | 235 |

Fontes: Crédito Rural/CEPA, original/BACEN; Financiamentos: Censo Agropecuário.

As declarações do Banco Central são em valores superiores, e bastante superiores, àquelas informadas pelos censos. O valor do crédito rural destinado pelo banco foi superior em 98 por cento aos financiamentos computados pelo censo agropecuário, no ano de 1970; em 1975, nada menos que 135 por cento a maior; e por fim em 1980, os valores são novamente superiores aos dos censo em 135 por cento.

Quais as razões e explicações para tão espetacular diferença?

3 - A Tecnologia na Agricultura Baiana.

O cacau, café, mamona, etc, foram entendidos como sistemas, entre outras razões, em vista da diversidade das técnicas empregadas em seus cultivos. Os censos agropecuários, a partir de 1975,

informaram as quantidades produzidas, de cada produto (sistema) em determinada técnica, tabelas 45 e 46, para as lavouras temporárias, em 1975 e 1980, respectivamente.

No quadro 06 tenta-se resumir essas diversas técnicas (das tabelas 45 e 46) em quatro categorias para de alguma forma fazer um juízo de valor sobre o grau de tecnologia envolvida, segundo os produtos (sistemas), e obter um julgamento a respeito da absorção de progresso técnico nas principais lavouras do Agro baiano.

O quadro em questão especifica quatro categorias: a tecnologia "de ponta" consiste em técnicas que prevêem o uso simultâneo de semente selecionada, irrigação, defensivos e adubação (ver tala 45 ou 46), e uso simultâneo de semente selecionada, defensivos e adubação; a "moderna" engloba todas as técnicas que envolvem o uso de semente selecionada - exceto aquelas alocadas na "de ponta" e as que fazem uso exclusivo de semente selecionda -, e ainda outras, favorecendo o uso simultâneo de sementes comuns, irrigação, defensivos e adubação. A categoria atinge também a técnica que utiliza (simultâneamente) semente comum, irrigação e defensivos; a "intermediária" caracteriza-se pela utilização de técnicas que fagem uso de semente comum, com irrigação, defensivos e adubação, mas não de forma simultânea, e mais a técnica que só lança mão, exclusivamente, da semente selecionada; e "rústica", constituída apenas pela técnica que somente faz uso de semente comum.

Conforme o quadro 06, todos os produtos aumentaram sua participação relativa na produção total, no rol das tecnologias "de ponta" e "moderna", de 1975 a 1980. As produções de algodão e cana-de-açúcar se elevaram de tal forma dentro dessas duas tecnologias de maior progresso técnico que passaram a ter a maior parte absoluta da produção aí alocadas. A maior parte da produção de cebola vinha em 1975 da tecnologia "de ponta", que em 1980 passou a ser ainda maior. O fumo foi o único produto a participar de forma equitativa de três categorias de tecnologias, "rústica", "intermediária" e um terceira de maior progresso técnico somando a "de ponta" com a "moderna". Os produtos feijão, mamona, mandioca, milho e arroz todos com maior parte de suas produções sob a tecnologia "rústica", aumentaram

Tabela 45. : Tecnologia aplicada à produção das lavouras temporárias. Bahia - 1975.

Quantidades produzidas segundo a tecnologia empregada

| Tecnologia Aplicada | Algodão t | Arroz t | Cana t | Cebola t | Feijão t | Fumo t | Mamona t | Mandioca t | Milho t |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| COM USO DE SEMENTE SELECIONADA | (27,1) | (4,7) | (8,0) | (64,4) | (0,9) | (2,5) | (0,2) | (1,2) | (1,0) |
| E: | | | | | | | | | |
| . Irrigação/defens/adubação | 1,5 | 1,4 | 0,0 | 63,1 | 0,1 | 0,0 | - | 0,0 | 0,2 |
| . Irrigação e defensivos | 0,1 | 0,5 | - | 0,2 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| . Irrigação e adubação | 0,0 | 1,4 | 0,0 | 1,0 | 0,0 | - | - | 0,0 | 0,0 |
| . Defensivos e adubação | 10,3 | 0,0 | 7,2 | 0,0 | 0,2 | 1,8 | - | 0,4 | 0,1 |
| . Somente irrigação | 0,0 | 1,2 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| . Somente defensivos | 15,1 | 0,2 | 0,1 | 0,0 | 0,5 | 0,3 | 0,2 | 0,7 | 0,0 |
| . somente adubação | 0,1 | 0,0 | 0,7 | 0,0 | 0,1 | 0,4 | 0,0 | 0,0 | 0,1 |
| SÓ COM SEMENTES SELECIONADAS | ( 6,0) | (3,0) | (2,9) | (0,7) | (3,5) | (0,7) | (3,4) | (0,6) | (4,4) |
| COM USO DE SEMENTES COMUNS | (27,8) | (41,7) | (42,7) | (33,5) | (21,1) | (59,2) | (5,0) | (50,0) | (16,5) |
| E: | | | | | | | | | |
| . Irrigação/defens/adubação | 0,1 | 4,3 | 0,4 | 24,3 | 0,3 | 0,1 | 0,1 | 0,0 | 0,1 |
| . Irrigação e defensivos | 0,0 | 3,8 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 0,1 |
| . Irrigação e adubação | 0,0 | 8,5 | 1,1 | 5,4 | 0,3 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,1 |
| . Defensivos e adubação | 0,1 | 0,2 | 16,4 | 0,2 | 3,3 | 32,0 | 0,1 | 10,4 | 2,1 |
| . somente irrigação | 0,1 | 22,2 | 6,1 | 2,3 | 0,7 | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 0,3 |
| .. somente defensivos | 27,4 | 2,4 | 7,1 | 0,2 | 10,3 | 13,7 | 4,3 | 37,6 | 10,3 |
| . somente adubação | 0,1 | 0,3 | 11,2 | 0,9 | 6,0 | 13,3 | 0,5 | 1,7 | 3,5 |
| SÓ COM SEMENTES COMUNS | (39,1) | (50,6) | (46,4) | ( 1,3) | (74,5) | (37,6) | (91,2) | (48,2) | (78,1) |
| T O T A L | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Total em quant. absolutas | 22.817 | 21.577 | 774.600 | 9.967 | 163.674 | 17.238 | 55.100 | 2.233.410 | 272.535 |

Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário 1975.

Tabela: 46 Tecnologia aplicada à produção das lavouras temporárias. Bahia. 1980

| Tecnologia aplicada | Algodão | Arroz | Cana | Cebola | Feijão | Fumo | Mamona | Mandioca | Milho |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| COM USO DE SEMENTE SELECIONADA E: | (42,1) | ( 8,9) | (10,8) | (81,6) | ( 5,4) | ( 4,2) | ( 0,6) | ( 1,0) | ( 2,1) |
| . Irrigação/Defensivo/Adubação | 1,5 | 5,2 | 0,0 | 78,2 | 1,2 | 1,1 | 0,0 | 0,0 | 0,2 |
| . Irrigação e Defensivos | 0,1 | 0,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | - | 0,0 | 0,0 |
| . Irrigação e Adubação | 0,0 | 0,2 | 0,0 | 2,3 | 0,1 | - | - | 0,0 | 0,0 |
| . Defensivos e Adubação | 18,8 | 1,5 | 7,4 | 0,6 | 0,6 | 2,2 | 0,1 | 0,5 | 0,3 |
| . Somente Irrigação | 0,0 | 0,2 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | - | 0,0 | 0,0 |
| . Somente Defensivos | 21,6 | 1,6 | 0,1 | 0,0 | 3,2 | 0,6 | 0,4 | 0,3 | 1,5 |
| . Somente Adubação | 0,0 | 0,1 | 3,1 | 0,3 | 0,3 | 0,2 | 0,0 | 0,1 | 0,1 |
| SÓ COM SEMENTES SELECIONADAS | ( 1,5) | ( 2,1) | ( 0,9) | ( 0,1) | (15,2) | ( 0,8) | ( 4,7) | ( 0,5) | ( 7,5) |
| COM USO DE SEMENTES COMUNS E: | (42,3) | (33,3) | (64,6) | (17,1) | (18,3) | (71,3) | ( 8,9) | (50,7) | (16,3) |
| . Irrigação/Defensivo/adubação | 0,1 | 4,4 | 3,0 | 14,2 | 0,7 | 0,3 | 0,0 | 0,1 | 0,2 |
| . Irrigação e Defensivos | 0,0 | 2,3 | 0,2 | 0,3 | 0,3 | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 0,1 |
| . Irrigação e Adubação | 0,0 | 4,9 | 1,2 | 0,9 | 0,4 | 0,1 | 0,0 | 0,0 | 0,1 |
| . Defensivos e Adubação | 28,3 | 0,8 | 41,0 | 0,9 | 2,9 | 46,8 | 0,2 | 17,2 | 1,2 |
| . Somente Irrigação | 0,0 | 8,1 | 4,5 | 0,2 | 0,7 | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 0,4 |
| . Somente Defensivos | 13,9 | 12,1 | 6,4 | 0,3 | 11,1 | 11,7 | 8,4 | 30,7 | 13,3 |
| . Somente Adubação | 0,0 | 0,7 | 8,3 | 0,3 | 2,1 | 12,2 | 0,2 | 2,4 | 0,9 |
| SÓ COM USO DE SEMENTES COMUNS | (14,1) | ( 55,6) | (23,7) | ( 1,1) | (61,1) | (23,7) | (85,7) | (47,8) | (74,0) |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1980
(-) indica ausência de informação
Os parêntesis são as somas dos sub-itens, e são somados para obtenção do total geral.

Quadro 06 Percentagens da produção dos principais produtos da lavoura temporária, segundo a tecnologia utilizada. Bahia

| Tecnologia empregada | Algodão | | Arroz | | cana | | Cebola | | Feijão | | Fumo | | Mamona | | Mandioca | | Milho | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1975 | 1980 | 1975 | 1980 | 1975 | 1980 | 1975 | 1980 | 1975 | 1980 | 1975 | 1980 | 1975 | 1980 | 1975 | 1980 | 1975 | 1980 |
| De ponta | 11,8 | 20,3 | 1,4 | 6,7 | 7,2 | 7,4 | 63,1 | 78,8 | 0,3 | 1,8 | 1,8 | 3,3 | - | 0,1 | 0,4 | 0,5 | 0,3 | [illegible] |
| Moderna | 15,5 | 50,2 | 7,8 | 7,4 | 17,6 | 47,4 | 25,8 | 17,8 | 4,2 | 7,2 | 32,8 | 48,0 | 0,3 | 0,7 | 11,2 | 17,8 | 2,9 | [illegible] |
| Intermediária | 33,6 | 15,4 | 40,2 | 30,2 | 28,8 | 21,5 | 9,7 | 2,1 | 21,0 | 29,9 | 27,8 | 25,0 | 8,3 | 13,4 | 40,2 | 33,9 | 18,7 | [illegible] |
| Rústica | 39,1 | 14,1 | 50,6 | 55,6 | 46,4 | 23,7 | 1,3 | 1,1 | 74,5 | 61,1 | 37,6 | 23,7 | 91,2 | 85,7 | 48,2 | 47,8 | 78,1 | [illegible] |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1975 e 1980.

Observação: Definiu-se como "Tecnologia de Ponta", o emprego simultâneo de: Semente selecionada, irrigação, defensivos e adubação, Como também o uso simultâneo de semente selecionada com defensivos e adubação. Para "Tecnologia Moderna" considerou-se uso de semente selecionada combinada com: irrigação e defensivos; irrigação e adubação; irrigação; defensivos; adubação. Ainda quando usa semente comum, mas combinada com: irrigação, defensivos e adubação (conjuntamente); defensivos e adubação. Em "Tecnologia Intermediária" considera-se quando utiliza-se somente semente selecionada, como também quando usa semente comum, combinada com: irrigação e defensivos; irrigação e adubação; irrigação; defensivos; adubação. Em "Tecnologia Rústica" defi[illegible] aquela técnica que somente faz o emprego de sementes comuns e nada mais.

N.B.- As diferenças apresentadas para o total se deve aos arredondamentos.

partes produzidas sob tecnologias de maior progresso técnico, ain
reduziram a parcela produzida sob a tecnologia "rústica", exce-
o arroz que apresentou aumento da parcela produzida sob tecnologia
ústica". As tabelas 47, 48 e quadro 07, onde são abordadas as téc
cas para as lavouras permanentes, trazem uma informação adicional,
bre os "pés novos" (P.N), relacionados às diversas técnicas e cons
tuindo indicadores para avaliação de tecnologias para a produção
m futuro próximo. As técnicas tiveram, no censo, outra forma de exposição
forma diferenciada das anteriores. Tentou-se a mesma classifica
o das categorias tecnológicas: tecnologia "de ponta", aquela cons
tuída pelo uso simultâneo de irrigação, defensivos e adubação; tec
ologia "moderna", aquela com uso simultâneo de irrigação e adubação,
is a técnica de uso simultâneo de defensivos e adubação; tecnologia
intermediária" a com técnicas que envolvem o uso, mas não simultâneo,
irrigação, defensivos e adubação; tecnologia "rústica" aquela que
stava sob o item "tecnologia não declarada".[43]

Cacau, café e laranja têm a maior parcela de suas pro
uções obtidas com tecnologias de maior progresso técnico ("de ponta
"moderna"), enquanto coco-da-baía e sisal têm a maior parte de
uas produções advinda da tecnologia "rústica". A banana tem sua
rodução mais ou menos equitativamente distribuída entre três catego
ias, "rústica", "intermediária" e naquela de maior progresso técni-
o("de ponta" e "moderna" somadas).

Na implantação de novas culturas permanentes, a regra
geral foi ampliar o cultivo de "pés novos" sob tecnologias de mai-
or progresso técnico, exceto para o sisal, que aumentou os "pés no-
vos" sob a tecnologia "rústica", sendo quase todo ele colhido, e
agora plantado sob essa técnica.

---

43 - Este item não é muito claro, e não foi encontrada explicação satisfatória para tal classificação. O entendimento aqui en cetado como sendo quase nativo (extrativo), foi mais devido ao conhecimento empírico, no caso do sisal, corroborar em parte tal inferência.

Tabela 47 : Tecnologia aplicada à produção das lavouras permanentes. Bahia- 1975.

Quantidade produzidas e pés novos segundo a tecnologia empregada

| Tecnologia Aplicada | sisal quant. t | sisal pés nov | banana quant. M Ch | banana pés nov | cacau quant. t | cacau pés nov | café quant. t | café pés nov. | coco quant. MF | coco pés nov. | dendê quant. t | dendê pés nov | laranja quant. MF | laranja pés novos |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Irrigação | - | - | 0,3 | 0,3 | 3,3 | 0,9 | 1,5 | 4,4 | 0,5 | 1,0 | - | - | 3,6 | 6,0 |
| Defensivos e adubação | - | - | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | - | - | 0,1 | 0,5 |
| Irrig/defens. | - | - | 0,2 | 0,2 | 0,3 | 0,3 | 0,3 | 3,1 | 0,4 | 0,4 | - | - | 0,1 | 0,2 |
| Irrig/adub. | 0,0 | 0,2 | 8,8 | 11,1 | 37,7 | 42,4 | 15,8 | 62,6 | 10,3 | 13,4 | 8,1 | 6,6 | 45,9 | 51,7 |
| Defens/adub. | - | - | 0,9 | 0,4 | 0,3 | 0,1 | 0,2 | 0,1 | 1,0 | 0,5 | 0,0 | - | 0,4 | 0,2 |
| Só irrigação | 0,2 | 0,2 | 9,1 | 5,5 | 10,4 | 8,7 | 8,8 | 3,0 | 10,7 | 10,4 | 9,2 | 15,1 | 28,8 | 16,8 |
| Só Defensivos | 1,3 | 5,2 | 5,0 | 6,9 | 18,7 | 17,7 | 11,9 | 10,4 | 4,8 | 5,6 | 8,3 | 12,5 | 4,6 | 4,8 |
| Só adubação | 98,4 | 94,3 | 75,6 | 75,5 | 29,2 | 29,9 | 61,5 | 16,5 | 72,2 | 68,7 | 74,4 | 65,7 | 16,5 | 19,8 |
| Tecn/não decl. | | | | | | | | | | | | | | |
| Total rel. | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Total abs. | 100.057 | 65 X $10^6$ | 20.094 | 17 X $10^6$ | 289.993 | 68 X $10^6$ | 16.653 | 11 X $10^6$ | 115.760 | 2 X $10^6$ | 181.384 | 3 X $10^6$ | 526.265 | 1,4 X $10^6$ |
| pés novos/pés q.produziram. | | 33% | | 77% | | 17% | | 44% | | 63% | | 69% | | 49% |

Fonte: Inquérito 1975.

Tabela: 48 Tecnologia aplicada à produção das lavouras permanentes. Bahia. 1980
Distribuição relativa da quantidade produzida e pés novos(P.N.), segundo a tecnologia aplicada.

| Tecnologia aplicada | Sisal | | Banana | | Cacau | | Café | | Coco | | Laranja | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | quant. | P.N | quant. | P.N | quant. | P.N | quant. | P.N | quant. | P.N | quant. | P.N |
| Irrigação, Defensivos e adubação | - | - | 0,4 | 0,6 | 1,2 | 1,0 | 2,3 | 1,0 | 0,4 | 0,8 | 0,6 | 1,3 |
| Irrigação e Defensivos | 0,0 | 0,1 | 0,2 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 0,0 | 0,1 | 0,1 |
| Irrigação e adubação | - | - | 0,3 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,1 | 0,4 | 0,3 | 0,1 | 0,1 |
| Defensivos e Adubação | 0,0 | 0,1 | 27,3 | 29,2 | 59,3 | 56,4 | 76,1 | 79,3 | 11,2 | 34,9 | 72,7 | 68,2 |
| Irrigação | 0,0 | 0,0 | 0,4 | 0,2 | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 0,0 | 0,6 | 0,5 | 0,2 | 0,2 |
| Defensivos | 1,3 | 0,6 | 6,8 | 6,8 | 6,9 | 6,0 | 2,6 | 1,6 | 12,4 | 5,4 | 9,2 | 7,9 |
| Adubação | 0,3 | 0,4 | 12,0 | 15,4 | 15,7 | 15,8 | 7,4 | 9,9 | 4,8 | 7,7 | 4,5 | 7,1 |
| Tec/não declar. | 98,3 | 98,8 | 52,5 | 47,5 | 16,5 | 20,6 | 11,3 | 8,6 | 70,1 | 50,5 | 12,6 | 15,2 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Pés novos sobre pés que produziram em % | | 35,4 | | 126,6 | | 44,6 | | 62,3 | | 78,7 | | 74,6 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1980.
P.N = Pés Novos; Tec/não declar. = tecnologia não declarada

Quadro 07: Percentuais da produção física dos principais produtos da lavoura permanente, segundo a tecnologia utilizada, e tecnologia utilizada nas novas plantações nos pés novos (P.N). Bahia

| Tecnologia aplicada | SISAL | | | | BANANA | | | | CACAU | | | | CAFE | | | | COCO | | | | LARAJA | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | quantid. | | P.N. | | quantid. | | P.N. | | Quantid. | | P.N. | | quantid. | | P.N. | | Quantid. | | P.N. | | Quantid. | | P.N. | |
| | 1975 | 1980 | 1975 | 1980 | 1975 | 1980 | 1975 | 1980 | 1975 | 1980 | 1975 | 1980 | 1975 | 1980 | 1975 | 1980 | 1975 | 1980 | 1975 | 1980 | 1975 | 1980 | 1975 | 1980 |
| De ponta | - | - | - | - | 0 | 0 | 0 | 1 | 3 | 1 | 1 | 1 | 1 | 2 | 4 | 1 | 0 | 0 | 1 | 1 | 4 | 1 | 6 | 1 |
| Moderna | 0 | 0 | 0 | 0 | 9 | 28 | 11 | 29 | 38 | 59 | 43 | 57 | 16 | 76 | 66 | 79 | 11 | 12 | 14 | 35 | 46 | 73 | 52 | 68 |
| Intermediária | 1 | 2 | 5 | 1 | 15 | 19 | 13 | 22 | 29 | 23 | 27 | 22 | 21 | 10 | 13 | 11 | 16 | 18 | 16 | 14 | 34 | 14 | 22 | 15 |
| Rústica | 98 | 98 | 94 | 99 | 76 | 52 | 75 | 47 | 29 | 16 | 30 | 21 | 61 | 11 | 16 | 9 | 72 | 70 | 69 | 50 | 16 | 13 | 20 | 15 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1975 e 1980.

Observação: Para "Tecnologia de Ponta" considerou-se as técnicas que aplicaram simultaneamente: irrigação, defensivos e adubação, Por "Tecnologia Moderna" considera-se as técnicas que utilizaram: irrigação e adubação, mais a técnica que utilizou defensivos e adubação. Em "Tecnologia Intermediária" considerou-se a utilização da técnicas: o uso de irrigação e defensivos, mais a utilização só de irrigação ou de somente defensivos, ou ainda somente adubação. Em "Tecnologia Rústica" classifica-se o item onde a tecnologia não foi declarada, portanto entendendo-o como ausência de aplicação de qualquer das formas acima.

N.B.: Quantid. = Quantidade física, ou melhor são percentuais da quantidade física;
P.N. = Pés Novos, ou seja são percentuais da distribuição do plantio que até a data do censo ainda não tinham começado a produzir.

N.B.: As diferenças dos percentuais para o total geral são devido aos arredondamentos.

4 - O Destino da Produção

As informações sobre a destinação da produção física bruta só aparecem nos censos de 1975 e 1980. São informadas em seis categorias: quantidade consumida no estabelecimento; parte entregue à cooperativa; parte destinada e entregue diretamente à indústria ; parte destinada ao intermediário; parte que foi vendida diretamente ao consumidor; e aquela parcela que não teve detectada a sua direção, localizada no item "sem declaração".

O item "sem declaração" , para todos os produtos participou desta distribuição sempre com uma percentagem inferior à unidade; isso vale dizer que as cinco primeiras categorias foram suficientes para detectar o fluxo de escoamento da produção e assim constituem em mais um importante indicador para o estudo do processo de acumulação no Agro baiano.

A tabela 49 informa o destino da produção no ano de 1975, e a tabela 50, no ano de 1980. No item consumido no estabelecimento, há altas percentagens para banana, feijão, arroz, milho, café, cana-de-açúcar e mandioca. A princípio, um verdadeiro mosaico, pois seria de se esperar que grandes percentagens de consumo no estabelecimento só aparecessem para gêneros alimentícios. Mas como explicar o grande consumo(no estabelecimento) da cana-de-açúcar, café e até do milho se os dois primeiros, principalmente, são produzidos na sua maior parte em grandes estabelecimentos, e o último, o milho, em quantidades expressivas, um terço, nos grandes estabelecimentos? O paradoxo é de fácil explicação: tanto os produtores de cana-de-açúcar, quanto os cafeicultores em grande parte são os beneficiadores de suas próprias produções. Filgueiras, muito a propósito, em algumas passagens de seu estudo afirma: " Essa distribuição dos produtores por estratos, de acordo com o número de covas que possuem, demonstra que, embora em termos do número total existente, predomine o "pequeno" e o "médio", com 71,1% do total de produtores contra 28,9% de "grande" e "especial"; a hegemonia da produção cafeeira cabe aos últimos, pois juntos, possuem em torno de 80% do café plantado na Chapada Diamantina. Constata-se desse modo, que essa região desenvolveu

sua cafeicultura calcada em grandes empreendimentos, responsáveis pelo grosso da produção, ainda que houvesse a possibilidade do surgimento e multiplicação de empreendimentos menores, que considerados no conjunto são responsáveis por aproximadamente 1/5 da produção"[44]. "...Constatamos que embora existam diferenças significativas do ponto de vista da escala de produção ou da forma social de se produzir, as técnicas de produção são mais ou menos homogêneas, com as diversas práticas agrícolas disseminadas por todos eles".[45] Para fechar o quadro na direção que se está intentando, com respeito ainda ao café na sua comercialização, continua Filgueiras, o "Produtor Beneficiador - fundamentalmente é o grande produtor, que possui todo o processo de beneficiamento e classificação do produto. Alguns deles, são também exportadores e industriais, isto é, fazem parte de um empreendimento mais amplo. Os seus compradores são principalmente o exportador - no caso de não exercer essa atividade - e secundariamente o torrefador"[46]. No caso do consumo da cana-de-açúcar, os grandes produtores, regra geral são seus transformadores, sejam usineiros - na produção de açúcar e/ou álcool - ou produtores menores -transformando-a em rapaduras e/ou bebidas. O milho vem se constituindo num dos principais componentes de rações para a produção animal. A banana, o feijão e o arroz devem, na maior parte, ser consumidos na alimentação.

Regra geral aparecem duas constatações: primeiro, aumentaram significativamente as parcelas entregues às cooperativas do ano de 1975 para 1980 e, segundo, geralmente as parcelas entregues às cooperativas ainda são pequenas em relação às outras destinações. A cana-de-açúcar, arroz, cacau, algodão, café, cebola e até o feijão aumentaram as parcelas destinadas às cooperativas, sendo que o cacau que detém a maior parcela destinada com 18,2 por cento de sua produção em 1975 passa para 31,8 em 1980. O sisal reduziu tal parcela de 1975 para 1980, enquanto que o coco-da-baía, fumo e mandioca mantive

---

44 - FILGUEIRAS, Luiz A. M. Op. Cit. pág. 91

45 - Idem, idem pág. 06

46 - Idem, idem pág. 17

Tabela: 49 Destino da produção. Bahia . 1975

| Destino | Fibra sisal | Banana | Cacau | Café | Coco da baia | Laranja | Algodão | Arroz | Cana de-açúcar | Cebola | Feijão | Fumo | Mamona | Mandioca | Milho |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Consumido no estabelecimento | 4,1 | 18,6 | 0,1 | 46,7 | 2,5 | 4,6 | 0,2 | 24,1 | 30,2 | 2,6 | 20,2 | 29,6 | 0,5 | 57,8 | 19,1 |
| Entregue à cooperativa | 3,1 | 0,3 | 18,2 | 0,1 | 0,3 | 0,0 | 0,2 | 0,1 | 0,0 | 0,8 | 0,0 | 0,0 | 0,1 | 0,1 | 0,2 |
| Entregue à indústria | 33,5 | 0,2 | 1,9 | 14,8 | 0,4 | 0,9 | 12,3 | 9,0 | 66,4 | 1,9 | 0,1 | 4,1 | 1,2 | 20,9 | 0,1 |
| Entregue a intermediário | 53,5 | 57,6 | 78,4 | 35,5 | 73,3 | 76,8 | 82,6 | 54,2 | 2,5 | 86,2 | 62,2 | 63,7 | 94,3 | 19,6 | 62,7 |
| Venda direta ao consumidor | 2,7 | 22,6 | 0,9 | 2,8 | 23,2 | 17,0 | 4,6 | 12,4 | 0,7 | 8,4 | 17,3 | 2,3 | 3,5 | 1,4 | 17,6 |
| Sem declaração | 3,1 | 0,6 | 0,4 | 0,1 | 0,2 | 0,7 | 0,1 | 0,1 | 0,1 | 0,0 | 0,2 | 0,2 | 0,3 | 0,2 | 0,2 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1975.

Tabela: 50 Destino da produção. Bahia. 1980

| Destino | Fibra de sisal | Banana | Cacau | Café | Coco da baia | Laranja | Algodão | Arroz | Cana de-açúcar | Cebola | Feijão | Fumo | Mamona | Mandioca | Milho |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Consumido no estabelecimento | 1,4 | 19,3 | 0,4 | 26,1 | 4,9 | 4,4 | 0,3 | 26,0 | 19,5 | 0,2 | 16,2 | 28,3 | 0,3 | 54,1 | 16,5 |
| Entregue à cooperativa | 2,0 | 0,1 | 31,8 | 1,3 | 0,4 | 0,3 | 2,6 | 3,8 | 0,9 | 5,7 | 1,6 | 0,0 | 0,2 | 0,1 | 0,4 |
| Entregue à indústria | 8,7 | 0,2 | 7,3 | 34,4 | 1,6 | 0,7 | 45,1 | 6,4 | 72,5 | 0,0 | 0,1 | 12,4 | 3,0 | 29,5 | 0,6 |
| Entregue a intermediário | 86,4 | 61,2 | 60,0 | 36,4 | 49,8 | 77,7 | 48,8 | 54,1 | 3,3 | 89,6 | 70,8 | 56,7 | 93,9 | 13,8 | 70,5 |
| Venda direta ao consumidor | 0,7 | 18,6 | 1,8 | 1,5 | 42,9 | 16,6 | 3,1 | 9,5 | 3,7 | 4,4 | 11,0 | 1,9 | 1,8 | 2,1 | 11,7 |
| Sem declaração | 0,7 | 0,5 | 0,7 | 0,2 | 0,3 | 0,2 | 0,1 | 0,2 | 0,1 | 0,1 | 0,2 | 0,7 | 0,0 | 0,3 | 0,3 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1980.

ram-nas.

Quanto às quantidades entregues às indústrias, as maiores participações ficaram com a cana-de-açúcar, o café, e a mandioca que as aumentaram no período de 1975-80, enquanto o sisal, que participava com 33,5 por cento em 1975, retrai-se para 8,7 por cento em 1980. No caso da cana-de-açúcar e do café, é compreensível o aumento da participação, dado que o beneficiamento industrial desses produtos, em parte , pode ser feito no próprio estabelecimento, ou então, como já visto nas citações de Filgueiras o grande produtor entrega diretamente sua produção para a indústria, uma vez que os beneficiadores locais têm seus parques superdimensionados para sua produção , contando já, com a compra de produtores vizinhos. No caso da mandioca, a produção industrial é absorvida por indústrias caseiras - as "casas de farinha." Para o algodão ao que tudo indica houve uma aproximação produtor e indústria, ou vice-versa, lembrando que a produção de algodão sofreu um dos maiores processos de concentração nos grandes estabelecimentos pela eliminação dos pequenos e aumento dos grandes produtores.

A parcela destinada aos "intermediários", sem dúvida nenhuma é o maior fluxo de escoamento da produção, tanto das lavouras permanentes, quanto das temporárias. A única grande exceção fica para a cana-de-açúcar, que tem apenas 2,5 por cento em 1975 e 3,3 por cento em 1980 de sua produção direcionada nesse sentido, enquanto do lado oposto, tem-se 94,3 por cento em 1975 e 93,9 por cento em 1980 da produção de mamona escoada pelo sistema de intermediação. A regra geral, para todos os produtos é que uma média de 70 por cento de suas produções totais são escoadas pelos intermediários.

Para a venda diretamente ao consumidor, os percentuais são geralmente pequenos, os maiores ficam para banana, coco-da-baía, laranja, arroz, milho e feijão, ou seja, os produtos de maior presença nas feiras.

É importante observar que geralmente pode-se pensar que a produção entregue diretamente à indústria tenderia a um aumento na remuneração ao produtor, pela eliminação de um elo na cadeia de comercialização. Mas isso parece não ser a via para uma melhor

remuneração do produtor, pois geralmente tais induústrias constituem-se em monopólio na região e em nada beneficiam, em termos de uma melhor remuneração, ao produtor. Se examinando o caso do cacau, considerando que os cacauicultores na Bahia, dentre todos os produtores agrícolas, são os que detêm a melhor organização e mobilização politi dos processos econômicos, a sua cooperativa constitui-se em um importante receptor da produção e sustentáculo do processo de acumulação no empreendimento capitalista no Agro. Por outro lado, com base em evidências já estudadas, as cooperativas, no Brasil, não têm um fim de auxílio ao pequeno produtor, constituindo-se em seus exploradores. Em um estudo sobre a Cooperativa Agrícola de Cotia (CAC), Maria Rita Garcia de Loureiro afirma: "É preciso lembrar neste ponto da análise, para reforçar a afirmação de que a cooperativa é instrumento de expropriação do produtor camponês a ela associado, o fato de que a CAC só trabalha com pequenos e médios produtores, como já foi indicado anteiormente e os próprios casos aqui levantados mostram. No dizer de um dos técnicos da CAC, 'quando o cooperado se torna muito grande, vamos dizer muito poderoso é difícil segurá-lo dentro das restrições de uma cooperativa. Cooperado grande sai da cooperativa. Quem tem independência econômica, não precisa da cooperativa'." 47 Ainda há outra observação da autora: "Qual o papel representado pela CAC neste processo de descapitalização? A resposta que se pode inferir dos dados levantados é a de que a cooperativa não elimina nem suaviza a situação de descapitalização ou expropriação sofrida pelo produtor camponês, mas a mantém. De um lado, ela afasta os chamados comerciantes intermediários que podem intensificar aquela expropriação. Mas, de outro, ela não só vende os produtos dos cooperados ao mesmo preço vigente no mercado ... mas inclusive extrai pesadas taxas dos cooperados. São exatamente estas taxas que respondem pelo sucesso da cooperativa enquanto empresa capitalista, como revelam os números citados anteriormente, mas que respondem também pelo empobrecimento dos produtores" 48.

No caso baiano aparecem outros tipos de cooperativas bem diferente daquela estudada por Loureiro - as cooperativas de cacau, café, etc., sendo canais importante de participação, relações

47 - LOUREIRO, Maria Rita G., Cooperativismo e Reprodução Camponesa.
48 - FGV. RJ, 1980, Mimeo. pág. 24.

e mobilização política. E o processo de relacionamento cooperado cooperativa se dá ao contrário daqueles na CAC, aqui é o fato de se tornar grande produtor a condição necessária para a entrada e influência nas cooperativas.

O quadro 08 faz um resumo global dos "locus" (pequenos, médios e grandes estabelecimentos), segundo os sistemas (produtos) da produção, das taxas de crescimento da produção, da tecnologia aplicada (se intemediária, rústica e aquela de maior progresso técnico - as de ponta e modernas somadas) e do destino da produção (se consumido no estabelecimento, se entregue às cooperativas, se entregue às indústrias, se entregue ao intermediário, ou se repassada diretamente ao consumidor). Adota-se os símbolos: "X"para o "locus" de grandes magnitudes - superiores a cinquenta por cento -; e "x" para representar magnitudes significativas, mas não tão grandes quanto às primeiras, em torno de um terno quando se referir à quantidades e de taxas proporcionais às do valor da produção quando dessa se tratar, como o símbolo "X", para taxas,são aqueles superiores e bastante superiores às taxas de crescimento do valor da produção.

QUADRO 08: Resumo conjunto do local de maior participação na produção, as taxas de crescimento dos produtos, a tecnologia utilizada, e o destino da produção. Bahia

| Produtos | Local maior da produção | | | Taxa de crescimento da produção negativa | | | Taxa de crescimento da produção positiva | | | Tecnologia aplicada | | | Destino da Produção | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Gde. | Me. | Pe. | Gde. | Me. | Pe. | Gde. | Me. | Pe. | moderna de ponta | inter-mediária | rústica | Estab. | Coop. | Ind. | Intermd. | Consumidor |
| Algodão | X | | | | X | X | X | | | X | | | | | X | X | |
| Cana-de-açúcar | X | | | X | X | X | | | | X | x | x | x | | X | | |
| Café | X | x | | | | | X | X | x | X | | | x | | x | x | |
| Cacau | X | X | | | | | x | X | X | X | x | x | | x | | X | |
| Milho | x | x | X | | | x | X | x | | | x | X | x | | | X | x |
| Sisal | X | X | | | | | x | x | X | | | X | | | | X | |
| Banana | x | x | x | | | | X | x | x | x | x | X | x | | | X | x |
| Arroz | x | x | x | | | | X | x | x | | x | X | x | | | X | |
| Laranja | x | x | X | | | | X | x | X | X | | | | | | X | x |
| Fumo | | | X | X | x | x | | | | X | x | x | x | x | | X | |
| Cebola | | x | X | | | | X | X | X | X | | | | | | X | |
| Feijão | x | x | X | | x | x | x | | | | x | X | x | | | X | x |
| Mandioca | | x | X | X | X | x | | | | | X | X | X | x | x | | |
| Mamona | x | X | X | | | | x | x | X | | x | X | | | | X | |
| Coco-da-baia | x | x | X | x | x | | | | x | x | x | X | | | | X | X |

Fonte: Tabelas 12, 13 e 50; quadros 07 e 08 (original: censo agropecuário).

Obs.: X = significa uma magnitude de tamanho relevante e é a maior explicação;
x = participa com um magnitude um pouco menor e determinante que X.

Obs.: Gde. = Grande; Me. = Médio; Pe. = Pequeno; Estab. = Estabelecimento;
Coop. = Cooperativa; Ind. = Indústria; Interm. = Intermediário.

## 5 - Organizações Institucionais.[49]

Para se discutir mais propriamente alguns dos aspectos das organizações institucionais da Bahia, necessário se faz uma uma incursão nos capitais sediados à montante e à jusante dos processos agrícolas propriamente dito, para logo em seguida se entrar na discussão do processo de associação do produtor rural a um dos lados ou aos dois e no Estado.

De início investiga-se sobre o assentamento de capitais, a nível local, à montante dos processos agrícolas, ou seja, da existência de capitais industriais locais na produção de fertilizantes, rações, tratores, equipamentos, produtos veterinários, etc. Conclui-se aparentemente pela sua não existência global no território baiano, embora seja um dos requisitos, em tese, para constituir o complexo agroindustrial (CAI), na verdade como ver-se-á mais adiante as fronteiras regionais não são empecilhos. Exemplificando, a não existência de fábricas ou montadoras na Bahia não impediu e nem impede tal demanda de máquinas e equipamentos agrícolas dos produtores rurais. O Pólo Petroquímico de Camaçari, já na década, produzia importantes matérias-primas necessárias ao consumo no Agro, como o sulfato de amônia e uréia, que em alguns casos são usados diretamente como fertilizantes químicos, produzidos pela Nitrocarbonos S/A, com a maior parte de sua produção exportada para o centro-sul do país. O norte-nordeste já passa a consumir 10 por cento do total. Outros produtos também são matérias-primas para fertilizantes, como o ácido fosfórico e o ácido sulfúrico; subprodutos na metalurgia do cobre, cujas plantas já estão entrando em operação com a Caraíba Metais S/A. Se ainda se adicionar os projetos iminentes de implantação de um parque de química fina, cujos produtos são matérias-primas, também, da indústria veterinária, tem-se que a Bahia sedia importantes blocos de capital industrial plantados à montante da agricultura.

Do outro lado, à jusante dos processos agrícolas, se

---

49 - Não tem o presente item a pretensão de fazer uma incursão conclusiva do assunto. O que se faz é uma abordagem primária, deixando para que outros estudos mais específicos venham completar tal lacuna.

diam-se blocos de capital com interesses que ultrapassam os limites regional e nacional. Aí estão plantados capitais na industrialização do cacau, na indústria de laticínios, papel e celulose, óleo vegetal, consumo de carvão vegetal, fibras, frigoríficos, etc. Apenas para nominar alguns exemplos: Barreto de Araújo, Cargill, Joannes, Chadler, Copodel (Nestlé) na industrialização do cacau; Opalma, Oldesa e Pindorama na industrialização do dendê; Sanbra, Imbasa, Indústrias Coelho, na industrialização da mamona; Cooperativa Central dos Produtores de Leite da Bahia, Alimba, Nestlé, na industrialização do leite; Maraú, na indústria de sucos; Sisalana, na industrialização do sisal; Sibra, Caríba Metais, Ferbasa, Copener, Química Geral, no consumo do carvão vegetal; etc. É necessário ficar claro que os blocos de capital são fortes e não têm fronteiras nas esferas regional e nacional, e constituem instituições oligopólicas e oligopsônicas.

Na politização dos processos econômicos*, esses blocos de capital organizaram-se em associações civis. Para nominar algumas das associações de blocos de capital que consomem o mesmo produto agrícola, tem-se: Associação Brasileira da Indústria de Cacau (aí estão Barreto de Araújo, Cargill, Joanes, Chadler, Copodel - Nestlé -, e até uma fábrica do Espírito Santo - a Garoto); Associação de Consumidores de Carvão Vegetal, onde estão a Sibra, Caraíba Metais, Ferbasa, Copener, Química Geral; Associação dos Exportadores de Cacau, de composição diversa etc. Então o que se tem são blocos de capital fortes e organicamente estruturados. Como ficam os produtores frente a eles? Não esquecendo a existência de concorrência intercapitalista, o que houve foi uma associação de interesses, mas apenas dos grandes produtores - capitalistas - com esses grandes blocos. A grande massa de produtores, os menores, foi excluída.

No processo de politização econômica do lado dos produtores rurais aparecem também algumas associações civis, e que, também é necessário frisar, contam nos seus quadros de filiação com a presença da maioria dos consumidores acima nominados; são elas: Associação Baiana de Pecuaristas; Associação Brasileira de Criadores de Gado Zebu; Associação Brasileira dos Criadores de Cavalo; Câmara

* As noções de "politização dos processos econômicos" e "blocos de de capital", são usadas aqui, consoante Sorj, Bernardo, Op. Cit.

de Sisal; etc. Outro dado importante a observar é a repetição de filiados que aparecem em quase todas as associações, não só como simples membros, mas também nos conselhos diretores; os filiados de maior expressão e participação em várias associações também compõem o grupo de poder regional e até nacional. Essa imbricação de interesses vai mais longe: a presença preponderante de filiados comuns a umas e outras entidades de produtores e consumidores com representação no Estado - no grupo de poder - entrecruzam interesses com a construção civil, o capital bancário e o industrial. Essas articulações estruturam-se no processo de acumulação dos blocos de capital no Agro, com interesses que vão além da fronteira regional e nacional. A extensão dos blocos de capital no Agro, mais que diversificar os empreendimentos, visa auferir as benesses oferecidas pelas políticas fiscais e creditícias, emanadas do poder central, na esfera federal, ao mesmo tempo que garantem às indústrias parte de suas necessidades em matérias-primas.

Na Bahia, ao final da década de 1970, a Federação da Agricultura do Estado - FAEB - reunia 137 sindicatos, sendo que quase dois terços deles foram constituídos nessa década. Mais de 50 por cento dos sindicatos eram oriundos da região cacueira e não só contavam com maior número de filiados, como também eram os mais representativos e organizados. Menos de 30 por cento dessas representações eram da região onde predominavam o sistema pecuário, pouco mais de 10 por cento da região sisaleira e menos de 5 por cento da zona cafeeira.

Da distribuição acima advém a força política enfeixada pela cacuicultura, que se estrutura de forma peculiar, frente às outras atividades do Agro baiano. Em termos de organização e defesa do processo de acumulação na atividade, formou-se um todo orgânico onde não só há um processo de planejamento da produção, mas toda uma estrutura, com desenvolvimento e melhoria dos cacauais existentes, apoio financeiro e técnico. Dois órgãos aí sobressaem: o Conselho Consultivo do Produtores de Cacau - CCPC - encetando a produção capitalista na mais expressiva politização de um processo econômico e a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC - atra

vés do qual o Estado (não é demais relembrar que o grupo de poder está imbricado com os produtores e consumidores) desvia parte do excedente gerado nacacauicultura, não deixando que esse montante de recursos volte ao empreendimento, funcionando como um termostato, contra a superprodução. Estas e demais instituições que compõem os interesses da cacuicultura têm na politização dos processos econômicos a delineação do planejamento.

Enquanto as associações civis e os sindicatos rurais patronais articulam os interesses vinculados ao segmento de acumulação dos blocos de capital, as cooperativas, enquanto organizações institucionais, a princípio apresentam um papel ambíguo. Maria Rita Loureiro concluia que para a CAC (Cooperativa Agrícola de Cotia) sua função não era de promover ajuda aos cooperados, mas sim extrair-lhes trabalho excedente. No caso das fortes cooperativas de produtores baianas, do cacau, do café, etc. o processo é diferente e contrário às conclusões de Loureiro. Constituem um "locus" de organização política, de grupos de pressão junto ao poder. O produtor para manutenção do seu empreendimento, num processo de acumulação, necessita de politicamente se vincular às cooperativas.

O cooperativismo ainda é pouco disseminado no Estado da Bahia no que tange ao número de cooperados, como pode-se notar pelas tabelas 51.a e 51.b. Nelas os números de estabelecimentos vinculados às cooperativas são em termos relativos, maiores nos grandes estratos e pequenos nos menores "... a impossibilidade do cooperativismo servir realmente ao pequeno produtor numa economia capitalista, já havia sido discutida por Kautsky. Não apenas é mais fácil ao grande produtor se organizar e levar o empreendimento adiante, como também, quando as cooperativas se voltam para a pequena produção, não podem proporcionar jamais ao pequeno produtor a superioridade de uma grande exploração composta de terras contíguas, superioridade essa oriunda da divisão do trabalho e da direção especializada".[50]

---

50 - COUTO, Vitor de Athayde. Organizações Rurais da Bahia - uma leitura crítica da legislação. Salvador, out/79 (mimeo).

Tabela: 51.a) Estabelecimentos de produtores associados à cooperativas . Bahia.

| Grupo de área total | de comercialização | | | de crédito | | | de eletrificação | | | de consumo | | | Outro tipo |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 | 1980 |
| Menos de 10 | 363 | 221 | 2.973 | 558 | 343 | 1.233 | 40 | 132 | 119 | 384 | 434 | - | 620 |
| 10 ⊢ 20 | 218 | 244 | 1.666 | 393 | 175 | 668 | 12 | 30 | 41 | 282 | 274 | - | 233 |
| 20 ⊢ 50 | 600 | 590 | 4.290 | 849 | 471 | 1.458 | 19 | 36 | 100 | 273 | 555 | - | 310 |
| 50 ⊢ 100 | 364 | 498 | 2.626 | 575 | 448 | 1.114 | 12 | 19 | 52 | 186 | 460 | - | 197 |
| 100 ⊢ 1000 | 689 | 770 | 4.343 | 940 | 1.007 | 1.934 | 38 | 59 | 126 | 491 | 1.274 | - | 509 |
| 1000 ⊢ | 70 | 67 | 485 | 98 | 161 | 242 | 5 | 14 | 32 | 83 | 264 | - | 92 |
| T O T A L | 2.306 | 2.390 | 16.384 | 3.413 | 2.605 | 6.649 | 128 | 290 | 470 | 1.962 | 3.261 | - | 1.962 |

Fonte Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980

Obs.: (-) indica ausência de informação; p/cooperatavia "outro tipo" em 1980 31,4 porcento delas eram consituidas por cooperativas de irrigação.

Tabela: 51.b) Total de estabelecimentos associados à cooperativas e respectivas taxas de crescimento. Bahia.

| Grupo de área total | 1970 | 1975 | 1980 | 1975/70 | 80/75 | 80/70 | Estab. c/cooperativas sobre est. totais p/1980 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Menos de 10 | 1.226 | 1.007 | 3.828 | -18 | 280 | 212 | 1,1 |
| 10 ⊢ 20 | 843 | 636 | 2.282 | -24 | 259 | 171 | 2,5 |
| 20 ⊢ 50 | 1.629 | 1.467 | 5.442 | -10 | 271 | 234 | 5,1 |
| 50 ⊢ 100 | 1.029 | 1.268 | 3.443 | 23 | 171 | 234 | 7,6 |
| 100 ⊢ 1000 | 1.852 | 2.630 | 5.987 | 42 | 128 | 223 | 13,0 |
| 1000 ⊢ | 212 | 399 | 705 | 88 | 77 | 232 | 21,4 |
| T O T A L | 6.792 | 7.407 | 21.689 | 9 | 193 | 219 | 3,4 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980.

Tabela 51.c)

| Tipo de Cooper. | Tx. Crescimento 75/70 | 80/75 | 80/70 |
|---|---|---|---|
| Comerc. | 4 | 585 | 610 |
| Crédito | -24 | 155 | 95 |
| Consumo | - | 92 | - |
| Eletrif. | 126 | 62 | 267 |

Pelas tabelas 51, verifica-se que as cooperativas de comercialização, não só foram as de maior número como as que mais cresceram na década. As cooperativas de créditos ocupam a segunda posição no número de filiados, mas crescendo a taxas menores que as de consumo. Por essas tabelas pode-se notar que as maiores taxas de crescimento ocorrem nos grandes estratos, mas também são altas nos pequenos. Se na média geral, apenas 3,4 por cento dos estabelecimentos se vinculam às cooperativas, esse percentual chega a 13,0 por cento nos estabelecimentos de 100 a 1000 hectares e a 21,4 por cento nos maiores que 1000 hectares, no ano de 1980.

Do até aqui visto pode-se concluir que as formas de organização que refletem interesses de filiados estão presentes nos grandes estabelecimentos - mais precisamente nos estabelecimentos capitalistas - os quais, ao que tudo indica, são os que dão forma e direção aos empreendimentos no Agro, que promovem a "revolução agrária" e marcam o devenir da agricultura em consonância àqueles processos já ocorridos em regiões mais desenvolvidas.

E a pequena produção? A estrutura do cooperativismo no Brasil na sua forma legal é feita de maneira a favorecer ao grande empreendimento, de favorecer a entrada do capitalismo no campo[51], assim a pequena produção não encontra espaço nessa forma de organização. O ancoradouro da pequena produção foi o Sindicato do Trabalhador Rural - STR - onde parece estar o futuro de sua institucionalização, pois as tradicionais formas de organização, como "o mutirão", "a vara", "o adjutório", "o boi roubado", etc., já não se desenvolvem a contento. As transformações sucessivas na base tecno-econômica, a reprodução (da pequena produção) em nova fase pelo desenvolvimento capitalista a coloca dentro de uma camisa de força que lhe molda o caminho, "... poderia dizer que o Estado, através da lei, traça o sulco por onde deve passar a organização sindical, marcando-lhe a origem, orientando-lhe a prática e definindo-lhe o fim"[52]

51 - COUTO, Vitor A. Op. Cit. pág. 48.

52 - BAHIA -CEDAP/SEPLANTEC, Op. Cit. pág. 112.

A questão do enquadramento do pequeno produtor no sindicato do trabalhador rural de acordo com o "módulo" suscitou ambiguidade de natureza do tamanho do "módulo" para enquadramento, enquanto por outro lado mesclou a natureza das reivindicações a serem encaminhadas pelos sindicatos,[53] devido aos interesses dos sindicalizados divergirem, não sendo, necessariamente, as reivindicações de pequenos proprietários similares às do trabalhador assalariado rural, às do posseiro, etc.

Dos 187 sindicatos dos trabalhadores rurais existentes na Bahia, até março de 1980, apenas 144 possuíam informações sobre sua estruturação.[54] Os 296.386 sindicalizados têm a seguinte distribuição (quadro 09):

QUADRO 09 - DISTRIBUIÇAO DOS SINDICATOS DA BAHIA POR CLASSES DE ASSOCIADOS INSCRITOS.

| Classes de Associados Inscritos | Número de sindicatos | Percentagem |
|---|---|---|
| até 500 | 18 | 12,5 |
| 501 1.000 | 32 | 22,5 |
| 1.001 2.000 | 35 | 24,3 |
| 2.001 3.000 | 26 | 18,0 |
| 3.001 4.000 | 17 | 11,8 |
| 4.001 5.000 | 6 | 4,1 |
| 5.001 7.000 | 5 | 3,4 |
| 7,001 | 5 | 3,4 |
| T O T A L | 144 | 100,0 |

Fonte: Transcrito de - BAHIA/CEDAP/SEPLANTEC, pág. 164; fonte original: Resumo geral das fichas cadastrais - FETAG/BA.

A composição diversificada dentro dos sindicatos de parceiros, pequenos produtores, assalariados, etc.,[55] se por um lado

53 - SORJ, Bernardo e Outros. Camponeses e Agroindústria - Transformação social e representação política na avicultura brasileira, Rio de Janeiro, Zahar, 1982, pág. 101. Também em BAHIA-CEDAP/SEPLANTEC, Op. Cit. pag. 182/3.

54 - BAHIA - CEDAP/SEPLANTEC. Op. Cit. pág. 163

55 - Idem, Idem.

marca diferenciação da natureza da reivindicação, por outro pode configurar apenas matizes de uma mesma questão - ao nível da aproximação do padrão de vida dos pequenos produtores e trabalhadores rurais. Em seu trabalho já citado, Gervásio Rezende busca estudar os diferenciais de renda da pequena produção e do trabalhador rural na zona do cacau: " ... uma tendência latente de homogeneização dos padrões de vida e condições sócio econômicas entre os pequenos produtores e os trabalhadores assalariados, fenômeno este que foi assim descrito por um estudo, ..., da zona do cacau:

> "Como já foi sugerido, (os pequenos produtores) são ... intercambiaveis com os trabalhadores .... Os quatro grupos, burareiros, roceiros, contratistas e trabalhadores são portanto funcionalmente idênticos quando se opõem aos fazendeiros-industrialistas. Quando o povo da região fala do "lavrador pequeno" ou do "trabalhador rural", está se referindo a esses grupos e reconhecendo sua equivalência "geral"".[56]

O "locus" da luta do sindicalismo rural na Bahia é tirar as entidades do paternalismo e assistencialismo, estrutura sob a qual foram montados. " Na origem da fundação de muitos sindicatos está a iniciativa de pessoas que não possuem nenhuma identidade de classe com os trabalhadores rurais. Nesse caso, frequentemente a paternidade pelo nascimento da associação sindical fica por conta de políticos locais dos municípios que "tentam aproveitar-se do fato do sindicalismo trazer consigo as possibilidades de assistência médico-odontológica para uma boa parcela da população, sem onerar os cofres das prefeituras" (Athayde). Este fenômeno foi, e de certa forma ainda é razoavelmente disseminado. Numa prova disso, a FETAG é constantemente chamada a fundar sindicatos através da iniciativa de políticos (Athayde). ... O destino desses sindicatos, marcados por uma origem deformada, é a sua transformação num instrumento de mera assistência de saúde e jurídica ... No relatório de 1979 da FETAG

---

56 - REZENDE, Gervásio Castro. Op. Cit. pág. 108, citando A. Leeds, "Economic cycles in Brazil: The persistence of a Total Culture Pattern, Cacao and other cases", tese de doutorado (Universidade de Columbia), 1957, p. 262.

existem indicadores bastante sugestivos disso. Enquanto o Departamento da Educação Sindical expediu 254 correspondências para os STRs e recebeu 21, o Departamento de Previdência Social simplesmente expediu 77 correspondências durante o ano todo e recebeu 280 correspondências. Além do que já foi dito, consta-se que nesse mesmo ano a Federação chegou a expedir para trabalhadores rurais 6.937 guias dirigidas aos hospitais com que mantêm convênio. A Assessoria de Previdência Social igualmente gastou um total de Cr$ 394.704,47 só com despesas em forma de auxílios diversos a trabalhadores necessitados"[57].

O processo de expansão dos sindicatos dos trabalhadores rurais na Bahia foi bastante lento de 1952 a 1970[58], "supreendentemente, nos três anos seguintes, criam-se uma profusão de sindicatos e em tal escala que até os dias de hoje (1980), esse período continua a representar a maior colaboração, de 38%, no número total de entidades fundadas. Nesse período se deu a criação do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), através da Lei complementar nº 11 de 25 de março de 1971, regulamentada em janeiro de 1972. O programa previa a prestação de inúmeros benefícios, inclusive serviços de saúde"[59]. Continua o mesmo estudo " O predomínio da atividade assistencial na vida dos sindicatos de trabalhadores rurais bainos é uma realidade palpável. Um estudo produzido em 1975 indicou isto, ao garantir que as instalações dos sindicatos não eram nem um pouco adequadas, exceto as destinadas aos serviços assistenciais (FETAG)"[60].

O mesmo estudo, BAHIA -CEDAP/SEPLANTEC, ainda conclui que o fato de os sindicatos de trabalhadores rurais serem formados em sua maior parte por pequenos produtores - a maioria os seus dirigentes - ocassiona um imbróglio para as diretrizes sindicais, no entan

57 - BAHIA - CEDAP/SEPLANTEC. Op. Cit. pág. 176/7/8.

58 - Idem, idem, pág. 163.

59 - Idem, idem, pág. 162

60 - Idem, idem, pág. 186

to "tem a potencialidade de trazer na sua esteia formas novas de abordar a questão da defesa das condições de vida e trabalho desses produtores".[61]

6 - Receitas e Despesas dos Estabelecimentos.

Com as tabelas 52 pode-se especular sobre a formação de renda por tamanho de estabelecimento, como também sobre as despesas. Para traduzir os valores absolutos em parâmentros passíveis de compreensão imediata, a tabela 52.a aponta em salários-mínimos a receita bruta de cada estabelecimento, segundo o estrato em que esteja localizado. O que se chama de receita bruta é o valor total da produção animal-vegetal, com as devidas deduções de despesas produtivas declaradas (definição de despesa produtiva - ver observação de número 3 ao pé da tabela 52.a). Obtida a receita bruta por estrato de área total, dividiu-se tal magnitude pelo valor do menor salário mínimo vigente para a Bahia no ano (ver tais valores na observação de número 2 ao pé da tabela 52.a). E chegou-se ao número de salários mínimos para cada estabelecimento, segundo fosse o estrato de área em que estivesse localizado. Num primeiro instante, houve aumento das receitas, para todos os estratos, exceto para aqueles estabelecimentos localizados nos estratos acima de mil hectares, onde a despesa aumentou mais que a receita. Necessário se faz uma comparação entre o aumento do salário mínimo e o aumento do Índice geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI). O salário-mínimo de 1975, em termos nominais, foi superior ao de 1970 em 202 por cento, enquanto a inflação, o IGP-DI, cresceu nesse mesmo período 178 por cento. Portanto o aumento em salários-mínimos da receita bruta para 1975, em comparação a 1970, é maior do que o ali apontado, pois o salário real de 1975 era maior que o de 1970. Por outro lado, o salário nominal de 1980 era 2.456 por cento superior ao de 1970, enquanto a inflação na década, medida pelo IGP-DI, foi de 2.860 por cento; portanto o salário real de 1980 era inferior ao de 1970. Os parâmetros em sa

61 - BAHIA - CEDAP/SEPLANTEC. Op. Cit. pág. 186.

Tabela: 52.a) Receita bruta por estabelecimento, medidos em salários mínimos, segundo os estratos de área total. Bahia

| Grupos de área total | 1970 R.B.S.M. | 1975 R.B.S.M. | 1980 R.B.S.M. |
|---|---|---|---|
| Menos de 10 | 6,1 | 7,7 | 10,2 |
| 10 ⊢ 20 | 11,6 | 14,2 | 18,8 |
| 20 ⊢ 50 | 17,1 | 20,5 | 26,6 |
| 50 ⊢ 100 | 26,6 | 33,5 | 44,9 |
| 100 ⊢ 1000 | 48,5 | 68,3 | 92,8 |
| 1000 ⊢ | 163,2 | 176,0 | 67,4 |
| Total médio | 13,9 | 18,3 | 22,9 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980.

Obs1: R.B.S.M. = Receita Bruta em Salários-Mínimos

Obs2: Os salários-mínimos considerados, foram os menores: Cr$ 124,80 (Cento e vinte e quatro cruzeiros e oitenta centavos), para 1970; e Cr$3.189,60 (Três mil, cento e oitenta e nove cruzeiros e sessenta centavos) para o ano de 1980; e Cr$376,80 para 1975.

Obs3: O que aqui estamos chamando de Receita Bruta (RB), é o valor total da produção agropecuária, menos as despesas declaradas. Estas despesas (D) declaradas foram: Salários; quota-parte da produção entregue a parceiros; arrendamento de terras; adubos e corretivos; sementes e mudas; defensivos agrícolas, medicamento para animais; alimentação dos animais (sal, rações industriais, outras rações); aluguel de máquinas e equipamentos; serviços de empreitada; transporte da produção; Juros e despesas bancárias; impostos e taxas; sacarias e outras embalagens; combustíveis e lubrificantes; energia elétrica; e outras despesas. Estas foram desagregações das despesas do censo de 1980, os dois censos anteriores não possuem todas elas, [illegible] declarando as faltante em "outras despesas".

Tabela 52.b) Percentual das despesas (D) no valor da produção (VP), segundo os estratos de área total. Bahia

| Grupo de área total | 1970 (D/VP) % | 1975 (D/VP) % | 1980 (D/VP) % |
|---|---|---|---|
| Menos de 10 | 29 | 29 | 26 |
| 10 ⊢ 20 | 30 | 33 | 32 |
| 20 ⊢ 50 | 34 | 40 | 41 |
| 50 ⊢ 100 | 39 | 47 | 48 |
| 100 ⊢ 1000 | 45 | 53 | 54 |
| 1000 ⊢ | 54 | 71 | 90 |
| Sobre o total | 38 | 46 | 47 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980

Obs.: As despesas são as mesmas declaradas na tabela anterior.

lários-mínimos para 1980, sobrevalorizados, não tendo a magnitude que representam, são na realidade um pouco menor. Feitas essas ressalvas, ainda há outra por apresentar. Como o objetivo dessas informações é aproximar e levantar argumentos que aliem os pequenos estabelecimentos ao conceito "pequena produção", ou seja arrolar argumentos de que o núcleo central da pequena produção - da produção não-capitalista - está naqueles estratos, e mais, que ali não residem condições para acumulação de capital, devido às pequenas rendas brutas auferidas, não só traduziria a incapacidade de acumulação, como até mesmo de retirar dali o valor da força de trabalho, ou seja de retirar a reprodução da força de trabalho - a subsistência da família -, necessitando buscá-la no trabalho fora, na venda da força de trabalho, de parte ou toda a família, de forma sazonal ou permanente. O que se infere da tabela 52.a, é que nela estão formadas todas as condições que não permitem a retenção dos excedentes nos estratos menores.

Pela tabela 52.b pode-se constatar que quanto maior a receita-bruta, maior é a participação relativa das despesas produtivas, à medida em que é ampla a participação de insumos agrícolas, energéticos, máquinas e equipamentos de maior progresso técnico, como também de trabalho assalariado, despesas bancárias, impostos sobre a produção, etc. Nos menores estratos predomina o trabalho familiar, item não computado no levantamento do censo quanto às despesas produtivas em maior escala nos grandes estabelecimentos.

Apesar de conhecida a presença de produção capitalista nos pequenos estratos, essa constitui exceção - a regra geral é a presença da pequena produção a quem cabe o papel de coadjuvante no processo de acumulação capitalista determinada e sediada nos grandes estabelecimentos, seja diretamente na extração de produtos - via comercialização -, seja na disponibilidade da força de trabalho, de forma sazonal ou permanente, em trabalho assalariado ou não ( parcerias, etc.).

# CONCLUSÃO

1 - O quadro 10 da página seguinte relata, em um esquema sucinto, as formas de produção no Agro baiano com algumas de suas principais características e seus principais produtos.

2 - Na década de 1970-80 aumenta a concentração dos meios de produção nos grandes estratos, o que vale dizer, na esfera da produção capitalista. Como causa ou consequência, esses estratos aumentaram em participação no valor monetário global da produção. Não só concentraram os principais produtos como cacau, bovinos, café, etc, como aumentaram sua participação na produção de alimentos, arroz, milho e feijão.

3 - O processo de transformação do Agro baiano se aprofunda nos aspectos do avanço das formas de produção capitalista. O trabalho assalariado é o segmento da força de trabalho que mais cresce. As transformações na base tecno-econômica crescem na adoção de tecnologias a taxas superiores ao crescimento do valor da produção e da força de trabalho. Esse processo ocorre em todos os sistemas (produtos), como também em todos os estratos de área total. Pode-se chegar, então, à mesma conclusão que Geraldo Muller chegou para o Brasil "..., trata-se de um processo concentrado-generalizado e em expansão"[1]

4 - Na década de 1970-80, já se dá a implantação de blocos de capital fortes com interesses à montante do Agro, existindo uma indústria para a agricultura. Portanto, o Complexo Agroindustrial - CAI - se aprofunda com o pólo petroquímico produzindo

---

1 - MULLER, Geraldo. Op. Cit. pág. 65.

QUADRO 1.0 : Esquemas das Formas de Produção no Agro Baiano

| Formas de Produção | Algumas Caracteristicas | Principais Produtos |
|---|---|---|
| Capitalista | Formada na sua maior parte pelos grandes estabelecimentos. Sua base tecno-econômica está em franco processo de adoção de progresso técnico - à taxas altíssimas. Aprofunda sua associação com blocos de capital que não têm fronteiras geográficas. Esses blocos de capital por sua vez comanda a agroindústria e o capital imobiliário e co-participam no grupo de poder político. Os processos de politização do econômico desenvolvem nas associações civis e sindicatos patronais rurais. Têm no trabalho assalariado a parcela maior de sua força de trabalho. Constiuem de poucos estabelecimentos, mas detêm a maior parte da área. | A produção de origem bovina, o cacau, o café, cana-de-açúcar, algodão e Sisal. São os principais produtores. Participando com uns vinte porcento e vem aumentando a participação relativa em: milho, arroz e feijão. |
| Em Transição | Está presente em todos os tipos de produtos (sistemas). Constitue uma parcela ponderável dos estabelecimentos, mas não proporcional em áreas. Os grandes estabelecimentos aí presente são daqueles, que não adotaram tecnologias modernas e sua força de trabalho além da familiar, conta com outras formas não-assalariada, como o parceiro, meeiro, arrendatário, etc. Como também faz uso do trabalho assalariado, mas sazonal. | Participam em todos os produtos, mas suas participações principais: cacau, sisal, café arroz, milho, feijão, mamona e banana. |
| Pequena Produção | Constituem a maioria da força de trabalho, mas detêm uma pequena participação relativa das terras. Sua força de trabalho é formada pela unidade familiar. Complementam a renda com a venda sazonal da força de trabalho. Suas formas de organização tradicionais estão desaparecendo, o mutirão, etc. Organiza-se politicamente nos sindicatos dos trabalhadores rurais. | Mandioca, aves, fumo, mamona, caprinos, suinos e ovinos. Reduzem a participação em Feijão, milho e arroz e aumentam sua presença na bovinocultura e cacau. |

matérias-primas para produtos consumidos pela agropecuária.

5 - Na década, ocorreu um aprofundamento na associação da produção capitalista no Agro com os blocos de capital sediados à jusante da agricultura: indústrias do cacau, lacticínios, óleos vegetais, frigoríficos, etc. A associação também se dá nas organizações institucionais da produção capitalista e na participação no grupo do poder político constituído, a nível regional, nacional e, quiçá, internacional, por certos blocos de capital (dessa associação) não estarem ligados a fronteiras geográficas. Parte significativa dos processos de acumulação do Agro baiano está ligada às políticas fiscais e creditícias pelo governo federal.

6 - Por outro lado, a estagnada e incólume pequena produção foi profundamente arranhada pelos processos de transformação. Nela operou-se um processo de substituição de produção. Os tradicionais produtos alimentares reduzem sua participação relativa, e até absoluta em alguns casos, e perdem posição para os produtos mais dinâmicos, cacau e bovinocultura, em consequência a sua transformação relativa aumenta.

A pequena produção tem o seu trabalho excedente arrancado, seja via capital comercial (o intermediário), seja via indústrias (verdadeiros monopsônios). Busca na venda de sua força de trabalho sazonal e/ou permanente, por parte dos membros da família, compor o restante necessário do orçamento familiar.

Destruídas as suas formas de organizações tradicionais - mutirão, o adjutório, etc - seja pelo vigor das transformações e/ou pela legislação do cooperativismo e principalmente do sindicalismo, a pequena produção se aporta no sindicato do trabalhador rural, mais pela política clientelista-assistencialista do que via canalização de reivindicações políticas.

7 - A grande propriedade não foi empecilho ao crescimento da produção agrícola, muito ao contrário, foi o "locus" onde ela mais cresceu.

8 - No processo intenso das transformações da base tecno-econômica no Agro, a adoção de progresso técnico faz soçobrar o trabalho direto, somando aí o grande contingente de trabalhadores que vêem suas condições de vida piorar, desqualificados para o trabalho no campo, desqualificados para o trabalho na cidade. Essa população passa ao subemprego e ao desemprego aberto; "o que se produz não é um exército industrial de reserva, pois ninguém deve apelar para essas reservas nas décadas que virão. Tampouco são "desviantes", "marginais" ou qualquer outra palavra que se suponha excepcionalidade, porque o grupo social a que se refere é central em tal sociedade" [2].

Ancourada no Sindicato do Trabalhador Rural a pequena produção está ainda num processo de busca de um projeto para fazer a sua própria história.

---

2 - SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações - o velho e o novo em uma discussão marxista. Estudos Cebrap nº 26, Vozes, São Paulo, 1980.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

## A - GERAIS


01 - BALIBAR, Etienne e outros. Ler o Capital. Rio de Janeiro, Zahar Editores , 1976.

02 - CASTRO, Ana Célia e outros. Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira: Síntese das Transformações. Brasilia, BINAGRI, 1979.

03 - ____, Modernização e Diferenciação Social da Produção Familiar Agrícola no Brasil Rural. Olinda, ANPEC, Dezembro de 1981, Pgs. 501/20.

04 - EISENBERG, Peter L. A Mentalidade do Fazendeiro no Congresso Agrícola de 1878, in "Modos de Produção e Realidade Brasileira", Petropolis, Vozes , 1980 Pgs. 167/94

05 - ENGELS, Friedrich e outros. O problema Camponês na França e na Alemanha; in. " A Questão Agrária". São Paulo, 1981.

06 - GIANNOTTI, José Arthur. Notas Sobre A a Categoria " Modo de Produção" para uso e abuso dos Sociólogos, Estudos CEBRAP nº 17. 1981.

07 - GNACCARINI, José César. Latifundio e Proletariado. Formação da Emprêsa e Relaçoesde do Trabalho no Brasil, São Paulo, Polis, 1980

08 - CORRENDER, Jacob. O conceito de Modo de Produção e a Pesquisa Histórica; in. Modos de Produção e Realidade Brasileira.Petrópolis, Brasiliense , 1980.

09 - _____, O Escravismo Colonial. São Paulo, Atica, 1978.

10 - GRAZIANO DA SILVA, J. F. O que é a Questão Agrária, São Paulo, Brasiliense , 1981.

11 - _____,(Coord.) e Outros. Estrutura Agrária e a Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira, São Paulo , Hucitec , 1978.

12 - _____, (Coord.) A Questão Agrária , São Paulo, Brasiliense, 1981.

13 - GRAMSCI, Antônio. Concepção Dialética da História, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

14 - GUIMARÃES, A. P. Quatro Séculos de Latifundio, Rio de Janeiro, Paz e Terra , 1977.

15 - KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária, São Paulo, Resposta Editorial, 1980

16 - LAPA, José Roberto de Amaral. Introdução ao Redimensionamento do Debate, in. "Modos de Produção e Realidade Brasileira", Petrópolis, Vozes, 1980.

17 - LÊNIN, V. Ilitch. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. Coleção os Economistas. São Paulo, Abril Cultural, 1982.

18 - ____ , A Questão Agrícola e o Livro de Kautsky e o artigo do Bulgakov. in. " A Questão Agrária" org. Graziano da Silva, São Paulo, Brasiliense, 1980

19 - ____, Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos da América: Novos Dados Sobre as Leis do Desenvolvimento na Agricultura. São Paulo, Editora Brasil Debates, 1980.

20 - LOPES, J. R. Brandão. De Latifundio à Emprêsa: Unidade e Diversidade do Capitalismo no Campo. São Paulo, Cadernos CEBRAP nº 26, 1976.

21 - MARTINS, José de Souza. As coisas no Lugar, in. Sobre o Modo Capitalista de Pensar. São Paulo, Hucitec, 1980.

22 - _____, Os Camponeses e a Política no Brasil, Petrópolis, Vozes, 1981.

23 - _____, Terra de negócio e Terra de Trabalho: Contribuição para o Estudo da Questão Agrária Brasileira. Cadernos CEAS nº 67. Edições Bahia , Maio/Junho de 1980

24 - _____, Os trabalhadores do Campo em Busca de Uma Alternativa; in. A Igreja e a Propriedade da Terra no Brasil. São Paulo, Edições Loyola, 1980, Pgs. 07/18.

25 - _____, O cativeiro da Terra. São Paulo, Editora Lech, 1981.

26 - MARX, Karl. O 18 de Brumário e Cartas a Kugelmann, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

27 - ____, Contribuição à crítica da Economia Política, São Paulo, Martins Fontes , 1977.

28 - ____, O Capital, Livro I ( vol.II), Livro II , e livro III ( vol.VI) , São Paulo, Civilização Brasileira, 1977.

29 - MULLER, Geraldo. Estrutura e Dimensões Técnico-Econômicas gerais do Complexo Agroindustrial Brasileiro. IX ANPEC. Olinda, dez.1981, pgs 565/590.

30 - _____, Agricultura e Industrialização do Campo; in. Revista de Economia Política, vol 2/1 , nº 6 abr-jun/1982.

31 - PORTELLI, Huges. Gramsci e o Bloco Histórico. Rio de Janeiro, Paz e Terra , de 1978.

32 - PRADO JR. Caio. A Revolução Brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1978.

33 - SHANIN, Teodor. A definição de Camponês: Conceituações e Desconceituações - O velho e o novo em uma discussão Marxista. Estudos CEBRAP nº 26, São Paulo, Vozes, 1980.

34 - VELHO, Otávio Guilherme. Frentes de Expansão e Estrutura Agrária: Estudo do Processo de Penetração numa Area da Tranzamazônica. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

35 - VINHAS, Moisés. A terra, O Homem, As Reformas. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1980.

36 - WANDERLEY, Maria N. B. e Outros. Reflexões Sobre Agricultura Brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

37 - _____, O camponês: Um trabalhador para o Capital, Versão preliminar , UNICAMP, Campinas, 1979 (mimeo.)

B - ESPECIFICAS

01 - ALBODATO, Guaraci e Outros. Bahia de todos os Pobres, CEBRAP 26. Petropolis , Vozes, 1980.

02 - Araújo, T.p. e Outros. A Pequena produção Urbana, Uma Proposta Conceitual , IX ANPEC, Olinda, Dez/1981.

03 - BAHIA, CEPLAB, SEPLANTEC. A Penetração do Café na Bahia. Salvador, 1979

04 - BAHIA, CPE. Fundação Centro de Pesquisa e Estudos. Contribuição para o Estudo da Pequena Produção Agrícola na Bahia. Salvador, 1980.

05 - _____, Potencial de produção de Oleaginosas: Mamona e dênde, Salvador , 1981.

06 - _____, Colonização Agrícola na Bahia; in. Informe Conjuntural nº 12 , Salvador, jul/1982.

07 - BAHIA. (Programa de Governo). Ocupação Econômica do Oeste, Salvador, 1980.

08 - BAHIA. Comissão Estadual de Planejamento Agrícola. Pré-Diagnóstico das Areas selecionadas pelo Programa Nacional de Promoção dos produtores de Baixa Renda. Salvador, 1978 (mimeo.)

09 - BOTELHO FILHO, Flávio B. Ocorrencia de Classes sociais no Meio Rural do Estado da Bahia. Salvador , UFBA ( Dissertação ), 1979.

10 - BRASIL; MINISTERIO DA AGRICULTURA; SUPLAN; Aptidao Agrícola das terras da Bahia: estudos básicos para o planejamento agrícola. BRASILIA, BINAGRI, 1979.

11 - _____, IPEA. Programa nacional de promoção de pequenos produtores de baixa renda. BRASILIA, 1979.

12 - COELHO, Manuel. Caracterizacion de la pequena produccion campesina, México, D.F. 1975. História Y Sociedade, nº 8,1975.

13 - FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA, Salvador, Estudo da realidade sócio-sindical dos trabalhadores rurais do Estado da Bahia. Salvador: (mimeo).

14 - FILGUEIRAS, Luiz A. M. "Diferenciais de Preços e Subordinação: Um estudo da Comercialização do Café na Chapada Diamantina" Dissertação de mestrado apresentado ao CME/UFBA, Salvador, 1983

15 - SEIXAS, Consuelo V. S. Fontes de Crescimento da Agricultura a nível de microrregiões homogeneas no estado da Bahia. Análise Conjuntural, 6(1) jan/mar. Salvador, 1979.

16 - REZENDE, Gervásio Castro. Produção, Emprego e Estrutura Agrária na Região Cacaueira da Bahia; in. IPEA: Pesquisa e Planejamento econômico, Vol.8 nº 1, Abril de 1978.

17 - SA BARRETO, Vanda Sampaio. O impacto da Lavoura Cafeeira na Bahia; SUDENE. Salvador 1982 ( versão preliminar - mimeo).

18 - SILVA, Antonio João. Inserção da Pequena Produção no Campo na Produção agrícola da Bahia; UFBA, Salvador, dez,1981 ( mimeo ).

## C - FONTES ESTATISTICAS

01 - BRASIL.FIBGE. Censos Agropecuários ( para a Bahia): 1970, 1975, 1980 Rio de Janeiro.

02 - _____, Tabulações Avançadas do censo 1980, Rio de Janeiro, 1981.

03 - _____, Metodologia da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio na Década de 70, Rio de Janeiro, 1981.

04 - _____ , Matriz Intersetorial - 1970. Versão Final, Rio de Janeiro, 1981.

05 - _____, Sinopse Preliminar do Censo Agropecuario - 1980, Rio de Janeiro, 1982.

06 - BAHIA/CEI. Informe conjuntural, nºs 21, 22 e 23. Salvador, abril à julho de 1983.

07 - BAHIA/CEPA. A Produção Agrícola da Bahia no Contexto Regional e Nacional 1973-75 à 1980. Salvador. 1983.

# A N E X O I

- Números absolutos: da produção física das lavouras; do plantel dos animais; e do valor real monetário (a preços de 1975) da produção das lavouras e da produção de origem animal. Bahia.

| Produtos | Quantidades produzidas | | | Valor monetário real em mil Cr$ | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1970 | 1975 | 1980 | 1970 | 1975 | 1980 |
| LAVOURAS TEMPORÁRIAS | | | | | | |
| Algodão (t) | 26.620 | 22.817 | 26.733 | 45.724 | 43.725 | 63.397 |
| Arroz (t) | 27.999 | 21.577 | 59.461 | 27.566 | 36.075 | 61.563 |
| Cana-de-açúcar (t) | 1.146.083 | 774.600 | 838.050 | 75.699 | 77.700 | 79.965 |
| Cebola (t) | - | 9.967 | 37.947 | - | 18.305 | 41.452 |
| Feijão (t) | 227.372 | 163.674 | 196.236 | 496.334 | 432.734 | 671.074 |
| Fumo (t) | - | 17.238 | 11.433 | - | 81.052 | 58.333 |
| Mamona (t) | - | 55.100 | 82.495 | - | 48.612 | 111.711 |
| Mandioca (t) | 2.523.451 | 2.223.410 | 1.807.666 | 487.587 | 646.969 | 572.287 |
| Milho (t) | 341.004 | 282.535 | 352.072 | 200.055 | 213.941 | 244.039 |
| LAVOURAS PERMANENTES | | | | | | |
| Sisal (t) | - | 100.057 | 147.746 | - | 245.870 | 223.480 |
| Banana (MC) | 19.706 | 29.094 | 41.915 | 53.330 | 112.931 | 117.480 |
| Cacau (t) | 195.027 | 289.993 | 328.608 | 936.770 | 1.918.613 | 2.384.564 |
| Café (t) | 21.802 | 16.653 | 82.041 | 71.763 | 64.288 | 211.834 |
| Dendê (t) | - | 181.384 | 144.732 | - | 57.692 | 29.463 |
| Laranja (MF) | 442.651 | 526.265 | 696.223 | 45.017 | 57.225 | 43.671 |
| Coco (MF) | - | 115.760 | 116.962 | - | 92.984 | 90.803 |
| P E C U A R I A | Número de cabeças do plantel | | | Valor monetário real em mil Cr$ da produção de origem animal | | |
| Bovinos (NC) | 5.657.275 | 8.139.414 | 8.942.727 | 819.716 | 1.853.734 | 2.153.683 |
| Equinos (NC) | 449.944 | 467.888 | 523.036 | 4.252 | - | 18.579 |
| Ovinos (NC) | 1.665.516 | 2.005.244 | 2.239.381 | 20.004 | - | 65.102 |
| Caprinos (NC) | 1.579.760 | 2.254.750 | 2.290.476 | 15.863 | - | 61.032 |
| Suinos (NC) | 1.901.877 | 2.197.448 | 1.740.929 | 82.123 | 166.764 | 130.115 |
| Muares (NC) | 265.550 | - | - | 2.066 | - | - |
| Asininos (NC) | 384.690 | - | - | 870 | - | - |
| Aves (NC) | 8.832.724 | 12.052.973 | 13.663.821 | 97.480 | 194.236 | 214.233 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980.

Obs$_1$.: (t) = tonelada; (MC) = mil cachos; (MF) = mil frutos; (NC) = número de cabeças

Obs$_2$.: No cômputo do número e valor da produção de origem das aves, entraram apenas: Galinhas; galos; frangos; frangas; e pintos. Patos, marrecos, etc., não entraram.

ANEXO II

Tabela: A Distribuição percentual dos estabelecimentos e áreas pelos grupos de área total, segundo a condição do produtor em 1970. Bahia.

| Grupos de área total. | Proprietário | | Arrendatário | | Parceiro | | Ocupante | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Estab. | Área | Estab. | Área | Estab. | Área | Estab. | Área |
| Menos de 10 | 49,5 | 4,1 | 90,7 | 24,2 | 79,5 | 11,2 | 79,5 | 15,1 |
| 10 ⊢ 20 | 14,7 | 4,3 | 4,0 | 6,9 | 6,7 | 4,6 | 8,3 | 7,8 |
| 20 ⊢ 50 | 18,6 | 12,2 | 3,2 | 12,3 | 7,3 | 11,6 | 7,7 | 15,9 |
| 50 ⊢ 100 | 8,4 | 12,3 | 1,0 | 8,9 | 3,0 | 10,3 | 2,3 | 10,6 |
| 100 ⊢ 1000 | 8,4 | 43,4 | 1,0 | 35,2 | 3,4 | 45,2 | 2,1 | 34,3 |
| 1000 ⊢ | 0,5 | 23,6 | 0,1 | 12,4 | 0,1 | 17,0 | 0,1 | 16,3 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Participação no total geral em % | 83,5 | 94,6 | 3,2 | 0,6 | 1,5 | 0,7 | 11,7 | 4,0 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970

Estab. = Estabelecimentos.

ANEXO II

Tabela: B Distribuição percentual dos estabelecimentos e áreas pelos grupos de área total, segundo a condição do produtor em 1975. Bahia.

| Grupos de área total. | Proprietário | | Arrendatário | | Parceiro | | Ocupante | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Estab. | Área | Estab. | Área | Estab. | Área | Estab. | Área |
| Menos de 10 | 49,1 | 3,6 | 92,3 | 25,7 | 84,7 | 14,2 | 81,0 | 18,1 |
| 10 ⊢ 20 | 14,5 | 3,9 | 2,9 | 5,7 | 7,0 | 5,5 | 8,7 | 9,0 |
| 20 ⊢ 50 | 18,4 | 10,9 | 2,9 | 12,6 | 4,6 | 8,0 | 6,7 | 15,2 |
| 50 ⊢ 100 | 8,5 | 11,3 | 1,1 | 10,9 | 1,6 | 6,9 | 1,9 | 9,9 |
| 100 ⊢ 1000 | 8,9 | 42,2 | 0,7 | 25,7 | 1,9 | 30,2 | 1,5 | 27,7 |
| 1000 ⊢ | 0,6 | 28,1 | 0,1 | 19,3 | 0,1 | 35,2 | 0,1 | 20,1 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Participação no total geral em % | 86,3 | 96,4 | 2,2 | 0,3 | 0,6 | 0,2 | 10,9 | 3,0 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1975
Estab. = Estabelecimentos

ANEXO II

Tabela: C Distribuição percentual dos estabelecimentos e áreas pelos grupos de área total, segundo a condição do produtor em 1980. Bahia.

| Grupos de área total. | Proprietário | | Arrendatário | | Parceiro | | Ocupante | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Estab. | Área | Estab. | Área | Estab. | Área | Estab. | Área |
| Menos de 10 | 50,2 | 3,6 | 90,7 | 26,8 | 84,9 | 17,6 | 82,4 | 21,2 |
| 10 ⊢ 20 | 15,0 | 3,9 | 4,4 | 8,2 | 6,6 | 6,3 | 8,4 | 10,1 |
| 20 ⊢ 50 | 18,2 | 10,5 | 3,0 | 12,3 | 5,0 | 10,9 | 6,0 | 16,1 |
| 50 ⊢ 100 | 7,9 | 10,2 | 0,9 | 8,9 | 1,6 | 7,7 | 1,7 | 10,4 |
| 100 ⊢ 1000 | 8,1 | 38,2 | 0,8 | 30,8 | 1,7 | 32,8 | 1,3 | 28,5 |
| 1000 ⊢ . | 0,6 | 33,6 | 0,1 | 13,0 | 0,2 | 24,6 | 0,1 | 13,5 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |
| Participação no total geral em % | 87,1 | 97,2 | 1,7 | 0,3 | 0,8 | 0,2 | 10,4 | 2,3 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1980

Estab. = Estabelecimentos.

ANEXO II.

Tabela: D — Taxas de crescimento dos estabelecimentos e áreas, segundo a condição do produtor, por estrato de área total. Bahia

| Grupo de área total | PROPRIETARIO | | | | | | ARRENDATARIO | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Estabelecimentos | | | Áreas | | | Estabelecimentos | | | Áreas | | |
| | 1975/70 | 80/75 | 80/70 | 1975/70 | 80/75 | 80/70 | 1975/70 | 80/75 | 80/70 | 1975/70 | 80/75 | 80/70 |
| Menos de 10 | 4 | 20 | 24 | 3 | 20 | 24 | -31 | - 9 | -37 | -36 | - 2 | -37 |
| 10 ⊢ 20 | 4 | 21 | 25 | 3 | 20 | 24 | -51 | 43 | -30 | -50 | 35 | -33 |
| 20 ⊢ 50 | 3 | 16 | 20 | 4 | 14 | 19 | -39 | - 5 | -41 | -39 | - 7 | -43 |
| 50 ⊢ 100 | 6 | 9 | 16 | 5 | 8 | 14 | -26 | -21 | -42 | -26 | -23 | -43 |
| 100 ⊢ 1000 | 11 | 6 | 19 | 12 | 9 | 22 | -55 | 9 | -50 | -56 | 13 | -50 |
| 1000 ⊢ | 27 | 20 | 53 | 37 | 43 | 97 | 9 | -33 | -27 | - 7 | -36 | -41 |
| Média Global | 5 | 17 | 23 | 16 | 20 | 38 | -33 | - 7 | -37 | -40 | - 6 | -43 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980.

(Continuação da tabela acima...)

| Grupo de área total | PARCEIROS | | | | | | OCUPANTES | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Estabelecimentos | | | Áreas | | | Estabelecimentos | | | Áreas | | |
| | 1975/70 | 80/75 | 80/70 | 1975/70 | 80/75 | 80/70 | 1975/70 | 80/75 | 80/70 | 1975/70 | 80/75 | 80/70 |
| Menos de 10 | -56 | 60 | -30 | -54 | 62 | -25 | - 4 | 13 | 8 | 2 | 6 | 9 |
| 10 ⊢ 20 | -57 | 50 | -35 | -56 | 48 | -35 | - 1 | 7 | 6 | - 1 | 2 | 0 |
| 20 ⊢ 50 | -74 | 75 | -55 | -75 | 77 | -55 | -18 | - 1 | -19 | -18 | - 4 | -21 |
| 50 ⊢ 100 | -78 | 58 | -65 | -75 | 46 | -64 | -22 | - 1 | -23 | -20 | - 4 | -24 |
| 100 ⊢ 1000 | -77 | 41 | -67 | -76 | 42 | -34 | -30 | - 3 | -32 | -31 | - 7 | -36 |
| 1000 ⊢ | -54 | 100 | - 9 | -24 | - 9 | -31 | -22 | -24 | -41 | 5 | -39 | -36 |
| Média Global | -59 | 59 | -35 | -63 | 30 | -52 | - 6 | 11 | 4 | -15 | - 9 | -23 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980.

ANEXO II

Tabela: E Distribuição percentual do total das informações segundo a condição do produtor no ano de 1970. Bahia

| Condição do produtor | Estabelecimentos | áreas | Pessoal ocupado total | RMNRF | Nº Info. de EETP | Nº de EETP | Nº de Info. EETT | Nº de EETT | Nº Info. Parceiros | Nº de parceiros | Nº Info. emprego "Outra Condição" | Nº de pessoas em "outra Condição" | Info. que obtiveram financiamento. | Valor total de financiamento. |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Proprietário | 83,5 | 94,6 | 85,8 | 84,3 | 95,1 | 96,3 | 90,7 | 92,8 | 87,6 | 89,1 | 92,3 | 93,2 | 93,8 | 97,9 |
| Arrendatário | 3,2 | 0,6 | 2,6 | 2,9 | 1,4 | 1,0 | 2,0 | 1,5 | 1,4 | 1,5 | 0,7 | 0,6 | 1,8 | 0,9 |
| Parceiro | 1,5 | 0,7 | 1,3 | 1,4 | 0,6 | 0,5 | 1,0 | 0,8 | 5,5 | 4,8 | 1,0 | 0,8 | 0,5 | 0,4 |
| Ocupante | 11,7 | 4,0 | 10,2 | 11,3 | 2,8 | 2,1 | 6,3 | 4,8 | 5,4 | 4,5 | 6,0 | 5,3 | 3,9 | 0,8 |
| Total | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970.

Tabela: Divisão do número de informantes de alguns indicadores pelo total de estabelecimentos de cada uma das formas em que se apresenta as "condições dos produtores". Bahia. 1970

| Condição do produtor | Info. de tratores | Info. de óleo diesel | Info. que obtiveram financiamentos | Info. que empregaram EETP | Info. que empregaram EETT |
|---|---|---|---|---|---|
| Proprietário | 0,3 | 2,0 | 4,0 | 7,2 | 10,2 |
| Arrendatário | 0,1 | 0,3 | 2,0 | 2,8 | 5,9 |
| Parceiro | 0,2 | 0,6 | 1,2 | 2,4 | 6,2 |
| Ocupante | 0,0 | 0,6 | 1,2 | 1,5 | 5,1 |
| Total médio | 0,3 | 1,7 | 3,6 | 6,3 | 9,4 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970.

Obs.: Na tabela acima dividimos, por exemplo, os 95 parceiros que obtiveram financiamento no ano de 1970 pelo total de estabelecimento desses parceiros para esse mesmo ano, E assim sucessivamente foi feito para todos os demais coeficientes obtidos.

Info. = Informantes; Nº = Número; RMNRF = Responsável e Membro Não Remunerado da Família; EETP = Empregado Em Trabalho Permanente; EETT = Empregado Em Trabalho Temporário.

ANEXO III

Tabela: A Distribuição do número de tratores e dos informantes correspondentes pelos estratos de área total, e taxa de crescimento. Bahia

| Grupo de área total | INFORMANTES Dist. relativa 1970 | 1975 | 1980 | Tx. de Crescim. 75/70 | 80/75 | 80/70 | TRATORES Dist. relativa 1970 | 1975 | 1980 | Tx. crescimento 75/70 | 80/75 | 80/70 | Trator/Info. 1970 | 1975 | 1980 | Info./Estabelec. 1970 | 1975 | 1980 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Menos de 10 | 6,4 | 4,7 | 6,6 | 63 | 316 | 581 | 5,8 | 3,7 | 5,1 | 51 | 326 | 542 | 1,1 | 1,0 | 1,1 | 0,0 | 0,0 | 0,2 |
| 10 ⊢ 20 | 5,8 | 3,1 | 6,0 | 19 | 465 | 572 | 5,5 | 2,4 | 5,0 | 4 | 542 | 567 | 1,2 | 1,0 | 1,2 | 0,1 | 0,1 | 0,6 |
| 20 ⊢ 50 | 19,1 | 9,5 | 12,9 | 11 | 301 | 344 | 17,8 | 7,5 | 10,3 | 0 | 321 | 321 | 1,2 | 1,1 | 1,1 | 0,3 | 0,3 | 1,2 |
| 50 ⊢ 100 | 13,6 | 12,2 | 14,2 | 99 | 243 | 585 | 11,8 | 10,1 | 12,0 | 101 | 267 | 639 | 1,1 | 1,1 | 1,2 | 0,5 | 0,9 | 3,0 |
| 100 ⊢ 1000 | 42,0 | 54,2 | 47,9 | 188 | 160 | 648 | 41,1 | 50,3 | 46,5 | 189 | 184 | 720 | 1,2 | 1,2 | 1,4 | 1,5 | 4,1 | 10,0 |
| 1000 ⊢ | 13,1 | 16,1 | 12,3 | 173 | 125 | 516 | 18,1 | 26,0 | 21,0 | 239 | 149 | 745 | 1,7 | 2,1 | 2,4 | 8,7 | 19,0 | 35,9 |
| Números Rel. | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 122 | 195 | 555 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 136 | 207 | 626 | 1,2 | 1,3 | 1,4 | 0,3 | 0,6 | 1,6 |
| Absolutos | 1.461 | 3.246 | 9.575 | | | | 1.868 | 4.342 | 13.349 | | | | | | | | | |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980

Obs.: Info. = Informantes

Dist. = Distribuição

Tx. = Taxa

Crescim. = Crescimento

Estabelec. = Estabelecimentos

ANEXO III

Tabela: B Distribuição dos tratores, segundo suas potências, por estrato de área total, em percentual. Bahia

| Grupo de área total | Ano | DISTRIBUIÇÃO EM PERCENTUAIS DOS TRATORES Potências em cavalo-vapor Menos de 10 | 10 à 50 | 50 à 100 | mais de 100 | total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Menos de 10 | 1970 | 28 | 29 | 18 | 23 | 100 |
| | 1975 | 17 | 26 | 43 | 13 | 100 |
| | 1980 | 14 | 47 | 30 | 8 | 100 |
| 10 ⊢ 20 | 1970 | 29 | 32 | 28 | 12 | 100 |
| | 1975 | 24 | 26 | 46 | 5 | 100 |
| | 1980 | 11 | 29 | 43 | 17 | 100 |
| 20 ⊢ 50 | 1970 | 37 | 34 | 25 | 3 | 100 |
| | 1975 | 17 | 29 | 49 | 5 | 100 |
| | 1980 | 10 | 37 | 46 | 7 | 100 |
| 50 ⊢ 100 | 1970 | 19 | 36 | 39 | 6 | 100 |
| | 1975 | 9 | 29 | 56 | 5 | 100 |
| | 1980 | 9 | 36 | 50 | 5 | 100 |
| 100 ⊢ 1000 | 1970 | 16 | 43 | 35 | 6 | 100 |
| | 1975 | 9 | 28 | 56 | 7 | 100 |
| | 1980 | 7 | 30 | 54 | 9 | 100 |
| 1000 ⊢ | 1970 | 11 | 43 | 37 | 9 | 100 |
| | 1975 | 5 | 23 | 52 | 20 | 100 |
| | 1980 | 3 | 21 | 53 | 22 | 100 |
| Participação no total | 1970 | 21 | 39 | 33 | 7 | 100 |
| | 1975 | 9 | 27 | 54 | 10 | 100 |
| | 1980 | 7 | 30 | 51 | 11 | 100 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980

ANEXO III

Tabela: C Taxas de crescimento do número de tratores, segundo a potência, pelos estratos de área total. Bahia.

| Grupo de área total | Potências dos tratores em Cavalos Vapor (CV). | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Menos de 10 | | | De 10 à menos de 50 | | | De 50 à menos de 100 | | | De 100 à mais | | |
| | 1975/70 | 80/75 | 80/70 | 1975/70 | 80/75 | 80/70 | 1975/70 | 80/75 | 80/70 | 1975/70 | 80/75 | 80/70 |
| Menos de 10 | - 7 | 253 | 230 | 35 | 664 | 935 | 263 | 194 | 968 | - 16 | 176 | 132 |
| 10 ⊢ 20 | -14 | 200 | 158 | -16 | 622 | 509 | 71 | 502 | 932 | - 58 | 2200 | 858 |
| 20 ⊢ 50 | -54 | 153 | 16 | -17 | 548 | 356 | 94 | 292 | 660 | 54 | 441 | 736 |
| 50 ⊢ 100 | - 2 | 255 | 246 | 65 | 348 | 641 | 188 | 229 | 842 | 77 | 256 | 531 |
| 100 ⊢ 1000 | 54 | 121 | 240 | 89 | 206 | 480 | 359 | 172 | 1150 | 270 | 262 | 1239 |
| 1000 ⊢ | 72 | 58 | 172 | 79 | 135 | 320 | 374 | 155 | 1105 | 662 | 176 | 2003 |
| TOTAL | 6 | 143 | 156 | 61 | 252 | 467 | 286 | 189 | 1016 | 235 | 244 | 1053 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980

# ANEXO IV

Tabela: A Indices médios anuais de preços pago ao produtor. Bahia. Principais produtos agropecuários. Ano base 1975 = 100.

| Ano | Algodão em caroço | Cana de açúcar | Arroz em casca | Feijão | Fumo | Mandioca | Milho | Banana | Cacau | Café em coco | Laranja | Boi gordo para corte | Suinos para corte | Leite | Ovos |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1970 | - | 37 | 22 | 36 | 35 | 21 | 35 | 15 | 27 | - | 40 | 28 | 28 | 28 | 42 |
| 1971 | - | 39 | 34 | 39 | 40 | 39 | 49 | 19 | 22 | - | 51 | 34 | 37 | 32 | 51 |
| 1972 | 46 | - | 36 | 32 | 59 | 42 | 54 | 29 | 34 | 29 | 48 | 42 | 45 | 37 | 53 |
| 1973 | 63 | - | 37 | 93 | 71 | 44 | 68 | 50 | 73 | 74 | 75 | 70 | 63 | 46 | 66 |
| 1974 | 84 | - | 60 | 78 | 66 | 56 | 83 | 75 | 111 | 81 | 96 | 94 | 92 | 72 | 92 |
| 1975 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| 1976 | 194 | 140 | 127 | 279 | 186 | 289 | 226 | 145 | 223 | 240 | 163 | 119 | 120 | 149 | 160 |
| 1977 | 207 | 152 | 119 | 285 | 379 | 346 | 243 | 168 | 620 | 282 | 173 | 162 | 187 | 228 | 216 |
| 1978 | 287 | 265 | 170 | 235 | 523 | 468 | 234 | 275 | 621 | 482 | 275 | 285 | 267 | 317 | 276 |
| 1979 | 491 | 480 | 304 | 416 | 457 | 435 | 429 | 376 | 804 | 529 | 349 | 614 | 495 | 444 | 446 |
| 1980 | 1.046 | 881 | 560 | 1.485 | 958 | 731 | 912 | 671 | 1.160 | 800 | 494 | 1.074 | 887 | 947 | 762 |

Fonte: FGV, Instituto Brasileiro de Economia, Divisão de Estatísitca e Econometria, Centro de Estudos Agricolas: Preços Recebidos pelos Agricultores - Médias anuais 1970/1975; médias anuais 1974/1979 e médias anuais1980/1981.

( - ) indica ausência de informação.

ANEXO V

Tabela: A Índices do valor unitário médio dos contratos de créditos concedidos pelo Banco do Brasil, dos principais produtos, tomando o valor unitário médio do feijão em cada ano, para base de comparação (portanto fazendo-o igual à 100). Bahia.

| Produto | 1972 | 1973 | 1974 | 1975 | 1976 | 1977 | 1978 | 1979 | 1980 | 1981 | 1982 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Fumo | 35 | 20 | 38 | 36 | 50 | 45 | 64 | 58 | 23 | 33 | 46 |
| Mandioca | 65 | 83 | 59 | 79 | 95 | 83 | 93 | 125 | 53 | 62 | 73 |
| Feijão | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Algodão | 110 | 131 | 135 | 264 | 355 | 227 | 210 | 310 | 137 | 206 | 157 |
| Arroz | 80 | 91 | 113 | 138 | 159 | 180 | 185 | 162 | 81 | 177 | 271 |
| Milho | 174 | 214 | 490 | 331 | 581 | 353 | 425 | 333 | 192 | 238 | 372 |
| Cacau | 358 | 364 | 567 | 750 | 739 | 719 | 1.126 | 828 | 451 | 538 | 828 |
| Café | 98 | 263 | 175 | 475 | 450 | 696 | 693 | 882 | 619 | 820 | 994 |
| Cana-de-açúcar | 2.543 | 2.168 | 3.394 | 3.540 | 4.403 | 1.762 | 4.042 | 1.369 | 688 | 3.076 | 1.471 |
| Indice do valor médio global dos contratos | 173 | 178 | 261 | 343 | 293 | 238 | 314 | 236 | 116 | 133 | 181 |

Fonte: Banco do Brasil S/A. Créditos Concedidos à Agricultura: Estado da Bahia - 1972 à 1982.

Esclarecimento: Tomaremos um exemplo para explicar a tabela acima. No ano de 1976 o valor unitário médio do contrato concedido aos fumicultores teve, em média, a metade do valor do contrato concedido para feijão. Enquanto, para esse mesmo ano, o valor médio de um contrato de crédito concedido para a cana-de-açúcar foi 44 vezes maior que o valor médio do contrato de crédito do feijão.

ANEXO V

Tabela: E Crédito Rural para Agricultura e pecuária. Valor real dos contratos do crédito rural concedidos aos produtores e cooperativas, segundo suas finalidade para Agricultura e Pecuária. Bahia, 1970-80, em Cr$ 1.000,00 de 1975.

| Atividade e finalidade | 1 9 7 0 Cruzeiros | 75/70 Δ | 1 9 7 5 Cruzeiros | 80/75 Δ | 1 9 8 0 Cruzeiros | 80/70 Δ |
|---|---|---|---|---|---|---|
| AGRICULTURA | (424.872) | 289 | (1.653.617) | 122 | (3.676.659) | 765 |
| . Custeio | 253.830 | 102 | 512.131 | 474 | 2.427.249 | 856 |
| . Investimento | 58.558 | 729 | 485.521 | 57 | 764.781 | 1.206 |
| . Comercialização | 112.985 | 481 | 655.965 | 26 | 484.630 | 329 |
| PECUARIA | (386.911) | 419 | (2,009.695) | (-51) | (976.908) | 152 |
| . Custeio | 87.740 | 415 | 452.107 | -54 | 208.680 | 138 |
| . Investimento | 288.283 | 428 | 1.523.222 | -55 | 677.369 | 135 |
| . Comercialização | 10.888 | 215 | 34.366 | 164 | 90.859 | 734 |
| T O T A L | (811.783) | 351 | (3.663.312) | 27 | (4.653.568) | 473 |

Fonte: Bahia . Fundação Centro Estadual de Planejamento Agrícola da Bahia. Estatística do crédito Rural, Bahia, Nordeste e Brasil - 1969-80. Fonte original: Banco Central do Brasil. Departamento de Crédito Rural. Crédito Rural; dados estatísticos, 1969-80. Deflacionado e inflacionado pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna. Conjuntura Econômica.

Cálculo :CEPA/BA.

No crédito para a pecuária está incluso o crédito destinado às atividades pesqueiras.

Δ = Taxas de crescimento no período.

ANEXO V

Tabela C — Número de contratos e respectivos valores do crédito rural concedido para a Bahia, por produtos, e número de informantes, destes produtos e respectivos valores (correntes) da produção.

| PRODUTOS | 1970 | | | | | | 1980 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Contrat. | Inform. | RAZÃO | Vr.Contrat. | Vr.Prod. | RAZÃO | Contrat. | Inform. | RAZÃO | Vr. Contrat. | Vr. Prod. | RAZÃO |
| Algodão[a] | 668 | 30.558 | 2,2 | 1.669 | 16.441 | 10,1 | 2.921 | 12.684 | 23,0 | 694.608 | 674.797 | 102,9 |
| Arroz | 381 | 27.165 | 1,4 | 1.167 | 9.912 | 11,8 | 3.417 | 44.413 | 7,8 | 511.810 | 655.281 | 78,1 |
| Cacau | 3.667 | 31.003 | 11,8 | 56.649 | 336.835 | 16,8 | 7.256 | 56.888 | 12,7 | 4.475.308 | 25.381.321 | 17,6 |
| Café | 17 | 25.067 | 0,1 | 91 | 25.804 | 0,3 | 1.689 | 25.919 | 6,5 | 1.450.041 | 2.254.759 | 64,3 |
| Cana-de-açúcar | 75 | 22.815 | 0,3 | 2.734 | 27.219 | 10,0 | 84 | 14.963 | 0,5 | 96.295 | 851.151 | 11,3 |
| Feijão | 2.330 | 275.788 | 0,8 | 7.346 | 178.467 | 4,1 | 37.085 | 292.485 | 12,8 | 6.351.230 | 7.142.914 | 88,9 |
| Fumo | - | - | - | - | - | - | 3.162 | 32.177 | 9,8 | 133.291 | 620.898 | 21,5 |
| Mandioca | 1.753 | 239.804 | 0,7 | 4.221 | 175.322 | 2,4 | 27.255 | 220.950 | 12,3 | 2.717.997 | 6.091.432 | 44,6 |
| Milho | 1.516 | 252.427 | 0,6 | 7.608 | 71.934 | 10,6 | 4.564 | 248.037 | 1,8 | 1.346.557 | 2.597.556 | 51,8 |

Fonte: Para contratos e respectivos valores: Estatística do Crédito rural-Bahia, Nordeste e Brasil - 1969-80, CEPA, Fonte original Banco Central. Para o número de informantes e respectivo valores da produção: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980.

Obs.: Os valores dos contratos e os valores da produção, estão informados em preços correntes dos respectivos anos em Cr$ 1.000,00.

Obs.: Contrat. = número de contratos; Vr. contrat. = Valor dos contratos (em preços correntes, em mil cruzeiros); Inform. = número de informantes que declaram nos censos produzirem os respectivos produtos; Vr. prod. = Valor da produção, em mil cruzeiros correntes dos respectivos produtos.

Obs.: RAZÃO = É o resultado da divisão para cada ano do número de contratos pelo número de informante; e também é a divisão do valor dos contratos de cada produto pelo respectivo valor da produção.

a = Os valores e informantes de algodão, para 1980, são do algodão herbáceo, portanto não tem-se os informantes e valores do algodão arbóreo, em 1970 não há distinção, pois as informações censais dizem apenas "algodão em caroço".

ANEXO VI

Tabela: A — Taxas de crescimento da alocação de terras próprias e de terceiros pelos estabelecimentos, segundo a condição do produtor. Bahia.

| Condição do produtor | Estabelecimentos | | | Áreas em Ha. | | | áreas de terceiros arrendadas: P/quota fixa | | | P/quota parte da produção | | | áreas ocupadas | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1975/70 | 80/75 | 80/70 | 1975/70 | 80/75 | 80/70 | 1975/70 | 80/75 | 80/70 | 1975/70 | 80/75 | 80/70 | 1975/70 | 80/75 | 80/70 |
| Proprietário | 5 | 17 | 23 | 16 | 20 | 38 | - | 4 | - | - | 315 | - | - | 120 | - |
| Arrendatário | -33 | -7 | -37 | -40 | -6 | -43 | - | -6 | - | - | 169 | - | - | 178 | - |
| Parceiro | -59 | 59 | -35 | -63 | 30 | -52 | - | 400 | - | - | 30 | - | - | 43 | - |
| Ocupante | -6 | 11 | 4 | -15 | -9 | -23 | - | 28 | - | - | 20 | - | - | -9 | - |
| Total médio | 1 | 16 | 18 | 13 | 19 | 35 | -33 | -4 | -36 | -62 | 50 | -42 | -13 | -3 | -15 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1980, 1975 e 1970.
Obs.: Para alguns itens só se obtem as informações para o total.

Tabela: Taxas de crescimentos para alguns indicadores, segundo a condição do produtor. Bahia.

| Condição do produtor | Informantes de tratores | | | Informantes que usaram óleo diesel | | | Quantidade de óleo diesel consumida | | | Valor total da produção | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 1975/70 | 80/75 | 80/70 | 1975/70 | 80/75 | 80/70 | 1975/70 | 80/75 | 80/70 | 1975/70 | 80/75 | 80/70 |
| Proprietário | 126 | 190 | 557 | 41 | 28 | 81 | 200 | 193 | 782 | 71 | 18 | 102 |
| Arrendatário | -27 | 2463 | 1764 | 49 | 365 | 593 | 309 | 223 | 1219 | -14 | 20 | 3 |
| Parceiro | -33 | 270 | 147 | -52 | 51 | 28 | -70 | 523 | 89 | -46 | 45 | -22 |
| Ocupante | 76 | 112 | 273 | -17 | 44 | 19 | -30 | 451 | 284 | 28 | 7 | 37 |
| Total médio | 122 | 195 | 555 | 39 | 31 | 81 | 193 | 195 | 767 | 66 | 18 | 95 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1980, 1975 e 1970.

ANEXO VI.

Tabela: B Alocação de terras próprias e de terceiros pelos estabelecimentos, segundo a condição do produtor. Bahia. 1970.

| Condição do produtor | Estabelecimentos | área em ha. | Área do produtor em ha. | Área de terceiros incorporadas ao estabelecimentos ou que o constitui, arrendadas: Por quota fixa | Por quota parte da produção | Áreas Ocupadas |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Proprietário | 452.450 | 21.069.659 | | - | - | - |
| Arrendatário | 17.591 | 136.590 | - | - | - | - |
| Parceiro | 8.123 | 154.677 | - | - | - | - |
| Ocupante | 63.402 | 899.901 | - | - | - | - |
| Total | 541.566 | 22.260.827 | 21.017.154 | 146.130 | 159.701 | 937.841 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970.

Tabela: Levantamento dos principais indicadores, informados, de adoção de progresso técnico, segundo as condições dos produtores. Bahia. 1970

| Condição do Produtor | Info. de tratores | Nº de tratores | Arados de tração animal | | Arados de tração mecânica | | Gasolina | | Oleo Diesel | | Valor total da produção em mil cruzeiros de 1975 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Info. | Número | Info. | Número | Info. | Quantidade Mil Litros | Info. | Quantidade Mil Litros | |
| Proprietário | 1.401 | 1.772 | 29.909 | 35.743 | 1.041 | 1.387 | 9.807 | 9.167 | 8.926 | 5.411 | 3.863.844 |
| Arrendatário | 11 | 12 | 215 | 244 | 13 | 15 | 238 | 90 | 57 | 46 | 99.850 |
| Parceiro | 15 | 19 | 404 | 447 | 10 | 11 | 108 | 66 | 46 | 56 | 46.945 |
| Ocupante | 34 | 35 | 2.090 | 2.290 | 32 | 40 | 438 | 160 | 411 | 132 | 215.410 |
| Total | 1.461 | 1.838 | 32.618 | 38.724 | 1.096 | 1.453 | 10.591 | 9.483 | 9.440 | 5.645 | 4.226.051 |

Fonte: Censo Agropécuário de 1970.

Info. = Informantes

( - ) indica ausência de informação.

ANEXO VI

Tabela: C Alocação de terras próprias e de terceiros pelos estabelecimentos, segundo a condição do produtor. Bahia. 1975

| Condição do produtor | Estabelecimentos | área em ha. | Área do produtor em ha. | Área de terceiros incorporadas ao estabelecimento ou que o constitui: formas arrendar: | | | Áreas Ocupadas |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Total | P/quota fixa | P/quota parte da produção | |
| Proprietário | 473.270 | 24.356.461 | 24.291.777 | 64.684 | 15.629 | 4.380 | 44.675 |
| Arrendatário | 11.848 | 81.904 | / | 81.904 | 81.810 | 16 | 78 |
| Parceiro | 3.328 | 56.543 | / | 56.543 | 4 | 56.458 | 81 |
| Ocupante | 59.677 | 768.637 | / | 768.637 | 140 | 177 | 768.320 |
| Total | 548.123 | 25.263.546 | 24.291.777 | 971.768 | 97.584 | 61.030 | 818.154 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1975. O sinal / indica, naquele espaço, a informação ser imprópria; P/ = Por

Tabela: Levantamento dos principais indicadores, informados, de adoção de progresso técnico, segundo as condições dos produtores. Bahia. 1975.

| Condição do Produtor | Info. de tratores | Nº de tratores | Arados de tração animal | | Arados de tração mecânica | | Gasolina | | Óleo Diesel | | Valor total da produção em mil cruzeiros de 1975 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Info. | Número | Info. | Número | Info. | Quantidade Mil Litros | Info. | Quantidade Mil Litros | |
| Proprietário | 3.168 | 4.255 | 42.900 | 51.520 | 2.215 | 3.103 | 19.902 | 19.132 | 12.630 | 16.270 | 6.616.955 |
| Arrendatário | 8 | 12 | 112 | 130 | 8 | 11 | 337 | 110 | 85 | 188 | 89.637 |
| Parceiro | 10 | 10 | 178 | 199 | 7 | 7 | 49 | 19 | 39 | 17 | 25.389 |
| Ocupante | 60 | 65 | 2.849 | 3.104 | 46 | 57 | 797 | 252 | 341 | 92 | 275.026 |
| Total | 3.246 | 4.342 | 46.039 | 54.953 | 2.276 | 3.178 | 21.085 | 19.514 | 13.095 | 16.566 | 7.003.007 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1975.

Info. = Informantes; Nº = número.

ANEXO VI.

Tabela: D — Alocação de terras próprias e de terceiros pelos estabelecimentos, segundo a condição do produtor. Bahia. 1980.

| Condição do produtor | Estabelecimentos | Areas em Ha. | Área do produtor em ha. | Área de terceiros incorporadas ao estabelecimento ou que o constitui: formas de arrendamento | | | Areas Ocupadas |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Total | P/quota fixa | P/quota parte da produção | |
| Proprietário | 554.833 | 29.184.889 | 29.051.822 | 133.067 | 16,336 | 18.189 | 98.541 |
| Arrendatário | 10.989 | 77.339 | / | 77.339 | 77.079 | 43 | 217 |
| Parceiro | 5.303 | 73.712 | / | 73.712 | 12 | 73.385 | 314 |
| Ocupante | 66.100 | 696.655 | / | 696.655 | 179 | 212 | 696.264 |
| Total | 637.225 | 30.032.597 | 29.051.822 | 980.775 | 93.607 | 91.831 | 795.336 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1980. O sinal / indica, naquele espaço, a informação ser imprópria; P/ = Por.

Tabela: Levantamento dos principais indicadores, informados, de adoção de progresso técnico, segundo as condições dos produtores. Bahia. 1980.

| Condição do produtor | Info. de tratores | Nº de tratores | Arados de tração animal | | Arados de tração mecânica | | Gasolina | | Oleo Diesel | | Valor total da produção em mil cruzeiros de 1979 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | Info. | número | Info. | número | Info. | Quantidade | Info. | Quantidade | |
| Proprietário | 9.206 | 12.917 | 54.226 | 63.729 | 6.439 | 8.972 | 35.100 | 20.306 | 16.187 | 47.703 | 7.816.285 |
| Arrendatário | 205 | 241 | 217 | 263 | 181 | 211 | 428 | 158 | 395 | 607 | 102.504 |
| Parceiro | 37 | 44 | 211 | 225 | 23 | 28 | 81 | 52 | 59 | 106 | 36.807 |
| Ocupante | 127 | 147 | 3.852 | 4.272 | 116 | 150 | 1.501 | 370 | 491 | 507 | 294.186 |
| Total | 9.575 | 13.349 | 58.506 | 68.489 | 6.759 | 9.361 | 37.110 | 20.888 | 17.132 | 48.924 | 8.249.782 |

Fonte: Censo Agropecuário de 1980.
Info. = Informantes; Nº = Número.

ANEXO VI

Tabela: E Condição do produtor, por estrato de área total.
Bahia - 1980.

| Grupo de área total | proprietário | | arrendatário | | pareeiro | | Ocupante | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | estab. | área | estab. | área | estab. | área | estab. | área |
| Menos de 10 | 50 | 14 | 91 | 27 | 85 | 18 | 82 | 21 |
| 10 ⊢ 20 | 15 | 4 | 4 | 8 | 7 | 6 | 8 | 10 |
| 20 ⊢ 50 | 18 | 10 | 3 | 12 | 5 | 11 | 6 | 16 |
| 50 ⊢ 100 | 8 | 10 | 1 | 9 | 2 | 8 | 2 | 10 |
| 100 ⊢ 1000 | 8 | 38 | 1 | 31 | 2 | 33 | 1 | 28 |
| 1000 ⊢ | 1 | 34 | 0 | 13 | 0 | 25 | 0 | 13 |
| Total | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 | 100 |
| Total Absoluto de estabelecimentos. | 554.833 | | 10.989 | | 5.303 | | 66.100 | |
| Participação no total de estabelecim. | 87,1 | | 1,7 | | 0,8 | | 10,4 | |
| Total Absoluto de Hectares. | 29.184.889 | | 77.339 | | 73.712 | | 696.655 | |
| Participação no total da área. | 97,2 | | 0,3 | | 0,2 | | 2,3 | |
| Taxas de Crescimento: | | | | | | | | |
| a) Estabelec. | | | | | | | | |
| 1975/70 | 4,6 | | -32,6 | | -59,0 | | - 5,9 | |
| 1980/75 | 17,2 | | - 7,2 | | 59,3 | | 10,8 | |
| 1980/70 | 40,8 | | -37,5 | | -34,7 | | 4.2 | |
| b) Area | | | | | | | | |
| 1975/70 | 15,6 | | -40,0 | | -63,4 | | -14,6 | |
| 1980/75 | 20,0 | | - 5,6 | | 30,4 | | - 9,4 | |
| 1980/70 | 38,5 | | -43,4 | | -52,3 | | 7.7 | |

Fonte: Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980.

Obs.: Todos os estratos tiveram redução ou aumento proporcionais, exceto:

a - O crescimento apresentado para os pareeiros tanto em estabelecimentos quanto em área no período 1980/75, teve incrementos maiores nos estratos de área total inferior à 20 hectares. Como também foi o caso dos estabelecimentos dos ocupantes.

b - A condição arrendatário que apresentou redução tanto de estabelecimento quanto de área, teve nos grandes estratos, acima de 100 hectares um redução proporcionalmente menor.

oz e feijão, com menores taxas de crescimento que os grandes esta elecimentos. Os pequenos estratos tiveram ainda taxas de crescimen o negativas na produção de cana-de-açúcar, algodão e fumo, mas por utro lado aumentaram a participação relativa na produção de cacau no valor da produção de origem bovina.

Outro processo de mudança ocorreu na composição das orças de trabalho: nos grandes estabelecimentos ao final da déca- la, o trabalho assalariado superou as demais formas de trabalho; a axa de aumento do trabalho assalariado foi superior, para todos os diferentes estratos, às demais taxas de outras formas de trabalho.

Diferentemente de outras regiões mais desenvolvidas, as mudanças ocorridas não foram suficientes para alterar completamen te as bases das diferentes formas de produção. Os pequenos estabele- cimentos continuaram sendo o núcleo central formador da pequena pro- ção,[2] enquanto os grandes estabelecimentos a base da produção capita lista.

A análise contida na presente tese estrutura-se em cinco capítulos e na conclusão. O Capítulo I - A Produção de Bens no Agro Baiano na Década 1970-80 - aborda os sistemas produtivos (ati- vidades econômicas) nos seus volumes físicos e em valores monetários, procurando explicitar não só o que o Agro baiano produziu, mas também dimensionando a evolução de cada atividade na década. O Capítulo II - A Produção de Bens no Agro Baiano na década 1970-80, Segundo os Estra tos de Área Total - acrescenta às mesmas informações do primeiro capí tulo, só que estratificadas, caracterizações conforme o tamanho dos estabelecimentos, avaliando também a evolução, estrato por estrato, e, em parte, identificando quem produz no Agro baiano. O Capítulo III - A Força de Trabalho - informa por estrato de área total, segundo as categorias de trabalho levantadas pelos censos agropecuários, a distribuição, a dimensão, a evolução do pessoal ocupado. Isso permi- tiu compreender as diferentes relações sociais de produção. Esclarece quem são os trabalhadores direto e indireto, completando a informa

2 - Ver conceitos, definições e adjetivações em "Teória e Método" ao final desta introdução.